

TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NO
MUNDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social

Orientador: Federico Neiburg

Rio de Janeiro
Março de 2010

Motta, Eugênia de Souza Mello Guimarães

Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária/ Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta. Rio de Janeiro: UFRJ/ Museu Nacional, 2010.

xiv , 280 f. il.

Orientador: Federico Neiburg

Tese (doutorado) - UFRJ/ Museu Nacional/ Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 213 - 219

1.Economia. 2.Etnografia. 3. Quantificação 4.Economia Solidária. 5. Mapeamento. 6. Incorporação. 7. Estado. 8. Movimentos sociais. 9.Organizações não Governamentais. I. Neiburg, Federico. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. III. Trajetórias e transformações no mundo da Economia Solidária

TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta

Orientador: Federico Neiburg

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Aprovada por:

Presidente Prof. Federico Neiburg

- Orientador

Prof^a Leilah Landim

Prof. Fernando Rabossi

Prof. João Pacheco de Oliveira

Prof. Moacir Palmeira

Rio de Janeiro
Março de 2010

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado.

Agradeço aos funcionários do PPGAS, que foram sempre eficientes e atenciosos, especialmente a Tânia Ferreira. Às bibliotecárias agradeço pela presteza e pela dedicação e especialmente à Carla, que desde o começo do mestrado nos atendeu sempre com um sorriso amistososo.

Agradeço a meus companheiros do Nucec, Ricardo Cruz, José Renato Baptista, Diana Lima, Mariana Cavalcanti, Fernando Rabossi, Pedro Braum, Natacha Nicaise e Flávia Dalmaso pelos debates tão interessantes e por terem propiciado momentos intelectualmente estimulantes, mas também sempre muito prazerosos.

Aos meus professores do Museu agradeço pelas brilhantes aulas que assisti, sem nenhuma exceção. Sou especialmente grata a Lygia Sigaud por ter sido uma das principais referências, junto ao meu orientador e por ter acompanhado com olhar crítico e generoso o meu trabalho. É com muita tristeza que termino esta tese na sua ausência.

Aos meus colegas de trabalho no Ibase devo ser grata pela compreensão e pela solidariedade. O apoio que esta instituição dá à formação de seus funcionários é admirável e sou muito grata por isso.

Tive o privilégio de fazer grandes amigos neste anos no Ibase e suas adjacências e agradeço a eles pela convivência e pelo estímulo, em especial a Ciro Torres, Walnise Brito, João Sucupira, Marcia Tibau, Diego Heredia, Flavia Mattar, Vívian Braga e Claudia Mansur. Aos meus companheiros de equipe (e amigos), Felipe Siston, Carlos Tautz e Luciana Badin minha gratidão por terem sido tão compreensivos e por ter me dado um suporte inestimável. A Jamile, por toda a paciência, bom humor e amizade, especialmente nos últimos meses quando mais precisei.

Agradeço a Gabriela Cavalcante, ao Roberto Marinho e Valmor Schiochet pela convivência no GT Mapeamento e na CGN e pelo seu apoio a este trabalho.

Nos últimos meses tenho tido a sorte de participar de um projeto apaixonante que é o Cirandas. A todos os meus companheiros cirandeiros agradeço o belo convívio e sou grata especialmente aos queridos amigos Daniel Tygel, Alan Tygel e Celso Alvear por poder compartilhar esse sonho com eles.

Tenho que ser grata obviamente todos os meus amigos que estão sempre ao meu lado. Três deles foram especialmente significativos durante estes anos. Conheci Antônio Oswaldo Cruz, Luciana Lombardo e Simone Silva no começo do mestrado e vivemos todas as alegrias e agonias da pós-graduação juntos com muito apoio mútuo e bom-humor. Sou muito grata por tudo que nós nos tornamos.

Ao Jonas Bertucci agradeço as provocações essenciais, o carinho infinito, o apoio.

Agradeço também a Regina Teixeira que me ajudou a manter o prumo nos últimos meses, o que não foi muito fácil.

Há duas pessoas a quem tenho que agradecer de forma muito especial e sei que qualquer palavra é pouco pelo tudo que fizeram por mim e pelo meu trabalho. João Roberto Lopes foi importante por tantas razões que dificilmente serei capaz de dizer o quanto sou grata. Me ajudou no começo do trabalho de campo, me levou para o Ibase e se tornou um amigo que admiro e respeito imensamente. Sua generosidade e confiança foram as bases que sustentaram grande parte das coisas de que tenho orgulho de ter feito.

Ao Federico Neiburg, da mesma forma, não poderia dizer o tanto que agradeço. Durante estes anos fez muito mais do que cumprir de forma irreparável sua tarefa de orientador. Todo apoio e estímulo foram essenciais, além da infindável paciência. Sou imensamente grata pela sua dedicação e generosidade.

A minha família e especialmente a minha avó Yvelina, minha Tia Flávia, minha querida prima Ana Clara, Zé Carlos, Bebel, Wilma e Sérgio, não há como agradecer. Seu amor e o carinho são a base, a fundação.

A meu pai Horacio e minha mãe Charlotte gratidão não é boa palavra e não sei se existe uma. São meu porto, os maiores e mais incondicionais apoiadores. Estão sempre aqui ao meu lado e essa certeza torna os caminhos mais caminháveis.

A todos os homens e mulheres com quem convivi nestes anos na Economia Solidária agradeço o acolhimento e a permissão de poder partilhar de suas vidas. Mas agradeço especialmente por terem me mostrado que há esperança, que é possível sonhar com igualdade.

RESUMO

TRAJETÓRIAS E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta

Orientador: Federico Neiburg

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Esta tese trata do mundo da Economia Solidária. A análise articula os elementos que Marcel Mauss sugere para estudar a Magia: os agentes, as práticas e as representações. Em torno à idéia de que existem formas de se fazer economia que ao terem como princípio a solidariedade desafiam o capitalismo e seus valores, constitui-se um universo de qual participa uma grande variedade de pessoas e que é construído nas fronteiras de mundos relativamente autônomos como o Estado, a academia, as ONGs, a economia, a Igreja, os movimentos sociais. Para compreender este universo é preciso se aproximar daqueles que fazem parte dele, das suas vidas, das suas formas de compreender estas vivências e os sentidos que dão a elas. A tese está dividida em duas partes. Na primeira se tece uma reflexão sobre o universo estudado através do processo de incorporação da própria autora nele. Na segunda parte analisa-se a construção estatística da Economia Solidária, mostrando como a quantificação e a produção de mapas e gráficos cria realidades e pessoas. O chamado “Mapeamento da Economia Solidária” é abordado segundo diferentes perspectivas etnográficas e a partir da prática dos diversos agentes, desde os profissionais do Estado e especialistas até os entrevistadores e entrevistados.

Palavras-chave: Economia, etnografia, quantificação, Economia Solidária, Mapeamento, incorporação, Estado, movimentos sociais, Organizações não-governamentais

ABSTRACT**TRAJECTORIES AND TRANSFORMATIONS IN
THE WORLD OF SOLIDARITY ECONOMY**

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta

Orientador: Federico Neiburg

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

This thesis deals with the world of Solidarity Economy. For doing so, it articulates the elements suggested by Marcel Mauss for studying Magic: agents, practices and representations. There are ways of practicing economy based on solidarity that, as such, challenge capitalism and its values. Around this idea a whole universe is being built within the very boundaries of worlds that are relatively autonomous, namely, the State, academy, NGOs, economy, the Church, and social movements. To understand this universe we need to get closer to those who are part of it, to their lives, the ways they understand their experiences and the significance they give to them. This work is divided in two parts. In the first one a reflection is made about the studied universe through the incorporation process of the author herself in it. In the second part the statistical construction of Solidarity Economy is analyzed, showing how quantification and the production of graphs and maps creates realities e people. The so-called “Mapping of Solidarity Economy” is approached by multiple ethnographic perspectives and through the practices of agents so different as State professionals and specialists, the interviewers, and the people interviewed.

Key-words: Economy, ethnography, quantification, Solidarity Economy, Mapping, incorporation, State, social movements, Non-governmental Organizations

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

		PÁGINA
FOTOGRAFIAS		
FOTO 1	Crachá da III Plenária Nacional de Economia Solidária	35
FOTO 2	Dinâmica de abertura da IV Planária Nacional de Economia Solidária	44
FOTO 3	Dinâmica de encerramento do Seminário de Capacitação do Mapeamento no Rio de Janeiro	47
FOTO 4	Trabalho de grupo durante a IV Plenária Nacional de Economia Solidária	52
FOTO 5	Exposição de produtos durante o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária	54
FOTO 6	Palco do auditório durante a IV Planária Nacional de Economia Solidária	57
FOTO 7	Parte da equipe técnica e da EGE do Rio de Janeiro	161
FOTO 8	Mapa produzido durante a Caravana de preparação para a IV Planária Nacional de Economia Solidária.	201

FIGURAS

FIGURA 1	Capa e contracapa do Atlas da Economia Solidária no Brasil	185
FIGURA 2	Diagrama sobre as quatro dimensões da ES	186
FIGURA 3	Diagrama que representa o “campo da ES”	186
FIGURA 4	Exemplo de mapa com gradação de cores.	188
FIGURA 5	Exemplo de mapa marcando municípios onde há algum EES com a característica apontada.	189
FIGURA 6	Exemplo da forma de apresentação dos gráficos com texto explicativo. No gráfico, as informações estão apresentadas por região.	190

LISTA DE SIGLAS

ABCCred	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito
ADS - CUT	Agência de Desenvolvimento Solidário - Central Única dos Trabalhadores
Ancosol	Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária
ANPEC	Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia
Anteag	Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária
Cedac	Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária
Cefet	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CGE	Comissão Gestora Estadual
CGI	Coordenação de Gestão da Informação
CGN	Comissão Gestora Nacional
Cimi	Conselho Indigenista Missionário
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Coep	Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida
Concla	Comissão Nacional de Classificação
Concrab	Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coppe	Coordenação das Programas de Pós-graduação em Engenharia
Dieese	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-econômicos
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
EAF	Entidade de Apoio e Fomento
EES	Empreendimento Econômico Solidário
EGE	Equipe Gestora Estadual
Fase	Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCP - RJ	Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FSM	Fórum Social Mundial
Furb	Fundação Universidade Regional de Blumenau
GT	Grupo de Trabalho
GT Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
GTRI	Grupo de Trabalho de Relações Internacionais
Ibase	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização não-Governamental
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
Pacs	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PPA	Plano Plurianual
Proninc	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
PT	Partido dos Trabalhadores
Puc	Pontifícia Universidade Católica
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
Riless	Red de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social y Solidária
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
Sebrae	Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
Sedai	Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Solidária
Sescoop	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
SRTE	Superintendência Regional de Trabalho e Emprego
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
Unesco	Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unicafes	União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

	página
INTRODUÇÃO	1
A Economia Solidária como fato social: alguns elementos de análise	6
Agentes: solidários e diversos	9
Práticas: fazer (a) economia solidária	12
Representações: Economia Solidária como teoria econômica	14
O “movimento”	17
A construção de um olhar	19
Notas sobre a escrita de uma antropóloga incorporada	21
 <u>PARTE 1 – INCORPORAÇÃO</u>	 24
INTRODUÇÃO À PARTE 1	25
 CAPÍTULO 1	
ESTRANHAMENTO E ACEITAÇÃO	28
Introdução	28
1.1. Estrangeira	30
“Não gosto dessas coisas de ONG”	30
Participar não é opcional	31
“Então é assessoria.”	33
1.2. Compromisso e intimidade	37
A dissertação de mestrado como prova	37
No ônibus com eles	40
1.3. Encontros, plenárias e reuniões: elementos	42
Dinâmicas e grupos de discussão	42
Os três segmentos	57
Conclusão	61
 CAPÍTULO 2	
PROFISSIONALIZAÇÃO, SABER ESPACIALIZADO E ENGAJAMENTO	72
Introdução	72
2.1. Profissionalização e representação	73
A pesquisa(dora) a serviço do movimento	73
Sentidos da representação	80
2.2. Ser “humana”	83
Conclusão	91

<u>PARTE 2 – A CONSTRUÇÃO ESTATÍSTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA</u>	98
INTRODUÇÃO À PARTE 2	99
Breve histórico do SIES: uma nova forma de existência da ES	100
 CAPÍTULO 3	
INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE TRANSFORMAÇÃO: QUANTIFICANDO A SOLIDARIEDADE	106
Introdução	106
3.1. A criação do Mapeamento num espaço de fronteiras	107
3.1.1. Os Especialistas	119
3.2. Um novo “conceito”	126
3.3. Para medir a solidariedade	136
Conclusão	144
 CAPÍTULO 4	
DE PERTO: PARTICIPAÇÃO E A MISSÃO DE MAPEAR	149
Introdução	149
4.1. Lugares das pessoas e caminhos dos questionários	150
4.2. Participação	158
4.3. A missão e as marcas do mapeamento	164
Conclusão	169
 CAPÍTULO 5	
OS NÚMEROS PÚBLICOS: NARRATIVAS E CONFIANÇA	173
Introdução	174
5.1. Os números públicos e a confiança nos dados	174
Hierarquias e totalidades	175
Confiança pública	180
5.2. “Agora nós existimos”	183
5.3. Desconfiança: visibilidade e invisibilidade das mulheres	190
5.4. O SIES como arena de luta: velho conceito, novas demandas	195
Conclusão – “Economia Solidária é jaboticaba”	197
 CONCLUSÃO	204
 BIBLIOGRAFIA	213

ANEXOS	220
Anexo 1: “Carta ao Governo Lula”	221
Anexo 2: Histórico do SIES	226
Anexo 3: Portaria Ministerial de Instituição do SIES e Anexo 1 desta (Termo de Referência)	241
Anexo 4: Questionário para EES	251
Anexo 5: Apresentação dos dados do Mapeamento – Rio de Janeiro	263
Anexo 6: Matéria do jornal <i>O Globo</i>	280

INTRODUÇÃO GERAL

São cinco da tarde. O sol começa a se por, pintando de laranja as paredes do enorme salão. Mais de trezentas pessoas formam uma roda, de mãos dadas. Em silêncio, olham umas as outras.

Mônica mora em uma favela no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. É negra, tem dois filhos e foi empregada doméstica em casas de classe média. Hoje divide seu tempo entre um trabalho na prefeitura e a cozinha de um sobrado que compartilha com outras mulheres produzindo pães e bolos. Ao seu lado está Luiz, que é professor em uma universidade no Rio Grande do Sul. Com seus mais de cinquenta anos é doutor em sociologia e acaba de voltar de um seminário em Paris. Recentemente passou a fazer parte da coordenação de uma associação acadêmica.

André é músico. Está trabalhando na prefeitura de Salvador num programa recém-criado. Tem quarenta anos e carrega enormes *dread locks* que lhe caem até a cintura. Está de mãos dadas a Maria, que é acreana, mas vive no interior do Pará. Baixinha e com os cabelos lisos e grossos, está sofrendo com a pouca umidade da capital federal. Os bombons de cupuaçu que trouxe a seu lado no ônibus fazem sucesso. São orgânicos.

Do outro lado da roda estão Valdir e Arivaldo. Se conheceram faz pouco mais de um ano, neste mesmo salão. Valdir é metalúrgico, trabalha numa fábrica de fogões que faliu e quase fechou, no interior do Paraná. Arivaldo planta cana em Pernambuco. Na usina de açúcar comanda as reuniões com os operários.

Também na roda, está a estudante de vinte e tantos anos. Acostumada agora, se alegra com estes momentos. Mora na Zona Sul do Rio de Janeiro e acaba de defender sua dissertação de mestrado.

Estamos todos de mãos dadas, com mais umas centenas de outras pessoas. Todos olhamos agora nossos próprios pés, levados pela voz de um homem ao microfone: Quanto já andaram e a que lugares já nos levaram estes pés? Todos soltam as mãos e cada um contempla as suas por alguns segundos. Que coisas construíram estas mãos? Pergunta o homem. Aqueles pés nos trouxeram de lugares muito diferentes. As mãos, cada par se ocupa de um fazer distinto.

De todos os lugares do país, todos os sotaques e cores de pele, idades e cores de cabelo. As pessoas que estão ali fazem coisas diferentes, ganham a vida cada uma de jeito. O que elas têm em comum é que acreditam que é possível construir “um outro mundo”. E acham que isso pode acontecer se a solidariedade for a base para uma nova economia. Estive com estas e mais tantas outras pessoas em encontros e reuniões de que participei desde o começo de 2003.

Esta tese trata do mundo que é construído com base nesta idéia de que é possível uma “outra economia”: o mundo da Economia Solidária. A diversidade deste universo em relação às pessoas que dele fazem parte, como mostra o perfil dos personagens descritos acima, também está presente na multiplicidade de sentidos da expressão que condensa as idéias que os juntam.

Segundo estas pessoas existem formas de fazer com que a economia esteja ligada à cooperação, à igualdade e à justiça. Colocando no centro de suas práticas o valor da vida, desafiam o egoísmo e a exploração capitalistas. Isso não apenas é possível, como, segundo eles, a Economia Solidária já “acontece” e em todos os setores econômicos. Ela está nas trocas, na produção, nas vendas, na circulação de dinheiro e na prestação de serviços. Chama-se de “empreendimentos” os lugares onde ela é exercida. Eles podem ser de vários tipos e podem estar organizados na forma de cooperativas, associações ou simplesmente “grupos”. Entre os empreendimentos da Economia Solidária estão os clubes de troca, as fábricas

recuperadas, os bancos solidários. As moedas sociais, os fundos solidários e o comércio justo também fazem parte das práticas econômicas consideradas solidárias.

Em torno a uma nova economia transformadora se unem pessoas e organizações, diversas. Organizações não-governamentais (ONGs), entidades sindicais, redes universitárias, órgãos ligados à Igreja e governos dos mais variados perfis se juntam em espaços chamados em geral de Fóruns, GTs, Plenárias, encontros e reuniões. Trata-se de lugares onde a Economia Solidária é uma causa a ser defendida e é objeto de “militância”.

Mas existem outros espaços onde se faz a Economia Solidária. Ela também é objeto de atenção nas universidades, onde professores e alunos de todos os níveis se dedicam a estudá-la e a compreender como funciona a economia baseada na cooperação. No governo federal, nos estados e municípios, ela é política pública, dedicada à “inclusão” social.

Compreender este mundo é se aproximar destas pessoas que dele fazem parte, de suas vidas e de como pensam sobre elas nos espaços em que a Economia Solidária é construída e encontrar o que une o agricultor pernambucano, o operário paranaense, o doutor gaúcho. Pertencer, participar, circular neste mundo tem significados diferentes para cada uma dessas pessoas.

Ao longo de sete anos observei-as e acompanhei as suas vidas. Esta tese trata destas pessoas, das trajetórias e transformações delas, de idéias e de objetos. Trata também de uma trajetória e uma transformação em particular que inevitavelmente é o fio condutor deste trabalho. Durante este tempo fui eu mesma me tornando parte deste mundo e a Economia Solidária passou a fazer parte de mim.

A expressão Economia Solidária (ES)¹ foi usada pela primeira vez no Brasil em 1996 por Paul Singer num artigo publicado em 11 de junho no jornal *Folha de São Paulo*, intitulado *Economia solidária contra o desemprego*. Neste artigo Singer trata da definição da

¹ A partir daqui usarei a abreviação ES no lugar da expressão Economia Solidária.

ES como projeto de governo para a prefeitura de São Paulo na campanha de Luiza Erundina, então candidata à reeleição e em cujo primeiro governo ele foi Secretário de Planejamento. Paul Singer é economista, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e é considerado o mais destacado teórico brasileiro da Economia Solidária.

A expressão introduzida por ele passou a aglutinar organizações e entidades a partir do primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em 2001 em Porto Alegre, quando foi criado o chamado Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (ou GT Brasileiro). O GT congregava doze entidades e organizações nacionais que passaram a realizar encontros e reuniões nos períodos entre as edições seguintes do FSM. Entre estas entidades estão grandes ONGs de atuação nacional², a Cáritas Brasileira (órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No final do ano de 2002, quando a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais já era dada como certa, estas entidades organizaram uma reunião em São Paulo que denominaram Plenária Brasileira de ES e elaboraram a “Carta ao Governo Lula”³. Nela deixaram claras suas expectativas quanto a um tratamento especial por parte do futuro governo ao tema da Economia Solidária, com a criação de uma Secretaria Nacional. Paul Singer foi apresentado posteriormente como um nome consensual para ocupar a pasta e foi empossado em junho de 2003. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) está subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Dois dias depois da posse de Singer foi criado, durante a terceira Plenária Nacional de Economia Solidária (organizada pelo GT), o Fórum Brasileiro de Economia

2 São elas: Fase (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), Pacs (Instituto de políticas Alternativas para o Cone Sul), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)

3 A “Carta ao Governo Lula” consta como Anexo 1 desta tese.

Solidária (FBES), que passou a ser considerado como expressão do “movimento” e se tornou interlocutor do governo.

O FBES⁴ e a Senaes passam a atuar por meio de Grupos de Trabalho temáticos, onde eram discutidas estratégias e ações de ambas as instâncias. Em outubro de 2003 foi realizada a primeira reunião de um deles, o “GT Mapeamento e Banco de Dados”, cuja tarefa era desenvolver propostas para estudos e pesquisas. Este grupo ficaria responsável por dar resposta à necessidade de se “conhecer a Economia Solidária (ES)”.

Em 2005 foi feito um levantamento em todo país sobre os empreendimentos que se chamou de “Mapeamento da ES”. No ano seguinte uma portaria ministerial instituiu o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Desde então existe um banco de dados com informações estatísticas sobre os empreendimentos no Brasil, que é alimentado periodicamente por pesquisas feitas por meio de entrevistas realizadas nos locais de funcionamento por entrevistadores treinados para isso.

Foi no contexto de criação da Senaes e do FBES que comecei o meu trabalho campo. Acompanhei as grandes reuniões nacionais realizadas desde 2003, tendo participado de maneiras diferentes de cada uma delas.⁵ Estive presente a quatro edições do Fórum Social Mundial, três no Brasil e uma em Caracas (Venezuela)⁶.

Também participei de dezenas de reuniões do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP – RJ), que é considerada como a instância estadual do “movimento”. Fui aluna ouvinte em dois cursos, um no Instituto de Economia da UFRJ e outro, sobre “economia e mulheres”, promovido pela ONG Pacs.

⁴ A forma mais comum usada para pronunciar a sigla é “fêbes”.

⁵ Encontros Nacionais de que participei: III Plenária Nacional de Economia Solidária, em junho de 2003; I Encontro Nacional de Empreendimento de Economia Solidária, em agosto de 2004; Conferência Nacional de Economia Solidária em junho de 2006 e IV Planária Nacional de Economia Solidária, em março e abril de 2009.

⁶ Edições do FSM das quais participei: III FSM, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), em 2003; V FSM, Porto Alegre, 2005; VI FSM (“Policêntrico”), em Caracas, 2006; IX FSM, em Belém (Pará), 2009.

Em 2004 defendi minha tese de mestrado com o título *A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária* (MOTTA, 2004). A partir deste mesmo ano passei a acompanhar reuniões da Equipe Gestora Estadual, que discutia o Mapeamento no Rio de Janeiro. Continuei participando das reuniões do FCP e dos encontros nacionais, enquanto os processos envolvidos no Mapeamento se tornaram centrais na minha observação.

Em 2005 passei a trabalhar temporariamente numa ONG chamada Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, o Ibase. Me tornei pesquisadora da instituição posteriormente, na área de Economia Solidária, onde estou até hoje. Assim, grande parte das minhas observações foi feita enquanto estava também “servindo ao movimento” através do trabalho no Ibase.

Utilizando a expressão que sugere Loïc Wacquant (2002), meu trabalho de campo foi muito mais uma “participação observante” do que o contrário. O processo de envolvimento com o mundo da ES foi central na construção da reflexão sobre ele e por isso ocupa lugar destacado na tese.

A Economia Solidária como fato social: alguns elementos de análise

A ES não é um “fenômeno” que possa ser estudado em um lugar em particular, como seria uma festa religiosa, um grupo, uma aldeia, uma instituição, por exemplo. Mesmo sobre este tipo de objeto, aparentemente limitado no tempo e no espaço, as fronteiras são fictícias, e se apresentam para o antropólogo mais que tudo como uma boa questão para análise. Estabelecer os limites do objeto de estudo é em si uma decorrência dela. As delimitações prévias são sempre provisórias e devem ser desafiadas pela observação etnográfica.

No caso do estudo do mundo da ES a única forma possível de se estabelecer os limites do que é observado é através do reconhecimento das próprias pessoas sobre seu pertencimento a partir de suas práticas. Não há fronteiras fixas, nem mesmo fictícias. Elas próprias são tema de discussão e debate entre os agentes, como procuro mostrar neste trabalho.

A própria definição do que seja a Economia Solidária é objeto de disputas entre os agentes. Mais do que isso, diferentes pessoas e lugares sociais contemplam sentidos diferentes e se remetem a definições que consideram ordens discursivas e de realidade diversas. A ES é considerada como uma forma concreta de prática econômica e também um projeto de transformação social e por isso uma causa. Como realidade existente e como utopia há visões que associam a solidariedade ao socialismo e outras que a consideram com uma alternativa para os pobres, por exemplo.

Para estabelecer os limites do que seja este mundo, dentro desta diversidade e considerando a possibilidade de um olhar a partir, também, da disputa sobre os sentidos da Economia Solidária é preciso tratá-la como fato social, ou seja, como uma “ordem de fatos” “que consistem em maneiras de agir, de pensar, exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” (DURKHEIM, 1974).

Por outro lado, considerando a falta de limites temporais, geográficos e de qualquer homogeneidade objetiva entre as pessoas que participam deste mundo, é preciso estabelecer os elementos a que o olhar sobre o fato social da Economia Solidária se dirige de forma a dar conta de um objeto de estudo desencarnado. Marcel Mauss, quando propõe uma abordagem para o estudo da magia (MAUSS, 1972), sugere que um objeto sem limites explícitos seja estudados a partir de três elementos. Nesta tese utilizo as categorias de análise sugeridas pelo autor: agentes, práticas e representações. Além disso o autor chama atenção

para a força social das idéias, que mostrarei também estar presente neste universo. Mais adiante trato mais do assunto quando explico elementos da teoria econômica da ES.

As duas abordagens ajudam a compor aquilo que nesta tese denomino “mundo da ES”. As distintas definições sobre o que seja a Economia Solidária são parte das representações deste mundo. Assumir qualquer uma delas seria fechar os olhos para a compreensão da própria condição de possibilidade deste universo que é a convivência entre estas diferentes idéias. Assim, o que proponho aqui é uma abordagem a partir daquilo em torno do que as pessoas se unem, que é a própria expressão “economia solidária” e da possibilidade de lhe atribuir sentidos diferentes.

Esta abordagem afasta a pretensão de uma definição violenta e artificial, que desconsidera aquilo que próprios agentes pensam. Por outro lado, evita o risco de assumir como questões analíticas os mesmos termos que são relevantes para os nativos e que por isso devem ser objeto de reflexão. O “mundo da ES” é algo externo aos seus agentes, mas que existe como o conjunto de relações estabelecidas através das suas práticas, sendo estas relações explícitas ou não, conscientes ou inconscientes.

Se esta abordagem explicita a falta de fronteiras definidas do objeto é porque permite estabelecer relações entre ações que poderiam ser consideradas como pertencentes a esferas distintas da vida: a política, a economia, a produção de conhecimento. O que quero mostrar é justamente as complexas dinâmicas em que estas diferentes esferas se encontram para dar sentido à vida das pessoas. Aqui, as reflexões de Louis Dumont (1977) sobre a relação entre economia, ciência, teoria econômica e ideologia são particularmente inspiradoras.

Os elementos sugeridos por Mauss ajudam a construir uma forma de olhar coerente tanto com a fluidez do objeto e com a diversidade de pessoas que pertencem a este mundo, quanto com a abordagem etnográfica, além de permitir a atenção à força das idéias na

ES. Compreender o mundo da ES é entender quem são as pessoas que dele fazem parte, o que fazem e o que pensam.

Agentes: Solidários e diversos

Existe uma grande diversidade no que diz respeito aos agentes do mundo da Economia Solidária, que se mostra em muitos aspectos. Mas uma coisa que se deve apontar antes de tudo é que ela é festejada e é o nome que se dá à diferença entre as pessoas quando esta é considerada positiva. Aqui vou usar a mesma palavra, num sentido diferente, sem a conotação necessariamente positiva, mas dizendo respeito à multiplicidade de perfis sociais presentes.

Entre os agentes da ES estão os trabalhadores de empreendimentos. Eles são considerados como os que “de verdade praticam a ES”, sendo identificada em suas práticas a forma de solidariedade que caracterizaria esta outra economia, que é a autogestão. Sendo considerados os sujeitos da ES como prática econômica, também ocupam um lugar particular nos Fóruns e durante os encontros.

Segundo uma das formas mais comuns de classificação das pessoas, estes trabalhadores são freqüentemente tratados como “empreendimento”, dizendo “eu sou empreendimento”, por exemplo. Esta forma de falar revela como em muitas situações estas pessoas se consideram e também são vistas, como incorporações dos grupos de que fazem parte. Terei a oportunidade de mostrar no capítulo 1 da tese como o conceito de “representação” é fundamental para compreender este aspecto.

Estes trabalhadores em geral são pessoas pobres e a maioria pertence a grupos cuja atividade econômica está ligada ao extrativismo (comum principalmente nos estados do Norte), à produção de alimentos prontos para consumo e ao artesanato. Não existe uma faixa

etária preponderante, mas estão em sua maioria entre os 30 e os 60, o que significa dizer que não há muitos jovens. Em termos de etnia, raça ou cor a diversidade é imensa, o que é celebrado nos encontros. Estas pessoas possuem baixo capital escolar, e há muitos analfabetos. Estas características parecem estar presentes e associadas num perfil tipicamente brasileiro em que a pobreza, a baixa escolaridade e o trabalho informal estão associados.

Estas informações são o mais longe que se pode chegar na identificação de um perfil social. Ele é percebido nos encontros e nas reuniões, que são os lugares privilegiados de reconhecimento do que seja um empreendimento da ES. Tratarei mais do assunto ao longo da tese, mas já chamo atenção aqui para o fato de que a definição do que seja um empreendimento é mais um tema de debate no mundo da ES. O que se percebe, porém, é que empreendimento é uma categoria instituída a partir da participação nos fóruns ou, com o Mapeamento, com a inclusão no Sistema de Informações.

É bastante comum que estes agentes tenham uma história de militância e participação social anterior àquela no mundo da ES. Aqueles que se pode chamar de “lideranças comunitárias”, ou seja, pessoas que são atuantes nos assuntos públicos e da política, mais facilmente se tornam “empreendimentos”. Participar de encontros e reuniões, em geral é das poucas formas disponíveis a estas pessoas de se deslocarem de suas cidades e comumente de sua própria comunidade.

Entre os agentes do mundo da ES também existem pessoas com alto capital escolar ou acadêmico. Estas pessoas atuam como funcionários de Organizações não-governamentais ou são assessores de entidades e organizações de trabalhadores. Participar dos encontros, escrever textos, “animar” reuniões e redigir relatórios faz parte de suas funções profissionais.

Estas pessoas geralmente participam “representando” as entidades de que são parte. Este tipo de trabalho os coloca em uma posição ambígua no que diz respeito à sua

“profissão”. São contratados e recebem salários para exercerem papéis de “militância”. Ou seja, são funcionários de causas. Tendo o dinheiro, a economia e o interesse lugares particulares nas representações do mundo da ES estes agentes são especialmente vulneráveis à acusações sobre o “uso” da sua participação com fins de lucro pessoal.

As suas habilidades são ligadas tanto a capacidades lingüísticas (atuam principalmente escrevendo e falando) quanto ao domínio de técnicas e tecnologias ligadas à organização de reuniões. É comum que tenham treinamentos específicos, tendo freqüentado cursos sobre as formas de fazer com que um encontro “funcione”. Também é comum que sejam identificados como especialistas em assuntos específicos, geralmente aqueles relacionados às suas entidades de pertencimento.

Esses agentes também são chamados a fazer palestras, participar de debates e dar aulas. Seu papel de “educadores” faz parte da forma de participar. Além disso, é em geral destes profissionais que se demanda entrevistas para jornais, televisão e revistas além de artigos e textos. São em grande parte a face mais pública da ES.

Um tipo de agentes cujo perfil social é muito próximo aos profissionais de ONGs e assessores de entidades são os universitários. Existem muitos estudantes e alguns professores que pesquisam a ES e é comum que participem de encontros e reuniões. Os universitários que participam do mundo da ES são em geral das áreas de Educação e Sociologia. Existem alguns economistas e engenheiros. Em menor quantidade estão agrônomos e antropólogos.

Há universidades que possuem núcleos ou grupos de estudo explicitamente dedicados à ES. Os lugares mais freqüentes onde atuam estes agentes é nas “incubadoras”, núcleos ligados a programas de extensão que se dedicam a criar empreendimentos. Os estudantes e professores produzem teses, apresentam trabalhos e participam de redes que consideram a ES como um objeto de estudo, em geral tratando-a como tipo de prática

econômica. Alguns trabalhos consideram a ES como “movimento social” e localizam os debates neste campo. Nos últimos anos há um crescimento das produções acadêmicas sobre o “tema” ES.⁷

Existem casos em que universitários e funcionários de ONGs e organizações representativas são chamados a ocupar cargos em governos. A maioria dos profissionais de políticas públicas já participava antes do mundo da ES (e isso parece ser condição para que exerça o novo papel).

Este é um panorama geral sobre os agentes do mundo da ES. Ao longo da tese mostrarei algumas trajetórias em particular, as formas existentes de classificá-los e as formas disponíveis de se participar e como os conceitos de “participação”, “representação” e “militância” são centrais no que diz respeito à qualificação do que as pessoas são e fazem.

Práticas: Fazer (a) economia solidária

Uma característica importante deste mundo é que nele todas as práticas (e freqüentemente é essa mesmo a palavra usada) devem estar de acordo com os princípios da ES, mesmo que não estejam relacionadas a atividades econômicas. O julgamento sobre o que as pessoas fazem, inclusive sobre seu próprio comportamento, passam por serem consideradas solidárias ou não. Isso é importante porque “ser solidário” é aquilo que se acredita que as pessoas “devam ser”.

Assim como a variedade de pessoas é grande, são também diversas as práticas no mundo da ES. Participa-se através da fala, do engajamento do corpo e da escrita e em espaços tão diversos como uma fábrica, uma sala de aula, o auditório de um Ministério. Nos espaços dos fóruns, reuniões e encontros as práticas estão voltadas para a construção de coesão, que

⁷ Jonas de Oliveira Bertucci, doutorando em Sociologia na Universidade de Brasília está realizando um trabalho de levantamento sobre o tema de teses e dissertações defendidas no Brasil nos últimos anos, como parte de sua pesquisa sobre a participação de acadêmicos no mundo da ES. Sua tese deve ser defendida em junho de 2010 e o projeto tem com o título "A construção política e o engajamento militante na Economia Solidária".

passa por criar identidades, dissolver diferenças consideradas negativas e reforçar as diferenças positivas, tidas como “diversidade”. O caráter altamente pedagógico das técnicas e tecnologias de reunião torna estes momentos verdadeiros exercícios de ensino e aprendizado. Mostrarei como estas práticas fazem com que os encontros e reuniões sejam criadores de ES, gerando pessoas solidárias e estabelecendo um vocabulário.

A fala é uma importante forma de agir no mundo da ES. É através principalmente dela que as pessoas “participam” e “representam”. Como mostrarei em algumas situações a palavra representar assume aqui um duplo sentido de “falar por”, mas também o sentido de se referir uma ação performática.

A dança e as brincadeiras nas “dinâmicas” e o sacrifício físico que faz de alguém “militante”, mostra que as práticas que envolvem o engajamento do corpo tem uma grande importância na ES como causa. As mãos são símbolo frequente no mundo da ES, presentes como elemento em imagens e rituais.

Ainda sobre as práticas ligadas aos encontros, a escrita tem um papel fundamental. O registro das discussões em atas e relatório é um dos aspectos, mas está presente também como parte da tecnologia de organização das reuniões e grupos. É comum que os resultados das atividades nos encontros sejam painéis com palavras, propostas, frases que são pendurados nas paredes. As palavras escritas formam um verdadeiro cenário nos encontros, presentes nestes murais, nas faixas que saúdam os participantes.

Muitas das práticas que terei oportunidade de tratar nesta tese, porém, não estão ligadas aos espaços de militância. Aquelas referidas à quantificação terão bastante destaque na segunda parte deste trabalho. Mostrarei justamente como uma quantidade grande de ações são colocadas em cena para a criação estatística da ES, que têm a ver com formas de organizar reuniões, até formas de escrever e inscrever. A quantificação assume sentidos distintos,

quando passa pelo especialista acadêmico, pelo profissional de governo, pelos entrevistadores do “movimento” e pelos próprios entrevistados.

Representações: A Economia Solidária como teoria econômica

As representações na ES são muitas e há distintos sentidos atribuídos à própria expressão. As palavras, os gestos e os objetos podem significar diferentes coisas dependendo de como se apresentam. Existe, porém, um conjunto comum de idéias que compõem uma verdadeira teoria econômica. Elas não estão organizadas desta maneira no discurso dos agentes, mas baseiam grande parte dele, daquilo que consideram bom ou ruim, legítimo ou ilegítimo.

Diversos autores mostram como as representações sobre a economia estão relacionadas a idéias mais amplas sobre a humanidade, num sentido forte. Muito inspirados por Max Weber (2001) e sua análise que procura estabelecer relação entre formas de pensar ligadas à religiosidade e à religião e a emergência de condições sociais para uma determinada organização do trabalho e da produção, autores como Albert Hirschman (2000) e Louis Dumont (1977) refletem sobre as relações entre as idéias sobre economia e as práticas que envolvem dinheiro e mercadorias.

No livro *As paixões e os Interesses*, Albert Hirschman (2000) mostra que uma teoria econômica é construída a partir de concepções sobre qual seja a natureza das relações humanas e as motivações para a ação. É exatamente neste sentido que se articulam representações cujo caráter normativo também oferece um conjunto de concepções do tipo “dever ser”.

Na teoria econômica da Economia Solidária estamos frente à uma ontologia solidária, a todo um conjunto de representações que aciona concepções sobre a natureza

humana e sobre como se ordena a vida social. O individualismo é aqui, antes de tudo, uma corrupção.

A teoria da ES está baseada em que a solidariedade é boa para todos e que se cada pessoa só precisa perceber que racionalmente, ela é a melhor escolha. Sobre a solidariedade não se vê nenhuma motivação que não seja mundana e baseada em evidências da realidade. Aqui podemos perceber a idéia de que existe interesse individual, mas que no capitalismo ele está mal colocado ao fazer pensar que a busca por ganhos imediatos e através da exploração sejam de fato melhores. O homem solidário o é porque percebe que é de seu interesse ser assim, não porque seja bondoso.

A teoria da ES vê a ação dos indivíduos como fazendo parte de um todo e agir significa reforçar o sistema. Esta idéia fica bastante clara quando se analisa os argumentos do chamado “consumo consciente”, segundo qual, comprar é um ato de reafirmação dos valores em que se baseou a produção de um dado objeto, de forma que comprá-lo de uma empresa capitalista é reforçar a exploração e consumir de um empreendimento solidário é ser solidário também.

Em termos políticos a solidariedade que seria verdadeiramente transformadora seria aquela que surge de uma escolha política e consciente. Existiriam laços “naturais” de solidariedade provam que o homem é essencialmente solidário. Tendo este valor sendo corrompido pelo capitalismo, resgatá-lo seria combater o próprio sistema explorador, algo só possível como uma escolha consciente.

Outra idéia forte é que a economia deve ser resgatada como forma de organizar a produção, mas não pode ser o centro das vidas das pessoas. Somos naturalmente solidários, mas o capitalismo nos deturpa com seu egoísmo, criando ilusões.

Por fim destaco a representação de que a economia pode ser base de transformação social já que é base hoje da dominação. A solidariedade estaria orientada a

combater todo tipo de desigualdade. Se no capitalismo a economia é a forma de dominação a partir da qual todas as outras se estruturam, seria a partir dela que se pode contestar também as injustiças sociais. Nestas últimas formulações o que está em jogo é a precedência da economia sobre as outras esferas da vida social. Na ES a economia não é o centro nem superestrutura, é uma dimensão que foi artificialmente posta acima das outras. A solidariedade seria uma forma de subordinar a economia ao valor da vida, colocando-a em seu devido lugar.

A ES é apresentada como uma crítica ao capitalismo. Utilizando o que sugerem Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O Novo Espírito do Capitalismo* (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009), ela se insere no que os autores chamam de “crítica social”, ou seja, tem como base as ordens de indignação que condenam o capitalismo por ser gerador de desigualdade e miséria e também por gerar o egoísmo burguês. Assim como apontam os autores, os riscos de que esta crítica seja revertida para o próprio benefício daquilo que pretende combater é grande e mesmo os agentes da ES reconhecem isso.

A ES é também um autêntico campo de discurso (FOUCAULT, 1971) em que se estabelece um vocabulário comum e conexões particulares entre idéias e argumentos, dos quais os agentes compartilham de uma maneira geral. Este é formado justamente a partir destas idéias fundamentais sobre o humano.

As idéias e pressupostos teóricos sobre a ES estão sendo construídos na mesma medida em que este mundo se constitui como universo particular. Elas não se limitam a formulações teóricas elaboradas segundo cânones acadêmicos e sob forma de texto escrito. Os supostos morais, os princípios éticos e as idéias de uma natureza humana e de um bem coletivo são produzidos tanto nas formas escritas através dos diversos meios disponíveis como em encontros, através de práticas ritualizadas.

O que é importante mostrar aqui é que tipo de argumento, discurso, visão de mundo e ética a ES cria e como estas, por outro lado, criam a ES. Estas representações

estruturam a forma como os agentes deste mundo pensam e agem. Nesta tese pretendo mostrar como este conjunto particular de idéias sobre a economia organiza todo um universo de pessoas e coisas e dão sentido a suas ações e suas vidas, inspirada mais uma vez por Louis Dumont (1977), quando ele propõe investigar as relações entre economia, teoria econômica, ideologia e ciência. Esta verdadeira teoria econômica da ES é construída pela prática dos diversos agentes.

O “movimento”

Uma das formas de existência da ES é o “movimento social”. Trata-se de uma expressão que – principalmente na sua forma mais abreviada, “movimento” – estará presente de forma bastante freqüente na tese.

Os agentes reconhecem que existe um “movimento” da ES, composto pelas organizações e espaços em que se trata desta como uma causa à qual as pessoas que nela acreditam se dedicam como “militantes”. O uso deste termo tem uma história particular. No começo da década de 2000 ele designava basicamente as forças supostamente dispersas que defendiam a ES, como exemplifica um trecho do texto de Paul Singer (2000a):

Esta reunião aproximou as partes do movimento, que nunca se haviam encontrado antes ou só tinham tido contatos esporádicos. Começou a ficar claro que havia em todo o país uma imensa demanda por alternativas para o desemprego de longa duração e a exclusão social conseqüente e que a proposta da economia solidária estava encontrando respaldo crescente, apesar da escassez de meios, para a imensa tarefa de formação e capacitação a ser enfrentada. (SINGER in SINGER & SOUZA, 2000a, p.126)

Principalmente a partir da criação do FBES e da Senaes, o termo movimento passa a denominar justamente as formas institucionalizadas que pretendem organizar as pessoas e entidades em torno à ES como causa, que são os “fóruns”. Num texto de João

Roberto Lopes Pinto fica clara esta associação. O título é *Nasce um Novo Movimento Social* e ele foi publicado tendo como mote a criação do FBES.

Pode-se dizer que hoje temos no país um novo e vigoroso movimento social. Sua singularidade e força política estão em reivindicar a cidadania para os mecanismos de produção e distribuição de riqueza. Não se trata de acesso subordinado e precário a postos de trabalho e ao consumo de bens e serviços, mas do direito de ser sujeito do próprio trabalho e das trocas que se estabelecem no mercado. (PINTO, 2003a)

A partir das reflexões de Lygia Sigaud, Marcelo Rosa e Marcelo Hernandez Macedo (SIGAUD, 2005; SIGAUD, ROSA & MACEDO, 2008), que partem da análise sobre as ocupações de terra para mostrar a interdependência entre movimentos de reivindicação por reforma agrária e o Estado, assumo o termo “movimento” ou “movimento social” na ES como categorias nativas. A intrincada relação entre os espaços identificados como movimento com os espaços estatais impede qualquer definição externa. Minha proposta é justamente compreender o que significa no mundo da ES reconhecer-se como movimento.

Se como sugere Lygia Sigaud (2000; 2005), “ocupar” e “acampar” se tornaram a forma legítima de se reivindicar reforma agrária, pode-se dizer também que organizar um “Fórum” se tornou a forma legítima de estabelecer diálogo entre a causa ES e o Estado. Com a criação de um fórum, que supõem a possibilidade de participação de atores de diversos tipos e que têm relações diferentes com a causa – representação de trabalhadores, universidades, ONGs – constitui-se o ator coletivo legítimo com quem o governo deve “dialogar”. Esta relação além de implicar a criação de diversos espaços de “parceria”, envolve também a possibilidade de que recursos advindo do Estado possam financiar atividades do “movimento”.

Ao longo da tese discutirei mais a fundo as diversas questões que envolvem, por um lado a construção da ES como causa e a construção dos “militantes” e por outro lado de que forma se entendem as relações entre o movimento e outros espaços de construção da ES.

A construção de um olhar

Esta tese está dividida em duas partes. Na primeira delas trato do que chamo de “incorporação” na ES. O fio condutor é o processo do meu envolvimento com a ES durante o trabalho de campo. Tendo me tornado parte desse mundo, reflito sobre como isso se deu e o que se revela a partir desse processo sobre a própria ES. A incorporação é tratada nos seus dois sentidos: como referida ao processo de passar a fazer parte da ES e como àquele através do qual a ES passa a fazer parte de mim mesma.

Uma trajetória particular oferece o duplo registro de reflexão: compreender o meu lugar como observadora e ao mesmo tempo refletir sobre o que a construção deste lugar revela sobre os/as pessoas no universo da economia solidária. Esta parte é composta por dois capítulos. Cada um deles levanta questões sobre como se organiza este mundo e sobre o meu envolvimento com a ES a partir de situações condensadoras de diferentes momentos do processo de incorporação.

Mostrarei a partir do duplo sentido desta expressão quais são os princípios e práticas de aceitação, participação e de qualificação das pessoas. Assim, no primeiro capítulo tratarei do processo de entrada no mundo da ES pelo trabalho de campo desde as primeiras reuniões até o momento em que me foi permitida uma convivência mais íntima com os agentes.

Neste capítulo mostrarei também as formas de classificação das pessoas e como os espaços de encontros e reuniões são criadores da ES. Será possível perceber também como o lugar de “pesquisadora” está muito longe de ser aquele da observação distante. Muito pelo contrário, neste mundo participar não é uma opção.

No segundo capítulo desta primeira parte tratarei de um outro momento de incorporação com a minha profissionalização e a construção como especialista. Com a introdução do dinheiro e a mobilização de saberes supostamente especializados, criou-se a

possibilidade de participar de uma forma que envolvia me colocar “a serviço” da ES, tendo se revelado o caráter altamente prescritivo da classificação como “assessoria”.

Mostro neste capítulo a ambigüidade do dinheiro neste mundo, cujo sentido é variável segundo a pessoa que o recebe e a forma como se acede a ele. Mais uma vez tratarei das idéias sobre a “representação”, nesta parte do texto referidas ao pertencimento a uma entidade. Também chamarei a atenção para os princípios envolvidos na valorização dos agentes como “militantes” e a sua relação com o lugar de “especialista” e “profissional”.

Na segunda parte da tese trata-se de compreender a transformação estatística da ES, tendo como base a construção do chamado “Mapeamento da Economia Solidária”, desde sua concepção até a prática da pesquisa e o uso de gráficos e mapas. Mostrarei como a quantificação e a objetivação em mapas e gráficos confere um novo estatuto à ES, cria realidades. O objetivo aqui é mostrar os elementos diversos que compõem a pretensão de se transformar a ES em algo que pode ser mensurado e observado, e que possa ser objeto de política pública.

No capítulo 3, primeiro desta parte da tese, mostro como foram criados os instrumentos para realização do Mapeamento, com atenção especial aos agentes envolvidos no seu desenvolvimento e aos espaços em que foram construídos. Num lugar de fronteiras, pessoas pertencentes a universos sociais relativamente independentes colocam em confronto lógicas distintas na criação de dados que devem fazer sentido para o Estado, para a academia e para o “movimento”.

No capítulo 4 me aproximo do processo de criação de estatísticas como experiência vivida pelas chamadas equipes técnicas, responsáveis pela aplicação dos questionários. Trato dos elementos e processos que fazem do mapeamento uma pesquisa “participativa” e de como a experiência de “mapear” muda as pessoas que dela participam, criando “pessoas solidárias”.

O quinto e último capítulo da tese é sobre a produção e publicização dos “resultados” do mapeamento, que são as representações gráficas das estatísticas geradas. É a partir deles que trato da questão da confiança nos números, inclusive mostrando as possibilidades de desconfiança.

A partir destes dois ângulos – minha incorporação ao universo da ES e a objetivação em números e mapas – construo um olhar que pretende compreender como os agentes vivem, agem e pensam e, a partir disso, levantar questões sobre os sentidos que se dá à economia de uma forma geral. Esta forma particular (“solidária”) de pensar a economia mostra na sua singularidade justamente que existe uma pluralidade de entendimentos possíveis.

Notas sobre a escrita de uma antropóloga incorporada

Por fim, devo fazer algumas considerações sobre a escrita desta tese. Durante os últimos anos me tornei parte do universo que estudo. Além da reflexão que construí e está presente na primeira parte da tese, existem outras questões que passam a ser colocadas pela existência deste trabalho em particular e que teve implicações na sua escrita.

As pessoas sobre quem escrevo aqui, muitas delas, são amigos e colegas de trabalho, com os quais continuarei (con)vivendo. A delicadeza de se produzir um trabalho que fosse intelectualmente honesto e cientificamente rigoroso e ao mesmo tempo não criasse qualquer constrangimento a mim ou às pessoas sobre quem escrevo me conduziu à única opção de explicitar ao máximo a minha posição de observação. Isso não excluiu estar muitas vezes impossibilitada de entrar em detalhes sobre alguns fatos e deixar de mencionar outros. Aqui, mudar o nome das pessoas como forma de preservar sua identidade seria tanto inútil quanto ridículo, já que para os leitores que não as conhecem identificar os sujeitos é irrelevante e para aqueles que os conhecem eles são facilmente identificáveis.

Assumo aqui estas escolhas, que me parece importante serem explícitas. Em nenhum trabalho tudo o que foi vivido pode ser escrito. O próprio ofício do antropólogo que é o de transformar o vivido em relações compreensíveis entre elementos da vida social que nem sempre se colocam para as pessoas de forma consciente, implica um trabalho de exclusão. Se escolher sobre o quê e como expor é sempre crítico (no sentido de envolver julgamentos muitas vezes complexos), algumas destas decisões se apresentam particularmente necessárias de explicitação.

A questão aqui não é apenas a esperança de que os leitores não possam usar o que escrevo contra os Tikopias.⁸ Nenhuma das pessoas do mundo que estudo, vendo seu povo acometido pela desgraça atribuirá a mim, de longe, a responsabilidade que acarrete uma maldição de morte.⁹ Aqui trata-se de falar deste mundo, a partir de uma linguagem que tem sentido(s) dentro dele, que é a linguagem acadêmica, a partir de um lugar construído dentro dele – o de especialista – e ao qual pertenço hoje.

O respeito e o cuidado com as implicações do que escrevo aqui não são apenas decorrentes de uma ética de pesquisa que impede a exposição dos pesquisados ou do receio quanto às possíveis críticas que possa receber de pessoas da ES (tenho certeza que virão), mas estão ancorados na convicção de que nunca escreveria ou diria nada que pudesse colocar em dúvida ou sob suspeita os ideais que estas pessoas perseguem e que dão sentido às suas vidas.

8 “Muito do que me foi contado, principalmente em questões de religião, me foi passado em confiança, na pressuposição de que seria divulgado apenas aos *tanata poto*, aos adeptos, a pessoas de sabedoria. Publiquei-o na crença de que isso será feito. Se houver entre os leitores deste livro algum que possa viajar a Tikopia, como profissional ou de outra qualquer forma, confio que o conhecimento que puder obter disso possa dar-lhe compreensão e respeito pelos costumes e crenças nativos, e que nada que descubra ali será usado para frustrar o povo ou perturbar seu modo de vida, seja qual for o motivo. Se isso for observado, não terei cometido nenhuma deslealdade.” (FIRTH, 1998, p. 94)

9 “O próprio Ariki Kafika me disse: 'Amigo, eu lhe contei os segredos do meu *kava*; minha *ora* (vida) e a de meu povo e essa terra Tikopia irão com você. Eu me sentarei aqui e vigiarei; se o mal recair sobre esta terra, saberei que foi por intermédio de seus atos'.” (idem, p. 93)

Escrevo esta tese com a certeza de que será lida, no sentido literal por alguns e interpretada por muitos outros, pelos seus personagens e que, assim como foi a minha dissertação de mestrado, vai passar a fazer parte da minha história na ES.

PARTE 1 – INCORPORAÇÃO

INTRODUÇÃO Á PARTE 1

O tucum¹⁰ é uma palmeira amazônica. Seu caule é coberto de espinhos. Dele se fazem anéis, que são usados como aliança. Existem algumas versões sobre a origem do uso do anel de tucum. Ao que parece foi usado inicialmente nos anos 1970 por clérigos e leigos adeptos de Teologia da Libertação, remetendo ao compromisso preferencial da Igreja com os pobres. O material tosco e ao mesmo tempo resistente contrasta com as alianças de ouro.¹¹

Hoje o anel de tucum é usado como símbolo do compromisso com as causas populares e com a luta contra as injustiças. Nos encontros de Economia Solidária, nas diversas edições do Fórum Social Mundial e entre militantes de movimentos sociais, seu uso é bastante comum. Diz-se também sobre o anel que ele não deve ser comprado para uso próprio. Ele deve ser apresentado por uma pessoa que reconheça em quem vá recebê-lo o compromisso que ele simboliza.

Em 2006 ganhei um anel de tucum de uma pessoa muito querida que conheci durante o trabalho com o mapeamento da ES. Demorei muito tempo para colocá-lo no dedo anelar da mão direita. Mas depois que coloquei, não houve mais dia em que não usasse o anel preto.

Até 2002 nunca tinha ouvido falar em Economia Solidária. O começo do trabalho de campo foi marcado pelo estranhamento e pelo desconforto de estar num espaço desconhecido. Minha relação com os nativos foi se transformando. Depois de algum tempo me foi permitido ter

¹⁰ *Astrocarium sp.*

¹¹ Existem algumas versões sobre a utilização do anel de tucum. Segundo uma delas seu uso começou pelos missionários do Cimi, Conselho Indigenista Missionário (órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB), que utilizavam como símbolo de seu compromisso com a causa indígena. Segundo outra versão, ele teria sido introduzido por Dom Pedro Casaldáliga. Existe um filme, chamado *O Anel de Tucum*, em que Dom Pedro fala sobre o anel e seu significado. Uma outra versão, que me parece inverossímil é a de que o anel era usado como aliança matrimonial entre escravos.

uma convivência mais íntima e fui fazendo amigos. Em 2005, depois da defesa da minha dissertação de mestrado fui convidada a ter uma relação profissional com a ES, me tornando um novo tipo de especialista.

Hoje sou pesquisadora de uma ONG, na área de “Economia Solidária”. Faz parte do meu trabalho acompanhar reuniões, dar aulas em cursos sobre o tema, dar entrevistas, participar de debates públicos e escrever textos sobre ES. Represento a instituição onde trabalho até hoje numa instância nacional de gestão de sistema de informações que envolve o governo federal e o movimento.

Esta tese é sobre o mundo da Economia Solidária. Está escrita por alguém que tem compromissos com ele, não só uma relação de estudo. Me transformei ao longo dos últimos sete anos em parte daquilo que é meu objeto de análise. Nesta parte da tese mostro como me transformei numa agente no mundo que estudo. Acredito que esse processo de transformação seja revelador das propriedades do universo que analiso. A partir de situações significativas mostrarei momentos críticos e representativos das transformações ocorridas e ao mesmo tempo algumas características do mundo da ES.

Me aproximarei destas questões a partir de descrições etnográficas tomadas como situações sociais, a exemplo do que Gluckman fala sobre as situações que se apresentam como reveladoras na Zululândia (GLUCKMAN in FELDMAN-BIANCO, 1987).

Trato deste processo de transformação como incorporação, porque a palavra pode ser usada em dois sentidos: passar a fazer parte – ser incorporado a alguma coisa – ou tornar algo parte de si. Estes dois sentidos da incorporação traduzem o duplo processo de entrar neste universo e ao mesmo tempo ser transformada por ele.

Se aqui este processo é linear e bem marcado no tempo, isso é apenas um recurso de escrita. É importante chamar a atenção para o fato de que cada uma destas situações se apresenta como reveladora *a posteriori* no contexto da análise, tendo sido vividas, no momento, de outra maneira. Se obviamente as minhas ações foram frutos de escolhas mais ou menos conscientes, os seus resultados foram inesperados.

Esta parte da tese conta com dois capítulos. O primeiro trata do processo de aproximação e aceitação da minha presença nos espaços da ES, desde o estranhamento até a permissão para uma convivência mais íntima com os agentes. O segundo é sobre a profissionalização e a construção do papel de especialista e assessora, quando o dinheiro é introduzido nesta relação e é reconhecido o meu compromisso com a ES como causa.

CAPÍTULO 1

ESTRANHAMENTO E ACEITAÇÃO

Introdução

Pode-se ver o processo de aproximação e aceitação a partir de duas perspectivas. Uma delas é a de como as pessoas neste mundo foram enxergando e classificando a mim, meu trabalho e minha presença, a partir de idéias que já existiam. A partir das categorias classificatórias existentes, foram identificadas coincidências com o meu comportamento, meu vocabulário e minha postura. A outra perspectiva considera como a ES passou a fazer parte de mim, na medida em que aos poucos aprendi não apenas o seu vocabulário e o que se esperava de mim, mas a compartilhar de algumas emoções como os nativos.

Abordarei estas questões em dois momentos e por meio da descrição de algumas situações. As primeiras que descreverei ocorreram durante a Plenária Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro e na III Plenária Nacional de Economia Solidária, ambas ocorridas em 2003. Elas dizem respeito a um momento de estranhamento e de confrontação e com a principal forma de classificação, nos chamados “três segmentos”, existente durante encontros.

O segundo momento representa a mudança ocorrida com a conclusão da dissertação de mestrado e o que ela gerou na interpretação dos agentes sobre a minha relação com a ES. A entrega do objeto-dissertação publicamente a algumas pessoas ocorreu durante o I Encontro de Empreendimentos de Economia Solidária do Rio de Janeiro, em 2004. As representações sobre a pesquisa e o papel de pesquisador e os sentidos atribuídos a minha dissertação de mestrado mudaram o meu lugar, revelando uma relação de troca em que tinha sido colocada sem perceber.

Este momento também representou a possibilidade de compartilhar com os agentes momentos fora dos espaços formais das reuniões. No I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, viajei a Brasília durante dezoito horas com os delegados escolhidos para representar o Rio de Janeiro e fiquei hospedada com eles. A convivência em espaços de intimidade, como os quartos em que dormi durante o encontro representaram a possibilidade de ter acesso a outros tipos de relações.

As situações descritas neste capítulo se deram em plenárias e encontros, que são lugares de construção da Economia Solidária como causa, verdadeiros espaços de sociabilidade onde diversos elementos, como as chamadas “dinâmicas”, os crachás, as bolsas, a exposição e venda de produtos, as faixas e tantos outros, compõem um conjunto fundamental para a compreensão deste mundo. Neles participar significa engajar o corpo e a fala. No final do capítulo farei uma descrição de alguns destes elementos. Além disso mostrarei de que forma alguns objetos, como o crachá e o caderno de campo são importantes para compreender estes espaços e marcam processo de entrada no trabalho de campo.

É importante salientar que a maior parte do que agora é possível considerar como dado etnográfico e como signo de transformações foi vivido como casualidade e de forma não planejada. Isso reforça a idéia de que foi preciso me entregar ao que a entrada neste mundo me oferecia para poder compreender de fato como ele funciona. As minhas ações eram obviamente conscientes, mas o resultado delas não estava sob meu controle e foram inesperados.

1.1. Estrangeira

“Não gosto dessas coisas de ONG”

O processo de aproximação com a Economia Solidária foi simples. Meu orientador me sugeriu o tema e eu resolvi ver do que se tratava. Nada mais. Nunca havia ouvido falar de Economia Solidária e a frase que disse depois da primeira conversa sobre o assunto foi: “Você sabe que eu não gosto dessas coisas de ONG...” Esta frase se tornará algo cômica na medida em que avanço sobre esta trajetória. O sentimento de rejeição da expressão Economia Solidária foi a minha primeira reação.

Os primeiros passos para entrar no tema da Economia Solidária foram a leitura de alguns textos sobre o assunto e a participação, no III Fórum Social Mundial em Porto Alegre (em janeiro de 2003) em alguns eventos organizados pelo GT Brasileiro de Economia Solidária.¹² Mas vou delimitar como começo desta trajetória a Plenária Estadual do Rio de Janeiro, ocorrida no mesmo ano, nos dias 30 e 31 de maio e 1 e junho, pois neste momento, de fato, o processo de percepção minha e de alguns agentes deste mundo começam a ganhar maior relevo. Este evento era uma etapa preparatória da III Plenária Nacional de Economia Solidária, que ocorreria pouco depois.

A primeira impressão sobre este mundo, no momento inaugural do trabalho de campo, foi de grande proximidade. Um contato do próprio Museu Nacional me passou o telefone de uma pessoa de uma das ONGs envolvidas no processo. Esta pessoa por sua vez me informou que o evento era aberto e que eu poderia participar. Foi fácil.

¹² GT Brasileiro é o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária do Fórum Social Mundial, composto por 12 entidade que vieram a criar, em 2003, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, FBES

Chegando ao encontro, realizado no campus da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC - RJ), comecei a perceber que o universo universitário não estava longe da economia solidária. Um conhecido do movimento estudantil de Ciências Sociais (que eu não esperava encontrar) me apresentou mais algumas pessoas.

Participar não é opcional

Antes de qualquer coisa, era preciso fazer a inscrição. Cada pessoa deveria assinar uma lista, que continha as colunas “nome” e “instituição ou grupo”. Assinei a lista e recebi o material necessário a minha participação. Uma bolsa de pano, documentos da última reunião, que fora realizada na cidade de Mendes, bloco de notas e caneta. Este conjunto acompanhava um pequeno saco plástico transparente que continha sementes. A moça que organizava a inscrição alertava cada um que ninguém deveria perder suas sementes, porque seriam importantes durante o encontro. Na coluna “instituição ou grupo”, por falta de melhor opção, preenchi: “Museu Nacional / UFRJ”.

O evento foi realizado numa quadra poli-esportiva, no *campus* da PUC. Uma escada levava à porta que, aberta, deixava a vista uma organização de cadeiras que estranhei. Havia um palco e as cadeiras postadas em frente a ele estavam colocadas bem longe, no extremo oposto do grande espaço. Achei estranha a disposição das cadeiras, mas não cheguei a prestar muita atenção. Momentos depois, o motivo de estarem daquela forma foi revelado, para meu desconforto. Terminava ali aquela sensação de proximidade.

As festividades juninas se aproximavam e uma pessoa anunciou ao microfone que começaríamos os trabalhos dançando uma tradicional quadrilha. Aqueles que conversavam em pequenos grupos espalhados dentro e fora da quadra começaram a prestar atenção. Havia perto de

cinquenta pessoas. A maioria delas tinha entre 30 e 60 anos. As mulheres eram mais numerosas que os homens. Havia negros, mulatos, brancos. Muitas pessoas vestiam camisetas com dizeres sobre Economia Solidária.

Formou-se uma imensa roda de dança, embalada por música de quadrilha e pela fala animada do homem ao microfone. Pretendia observar de que modo aquela dança ia ocorrer, feliz por ter algo para descrever no meu primeiro dia de trabalho de campo. De longe uma pessoa desconhecida me chamou para entrar na dança. Fui puxada para a roda quando esbocei no rosto a intranquilidade que a situação me colocava. Percebi que não havia escapatória. Dancei.

Em certo momento o homem pede a todos que cada um observe o saquinho com sementes que recebeu e procure entre os participantes aqueles que possuíam sementes iguais. As pessoas deveriam então formar grupos segundo o tipo de semente que haviam recebido. Cada um deles passou a ser chamado então pelo nome da planta equivalente. Grupo do girassol, do feijão, da canjica, e assim por diante. Cada grupo então deveria escrever numa grande folha de papel pardo duas palavras que representassem o que achavam que era Economia Solidária. Estes grandes cartazes foram então pendurados no fundo da quadra e formaram o cenário dos outros dias de plenária.

Depois da dança, todos os participantes foram convidados a permanecer na quadra. Agora, sem o embalo de música, todos ouviram as instruções. Fomos chamados a formar uma grande roda. O homem que estava ao microfone durante a dança seguiu com as orientações. Havia uma bola, que deveria ser jogada de uma pessoa para outra, de modo que cada um que a recebesse deveria dizer uma palavra sobre as suas expectativas em relação aquele encontro que se iniciava. Para meu alívio, ninguém me jogou a bola e pude permanecer em silêncio.

Todos os participantes pareciam perfeitamente a vontade naquilo que parecia uma grande brincadeira. Era uma dinâmica de grupo. A primeira de muitas outras de que iria participar.

“Então é assessoria.”

O encontro da PUC era preparatório à III Plenária Nacional de Economia Solidária, que ocorreu pouco depois, em Brasília, nos dias 27, 28 e 29 de junho. Fui a este encontro por meus próprios meios e fiquei hospedada em um hotel. Em todas as manhãs do encontro me dirigia de táxi ao clube onde ocorria a Plenária.

Os espaços amplos, a paisagem limpa de edifícios eram o cenário típico da capital, onde ocorreram tantos outros encontros e reuniões de que participaria. Ao atravessar os grandes portões escancarados do clube, já se podia ver uma pequena multidão que me pareceu bastante intimidadora no primeiro momento. Um burburinho vinha crescendo por um largo corredor, onde começavam a ser montadas pequenas mesas que depois serviriam de base para a exposição de uma grande quantidade de mercadorias. Eram produtos da Economia Solidária. Ainda desde a entrada, se podia ver faixas de tecido ou plástico penduradas nas enormes paredes do corredor. As faixas, com letras multicoloridas eram saudações aos participantes. Muitas delas tinham logomarcas de organizações e entidades que haviam financiado a realização do encontro, como pude constatar depois.

Me aproximei de forma tímida de uma mesa, em cuja extremidade pendia um cartaz identificando o local em que deveria me inscrever. A inscrição no evento consistia em que o participante se dirigisse a esta mesa, onde uma mulher manipulava listas enormes impressas, recebidas através dos organizadores das etapas estaduais. Como em todos os encontros em que

estive presente posteriormente, todos os participantes na III Plenária recebiam um crachá e uma bolsa de pano, em cujo interior havia documentos preparatórios, uma caneta, um bloco de papel para anotações e *folders* informativos de entidades e organizações que participavam da realização do encontro. O crachá era um cartão decorado com a logomarca e dizeres que caracterizavam a identidade visual do encontro e com um espaço em branco. Ele deveria ser pendurado ao pescoço. Cada participante recebia no momento da inscrição, um destes crachás, onde deveria ali mesmo escrever seu nome, estado de onde vinha a sua “entidade ou grupo”. Um pequeno adesivo circular era colado ao lado destas informações. Logo percebi que havia de três cores diferentes e eles eram colocados de maneira não aleatória nos crachás.

Cada participante preenchia uma ficha depois de identificado na lista. Assim o fiz e a seguinte pergunta me foi feita: “Qual o seu segmento?”. Claramente não entendi a pergunta e a moça me explicou: “Você é de empreendimento, assessoria ou gestora pública?”. Respondi que não era nada daquilo, que era estudante universitária e que queria conhecer a Economia Solidária. Sem qualquer dificuldade aparente ela me disse: “É assessoria então.” Foi neste momento que percebi que os pequenos adesivos circulares colados nos crachás correspondiam, dependendo da cor, a cada um dos segmentos: empreendimento, assessoria ou gestor público.

O crachá da Plenária indicava a combinação de categorias privilegiadas na identificação das pessoas durante os encontros. O nome, como caracterização do indivíduo singular, a entidade, remetendo a questão da representação de uma coletividade, o estado de origem compondo a festejada diversidade de origem e o pertencimento a um dos segmentos. Estas características não poderiam ser mais explícitas: estavam absolutamente visíveis, no peito de cada um dos mais de quatrocentos participantes.

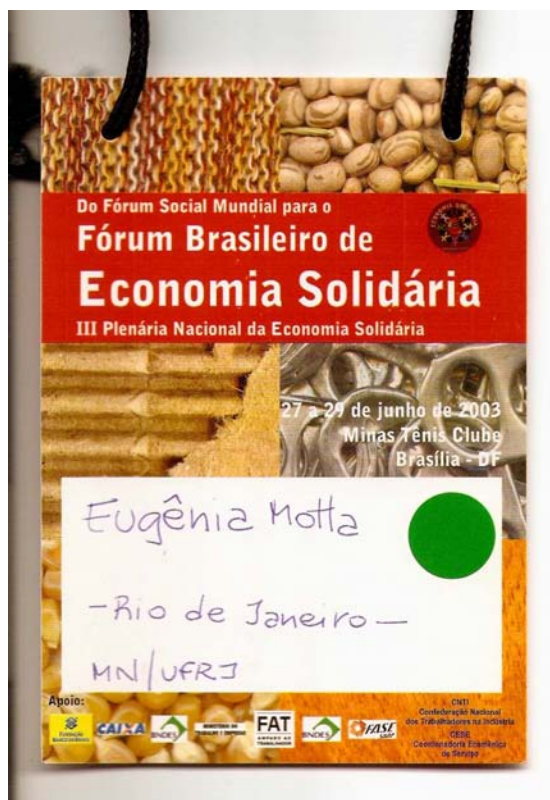


Foto 1: Crachá da III Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, em 2003

Cada um deles também recebeu um lenço branco triangular decorado com corações vermelhos. Dentro de alguns dos corações esta escrita a sigla do estado de origem do participante, no meu caso: RJ. A maioria dos participantes usou o lenço amarrado no pescoço ou na cabeça. O pertencimento aos estados também foi lembrado quando, na abertura do evento, um homem gritou o nome de cada um, chamando as delegações a se manifestarem quando seu local de origem fosse chamado.

Particpei da Plenária carregando meu caderno, dançando e brincando nos momentos de dinâmica. Participando das discussões como “assessoria” quando aos trabalhos eram em grupos “por segmento”.

Mais tarde tive a demonstração de como eu tinha marca de estrangeira e de certa forma a ostentava. E também, como novata, podia ser motivo de riso. Mais de uma pessoa me

falou dos primeiros encontros de que participei e chamou atenção em tom jocoso para o fato de que eu tinha um caderno sempre na mão, e que fazia muitas anotações. O caderno mostrava que eu era uma estreante e me destacava. Depois percebi que minha relação com o caderno de campo foi mudando muito durante meu trabalho, acompanhando em grande parte a mudança na minha relação com os nativos.

Nos meu caso o caderno de campo, além de todos os sentidos que se possa discutir sobre como e quando registrar as experiências de pesquisa assume o lugar de signo de distância social entre mim e os nativos. Löic Wacquant também cita comentários jocosos dos seus informantes sobre suas anotações (WACQUANT, 2002, p.222) além de uma discreta expectativa sobre o que as anotações vão gerar. Isso também ocorreu muitas vezes comigo, quando não raro alguém em tom de piada me perguntava o que eu estava escrevendo sobre si.

O caderno de campo, como marca de distância, em grande medida era uma barreira ao acesso a certo tipo de conversa, a certos lugares. Se num primeiro momento o importante para mim era o registro de tudo que acontecia e para isso fazia sentido o caderno sempre a mão, depois, quando consegui me dedicar a uma observação mais relaxada e mais intensa, o caderno não podia mais ocupar minha atenção da mesma forma no momento em que estava participando. O caderno era um objeto-marca que mostrava a todos que eu era de fora e sua transformação durante o tempo acompanhou a transição entre uma pretensão de observação participante até uma participação observante (WACQUANT, 2002).

1.2. Compromisso e intimidade

A dissertação de mestrado como prova

Depois de mais de um ano de convivência, em fevereiro de 2004, defendi minha dissertação de mestrado sobre ES. Para minha surpresa o trabalho sofreu uma transformação ao ser incorporado como parte da relação que estabeleci com os nativos.

Durante meu trabalho de campo muitas vezes as pessoas me diziam que queriam ver o resultado do meu estudo depois de pronta a dissertação. Estas falas tinham em parte uma delicadeza, que demonstrava o interesse do meu interlocutor pelo que estava fazendo. Mas muitas vezes eram explicitamente desconfiadas.

Depois da defesa da dissertação fiz várias cópias impressas do trabalho e entreguei a algumas pessoas que tinham me ajudado e a pessoas a quem havia prometido explicitamente fazê-lo. Pouco depois do ritual acadêmico ocorreu uma grande reunião que era preparatória para I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária. A exemplo do encontro na PUC, foi uma etapa estadual, preparatório para a nacional e ocorreu no CEFET¹³, no Rio de Janeiro.

No momento em que pensei em entregar cópias da dissertação durante este evento, prestei atenção apenas na praticidade de que ia encontrar todas as pessoas num só lugar e poderia fazer chegar a todos no mesmo dia e eu poderia ficar tranqüila em ter cumprido as minhas promessas.

O CEFET é uma escola enorme. As salas de aula, na sua maioria, são voltadas para corredores abertos, que conferem uma amplitude bem agradável ao prédio. A circulação das pessoas pode ser acompanhada por muitos ângulos. Muitas das atividades deste encontro se

¹³ Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

deram dentro destas salas de aula, por onde se espalhavam pequenos grupos encarregados, cada um, da discussão de um tema diferente.

No encontro no CEFET fui chamada, pela primeira vez para ser “relatora”, papel geralmente identificado com os assessores. Depois do trabalho de grupo, os participantes estavam espalhados pelo pátio da escola num momento de lanche, conversando em pequenos ajuntamentos.¹⁴ Como estavam todos em conversas informais e relaxadas achei que era um bom momento de me livrar logo do peso daquele papel todo.

Me aproximei de uma pessoa que tinha sido muito importante, me apresentando a diversas outras e sempre esforçado em me fazer sentir integrada. Tirei da bolsa uma cópia da dissertação. O gesto chamou atenção. Mais um agente que tinha se tornado muito próximo me perguntou: “É a sua dissertação?”. Diante da resposta afirmativa, sorriu em tom de aprovação. Mais três pediram cópias. Outra pessoa próxima, a quem já havia entregado uma cópia se aproximou e disse que já havia inclusive lido uma parte. Provou o fato citando algumas passagens, certamente mostrando aos outros que um certo privilégio na relação comigo. Outro fez o mesmo.

O efeito de entregar em público cópias da dissertação foi inesperado. Alguns agentes que já me conheciam vinham perguntar se era a dissertação, outras pediam uma cópia também. Se criou ali, sem querer – da minha parte – o momento de entrega da dissertação como uma demonstração. Os olhares de aprovação e os comentários demonstraram que o fato foi interpretado como uma demonstração pública. De alguma forma eu não estava apenas entregando cópias de um trabalho a pessoas próximas, mas mostrando que estava disposta a ter o meu trabalho apreciado publicamente.

¹⁴ Tratarei na terceira parte do capítulo sobre os elementos que compõem os encontros de ES, analisando as categorias “facilitador”, “relator”, “assessor” e “trabalho de grupo”.

Dois agentes destacaram um mesmo aspecto do texto que a mim nunca tinha se apresentado desta forma. O caráter de preservação da memória que teria a descrição feita na dissertação sobre os encontros de que participei. Este aspecto marcava a “utilidade” do meu trabalho. Isso é importante porque uma das acusações possíveis que se pode fazer a um pesquisador é que sua pesquisa “não serve para nada”.

A entrega pública da dissertação foi vista como uma prestação de contas sobre o que eu vinha fazendo. Mesmo que o seu conteúdo objetivo tenha sido apropriado por poucos, o sentido da existência concreta – demonstrada pela exposição pública do objeto-dissertação – foi o de aliviar as desconfianças em relação a minhas perguntas, ao meu olhar, ao meu caderno.

A partir deste momento a relação com a Economia Solidária passou de fato a um estágio em que aquilo que eu tinha produzido num espaço e numa linguagem acadêmicos passou a ter importância na minha inserção como participante deste mundo. Se ainda existia alguma possibilidade de manter separado o momento da etnografia, de mim como observadora, depois da existência da dissertação esta distância foi apagada. Foi a partir deste momento que eu deixei de ser uma forasteira.

Mais adiante mostro como a pesquisa é considerada uma troca em que o pesquisador recebe as informações e o acolhimento nos encontros, mas paira sobre ele a dúvida da retribuição. A entrega da dissertação foi o início da retribuição e também a mostra de que eu estava disposta a estar “a serviço” do movimento, ou seja, a retribuir de forma mais constante. Assim, se ela servia como requisito para obtenção de um título universitário, que tinha claramente um sentido encerrado nos fins acadêmicos, também me conferiu a aceitação maior como parte do mundo da ES. A avaliação feita sobre a pesquisa – se serve ou não – se mistura ao julgamento sobre o pesquisador. Um trabalho que serve *para* alguma coisa faz com que o pesquisador esteja servindo *ao* movimento.

Se este encontro marcou mais um passo na minha construção como assessora (na participação na relatoria e no reconhecimento da utilidade do meu trabalho), também mostrou um acolhimento num sentido mais geral. O encontro do CEFET foi preparatório para o I Encontro Nacional de Empreendimentos. No final do levantamento de quem poderia ir a Brasília para a etapa seguinte, houve sobra de vagas nos ônibus que levariam os participantes à capital. A pessoa que estava encarregada de organizar a ocupação dos ônibus me convidou então a ir com o grupo que representaria o Rio de Janeiro.

No ônibus, com eles

A viagem de 18 horas de ônibus do Rio de Janeiro a Brasília nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004 marcou uma mudança no tipo de convivência que fora possível até ali com o mundo da Economia Solidária.

Dois ônibus alugados aguardavam o grupo do estado do Rio de Janeiro que compareceria ao I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília. Os ônibus estavam estacionados numa área próxima à rodoviária. As pessoas foram chegando aos poucos, carregando malas de roupa e pacotes com produtos que seriam expostos na capital. Muitos conversavam animadamente e a excitação geral mostrava o quanto ir àquele encontro era importante para todos.

Depois de algumas reclamações sobre a divisão das pessoas nos ônibus por ordem alfabética, partimos sem muito atraso pela estrada. Depois de poucas horas o clima no ônibus era bastante festivo e todos conversavam animadamente. Alguns cantavam, outros apenas falavam. Percebi que viagens longas deste tipo não faziam parte da vida de muitas daquelas pessoas.

Já em Brasília, fomos alojados num espaço pertencente à CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Existem muitos espaços deste tipo em Brasília e pude conhecer alguns deles ao longo dos anos. Em geral contam com grandes refeitórios, alojamentos simples com quartos amplos e salas e auditórios. Foram construídos justamente para receber encontros de grandes grupos como o nosso.

Cada quarto abrigava oito pessoas e possuía apenas dois banheiros. Foi a primeira vez que a intimidade de compartilhar o espaço de dormir me foi apresentada. Acordei num quarto que compartilhei com mais sete mulheres, das quais com apenas uma tinha conversado mais longamente antes naquela viagem.

O galpão onde era servido o café-da-manhã coletivo era apenas o prelúdio do imenso refeitório para duas mil e quinhentas pessoas que se formaria no local do encontro. Foi a primeira vez que participei de uma reunião durante todo tempo, todas as refeições, durante o sono. Cada refeição era uma prova de resistência à imensa fila que se formava no refeitório improvisado. O clube era o mesmo em que tinha sido realizada a III Plenária Nacional. Mas desta vez parecia diminuto com a multidão que o freqüentava.

Este encontro, por causa da quantidade enorme de pessoas presentes e o clima especialmente seco (que fez muitos passarem mal), foi extremamente desconfortável. O fato de ter estado com eles, no mesmo alojamento e enfrentando junto as filas pareceu provar que eu podia ir mais longe naquela relação, que resistia às condições desconfortáveis e que era capaz até de me divertir com eles.

O sacrifício para participar dos encontros é um dos fatores que funcionam como marca de compromisso. Tratarei disso mais adiante, em outra situação em que isso fica evidente de forma ainda mais clara.

1.3. Encontros, plenárias e reuniões: elementos

Dinâmicas e grupos de discussão

Na sua análise sobre “reuniões” de trabalhadores rurais, John Comerford mostra como estes são espaços em que a matéria a ser debatida é apenas um dos elementos que os torna importantes na construção de um universo social (COMERFORD, 1999). Os encontros são também “espaços de sociabilidade” onde a ES é criada. Seu caráter altamente pedagógico aponta para a construção de identidade, vocabulário e argumentos comuns.

Os encontros e grandes reuniões em geral têm uma pauta de temas que devem ser discutidos e sobre os quais são feitas resoluções coletivas. Os temas e decisões a tomar são propostos por instâncias de coordenação. Assim, estes são espaços cujo objetivo manifesto é gerar resoluções coletivas e documentos escritos como resultado.

Na primeira situação que descrevi o que ocorria era uma “dinâmica de grupo” ou simplesmente “dinâmica”. Esta é um elemento importante nos encontros e plenárias, tendo destaque no começo e no final destes eventos e, não raro, inaugurando cada dia ou cada sessão de trabalho. Em geral elas envolvem música ou dança e demandam um engajamento corporal. É comum também que sejam usados objetos, como a bola que é passada de mão em mão ou as sementes como nas dinâmicas descritas.

As dinâmicas têm uma relação forte com as chamadas “místicas”, difundidas publicamente pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). De forma semelhante à dinâmica de grupo, as místicas são rituais que contam com palavras, objetos, coreografias particulares e como o nome sugere, têm um caráter religioso e de integração espiritual, mas sempre ecumênico.

Em geral este tipo de atividade está presente nos encontros de Economia Solidária e tem um caráter de criação de coesão, como tive oportunidade de mostrar na minha dissertação de mestrado (MOTTA, 2004, p.6-34). Engajando corpos e a atenção de todos em atividades que exigem participação ativa – dançar, falar, cantar, sacudir objetos –, elas criam uma disposição comum para as atividades que se seguem. A alternância entre momentos de euforia e circunspeção ajudam a criar uma coletividade no sentido forte, mobilizando disposições necessárias para a realização de um encontro que se considere exitoso, ou seja, que cumpra a pauta de discussão, que não tenha problemas sérios na infraestrutura (acomodações e alimentação) e sem conflitos explícitos que possam ameaçar as avaliações positivas sobre a reunião.

É nestes momentos altamente ritualizados também que se explicita um conjunto de representações que dizem respeito à diferença e a diversidade. O momento da dinâmica é marcado pela diluição das hierarquias e classificações. Todos os presentes à reunião se juntam e participam da mesma maneira. Elas são planejadas de forma a estimular ações e práticas cuja execução não promova qualquer distinção por meio diferenciais educacionais ou lingüísticos. São mobilizados então elementos visuais e objetos que são investidos de significados variados. O uso das sementes, por exemplo, no que descrevi sobre o primeiro encontro é uma forma de dividir as pessoas em pequenos grupos apelando à identificação visual de semelhanças entre os objetos, ao mesmo tempo em que se remete à natureza e à relação com a terra.

Sendo momentos de criação de coesão, de pedagogia em relação ao vocabulário, as dinâmicas também mostram quais as diferenças que são aceitáveis e quando o são. As diferenças negadas são aquelas que possam justificar qualquer valor maior a propriedades sociais mais raras, como o capital educacional. É freqüente que se lembre que “ali não tem diferença entre doutor e analfabeto”.

Diferenças, quando representam algo positivo são chamadas de “diversidade”. Um tipo de diversidade valorizada no mundo da ES é a que diz respeito à origem geográfica dos agentes, por exemplo. A apresentação das delegações por estado está presente em todos os eventos nacionais.



Foto 2 - Imagem da dinâmica de abertura da IV Planária Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, em 2009. Pode-se ver que os participantes carregam uma bolsa de pano, distribuída a cada um no ato da inscrição.

Assim como ritualizam a participação e festejam a Economia Solidária, as dinâmicas também têm uma grande importância na organização do tempo nos encontros. Em geral o começo é marcado por uma bastante elaborada, que pode envolver momentos de dança, canto, contemplação e festejo da diversidade. A dinâmica de abertura é bastante valorizada e é objeto de

planejamento cuidadoso. Esta elaboração envolve a utilização freqüente de objetos, que podem inclusive ser produtos de empreendimentos de ES.

Outras dinâmicas marcam o começo dos trabalhos após as refeições e muitas vezes encerram um dia de encontro. Estas outras geralmente são mais simples e não raro as pessoas são chamadas na hora para organizar sua realização. O encerramento dos encontros também conta este tipo de atividade, que em geral reforça a positividade da experiência.

Mas nem todas as dinâmicas criam igualdade para criar coesão. Algumas delas mostram uma certa hierarquia que geralmente está ligada ao tempo que se está “no movimento” e ao prestígio que se goza entre os participantes. Como na dinâmica com a bola, quando se deixa a critério dos participantes para quem passá-la, o que geralmente ocorre é que ela seja passada entre pessoas que se conhecem e têm apreço uma pela outra. São poucas as vezes, mas há dinâmicas em que as pessoas são levadas a mostrar seus afetos e explicitar opiniões umas sobre as outras. Ficam claras as preferências, as diferenças de popularidade e prestígio. Descreverei uma dinâmica deste tipo mais adiante.

No caso da dinâmica que descrevi no começo deste capítulo, da passagem da bola, que ocorreu no primeiro encontro de que participei, não recebi a bola o que me colocou em evidência que ninguém me conhecia. Esta dinâmica fez transparecer quem eram os novatos e quem já era conhecido. Essa idéia é importante na medida em que o tempo em que se “está na luta”, o engajamento, é um critério de legitimidade importante numa hierarquia presente no mundo da Economia Solidária. Esta é considerada uma diferenciação legítima entre os agentes. Quem está há mais tempo na luta tem sua fala mais valorizada e é mais difícil que suas posições sejam confrontadas abertamente.

As dinâmicas não são exclusividade do mundo da Economia Solidária, estando presentes na tradição da chamada “educação popular” no Brasil e nas práticas do trabalho de base

da Igreja Católica, através de organizações que, segundo Leilah Landim (1998), foram a base para a criação das ONGs. Elas são técnicas pedagógicas que servem a diversos objetivos no que diz respeito ao trabalho com grupos de pessoas e também são usadas em empresas, principalmente em processos seletivos e também em reuniões motivacionais. Boltanski (2009) mostra como elementos de crítica ao capitalismo são apropriados e transformados em seu próprio benefício. Este parece ser o caso da utilização destas técnicas nas empresas.

Existem dezenas de manuais sobre dinâmicas de grupo. A católica Editora Vozes conta com mais de 50 títulos especificamente voltados para o assunto. Os livros muitas vezes são direcionados especialmente a um tipo de com que se pretende trabalhar (estudantes, idosos, grupos populares, por exemplo). Há alguns só sobre dinâmicas para empresas ou para rituais litúrgicos. Estes manuais e os textos sobre o assunto são classificados como pertencentes à área da psicologia e da pedagogia.



Foto 3: Dinâmica de encerramento do Seminário de Capacitação do Mapeamento no Rio de Janeiro, em 2005.

No livro *Como Animar um Grupo*, María José Aguilar Idáñez define a técnica de dinâmica de grupo da seguinte forma:

A dinâmica de grupos (...) constitui um conjunto de procedimentos e meios a serem utilizados em situações grupais, com o fim de fazer aflorar de uma maneira mais expressa, consciente ou manifesta, os fenômenos, fatos e processos grupais que estão sendo vividos no seio do grupo em que são aplicados. Como é óbvio, as técnicas de dinâmica de grupo ajudam com grande eficácia o auto-conhecimento do grupo como realidade psicossocial. (INDÁÑEZ, 2004, p.16)

Este é um tipo de abordagem existente sobre as dinâmicas, como técnicas auxiliares no trabalho com coletividades, voltados para o auto-conhecimento. Outro tipo de visão, porém, considera que estas práticas têm propriedades transformadoras. Num manual de dinâmicas,

também editado pela Editora Vozes, chamado *Dinâmicas de Grupo e Textos Criativos*, Canísio Mayer escreve:

O trabalho com dinâmicas parte da realidade das pessoas e dos grupos, interpreta aspectos relevantes desta mesma realidade no intuito de transcendê-la, recriá-la, reconfigurá-la, reorientá-la... Esse movimento busca projetar uma nova luz, um novo olhar e uma nova motivação e atitude sobre a realidade, devolvendo às pessoas e aos grupos o que são por vocação, isto é, sujeitos e protagonistas de suas vidas, de suas decisões, buscando dessa forma, escrever novas e significativas páginas da história humana. (MAYER, 2009, p.14)

Os momentos das dinâmicas são verdadeiras ritualizações, quando a partir de técnicas se agregam símbolos e palavras do mundo da ES (se espera que as técnicas sejam adaptadas aos grupos específicos). Os objetos utilizados, os cartazes, tarjetas e balões plásticos são elementos que compõem uma paisagem do encontro, estabelecendo uma base comum, principalmente no que diz respeito ao vocabulário sobre os “valores” e “princípios” do mundo da ES.

Existem indivíduos destacados para planejar e fazer funcionar as dinâmicas, as plenárias e os trabalhos de grupos durante as reuniões. Como já citado anteriormente, quem comanda as dinâmicas se chama em geral de “animador / a”. Estas pessoas ocupam lugar de destaque durante este tipo de atividade, que tem um caráter emotivo grande em geral e oferecem momentos de riso e descontração. Além de dominar uma técnica – a de saber como funcionam as dinâmicas -, estas pessoas têm habilidade na condução dos grupos. Quanto mais importante e com maior número de participantes é o encontro, maior também é a preparação e o cuidado na escolha dos animadores.

Todas as vezes que perguntei para pessoas que organizavam este tipo de atividade onde tinham aprendido aquelas técnicas, a resposta se referia a cursos inespecíficos (“num curso”) ou mesmo a terem aprendido participando. Os livros e manuais são explicitamente

ignorados. Também questionei agentes da ES sobre a existência deste tipo de literatura e as respostas vagas eram mais ou menos as mesmas: “Deve existir sim... Posso procurar saber...”.

Na maioria dos grandes encontros e plenárias as dinâmicas são momentos planejados previamente e discutidos como parte da “metodologia”. Acontece muitas vezes, porém, que se percebe a “necessidade” de uma dinâmica que não estava planejada. Isso ocorre quando um ou mais participantes perguntam publicamente pela dinâmica ou anunciam sua avaliação de ela é necessária. Se esta impressão for expressamente compartilhada por pelo menos algumas pessoas, procura-se alguém que possa “animar” uma. É comum que as pessoas neguem que tenham o conhecimento sobre como fazê-lo, dizendo que esqueceram, que não estão com vontade de organizar naquele momento ou que existe outro que faz melhor do que ele. Isso aconteceu todas as vezes que testemunhei o pedido para a organização de uma dinâmica fora de uma programação prévia dos encontros.

Uma hipótese para que não haja explicitação das dinâmicas com uma técnica pedagógica, aprendida em espaços específicos é que sobre elas paira uma aura de elevação quase religiosa. Admitir explicitamente a existência de manuais e aulas sobre o assunto seria desmágicizar estes momentos, ao mesmo tempo tirando do “animador” seu caráter quase mágico, quando promove catarses e transformações.

Outra hipótese, que não exclui a primeira é que esse tipo de postura esteja relacionada à negação manifesta de propriedades e capacidades que possam levar a uma distinção. As dinâmicas são técnicas que envolvem aprendizado e dominá-las constitui um capital importante que na prática está relacionado ao papel de coordenação e organização dos encontros.

Em geral os animadores pertencem à categoria de “assessoria”. Negar as capacidades que autorizam a participação em instâncias de decisão ou posições de destaque (comandar a dinâmica ao microfone, por exemplo) faz parte da negação de hierarquia da qual as próprias

dinâmicas são parte. A modéstia é particularmente esperada destes agentes – os “assessores” –, cujos capitais educacional, lingüístico e social em geral é muito diferenciado em relação aos trabalhadores dos empreendimentos.

Os encontros são pontuados por diferentes formas de organizar a discussão das matérias propostas. Em geral existe a alternância entre momentos em que todos os participantes estão voltados a uma mesma atividade e reunidos num mesmo espaço, que se chamam plenárias¹⁵ e os chamados trabalhos de grupo, compostos por uma quantidade pequena de pessoas, que dependendo do encontro pode variar de 5 a quase 30 participantes.

Em geral os debates são feitos neste segundo tipo de espaço, onde uma quantidade menor de pessoas permite que um maior número delas possa se manifestar. Os grupos podem discutir simultaneamente um mesmo assunto ou assuntos distintos. As proposições e posições tomadas nestes coletivos devem ser levadas à apreciação da plenária, quando há as votações e resoluções.

Nos trabalhos em grupo em geral há dois agentes responsáveis pela condução dos da discussão. Um delas, chamada de “facilitador” (a palavra animador também pode ser usada neste caso) é responsável por organizar a discussão e deve conhecer as regras e acordos sobre a condução de toda a reunião. A pessoa encarregada disso deve fazer com que a discussão siga dentro dos temas propostos, deve esclarecer dúvidas de conteúdo e de método e deve controlar o tempo e as falas da atividade. Em geral este papel é dado a um assessor, escolhido pela coordenação da reunião. Ele cumpre, além da tarefa momentânea de organização, o papel didático de ensinar como se fazem reuniões.

¹⁵ A palavra “plenária” é usada na ES e nesta tese em dois sentidos. Um designa um tipo de encontro, caracterizado pela tomada de decisões sobre o futuro do Fórum, assumindo um caráter estratégico de posicionamento coletivo, como as citadas I Plenária Brasileira, III Plenária nacional de ES, por exemplo. O outro sentido assumido pela palavra é o destacado neste trecho, que se refere à caracterização de um tipo de momento dentro de reuniões – cujo número de participantes é muito grande – em que todos estão reunidos. Nesta tese utilizo a palavra com letra maiúscula para o primeiro sentido e letra minúscula para o segundo.

As discussões realizadas nos trabalhos de grupo devem ser registradas para apreciação na plenária. A anotação e organização das informações geradas ficam a cargo de um relator. Esta pessoa pode ou não ser previamente escolhida. É comum que se oriente os grupos a escolherem no momento em que começam a trabalhar um coordenador, que controla falas, controla o tempo que cabe à colocação de cada um. Há alguma variação nos papéis destas figuras nestes momentos, dependendo da avaliação que o grupo que planeja a reunião faz sobre a organização geral.

A importância da capacidade de escrever, registrar e fazer existirem propriamente “propostas” está relacionada com as capacidades lingüísticas destes agentes identificados como “assessorias”. Aqui pode-se recordar do papel destacado que teve o meu caderno de campo e me pergunto se ele também não foi demonstrador da minha capacidade de escrever, associando o registro que eu estava fazendo para a *minha* pesquisa com o registro que poderia ser útil ao movimento.

Estes dois tipos de agentes exercem o papel de mediar a relação daquele grupo com a estrutura organizativa do evento. O facilitador garante que as regras estabelecidas sejam seguidas naqueles espaços e o relator garante que a discussão realizada ali seja traduzida frente ao coletivo mais ampliado.

Laura Masson (2007) trata com detalhe em sua tese sobre feminismo da organização das discussões em grupos durante encontros. Existem algumas semelhanças quanto às formas adotadas e algumas diferenças bastante marcantes, principalmente no que diz respeito ao papel dos “coordenadores”¹⁶. Mas o que é interessante apontar como similaridade entre o que descreve

¹⁶ Masson mostra que percebeu uma relação diferente nos encontros de feministas no papel das coordenadoras, em contraste com o que mostra John Comerford (1999) sobre as reuniões de trabalhadores rurais, onde o papel de coordenação implica um poder grande de definição de temas e controle das falas, por exemplo. Segundo a autora, nos encontros de feministas dificilmente se pode identificar quem é a pessoa que ocupa este lugar.

Masson (2007, p.85-89) e o que pude perceber nos encontros sobre a ES é que os agentes se remetem aos valores e princípios que consideram como base da causa que defendem para explicar e justificar a forma como são organizados os encontros. Além disso, as tecnologias de reunião são meios importantes de se criar um vocabulário comum e de se exercitar o uso de argumentos.



Foto 4 - Trabalho de grupo durante a IV Plenária Nacional de Economia Solidária

As assessorias são em geral chamadas para estas funções por serem consideradas como detentoras de maiores capacidades de expressão e escrita e também por serem os detentores

das tecnologias de organização de reuniões. Mais do que isso, esse tipo de função é vista como forma de servir ao movimento, como obrigação deste tipo de agente.

Também é papel de assessores organizar a inscrição, que é a primeira etapa que um participante cumpre ao chegar no local de um encontro. A inscrição consiste no registro e identificação de cada pessoa, colocar numa lista o nome e outras informações sobre cada um. Uma das coisas que também envolve a inscrição é o recebimento, depois do registro, de todo material considerado necessário para participação no encontro.

Existe outra atividade nos encontros e reuniões que é o de “relatoria” ou “sistematização”. Este é considerado menos técnico e mais ligado ao capital político e é designado a pessoas que se consideram experientes e conhecedoras dos meandros das possíveis disputas em jogo. A relatoria consiste em reunir todos os relatórios de trabalhos em grupo, que contém o registro das posições definidas em cada um deles e organizar as propostas para que sejam apreciadas pela plenária e possam enfim serem aprovadas ou não como resolução daquela reunião.

Em geral esta tarefa é executada por uma coletividade, chamada de “equipe de relatoria” ou “equipe de sistematização”. Ela começa seus trabalhos quando a maior parte dos participantes já está aproveitando as atividades festivas ou indo dormir. Às pessoas da equipe de sistematização cabem acusações sobre terem deixado de fora alguma proposta ou posicionamento. Mas em geral o cuidado é tão grande e as acusações tão previsíveis que elas não prosperam nem como fofoca nem como confronto durante as plenárias.

É comum que uma mesma pessoa cumpra vários destes papéis durante um encontro ou reunião. São poucos os considerados habilitados a cumprir as tarefas de organização, porque precisam possuir um capital lingüístico grande, conhecer profundamente as matérias que são tratadas e, além disso, estarem mais ou menos cientes de discussões e conflitos muitas vezes

implícitos nos textos, na organização e na pauta. É neste momento que os assessores assumem um papel de destaque e precisam manifestar o seu empenho em estar “a serviço” e tentar apagar a distinção que significa um diferencial de poder na influência daquilo que possa ser decidido.

Outro elemento comum aos encontros é a presença de produtos trazidos pelos empreendimentos. Eles podem estar expostos e fazer parte da própria estrutura da reunião, quando há bancas montadas para este fim e lugares determinados, como ocorreu na III Plenária e no I Encontro de Empreendimentos. Estes espaços se tornam verdadeiras feiras, importantes dentro dos encontro no que diz respeito ao contato entre os participantes.



Foto 5 - Exposição de produtos durante o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, em Brasília

Mas os produtos podem estar presentes de outra forma também. Durante a IV Plenária houve uma decisão explícita de que não haveria espaço para comercialização. Ela estava

baseada em que alguns trabalhadores de empreendimentos acabam não participando das discussões porque ficam responsáveis pela venda dos produtos nas mesas ou barracas. Mesmo assim houve comercialização nos corredores e nos intervalos das discussões. Dificilmente numa reunião da ES não se vende algo.

Estes objetos, porém, podem ocupar um lugar na simbologia das dinâmicas, representando os empreendimentos. Existe uma representação no mundo da ES sobre os produtos carregarem em si valores que lhes são atribuídos pela forma que são produzidos. Um objeto feito num empreendimento solidário é um objeto carregado de valores. A sua venda e a sua compra são atos que comporiam a série de práticas que diferencia a Economia Solidária da economia capitalista e que faz diferentes os produtos de uma e outra.

O consumo consciente ou solidário e o comércio justo estão baseados nesta idéia. Os objetos ou serviços têm qualidades que lhe são atribuídas para além dos materiais e técnicas, mas pela relação que as pessoas que se envolveram na produção e comercialização estabelecem entre si. Desta forma, comprar um produto é entrar numa cadeia de relações entre pessoas e objetos em que se tem a escolha de aderir ou não e que faz do consumidor partícipe da exploração – produtos das empresas capitalistas – ou da solidariedade – produtos da ES.

A importância desta forma de ver os objetos faz com que os produtos possam representar os próprios empreendimentos e a própria Economia Solidária. Durante a dinâmica de abertura da IV Plenária cada delegação, por estado, foi chamada a entrar no auditório carregando os produtos que representavam aquele local e colocá-lo no palco. Formou-se um imenso altar, em que objetos como colares e pulseiras se misturavam a bandeiras de estados brasileiros e aos objetos que representavam os quatro elementos da natureza – o fogo, a terra, a água e o ar -, para representar a Economia Solidária. Neste arranjo os produtos representam a concretude das práticas econômicas solidárias, ao lado de representações sobre nacionalidade e natureza.

Principalmente desde o clássico trabalho de Bronislaw Malinowski sobre o *kula* (1976), a reflexão sobre os objetos e, especialmente, sua inserção em circuitos de troca vêm recebendo espacial atenção da Antropologia. Nicholas Thomas (1991), em seu *Entangled Objects* discute a visão de Malinowski ao contestar o caráter, segundo ela, exageradamente isolado e não monetarizado dos braceletes e colares trocados. O autor propõe um olhar sobre o lugar dos objetos no colonialismo. Arjun Appadurai (1986) propõe considerar que os objetos, assim como as pessoas, possuem uma vida social. A relação entre o valor e a troca é colocado em questão de forma a permitir compreender as relações entre um e outro. Igor Kopytoff (1986) por sua vez chama atenção para o fato de que a mercantilização, ou a transformação de objetos em mercadorias é um processo. O que estas todas estas considerações têm em comum é reconhecer que os objetos trocados são cercados de sentidos atribuídos a eles pelas pessoas engajadas em relações sociais e que passam a fazer parte delas de forma a incorporar estes sentidos.

Os produtos de ES, além de serem mais elementos nas trocas estabelecidas nos encontros, assumem também um caráter cerimonial. Neste caso seu caráter mercantil tem parte na sua sacralização, já que o seu valor é dado por ser parte de um circuito de relações solidárias. Estes elementos permitem dialogar com as análises sobre as trocas e os objetos na antropologia, já que mostram que os objetos podem estar investidos dos valores de todas as relações de troca em que eles estão inseridos, representando pessoas e sua forma solidária de se relacionar. Eles não deixam de ser mercadorias, já que é justamente o fato de serem parte da economia (solidária) que os distingue de outros.



Foto 6 - Vista parcial do palco do auditório durante a IV Planária Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília

Os três segmentos

Na segunda situação que descrevi, a classificação em segmentos mostra um conjunto de categorias fundamentais do mundo da Economia Solidária durante encontros e reuniões. Apesar das representações sobre a negação de hierarquia e das diferenças na construção de uma identidade comum nestes espaços, as diferenciação em segmentos é considerada legítima e necessária.

Existem três categorias de pessoas segundo as quais os participantes de encontros e reuniões são classificadas: empreendimento, assessoria e gestor público. Cada uma delas carrega

em si representações sobre o que cada tipo de agente faz, de que forma participa do mundo da ES. A cada forma de participar – a cada segmento – é atribuído um conjunto de características que definem o lugar de onde se fala. As palavras sempre assumem diferentes sentidos dependendo quem as pronuncia, onde e como e a classificação em segmentos é a principal forma de definição do lugar de onde se fala e por isso do sentido que se atribui ao discurso dos agentes.

O termo “assessoria”, usado para me classificar foi acionado, como pude perceber depois, por causa da declaração que associava meu pertencimento ao mundo universitário. A universidade, mais exatamente os agentes identificados com este universo, são reconhecidos como pertencentes à categoria assessoria. Nunca ouvi nenhuma explicação para isso. Esta classificação não parece ser uma questão que mereça debate ou considerações especiais entre os agentes da ES.

Grande parte dos agentes pertencentes à universidade exerce atividades identificadas com a assistência, auxílio ou prestação de serviços a empreendimentos, que são identificadas como o papel de assessores. Isso se deve principalmente à existência das incubadoras universitárias, que são espaços de conjugação de atividades de ensino, pesquisa e extensão.¹⁷ A inserção dos estudantes e professores que atuam nas incubadoras é múltipla, envolvendo o que se pode chamar de assessoria propriamente dita e de produção científica e de aprendizado acadêmico.

Existe uma proximidade, no que diz respeito a características sociais (formação universitária, pertencimento à classe média) entre os funcionários de ONGs - estes sim em geral explicitamente dedicados a prestar assessoria – e os agentes do mundo da universidade. Em geral tem origem social e econômica próximas, usam um vocabulário similar. Nos primeiros encontros de que participei, meu contato foi basicamente com pessoas identificadas desta forma. A

¹⁷ No capítulo 3 desta tese tratarei da Incubadoras Universitárias.

desconfiança sobre esta categoria, por parte dos empreendimentos é um sentimento esperado e considerado legítimo pelos agentes da ES.

São classificados como “empreendimento” ou “empreendedores” (mais raramente) os trabalhadores que atuam diretamente na atividade econômica de empreendimentos da Economia Solidária e estão presentes em encontros e reuniões representando estas coletividades. O perfil social destes trabalhadores é geralmente de pessoas com pouca escolaridade formal. Eles moram em áreas rurais ou urbanas empobrecidas. É comum que a atividade que consideram de Economia Solidária e que justifica sua classificação como empreendimento seja uma entre outras atividades voltadas para sua sustentação econômica.

Nas representações do mundo da Economia Solidária os empreendimentos são o lugar concreto em que a Economia Solidária acontece. Ou seja, são os atores das transações e relações econômicas caracterizadas e caracterizadoras desta como diferente da economia capitalista. Por outro lado um empreendimento existe como tal quando é representado por alguém num encontro de Economia Solidária, onde o reconhecimento por outros é o principal critério para definir se aquele grupo é ou não solidário. Mais uma vez, características objetivas são consideradas como base para a designação na categoria, mas é esta designação que faz existir o empreendimento.

Por serem considerados como as pessoas que praticam de fato a Economia Solidária, são reconhecidos nos encontros e reuniões como os portadores do discurso mais legítimo. Pertencer à categoria “empreendimento” significa falar de um lugar de autoridade. Esta autoridade está relacionada à valorização do que se considera “prática”, ou seja, o exercício das atividades econômicas dentro dos princípios e valores da solidariedade.

Mesmo aqueles que não são considerados “empreendimentos” usam como argumento para justificar suas posições a proximidade com o olhar destes. Isso significa, muitas vezes, desvalorizar explicitamente, por exemplo, *saberes* acadêmicos, que se contrapõem a *práticas*.

A palavra “empreendimento” é usada para falar de pessoas numa clara remissão à idéia de que elas representam algo mais do que a si mesmas. Neste caso elas “representam” em dois sentidos. Considera-se que o estas pessoas dizem é fruto das concepções de uma coletividade da qual é porta-voz, que fala através delas. Mas elas também representam num sentido performático, quando estão colocando em cena através do discurso um empreendimento não específico, mas a idéia compartilhada sobre o que sejam: solidários e democráticos.

Os “gestores públicos” são o terceiro segmento. Esta categoria designa os profissionais de governos, atuando no plano Federal, estadual ou municipal. Em geral possuem alta escolaridade e já eram parte do mundo da ES, por meio da profissionalização entidades reconhecidas como “assessoria” ou da universidade.

Esta é a categoria sobre a qual é mais comum que se levantem suspeitas e se façam acusações. Os governos como lugares da política partidária são vistos no mundo da ES, assim como no senso comum no Brasil, como lugares poluídos, onde são feitas trocas espúrias e misteriosas. O pertencimento à ES afasta a desconfiança sobre atividades ilícitas e corrupção, mas não evita as dúvidas sobre interesses ocultos envolvendo favorecimentos.

As três categorias não são fixas em relação aos indivíduos, no sentido de que uma mesma pessoa pode pertencer a categorias diferentes ao longo do tempo. Uma característica deste mundo é que os agentes circulam entre espaços diferentes e assumem papéis que fazem com que possam deixar de pertencer a um segmento e passar a pertencer a outro. Por outro lado elas são estáveis como esquema de classificação, sendo exclusivas – ninguém pode ser ao mesmo tempo assessoria e empreendimento, por exemplo – e definem um conjunto de critérios a partir dos quais de julgam as ações e sua fala.

O pertencimento a elas pode ser manipulado e por vezes testemunhei discussões sobre se esta pessoa pertencia a tal ou qual categoria. Isso se deu, na maioria das vezes quando

houve disputas por vagas de representação em encontros ou plenárias.¹⁸ Porém, esta manipulação nunca é bem vista, sendo reconhecida pela maioria dos participantes como um recurso que beira a desonestidade. Nunca ninguém reivindica ser assessoria ou gestor público. A reivindicação é sempre de pertencimento à categoria de maior prestígio nos momentos das reuniões: empreendimento.

É neste momentos de conflito que se pode aproximar dos critérios implícitos de classificação. Nas discussões eles são colocados de forma explícita e passam a ser argumentos, na maioria da vezes, de acusação. Também nestes momentos se percebe o quanto a divisão em segmentos é considerada importante, porque os agentes se mostraram muito irritados quando alguém pôs em dúvida a força de aderência das categorias quando consideraram discutível a classificação.

Conclusão

Nesta tese a análise do processo de incorporação à ES pretende responder a três questões: de que forma me tornei parte dele, de que forma ele foi incorporado na minha pessoa, e o que isso revela sobre este mundo. Neste capítulo tratei de algumas das que surgiram a partir da reflexão sobre o primeiro momento de aproximação até a aceitação.

A primeira questão que surge na inauguração do trabalho de campo é a da distância e da proximidade, do estranhamento e da familiaridade. Se por um lado a dança, os sorrisos e as brincadeiras causam o incômodo que produz a impressão de forasteira, o encontro com um colega

¹⁸ Quando há etapas em que são escolhidos delegados em encontros locais (municipais, estaduais ou regionais) e mesmo na composição das instâncias de coordenação de fóruns, são estabelecidas cotas para cada um dos segmentos, sendo que sempre há um percentual maior de empreendimentos que de assessorias ou gestores.

de universidade e o contato com a organização do evento por meio de uma ex-aluna do Museu mostra a proximidade entre a antropóloga e o mundo que estuda.

Não era novidade para os agentes que alguém quisesse estudar ES, nem que fosse aos encontros com o propósito de recolher informações para pesquisa. Essa foi uma condição para que não tenha sido difícil começar a frequentar estes espaços. O mundo da universidade é um mundo próximo à ES. Estudantes e professores realizam estudos que apresentem nas suas teses, prestam assessoria e criam empreendimentos através das incubadoras. Mas ser universitário e fazer pesquisa tem sentidos particulares neste mundo.

No Livro *Fieldwork: The Human Experience* (LAWLESS [org.], 1983), Robert Lawless, na Introdução, mostra como a experiência do trabalho de campo, sua dimensão “humana”, ou seja, a experiência do próprio antropólogo, sempre dá origem a um “segundo livro”, separado do livro propriamente de análise. Lawless anuncia a pretensão do livro editado por ele em trazer a experiência do antropólogo para o centro da reflexão, oferecendo um instrumento compreensivo sobre os objetos.

Apesar de todos os autores apresentarem uma postura crítica quanto ao seu próprio trabalho de campo e mostrarem como certas condições determinam a análise porque constroem ou ampliam as possibilidades de acesso a informações, situações e pessoas, nenhum deles discute de que forma o conteúdo da sua análise é influenciada.

No livro organizado por Lawless, vários antropólogos mostram como as suas características sociais tiveram influência no seu trabalho de campo, principalmente no que diz respeito ao acesso – ou restrição de acesso – a certo tipo de informação ou pessoa. A maioria dos textos chama atenção para o fato de que o antropólogo está muito longe de ser recebido como um simples estrangeiro. O fato de ser mulher ou homem, negro ou branco, padre ou ser casado com

uma nativa, por exemplo, faz com que o pesquisador ocupe lugares particulares na cultura que pretende estudar.

Banks mostra, por exemplo, como o fato de ser negro estabeleceu entre ele e os malaaios sobre quem fez seu trabalho de campo, uma relação de solidariedade pelo fato de estes saberem do racismo nos EUA e serem curiosos quanto a isso. A identidade com um outro não-branco estabeleceu um diálogo particular entre pesquisador e nativos.

They wanted to know how it felt to be black in America. Does Mahammad Ali suffer discrimination? Why was Martin Luther King killed? What is discrimination like? These questions came in unexpected places and made for categorical solidarity: we were non-white in a world in which whites have the most power. (BANKS in LAWLESS [org.], 1983, p.44)

Nos mesmo livro, Daniel Hughes (HUGHES in LAWLES [org], 1983) faz uma interessante comparação entre duas experiências distintas de campo. Em uma delas Hughes era padre e reflete sobre sua experiência como pertencente a uma categoria de prestígio entre os nativos com quem estudou. Também considera as restrições e possibilidades do trabalho de campo feito com a família posteriormente.

Pierre Bourdieu oferece instrumentos de compreensão no que diz respeito à proximidade e à distância entre pesquisador e pesquisado. Quando o autor trata, no capítulo final de *A Miséria do Mundo* das situações de entrevistas (BOURDIEU [ORG.] 1997), ele oferece alguns elementos sobre como a proximidade e a distância social podem ser importantes na produção de conhecimento. O autor trata particularmente da situação de entrevista, salientando a necessidade, válida como reflexão para o trabalho de campo em geral, de que a consciência e a explicitação da criticidade da relação entre pesquisador e pesquisado é necessária para a compreensão daquilo que é produzido como conhecimento científico.

Bourdieu propõe que longe de afastar os possíveis efeitos da proximidade ou afastamento entre entrevistado e entrevistador, se parta para conscientemente escolher a forma de tratar esta relação. A situação de entrevista é uma interação iniciada pelo pesquisador, em que as diferenças de capital lingüístico e simbólico têm relevância e é palco também do entrevistado para auto-justificações. Os momentos de entrevista podem ser apenas um jogo no qual o entrevistado aceita entrar, produzindo um discurso que encanta o entrevistador na medida em que aparentemente dialoga de forma mais direta com suas formulações anteriores.

Mesmo que nenhuma destas questões possa ser resolvida ou anulada, Bourdieu chama atenção para o fato de que, tendo consciência destas relações, o entrevistado seja vigilante e que esta vigilância sirva como elemento na produção da análise. Ou seja, em vez de tentar purificar um espaço de interação que por si só é habitado por incontáveis supostos sociais, é preciso se aproveitar destes como instrumentos de compreensão.

Se a proximidade entre entrevistados pode ser a partir de um senso comum na antropologia ser interpretado como barreira por representar uma familiaridade que pode atrapalhar o senso crítico do entrevistador, Bourdieu chama atenção para o fato de que a proximidade produz, no caso da realização da entrevista uma cumplicidade entre interlocutores no que diz respeito a afastar da objetivação violenta de vivências narradas.

Com a proximidade entre entrevistador e entrevistado, “o interrogatório tende naturalmente a tornar-se uma sócio-análise a dois na qual o analista está preso, e é posto à prova, tanto quanto aquele que ele interroga” (BOURDIEU, 1997, p.698).

Está suposta na análise de Bourdieu a idéia de que as proximidades de que ele trata são proximidades quase sempre “objetivas”, ou seja, de capital lingüístico, de origem étnica e de idade por exemplo. A concepção de que existem condições sociais objetivas geradoras de certo tipo de visão são o pano de fundo a se considerar no que propõe Bourdieu.

Sem exigir demais de um texto que trata da entrevista e não de trabalho de campo em geral, sua reflexão é interessante na medida em que mostra que existem propriedades sociais que não mudam muito ao longo do tempo e que são fortemente definidoras das classificações a que o pesquisador será submetido na situação de trabalho de campo.

Considerando isso, no meu trabalho de campo pode-se compreender que a minha origem social, meu capital lingüístico, minha idade, minha cor, me possibilitaram ocupar uma posição que seria diferente caso eu fosse uma idosa, fosse trabalhadora de um empreendimento. Mas se as características sociais foram as que permitiram me classificar num segmento, a ser útil de uma forma particular e a me tornar assessora, foi mudando o meu lugar ao longo do tempo, apesar e devido a estas características.

Analizando as marcas de distância e proximidade observadas no começo do trabalho de campo que se percebe é que não há mundos definidos e fechados – nem o da ES nem o da observadora – entre os quais se possa dar a mediada das diferenças. Assim, uma etnografia nestes termos não pode de forma alguma se definir a partir do paradigma “eu / eles” ou “nós / os outros”.

Outra questão interessante surgida é a questão das fronteiras, que aparece neste capítulo em dois sentidos. Um deles diz respeito ao próprio trabalho campo e a outra à criação de fronteiras no mundo da ES.

No livro *Reflections on Fieldwork in Marroco*, Rabinow (1977) descreve como chegou ao seu “campo” e de que forma estabeleceu relações com seus informantes. O autor tem uma interessante formulação, fruto da reflexão sobre como o conhecimento antropológico é produzido na relação com os nativos, numa confrontação entre as culturas de um e de outro. Neste sentido, Rabinow se contrapõe à idéia de que a cultura do Outro seja algo semelhante a

uma pedra que possa ser recolhida e depois analisada num laboratório. É por isso que defende que estas relações sejam explicitadas.

A partir desta visão, o autor defende que a antropologia é uma ciência das fronteiras. Não só ela é produzida nas fronteiras, no encontro e nas trocas entre culturas distintas, mas os lugares de fronteira da cultura observada são privilegiados para a análise.

Anthropological facts are cross-cultural, because they are made across cultural boundaries. They exist as lived experiences, but they are made into facts, during the process of questioning, observing and experiencing – which both the anthropologist and the people with whom he lives engage in. (RABINOW, 1977, p.152)

Se já consideramos que podemos abrir mão do paradigma “nós / eles” e por isso de pensar que o antropólogo e os nativos têm “culturas diferentes”, podemos mesmo assim continuar considerando a antropologia como uma ciência da fronteira, onde antropólogo e nativos estabelecem uma relação mútua de transformação, necessariamente fronteiriça, porque coloca em contato universos de sentido relativamente independentes.

No mesmo livro, o autor mostra como ter como informantes pessoas que estavam nas fronteiras foi fundamental para compreender as diversas esferas sociais entre as quais circulavam.

So, as Richard was situated between the two French communities, and Ibrahim between French and the local Moroccan Ville Nouvelle groups, so Ali was situated between the floating population of the Medina and his natal village of saint's descendants. All were marginal, all provided help in making transitions from group to group, site to site. (RABINOW, 1977, p. 157)

O autor mostra como o olhar a partir das fronteiras, onde, mais que limites, há interação, confrontação e interpretação mútua é o lugar onde as questões podem ser colocadas.

Isso tanto do ponto de vista do lugar do olhar do antropólogo, quanto do lugar a partir do qual ele escolhe analisar uma dada realidade social.

Até mesmo os objetos cujos sentidos em princípio são inteiramente ligados a um mundo em particular são transformados em novos objetos, que passam a ter novos sentidos, produzidos nas fronteiras. Um caderno de campo é um instrumento ordinário de trabalho, sequer exclusivo dos pesquisadores-antropólogos. Quando ele acompanha o início da relação com a ES ele se torna um outro objeto, que passa a ser marca da minha distância inicial. A dissertação de mestrado, que poderia ser considerado um objeto cujo sentido está apenas ligado ao mundo da academia, quando transportado ao encontro de ES assume o papel de símbolo da troca entre pesquisador e pesquisados. O importante aqui é que os objetos se transformam, mas o lugar que ocupam em outros universos é relevante para essa transformação. No que diz respeito ao trabalho de campo, as fronteiras, mais do que limites entre mundos distintos, são o lugar da mútua interpretação, onde a possibilidade de incorporação está colocada como possibilidade de estabilização.

Além de serem um lugar bom para se olhar e de onde se olhar, as fronteiras são um tema relevante para os próprios agentes da Economia Solidária. As categorias definidoras dos três “segmentos” são marcas sobre as fronteiras. Os “gestores públicos” são os que estão na fronteiras com o Estado, os “empreendimentos” são os que estão na fronteira entre as práticas econômicas e a ES como causa.

Neste sentido, outra idéia de Pierre Bourdieu (1982) pode ser útil. Ele mostra como os rituais de instituição são criadores de fronteiras, determinando quem está dentro e quem está fora. Podemos entender que as classificações das pessoas durante os encontros são marcadas e inscritas (com adesivos coloridos por exemplo) e funcionam também estabelecendo limites entre estes segmentos.

A categoria “assessoria” articula as representações sobre os agentes cujas propriedades sociais estão ligadas a saberes aprendidos em espaços acadêmicos, seja de pesquisadores universitários seja dos profissionais das ONGs que também são formados nestes espaços. Esta classificação pode ser atribuída com base em propriedades sociais que não são produzidas no mundo da ES – ser pesquisador da universidade – mas que uma vez feita – no crachá por exemplo – insere a pessoa num outro universo de sentidos, criando expectativas sobre ela, possibilidades de acusação e iniciando uma troca.

Poderíamos perguntar: alguém pode ser assessor sem sabê-lo? Uma pessoa pode ter todas as características e executar todas as tarefas que fazem de alguém assessor (como eu tinha, por exemplo), mas tornar-se um depende que isso seja atribuído por alguém. Ser declarada assessora me inseriu num processo de transformação a partir das possibilidades e restrições criadas das expectativas.

A própria forma como os encontros são organizados e as variadas funções das dinâmicas mostram como o estabelecimento de diferenças e identidades – fronteiras – é relevante. Em alguns momentos o mais importante é estabelecer as fronteiras entre a solidariedade e o capitalismo com a criação de coesão e igualdade em formas ritualizadas. Em outros é preciso marcar as diferenças de origem – as fronteiras entre os estados da federação – para festejar a diversidade.

Uma terceira questão que é necessário mencionar é justamente da relação entre o mundo que se estuda e as possibilidades de observação que ele apresenta ao antropólogo. Se as características sociais são definidoras das possibilidades interpretativas na fronteira que o antropólogo ocupa, também as características do mundo que pretende estudar são decisivas no lugar que de observador, ou mais bem de um participante que também observa.

O livro *Deadly Words*, de Jeane Favre-Saada, oferece alguns pontos interessantes de diálogo com a minha experiência com a ES. A autora realizou seu trabalho de campo sobre bruxa-

ria numa região do interior da França, no final da década de 1960 e começo da década de 1970. As particularidades do mundo da bruxaria fizeram com ela tivesse um tipo de envolvimento que, inclusive, a tornou bruxa, sofrendo uma incorporação semelhante em muitos sentidos à vivida por mim. Favre-Saada mostra como o lugar da palavra faz com que não seja possível o lugar do observador externo e desinteressado.

‘Informing’ an ethnographer, that is, someone who aims to have no intention of using the information, but naïvely wants to know for the sake of knowing, is literally unthinkable.

(...)

In short, there is no neutral position with spoken words: in witchcraft words wage war. Anyone talking about it is beligerant, the ethnographer like anyone else. There is no room for uninvolved observers. (FAVRE-SAADA, 1980,p.9-10)

Se no caso da bruxaria é o lugar da palavra que torna impossível um olhar “a partir de fora”, na Economia Solidária é a idéia de participação, que torna impossível o lugar de observador passivo.

Não existe a possibilidade de estar presente e não participar. De maneira semelhante à classificação nas categorias por segmento, participar é inicialmente a constatação de um fato: estar presente ali. Mas também imediatamente atribui à pessoa a crença na ES como causa e por sua vez faz com que participar envolva engajar corpo e alma nos encontros. Como também observa Firth sobre algumas cerimônias entre os tikopias, na ES não se aceitam observadores, apenas participantes. (FIRTH, 1998, p.95).

Favre-Saada mostra como as representações e práticas do mundo da bruxaria oferecem e restringem possibilidades de se observar e participar. Se provavelmente é verdade para qualquer grupo ou objeto de estudo, é preciso observar no trabalho de campo quais são estas possibilidades e transformá-las em objeto de interrogação no sentido forte, não apenas como dificuldades e vantagens do trabalho.

Esta idéia difere um pouco das discussões já citadas sobre as particularidades de cada antropólogo e o acesso que ele tem – por ser mulher, negro, padre – a certo tipo de disposição dos nativos em informá-lo. Como mostra Favre-Saada, a possibilidade de um olhar desinteressado é impossível no mundo da bruxaria. Não existe uma restrição no que diz respeito a tal ou qual tipo de pessoa. O lugar não existe, é impensável e isso é uma característica fundamental daquele mundo como tal.

Uma quarta questão é a de uma dimensão importante que fica clara quando analisamos o processo entre a minha entrada como estrangeira até a autorização para que compartilhasse da intimidade dos agentes. Grande parte do meu trabalho de campo (e de qualquer outro?) foi vivido de forma espontânea. As anotações, as fotografias e as perguntas planejadas ocuparam uma parte pequena da experiência da etnografia e do tempo entre os nativos.

A entrega da dissertação é um exemplo extremo, em que um ato pensado como banal assumiu uma importância muito grande na minha inserção, me fazendo perceber que havia uma expectativa de retribuição em relação à pesquisa. Isso me permitiu compreender muito das transformações que experimentei durante o trabalho de campo. O que quero salientar aqui é que o fato de que tenha sido desta forma – sem intenção – tem importância para compreender o processo em si. Ou seja, que eu não tenha percebido que tinha entrado numa relação de troca, por exemplo.

Vários antropólogos mencionam o caráter inesperado sobre os rumos que seu trabalho de campo. Wacquant (2002), por exemplo, mostra como a próprio estudo do boxe como centro de sua atenção foi construído de modo não planejado. Tendo escolhido o *gym* como uma “janela” de observação, depois de 16 meses é que a observação do boxe toma centralidade.

Isso tudo para mostrar que é preciso explicitar a relação estabelecida com o mundo estudado, não como explicação ou justificação, mas como forma de levar a fundo a etnografia

como forma de produzir conhecimento. Se para os antropólogos é importante compreender aquilo que para os nativos é vivido como dado e de forma espontânea, também é verdade para pensar sobre a sua própria prática.

Em relação à forma como são organizados os encontros, o que se percebe, o que aliás é uma característica forte deste mundo, é que eles são espaços de uma pedagogia da ES, que envolve técnicas específicas e pessoas encarregadas de ensinar. As dinâmicas e os trabalhos de grupo ajudam a formar uma comunidade, no sentido do compartilhamento dos princípios e valores da ES. Isso se dá através da palavra falada e escrita, mas também das performances envolvidas na ideia de representação (quando alguém fala como empreendimento, por exemplo) e ao colocar em cena nos trabalhos de grupo, os princípios de democracia e solidariedade. Os encontros criam ES ao colocar através das práticas os princípios de divisão (as fronteiras) e de visão compartilhados neste mundo.

CAPÍTULO 2

PROFISSIONALIZAÇÃO, SABER ESPECIALIZADO E ENGAJAMENTO

Introdução

Neste capítulo tratarei de uma segunda fase na minha incorporação à Economia Solidária. Mais uma vez mostrarei algumas situações que permitem compreender as transformações ocorridas na minha participação e observação e como elas podem jogar luz sobre o mundo que estudo.

O capítulo está dividido em três momentos significativos de um novo papel que fui assumindo. O primeiro deles é o início da minha profissionalização e consolidação como funcionária de uma “entidade de assessoria”. A introdução do dinheiro e o papel de “representar” uma organização marcam a identificação como especialista e as passagens de bolsista a assalariada, da academia à assessoria. Ao mesmo tempo em que o capital acadêmico é um suposto da profissionalização, a incorporação a uma entidade de pesquisa é que reforça o papel de especialista em ES.

O segundo momento diz respeito a um novo tipo de participação – e observação – quando uma forma altamente ritualizada de demonstração de apreço inaugura a aceitação como alguém plenamente integrada, que compartilha dos seus princípios e pertencente a este mundo. A atribuição de qualidades que não estavam ligadas à “utilidade” – pesquisa, assessoria –, mas ao “valor” mostram o reconhecimento de um novo tipo de ligação com este.

É no terceiro momento que trato da plena incorporação – nos dois sentidos – no papel de assessora. Também mostro como a disposição para o sacrifício é uma marca importante de compromisso e engajamento e transformação em “militante”.

2.1. Profissionalização e representação

A pesquisa(dora) a serviço do movimento

No final de 2004 fiquei sabendo em reuniões do Fórum do Rio de Janeiro de um Mapeamento que seria realizado sobre a Economia Solidária. Naquele momento a reflexão sobre a quantificação e a produção de estatísticas ocupava grande parte das minhas leituras e pareceu interessante prestar alguma atenção a este processo que estava começando.

Havia um grupo que se reunia num prédio da Delegacia Regional do Trabalho, em São Cristóvão.¹⁹ Fui a uma reunião no final do ano. Este grupo era formado de cerca de dez pessoas. Quase todas elas eram membros atuantes do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Havia profissionais de ONGs e de empreendimentos e também participava do grupo um representante da Delegacia.

Na primeira reunião entendi que estavam sendo feitos eventos no interior do estado de “mobilização” para o Mapeamento. Houve informes sobre o andamento do planejamento destas reuniões e divisão de tarefas. Já neste momento fui saudada como novo membro do grupo, o que me assustou, já que, mais uma vez, tinha ido só olhar. Quase todas as pessoas já me conheciam e foi reafirmado que eu era universitária e que certamente “ia poder ajudar muito” na nova pesquisa que estava sendo organizada. A minha utilidade mais uma vez foi lembrada e eu já tinha mostrado que minha pesquisa servia para alguma coisa e que eu servia ao movimento.

Estar na reunião significava fazer parte do grupo, principalmente porque o fato de ser pesquisadora sugeria uma identidade com a atividade que estava sendo organizada: um levantamento de informações sistemático, identificado como pesquisa. Sem lutar contra o fato

¹⁹ As Delegacias Regionais do Trabalho – DRT – eram representações estaduais do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – e eram responsáveis pela fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas, entre outras funções, como a emissão de Carteiras de Trabalho. Atualmente estes órgãos têm o nome de Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego - SRTE. A mudança de nome e um novo organograma de funções, manteve no geral a sua estrutura e papel.

de que eu a partir de então fazia parte da chamada Equipe Gestora Estadual, passei a freqüentar as reuniões e a ter acesso ao planejamento e aos documentos no processo de preparação do Mapeamento. Ele consistia em fazer um levantamento em todo o país junto a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) com a aplicação de um questionário. Este por sua vez seria a principal fonte para a organização do Sistema de Informações em Economia Solidária, o SIES. O Mapeamento era organizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, a Senaes, em “parceria” com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.²⁰

Em cada unidade da Federação deveriam, para isso, ser formadas equipes – as chamadas Equipes Gestoras Estaduais (EGE) – responsáveis por organizar o levantamento de dados no seu respectivo estado. Estas equipes seriam compostas por membros escolhidos nos fóruns estaduais, por pessoas das universidades e por representantes da DRT. Eu estava participando desta equipe, como pertencente à categoria “universidade”. A formação destes espaços tripartites (fórum, universidade, DRT) está relacionada aos três tipos de universos nos quais o Mapeamento faria sentido: o movimento, a academia e o Estado.

Entre os participantes do grupo estavam Regina e Iracy, trabalhadoras de um empreendimento cujo principal produto são vassouras cujas cerdas são feitas com reaproveitamento de garrafas PET. Ele funciona em São João de Meriti, na baixada Fluminense. João Luiz também fazia parte. Ele tinha pouco mais de cinquenta anos e representava o Movimento Fé e Política²¹. Ele estava presente em todas as Plenárias e

²⁰ A segunda parte da tese é dedicada à compreensão do Mapeamento como momento de criação da ES. Nela, os elementos, pessoas e instâncias serão analisados. Aqui me detenho no que é essencial aos argumentos sugeridos neste capítulo, mas certamente algumas questões ficarão mais claras depois da leitura da Parte 2.

²¹ O Movimento Fé e Política foi criado em 1989 em reunião realizada Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH) de Petrópolis. Segundo seus participantes a reunião foi motivada pelos debates gerado a partir do texto de Fr. Clodovis Boff sobre os cristãos e a política, apresentado no 6º Encontro Intereclesial de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Segundo sua “Carta de Princípios”: “Este Movimento é ecumênico, não confessional e não partidário. Está aberto a todas as pessoas que consideram a política uma dimensão fundamental da vivência de sua fé, e a fé o horizonte de sua utopia política. Voltado para a construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo neoliberal, o Movimento tem o objetivo de fomentar a reflexão política, a vida espiritual e a subjetividade daqueles que estão comprometidos com uma prática política e social”

Encontro de que eu tinha participado até aquele momento. Dedicava boa parte da sua vida a reuniões e viagens.

Suzana Iglesias tinha pouco mais de 20 anos de idade e era estudante de mestrado da COPPE, do Programa de Engenharia de Produção. A primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) está ligada a este programa. Marcos Albuquerque era funcionário do Cedac, Centro de Educação e Documentação para Ação Comunitária. Esta ONG, fundada na década de 1980 era das mais atuantes no Fórum de ES do Rio, onde ocupava, na época, a função de Secretaria Executiva.

Marcelo representava a DRT. Funcionário de carreira do Ministério de Trabalho, foi designado para acompanhar as atividades da ES. Os servidores públicos que cumpriam este tipo de função participavam de cursos realizados em Brasília pela equipe da Senaes. Estes cursos duravam alguns dias e apresentavam os fundamentos da ES. O perfil destes participantes mostra como a composição do grupo representava a própria diversidade de agentes do mundo da ES, onde “empreendimentos”, “assessorias” e “gestores públicos” estavam reunidos num mesmo espaço.

O Mapeamento foi financiado pela Secretaria. Para que os recursos fossem usados, cada EGE deveria escolher uma entidade, pessoa jurídica, para assinar o projeto e ser a “executora” do Mapeamento no estado. Isso significava receber os recursos, assumir as responsabilidades legais sobre o projeto e oferecer espaço físico e profissionais para realização das tarefas de levantamento dos dados. Existiam regras gerais sobre qual deveria ser o perfil do que se chamou de “equipe técnica” e a orientação de que as elas deveriam ser escolhidas pela entidade executora em conjunto com a EGE.

O Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas -, que também estava representado na EGE, foi escolhido como entidade executora, com a concordância de

(Movimento Nacional Fé e Política. Disponível em <http://www.fepolitica.org.br/manifesto.htm>, acessado em janeiro de 2010)

todos os membros da equipe. O Ibase é uma ONG. Seu mais conhecido fundador foi o sociólogo Herbert de Souza, Betinho. Recém chegados do exílio e com a abertura política, a criação deste tipo de entidade foi o caminho de muitos militantes de esquerda perseguidos pela ditadura militar (LANDIM, 1998). Entre as ações de maior impacto do instituto está a campanha “Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida”, que mobilizou artistas e empresas e teve grande visibilidade pública. Mais recentemente, o Ibase esteve no primeiro grupo de entidades que organizou o Fórum Social Mundial e está até hoje no seu comitê de gestão. O primeiro trabalho considerado como pertencente à atuação na ES foi uma pesquisa, realizada em 2000, entre trabalhadores de empresas auto-gestionárias²². Logo em seguida, em 2001 a entidade passou a compor o GT Brasileiro.

Tendo sido escolhida a entidade, foi elaborado um projeto para ser entregue à Fundação Banco do Brasil, por meio da qual a Senaes repassava recursos para execução do Mapeamento. Este deveria respeitar instruções nacionais e se ater a uma certa quantidade de recursos que estava destinada para este fim. No Rio de Janeiro ele foi elaborado pelo Ibase, mas apresentado para debate em reunião da EGE, onde basicamente foram discutidos os valores de remuneração dos que iriam trabalhar no levantamento.

A única condição imposta pela instituição escolhida era que fosse responsabilidade do próprio Ibase a decisão sobre quem seria o coordenador técnico do Mapeamento, que seria a pessoa responsável por organizar o dia-a-dia a pesquisa. A condição foi aceita, também em acordo com todos. Logo depois da reunião em que o coordenador da área de Economia Solidária do Ibase e representante da entidade nos espaços da ES, João Roberto Lopes Pinto, apresentou a condição, ele mesmo me disse, na calçada em frente à DRT que queria que eu fosse a coordenadora técnica do Mapeamento do Rio de Janeiro.

²² A pesquisa foi realizada de forma conjunta com a Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária.

João Roberto foi para quem liguei me dizendo interessada em participar da reunião que ocorreu na PUC, em 2003. Foi uma das pessoas a quem entreguei uma cópia da minha dissertação de mestrado e tinha se tornado uma das mais próximas na ES tendo um papel importante na minha inserção. Eu já tinha ido algumas vezes ao Ibase conversar com ele.

O convite colocava em jogo um dilema. Me transformar numa profissional da Economia Solidária, significava entrar num outro tipo de hierarquia, introduzir o dinheiro na forma de salário nesta relação e afirmar o papel de “assessora”, o que poderia trazer dificuldades na pesquisa. Mas ao mesmo tempo representava a possibilidade de construir um olhar sobre este mundo a partir de um novo lugar. A segunda implicação acabou sendo mais importante, não tendo sido muito difícil decidir por aceitar a proposta, sempre tendo como segurança, o fato de que seriam “apenas seis meses”.

Havia outra pessoa no grupo da EGE que pleiteava o cargo de coordenador técnico, fato que foi explicitado em reunião e motivo pelo qual o coordenador do Ibase fez questão de colocar a condição de que a instituição daria a última palavra sobre a escolha desta pessoa. Ele tem em torno de 50 anos e aparentemente dedica a maior parte do seu tempo à militância, ou seja, participando de reuniões, trocando mensagens eletrônicas, viajando para dar palestras, fazendo parte de vários movimento e organizações. Pude constatar mais tarde que ele era alvo freqüente de críticas e acusações que remetiam ao fato de que supostamente acumulava excessivas “representações”, sem que se definisse claramente a qual movimento pertencia.²³

Pela primeira vez me vi envolvida num conflito. O coordenador do Ibase chamou a pessoa que pleiteava o cargo, tentando que este desistisse da concorrência, o que foi negado. Depois que foi anunciada a decisão de que seria eu a coordenadora técnica do Mapeamento,

²³ Admite-se que os agentes participem (e isso é comum) de reuniões de diferentes movimentos. Cobra-se porém que haja uma identidade prioritária com um movimento, que a pessoa passa a representar nas reuniões de outros.

ele mostrou a sua indignação com alguns argumentos que iluminam o caráter poluidor que o dinheiro assume, principalmente quando diz respeito a possibilitar acusações contra agentes do mundo da academia e das ONGs.

Numa reunião, sem fazer referência direta a mim e, inclusive, explicitamente dizendo que sua insatisfação nada tinha a ver comigo em particular, a mesma pessoa argumentou que os “militantes” se esforçavam com sacrifício e sem receber nada para realizar atividades e que depois, quando havia remuneração, quem se apropriava eram os universitários, gente com maior educação formal. Isso seria uma grande injustiça, porque privilegiava o saber acadêmico sobre a “militância”, com a apropriação de recursos sempre por quem já tinha o privilégio de ser mais educado. Ouvi por muitas vezes este discurso em relação à remuneração, principalmente quando se tratava de projetos de governo, cujos termos de contratação eram conhecidos por todos.

O uso do termo “militante” é freqüentemente usado no vocabulário de acusação contra os assessores. A representação é que um militante tem como motivação para se dedicar e se sacrificar apenas a causa em si e sua fé. Isso se oporia à existência de uma outra motivação por parte dos assessores, que é a remuneração. Um certo tipo de acesso ao dinheiro tornaria a relação deles em uma relação interessada, enquanto os militantes são desinteressados. O interesse nesse caso assume um caráter altamente negativo, porque se refere a ganhos individuais, e pode ser considerado tão ilegítimo quanto o lucro do capitalista.

No caso da argumentação acima – cuja estrutura é bastante comum no discurso acusatório - o dinheiro assume um papel ambíguo, já que a ausência de remuneração é que faz o militante ser um missionário genuíno e ao mesmo tempo essa dedicação desinteressada é usada como argumento para defender que se remunere estes mesmos militantes. O dinheiro polui por um lado e é recompensa merecida por outro. Ou melhor: ele é poluidor quando ele é apropriado por “assessores” e é recompensa merecida quando é recebido por “militantes”.

No caso particular do Mapeamento, esta foi uma posição isolada desta pessoa, acabando por ser interpretada, como pude constatar em conversas fora das reuniões, como um ressentimento injustificado. Parece que o fato de ser uma “pesquisa” era argumento suficiente para os outros membros da EGE de que ela deveria ser coordenada por uma “pesquisadora”.

Os trabalhos de Viviana Zelizer (1994) contribuem para a reflexão sobre esta situação. A autora mostra que o dinheiro pode ter diversos sentidos sociais. Longe de ser um objeto envolvido apenas no cálculo racional e na suposta impessoalidade das transações mercantis, Zelizer mostra que é parte das relações mais íntimas e sugere que possamos falar em “dinheiros”, já que as moedas oficiais podem ser marcadas dependendo de seu uso (como os envelopes no âmbito doméstico, em que se separa o dinheiro de acordo com seu destino) e que existem muitas outras formas monetárias, além daquelas reconhecidas pelo Estado, como os tíquetes, vales e moedas sociais. Estas últimas são reconhecidas como pertencentes ao mundo da ES.

Zelizer nos ajuda a compreender como os diversos sentidos do dinheiro permitem, por exemplo, como nas representações sobre a ES como realidade econômica, que se considere que existem dinheiros solidários e dinheiros capitalistas. Os agentes não formulam esta representação desta forma, mas ela se apresenta de maneira muito explícita em relação às moedas sociais. Suas características impedem a acumulação e são feitas para circular, existindo um sistema regulado e explícito com o qual os membros do grupo que usa a moeda devem estar de acordo.

Se nas representações da ES como realidade econômica podemos entender de que forma a diversidade de sentidos do dinheiro pode compor uma crítica à acumulação capitalista, naquelas representações que operam nas relações entre os agentes deste mundo nos espaços do movimento a questão se coloca de maneira distinta. Há também neste âmbito

dinheiros diferentes e salários diferentes, dependendo se ele é recebido por uma assessoria ou por um militante.

Sentidos da representação

O Ibase fazia parte, em 2005, de dois Grupos de Trabalho. Os GTs eram instâncias de funcionamento do FBES, responsáveis por propor e coordenar iniciativas e atividades dentro dos seus temas. Esta entidade fazia parte do GTRI – Grupo de Trabalho de Relações Internacionais e do GT Mapeamento. Nas duas instâncias o representante da instituição era João Roberto.

O GT Mapeamento era um espaço em que pessoas que representavam entidades do FBES e profissionais da Senaes desenvolviam as técnicas e estratégias do que viria a ser o Sistema de Informações em ES. Por seu lado o GTRI era responsável por estabelecer contato com entidades e organizações fora do Brasil, para desenvolver os mais variados tipos de atividades, como participação em feiras internacionais, seminários e Redes que congregavam organizações de vários países. Existiam além deste outros Grupos de Trabalho dedicados a outros temas.

Quando estava trabalhando no Ibase como coordenadora técnica do Mapeamento, houve uma coincidência e reuniões dos dois GTs foram marcadas para o mesmo dia. Impossibilitado de, obviamente, comparecer às duas, João Roberto me perguntou se eu poderia estar presente na reunião do GT Mapeamento como sua substituta. Por mais que parecesse estranho representar uma entidade com a qual eu mantinha um vínculo temporário, me pareceu razoável, já que eu conhecia os procedimentos e instrumentos envolvidos no Mapeamento e seria apenas uma vez.

O que depois pude perceber é o que marcava o prazo da relação não era o vínculo com projetos nem os previstos em contratos, mas o tipo de trabalho e tarefa que era delegada. Ou seja, não era estranho que eu fosse encarregada de representar a instituição numa instância nacional sem ter um vínculo que se pudesse supor mais duradouro. A representação era em si o sinal de que a relação seria mais permanente. Certamente era sinal de confiança dirigido não somente a mim e aos colegas do Ibase, mas também aos agentes do mundo da ES e especialmente àqueles dedicados ao Mapeamento.

Assim foi e nas reuniões seguintes também fui representando a entidade e, cerca de duas reuniões depois da minha primeira participação, substitui formalmente João Roberto neste grupo. Por mais que não tivesse sido evidente naquele momento, meu lugar no mundo da Economia Solidária tomava contornos cada vez mais claros e o futuro vínculo estável com o Ibase estava anunciado.

A partir disso foram se afirmando dois aspectos da minha participação no mundo da ES. O primeiro deles é o de pesquisadora, cujo saber técnico tinha algo a oferecer. A exposição pública da dissertação foi simbólica neste sentido. O outro aspecto é o da incorporação a uma organização. As pessoas são identificadas em geral como Fulano, de tal entidade, empreendimento ou organização. A importância deste vínculo é explicitada, por exemplo, quando as listas de “inscrição” nas reuniões sempre contêm uma coluna “grupo / instituição”. Ao mesmo tempo em que cada participante *se* inscreve, os instrumentos e rituais de participação inscrevem *nele* uma série de pertencimentos. Mostrei isso em relação às categorias dos três “segmentos”. Quando nos primeiros encontros eu preenchia esta coluna com “Museu Nacional / UFRJ”, isso fornecia apenas uma informação relevante – naqueles espaços –, que era o pertencimento à universidade, o que permitia atribuir um segmento.

No caso do pertencimento a coletividades reconhecidas como grupos ou instituições, seus agentes estão “representando”, que significa que algumas coisas que diga

podem ser tomadas como uma fala coletiva. Quando a minha identificação passou a prescindir a explicação sobre o meu interesse acadêmico sobre o tema e pôde se resumir a “do Ibase”, as coisas mudaram.

O suposto saber técnico, antes associado exclusivamente ao meu pertencimento ao mundo universitário, foi reforçado quando fui chamada a exercê-lo como coordenadora técnica do Mapeamento. A participação no GT Mapeamento reafirmou esta propriedade, mas mudando os sentidos da “pesquisa”. Ser “do Ibase” significava que o meu saber estava agora mobilizado em outra direção. A pesquisa antes era a *minha* pesquisa sobre ES, depois a pesquisa era *do Ibase* e eu estava falando por ele.

Meu vínculo com o Ibase se prolongou a despeito do fim do Mapeamento – que durou seis meses – tendo sido contratada, mas uma vez por período de seis meses para trabalhar em outro projeto. Esta pesquisa – sobre os impactos do Pronaf no Paraná²⁴ – não tinha diretamente relação com a ES, mas no final fui chamada a relacionar os dois temas no Relatório Final (IBASE, 2006) e em texto que escrevi posteriormente (MOTTA, 2007). Ao mesmo tempo em que o pertencimento ao Ibase afirmava uma série de posições relativas dentro do mundo da Economia Solidária, dentro da organização, o pertencimento a ele também definia um lugar específico.

Depois de um ano de trabalho no Ibase fui contratada como pesquisadora permanente da instituição, continuando a integrar a equipe de Economia Solidária. Esta equipe era e é até hoje, composta de duas pessoas: eu e João Roberto. Sou membro da Comissão Gestora Nacional do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, instância que substituiu o GT Mapeamento na Gestão do SIES. Desde o Mapeamento, num processo crescente de envolvimento profissional, fui sendo incorporada ao mundo da

24 O PRONAF é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, criado nos anos 1990 no Governo Fernando Henrique. Está alocado no Ministério do Desenvolvimento Agrário, sob responsabilidade da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF). No governo de Lula os recursos destinados ao programa foram ampliados e deu-se maior destaque ao atendimento da Região Nordeste e ao atendimento de agricultores com menor renda. A maior parte dos recursos é destinada ao oferecimento de crédito para agricultores familiares. O Ibase já tinha realizado uma pesquisa sobre este programa em 1998.

Economia Solidária, exercendo cada vez mais o papel de assessora, sendo chamada a dar palestras e a ajudar a organizar encontros.

2.2. Ser “humana”

Em novembro de 2006 foi feito um encontro do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Este encontro tinha por objetivo discutir o que se chamou de “reestruturação” do Fórum. Existia uma “crise” dentro da organização, com muitas brigas e acusações. Ela era admitida por todos e em certo momento houve a concordância sobre a necessidade de se discutir como seguir em frente. A situação chegou a um ponto sério, quando os participantes constataram que a organização começou a perder legitimidade e participantes.

Este encontro, em Nova Iguaçu, pretendia discutir formas de superar as rivalidades e rever a estrutura de funcionamento, pertencimento e tomada de decisões, a cuja falta de clareza se atribuía grande parte dos problemas. Foram escolhidos representantes dos Fóruns locais do interior do estado e, em três dias, foi cumprida uma extensa pauta.

No capítulo 1 citei que algumas dinâmicas cumpriam o papel de mostrar o prestígio diferencial das pessoas. Este não era seu objetivo explícito (aquele que vem escrito nos manuais de dinâmicas), mas era o que acabava acontecendo. Uma dinâmica deste tipo ocorreu no encontro de Nova Iguaçu.

O espaço em que foi feito o encontro é onde funciona uma Casa de Oração. Estas casas de oração ou de retiro são comuns em todo Brasil. Diferentes ordens da Igreja mantêm espaços que são compostos por alojamentos, salas e auditórios para reuniões. Todos os que conheci contavam com acomodações espartanas, bem limpas e conservadas apesar das marcas

do tempo, geralmente oferecem preços razoáveis e são muito usados por diversas organizações e movimentos para reuniões.

A dinâmica foi organizada pela mesma pessoa que mais de um ano antes pleiteara o cargo de coordenador técnico do Mapeamento no Rio de Janeiro. Ligado a movimentos católicos progressistas era tido como conhecedor da “forma de fazer” dinâmica.

Ela se dava da seguinte forma. Cada participante recebia um cartão, que continha uma mensagem positiva, de encorajamento impressa em um de seus lados. Cada pessoa era instruída a dedicar este cartão a uma outra que estivesse presente, sem deixar que os demais soubessem a quem. Cada um então deveria escolher uma característica da pessoa a quem dedicara o cartão a fim de que os outros participantes adivinhassem quem era.

Uma pessoa então começa e diz uma característica, sempre positiva (mesmo que isso não fizesse parte das regras explicitadas). Além de este elogio se dirigir à pessoa a quem o participante que está com a palavra dedica seu cartão, ele também é chance de as pessoas atribuírem a qualidade a outra, quando tentam adivinhar quem é o destinatário do cartão a partir da qualidade apresentada. Desta forma, a dinâmica se torna um ritual de demonstração de apreço, que diferencia as pessoas, segundo a admiração demonstrada através dos cartões.

Dediquei o meu cartão a uma senhora que me despertava grande simpatia, de riso fácil e amistoso. Compartilhei muitas vezes com Lucinda os espaços externos às salas de reuniões, para onde íamos fumar e comentar alguma coisa sobre o que estivesse acontecendo. Ela recebeu mais de um. E pela primeira vez, neste encontro, fui também destinatária de um cartão, numa dinâmica deste tipo. A característica citada foi “humana”.

A demonstração pública de apreço seguiu uma trajetória de entrada no mundo da ES que partiu do desconhecimento, passou à desconfiança, depois à aceitação. A profissionalização e finalmente à possibilidade de demonstração de apreço através da atribuição de uma qualidade ligada aos “valores”.

A pessoa que me dedicou o cartão é um homem negro, de seus 30 e poucos anos. É funcionário de uma ONG que não goza de muito prestígio no mundo da ES por ser sabidamente financiada diretamente por empresários. Me perguntei por algum tempo sobre o motivo desta demonstração em particular e me lembrei de uma episódio ocorrido meses antes.

No final da I Conferência de Economia Solidária que aconteceu em Brasília, quase todos já haviam saído do auditório em que ocorreram os debates. Este agente, com olhar atordoado se dirigiu a mim e perguntou, em meio à confusão de pessoas que se dirigiam apressadas aos ônibus que partiriam em pouco tempo, se eu sabia se alguém havia encontrado uma carteira de dinheiro. Respondi que não e perguntei de quem era o objeto perdido. Ele me disse que era dele e que na carteira estava todo o dinheiro que ele tinha trazido.

Como eu ficaria um pouco mais no local onde ocorreu a Conferência, disse que perguntaria a mais pessoas e tirei algumas notas da bolsa, entreguei a ele, e disse que podia seguir viagem que eu procuraria a carteira e que poderia ficar com aquele dinheiro emprestado para as despesas de viagem. Fiquei surpresa com a comoção dele. Percebi que aquele foi considerado um ato importante. Provavelmente, um ato de solidariedade.

Não é possível atribuir o cartão ao empréstimo, mesmo porque nunca perguntei – nem perguntaria – para ele se havia alguma relação entre os dois fatos, mas seguramente a característica “humana” estava associada ao meu reconhecimento do apuro do outro e à solidariedade. Não éramos muito próximos, o que seguramente aumentou o valor do meu ato.

Se na inauguração de um tipo de relação – a profissionalização - a presença do dinheiro foi um elemento que permitiu o levantamento de dúvidas sobre a legitimidade da minha escolha como coordenadora técnica do Mapeamento, aqui, pelo contrário, a presença do dinheiro atribui à ação um caráter positivo. Com a entrega do dinheiro está estabelecida uma relação de confiança (se empresta quando se sabe que será devolvido) e de solidariedade, de tirar do que é seu para dar a quem não tem.

2.3. Facilitar, intermediar, relatar e se sacrificar

Desta vez a maioria dos delegados à IV Plenária foram para Brasília de avião. Ela foi realizada em março de 2008, quase cinco anos depois da III Plenária. Um ônibus nos levou do aeroporto ao local do encontro, numa cidade satélite de Brasília, onde havia hospedagem, espaços para refeição e auditórios.

Já com o dia anoitecendo chegamos ao local do encontro que borbulhava com mesas de inscrição, distribuição de chaves de quartos. Pensei no quarto que dividi com mais sete mulheres anos antes durante o Encontro de Empreendimentos e desejei que daquela vez fosse diferente. Desejo atendido. Foi diferente. Os quartos eram divididos por dez mulheres desta vez. Éramos dez mulheres num quarto, com dois banheiros. Desta vez, porém, não houve novidade. Conhecia todas pelo nome, sabia de que cidade vinham e já tinha partilhado quartos com algumas delas e mesas de refeição inúmeras vezes com todas elas.

Na IV Plenária, diferente da III Plenária, fui “para trabalhar” e não “para pesquisar”. Ou seja, a minha passagem foi paga pela organização da Plenária para que eu fosse ajudar na organização do evento. Como assessora que me tornei, meu papel na plenária seria de o de “facilitação” em grupos de trabalho e também na “equipe de sistematização”.

Como descrevi anteriormente, facilitar um grupo é fazer com que as regras das discussões e os produtos esperados sejam bem compreendidos no trabalho. Isso significa que o facilitador deve conhecer bem as regras da plenária, como se fazem os relatórios das discussões em grupo, tenha capacidade de dirimir possíveis conflitos e saiba o que deve ser encaminhado para outros espaços. Geralmente se entende a tarefa de facilitação como pertencendo a assessores, vistos como possuidores das capacidades técnicas necessárias.

O trabalho na equipe de sistematização é algo mais crítico. Primeiramente porque começa quando as atividades previstas na programação são encerradas. Em segundo lugar

exige conhecimento político da pautas e interesses dos diversos grupos. Em geral o grupo responsável pela relatoria é composto por pessoas que representem as diversas linhas políticas do encontro. Isso não ocorreu na plenária devido ao fato de que a estratégia do grupo que no momento era mais poderoso não passou pela defesa de propostas neste espaço.

O trabalho dos facilitadores e organizadores começou ainda na noite de chegada, quando a maioria dos participantes já havia jantado e se recolhia aos quartos ou se engajavam em animadas conversas pelos corredores. Uma reunião estabeleceu as responsabilidades de cada um e determinou quais eram os que participariam da equipe de sistematização, na qual fui incluída.

A plenária começou no dia seguinte com um ritual que remetia aos quatro elementos. Fogo, terra, água e ar foram conduzidos representados por objetos ao som de cantos, em romaria do grande corredor externo ao palco do auditório. Também foram levados ao palco produtos dos empreendimentos. Por fim, foi colocado no centro do palco um mapa.

O mapa da Brasil, dividido por regiões, foi desenhado num pedaço de tecido. No espaço da cada região, havia colagens, escritos que foram feitos nas reuniões preparatórias de cada uma delas. O mapa mostrava o caráter nacional e a construção no tempo do evento que ali começava. Os quatro elementos evocam as forças da natureza e a ligação com esta. Durante o dia fui facilitadora num grupo e como tal fiquei responsável por garantir que os temas de discussão eram seguidos, a escolha de um relator, a sistematização da discussão.

No dia seguinte também houve trabalhos em grupo, mas não havia facilitadores. No grupo em que participei, porém, o coordenador escolhido foi deposto por, na interpretação dos demais, estar conduzindo mal os trabalhos. As discussões deste dia deveriam seguir uma série de regras um tanto complicadas quanto às propostas de alteração num texto base. Exigia uma certa habilidade também na administração dos tempos de fala e na atenção aos temas. Trabalho para uma assessora. Fui então convocada a assumir a coordenação do grupo, que

aceitei porque havia o risco de uma briga que poderia ter reflexos na plenária. Espera-se dos facilitadores que intervenham na administração dos conflitos e que, principalmente, impeçam que eles cheguem a crescer a ponto de atrapalhar o trabalho nas deliberações finais.

A plenária foi o ápice de uma disputa política que vinha se construindo já havia algum em torno do FBES. Esta disputa se dava pelo fortalecimento de grupos e organizações com perfil sindical, que afirmam sua legitimidade a partir do número de pessoas e empreendimentos na base. Essa lógica era ausente no momento da criação do FBES. Se por um lado estas organizações cresceram com o interesse cada vez maior na Economia Solidária como campo de atuação da política institucional, por outro lado se enfraqueceu a posição de entidades e organizações que construíram sua legitimidade por serem fundadoras do FBES e estarem desde o começo da construção da ES como movimento.

O FBES quando foi criado era organizado a partir de dois princípios de representação. Um deles combinava um caráter federativo – com a representação por estados – e a representação dos segmentos (empreendimentos, assessoria e gestores públicos). Mas estavam presentes também na coordenação do FBES as chamadas “entidades nacionais”, que eram as fundadoras do FBES, participantes dos GT Brasileiro de Economia Solidária do Fórum Social Mundial e cuja legitimidade estava baseada nesta história.

Com a reivindicação da representação e da quantidade de representados por organização, estabeleceu-se um conflito, envolvendo forças políticas partidárias e a Secretaria Nacional de Economia Solidária e outras instâncias de governo. Ele se manifestou de diversas formas dentro dos Fóruns estaduais, dentro do governo e também em brigas mais pessoalizadas. Todo o conflito, suas manifestações e o espírito beligerante de muitos que identifiquei como novatos no movimento, mas não na política, fizeram emergir o sentimento de que o FBES estava em crise. A Plenária, em que estavam presentes os principais

personagens nas disputas se tornou palco de brigas em termos que eu nunca havia presenciado, nem parecidos no mundo da ES.

Sobre os conflitos que culminaram na IV Plenária devo dizer que esta é uma interpretação possível, mas, como se pode esperar, existem versões muito diferentes sobre o que estava acontecendo. É provável que nenhum dos participantes mais diretos da disputa a colocassem nos termos que coloquei aqui.

A existência destes conflitos fez com que o trabalho de sistematização fosse muito tenso. Devido a uma resolução ocorrida no início dos trabalhos, todas as propostas apresentadas nos grupos seriam apreciadas em plenária. Em geral elas devem ser apoiadas por um percentual dos grupos para que não seja descartada, o que faz com que apenas aquelas proposições que tenham apoio de um número grande de pessoas seja debatido no coletivo total do encontro.

Terminados os trabalhos de discussão nos grupos reuniu-se a equipe de sistematização de que eu fazia parte. As centenas de propostas deveriam ser analisadas e organizadas de forma que formassem um conjunto que apontasse aquelas que eram contraditórias ou complementares para que fossem votadas. Alguns dos facilitadores que compunham a equipe consideraram a tarefa impossível. Ali estava em jogo a possibilidade de fracasso da Plenária e com ela de tordo o dispêndio de energia e dinheiro que durante dois anos foi realizado.

No início da noite, por volta das 21:00, éramos perto de vinte pessoas numa ampla sala. Mais de uma dezena de computadores portáteis eram o instrumento de trabalho, realizado em duplas, cada uma devendo preencher organizar em planilhas as propostas entregues por escrito de cada grupo de discussão.

O número de pessoas ia diminuindo à medida que a festa que estava acontecendo a alguns metros dali ficava cada vez mais animada. À meia noite o cenário era desesperador

para muitos. A forma como o trabalho estava sendo feito não parecia ser nada eficiente. Às três da manhã éramos perto de seis pessoas. A tensão aumentava, com a irritação, a fome e o sono. Foi a esta hora que decidimos mudar de estratégia e realizar o trabalho de sistematização de outra maneira.

A sistematização ficou pronta às sete horas da manhã. Para aquele grupo de facilitadores, nenhum minuto de sono. Saindo da sala onde tínhamos trabalhado até aquele momento, recebemos os olhares atônitos daqueles que já estavam de pé indo ao refeitório para o desjejum. Muitos perguntaram se tínhamos “virado a noite”. Diante da resposta positiva, palavras de solidariedade e agradecimento pela dedicação.

Entrei no quarto onde estava hospedada. As nove mulheres com quem compartilhava o espaço conversavam animadamente depois da noite de sono. Também perplexas perguntaram se eu não tinha dormido. Entre o café-da-manhã e o início dos trabalhos espalhou-se a notícia de que um grupo de facilitadoras tinha trabalhado durante toda a noite e comecei a ser interpelada por muitos sobre se estava neste grupo. Minhas olheiras provavelmente faziam supor que sim.

Ao entrar no auditório fui abordada por Ademar Bertucci, que trabalha na Cáritas e foi esteve presente nas primeiras reuniões para criação do GT Brasileiro e do FBES. Ele conta com um grande prestígio no mundo da ES, principalmente por ser considerado um dos mais dedicados militantes e por exercer com frequência o papel de mediador de conflitos. De fala mansa e sorriso sempre estampado no rosto é muito conhecido e dificilmente não está cercado de pessoas que “precisam” conversar com ele.

Ademar me segurou pelos braços e com expressão de pena perguntou: “Você também virou a noite?”. Respondi que sim ao que ele retrucou, me tomando nos braços: “Deixa eu te dar um abraço. Muito obrigado.” Me afastando um pouco e voltando a me olhar no rosto ele disse: “É nesses momentos que a gente sabe o que é a militância.”

Ter me sacrificado, abrindo mão do descanso e trazendo no rosto as marcas do sacrifício foi considerado, como a fala de Ademar mostrou como uma prova de dedicação relacionada com a adesão e o compromisso à ES como causa. Ali estava reconhecida a transcendência do papel de assessora, quando mostrei a resistência e o compromisso que fazem de alguém um militante.

Conclusão

A profissionalização promoveu uma transformação no meu lugar no mundo da Economia Solidária. O fato de ser remunerada pelo trabalho e de estar vinculada a uma instituição criou novas formas de ver e ser vista.

Existem muitas maneiras de se viver da ES e muitas delas envolvem dinheiro. Nos empreendimentos isso ocorre por meio das atividades de compra, venda, produção, prestação de serviços. Os funcionários de ONGs, os universitários – classificados como “assessorias” – e os gestores públicos são aqueles que todos sabem que recebem remuneração e que vivem da Economia Solidária sem serem “empreendimentos”. Isso é comumente usado em acusações contra agentes pertencentes a estas categorias. Nas representações deste mundo, o lugar legítimo de obter dinheiro é no empreendimento, com a atividade econômica solidária.

Viver da ES sem ser “empreendimento” implica ocupar um lugar que gera desconfiança. Se espera das pessoas que ocupam funções que envolvem dinheiro “não-solidário” que elas “provem” seu compromisso e que seu interesse não é apenas na remuneração. Isso se dá, principalmente com a dedicação de mais horas de trabalho que o exigido pelo contrato, realização de mais tarefas e a demonstração de humildade e respeito com o movimento, com um discurso de modéstia e deferência frente aos empreendimentos.

Se o vínculo profissional introduz o dinheiro e uma série de possibilidades de ser engajada em conflitos e ser vítima de acusações, o pertencimento a uma instituição traz outras implicações. Aqui ressalto aspectos a partir de duas expressões usadas comumente para se falar da relação das pessoas com as entidades em que trabalham.

Uma delas é “pertencer” – ou “ser de”. A conotação de posse e propriedade que estas expressões podem ter, revela um dos sentidos que assume o vínculo profissional com uma instituição. As ações e as palavras passam a ser vistas em relação às representações sobre a entidade, de forma que de algum modo elas são expropriadas da pessoa e passam a fazer parte de outra ordem de sentidos.

“Representar” também é uma noção fundamental para compreender a forma como é entendida a profissionalização. Supõe-se que alguém que “pertence” a uma organização esteja, nos encontros, “representando”. A representação tem o sentido de metonímia, quando se toma a pessoa pela organização, como se esta falasse e agisse através dos indivíduos. Existe também um caráter performático na representação ligado ao anterior, que tem relação com a forma como os profissionais põe em cena o seu pertencimento. O primeiro sentido diz respeito à atribuição que se faz às ações dos profissionais, a partir de noções existentes sobre a instituição. O segundo diz respeito à forma como estes encarnam a instituição na construção do seu discurso e nas suas ações.

Como mostrei neste capítulo e no anterior, os capitais acadêmico e social foram relevantes no que diz respeito ao começo desta relação: para coordenar uma pesquisa, uma pesquisadora. Se esta característica foi uma condição dada previamente e atribuída fora do mundo da ES – ser estudante de pós-graduação, ser formada em Ciências sociais, por exemplo – passar a ser “do Ibase” reforça a identidade de pesquisadora por meio de propriedades atribuídas à organização dentro do mundo da ES. Se de alguma forma a instituição passa a se

apropriar destes capitais pessoais, o pertencimento a ela constrói a legitimidade destas propriedades sociais na ES.

Percebe-se que as ONGs são espaços de transformação em que se estabelece uma relação entre saberes acadêmicos e a ação política, através das práticas dos seus profissionais que circulam entre a universidade e estas organizações que prestam assessoria aos chamados movimentos sociais. A maioria dos profissionais das grandes ONGs, como o Ibase, tem curso superior em áreas como Ciências Sociais e Economia. Uma parte deles possui mestrado e doutorado, sendo que entre os dirigentes esta é uma situação comum.

No caso da minha trajetória esse processo está ligado à mudança de sentido da “pesquisa”. Entrando neste mundo a “pesquisa” era meu interesse manifesto fazendo com que a motivação da minha participação estivesse fora dele. Com a profissionalização outro tipo de pesquisa passa a dar sentido ao meu lugar. Não mais a *minha* pesquisa, mas um tipo de pesquisa referida ao próprio universo da ES, em uma instituição que está a serviço do movimento.

Mas a incorporação no mundo da ES tem outros aspetos além da inserção como pesquisadora. Os “valores” e “princípios” são considerados explicitamente como parte da ES e compõe a sua teoria econômica, da qual tratei na Introdução. Além de estes serem considerados a base de uma “outra economia” eles devem estar presentes nas pessoas que dela vivem, em todas as formas existentes de se viver da ES.

A solidariedade, a democracia, a cooperação baseiam as relações econômicas e podem em grande parte ser traduzidas em práticas específicas nos empreendimentos, como na distribuição igualitária de ganhos e na gestão compartilhada. Mas segundo este conjunto de representações, os “valores” devem estar presentes como virtudes humanas em cada uma daqueles que pertencem à ES, mesmo sem trabalhar no empreendimento. Quando fui dita “humana” considerou-se que possuía qualidades que iam além da utilidade de pesquisadora. A

“militância”, como dedicação desinteressada à ES como causa, é uma virtude provada por aquilo que se faz que está fora dos contratos que prevêem a troca de serviços por dinheiro. Ou seja, a pessoa é tanto mais militante quanto o que ela faz não é compensado por ganhos monetários.

Esta noção pode parecer contraditória quando se trata de “economia” e num mundo em que a “viabilidade econômica” é um tema relevante. Mas segundo a teoria econômica da ES o que dá sentido à prática não é o ganho monetário, mas a vida das pessoas e do planeta, a partir das noções de solidariedade e justiça. Nega-se inclusive os dinheiros oficiais que permitem acumulação em favor de moedas – as moedas sociais – cuja principal característica é que façam circular riquezas e não possam ser concentradas. Assim, assumindo a proposta de Viviana Zelizer (2005), percebe-se uma visão de que a solidariedade, como conduta do militante e o dinheiro como salário são *mundos hostis*, que não podem se misturar.

A “viabilidade” diz respeito a um outro nível de realidade em que a ES é compreendida como uma forma de garantir meio de vida a pessoas pobres que não conseguem se inserir no circuito de emprego formal, mas que necessitam sobreviver dentro do capitalismo. Ganhar dinheiro neste caso é uma necessidade muitas vezes urgente e legítima, porque se refere à manutenção da própria vida.

Sobre a incorporação ao mundo da ES como minha forma singular de fazer trabalho de campo, existem diálogos interessantes com a literatura antropológica. Aqui apresento algumas questões para reflexão que se colocaram de formas semelhantes para alguns autores. O livro de Jeanne Favre-Saada, *Deadly words: witchcraft in the Bocage* e o de Loïc Wacquant, *De Corpo e Alma* são, mais uma vez, referências bastante produtivas.

A primeira questão é o fato de que as formas a relação de observação que o antropólogo pode construir está implicada nas próprias características de seu objeto de estudo. Wacquant mostra como a própria natureza do boxe estabelece as condições de possibilidade

do trabalho de campo. O autor mostra como o boxe só pode ser entendido se vivido fisicamente. Sua apreensão, seu entendimento, passa por noções que não se exprime pelas palavras.

De fato, as regras da arte pugilística remetem a movimentos do corpo que só podem ser apreendidos completamente em ato e que se inscrevem na fronteira do que é dizível e inteligível intelectualmente. (...) Isso quer dizer que não se pode fazer ciência desta "arte social" com a economia de uma iniciação prática em tempo e situações reais. Compreender o universo do boxe exige que mergulhemos nele pessoalmente, que façamos sua aprendizagem e que vivamos suas principais etapas, a partir do interior. A apreensão indígena é, aqui, a condição indispensável de conhecimento adequado do objeto.

A "cultura" do boxeador não é feita de uma soma finita de informações discretas, de noções transmissíveis pela palavra e por modelos normativos que existam independentemente de sua operacionalização, (...). (WACQUANT: 78 - 79)

No boxe a disciplina do corpo é o que define a prática dos agentes deste mundo e, mais do que isso, estrutura as relações e representações dentro do *gym* e fora dele. Para compreendê-lo é necessária a experiência deste aprendizado. Wacquant se torna um aprendiz de boxe para entender como se vive no mundo do boxe.

Se foi necessário colocar o corpo a disposição da compreensão, no mundo da Economia Solidária é preciso se engajar com o conhecimento e as habilidades consideradas úteis. A idéia de engajamento é a que traduz da melhor forma a relação que se estabelece neste mundo entre estar lá e participar e um conjunto de noções que estabelecem hierarquias fundamentais na avaliação s que se faz das pessoas e do seu valor.

O aprendizado do boxe submete o corpo a uma transformação gerada pelo sofrimento e pela capacidade de suportar a disciplina. O sacrifício no mundo da Economia Solidária é uma das medidas do engajamento, como se a disposição para um certo sofrimento fosse a demonstração possível do compromisso com a causa. O compromisso por sua vez está relacionado a acreditar nos valores e nas propostas de transformação.

Uma segunda questão é bem colocada também por Wacquant, que mostra como a participação observante permite que se tenha acesso às pessoas sem correr o risco de tomar

com dados da realidade o discurso e o comportamento performático que mostra muito mais como elas querem ser vistas. Ao participar do mundo da ES como profissional pude participar de conflitos, de momentos de amor e dedicação por meio dos quais foi possível construir um olhar mais compreensivo.²⁵

Da mesma forma, Favre-Saada mostra como, para compreender o mundo da bruxaria era preciso se deixar transformar a aceitar as possibilidades de olhar que se apresentam, sob o risco de não se conseguir aproximar das pessoas, de como agem e de como elas pensam sobre como agem.

Além de construir um lugar de observação que permite compreender o mundo da ES, a participação (que levou a minha profissionalização) permitiu, como mostrei neste capítulo a conquista da estima destas pessoas, sem a qual seria impossível observar aspectos fundamentais deste mundo. Wacquant descreve da seguinte forma a sua própria experiência:

Finalmente, meu “abandono” total às exigências do campo e, sobretudo, o fato de eu calçar as luvas com eles regularmente valeram-me a estima de meus camaradas de clube, como é atestado pelo chamamento “brother Louie” e pela gama de apelidos afetuosos que eles me deram ao longo dos meses. (WACQUANT, 2002)

A incorporação foi, enfim, a forma como fiz minha pesquisa de campo, construída a partir das minhas características sociais e daquelas do mundo que estudo. E a reflexão a partir disso permite compreender a ES. Isso em parte significou “me deixar levar” (ou o “abandono”, como diz Wacquant) pelo que a convivência me oferecia, mas me obrigando a escolhas que me confrontavam com as tensões de passar a pertencer a um novo universo.

²⁵ O argumento de Loïc Wacquant sobre a academia de boxe ser um lugar melhor para se observar os boxeadores (do que apenas os momentos altamente ritualizados das lutas) se aproxima dos argumentos de Don Kulick em relação ao estudo do mundo das travestis. Este autor chama atenção para o fato de que a maioria dos trabalhos serem realizados com base em observações feitas nos locais de prostituição e que este é um dos motivos pelos quais eles falham em oferecer um olhar compreensivo sobre a vida das travestis. Kulick realizou seu trabalho de campo morando com elas e partilhando da vida cotidiana de suas nativas. (KULICK, 2008)

Apesar das escolhas que fiz, certamente os aspectos mais importantes descritos aqui foram vividos de forma não planejada e por vezes surpreendentes. E não me parece contraditório tenha sido nos momentos em que estava mais envolvida, mais emocionada, com raiva ou impaciente que melhor pude compreender como pensam e como sentem as pessoas da ES.

PARTE 2 – A CONSTRUÇÃO ESTATÍSTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

INTRODUÇÃO À PARTE 2

Tratarei nesta parte da tese da criação estatística da ES com um olhar etnográfico sobre o chamado Mapeamento da Economia Solidária. Para compreender a ES é preciso se aproximar de seus agentes, suas práticas e os espaços em que se estabelece a relação entre eles.

A partir de trajetórias (de pessoas, questionários, gráficos e mapas), lugares e caminhos, mostrarei como um processo de quantificação é capaz de criar novas realidades e pessoas. A legitimidade e a confiança nos números públicos são analisadas nos seus diversos níveis, desde a elaboração técnica de instrumentos de coleta de dados e posteriormente de gráficos e mapas, até a forma como a experiência do mapeamento é vivida e narrada pelos que realizam entrevistas.

A produção de dados estatísticos é uma cadeia de transformações (THÉVENOT *in* BESSON, 1995) colocada em prática através da ação de diversos agentes, desde aqueles que formulam a “necessidade” de se conhecer algo, até os que desenvolvem os instrumentos de pesquisa, os pesquisadores, os próprios respondentes de questionários e os analistas dos dados produzidos. Tratarei desta cadeia de transformações no Mapeamento, a partir da prática dos diversos agentes, da dinâmica dos espaços em que atuaram e dos objetos e técnicas desta transformação.

Esta parte da tese está dividida em três capítulos. No primeiro deles me debruço sobre as técnicas e instrumentos do mapeamento, postos em prática no processo de quantificação da ES. Começo descrevendo quem eram os agentes e de que forma se organizou o grupo responsável por fazer a “gestão” do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) e que desenvolveu os instrumentos de pesquisa e a metodologia de levantamento dos

dados. Os “conceitos”, o questionário e as orientações de pesquisa, além da estrutura de gestão, são elementos que permitem compreender como a quantificação se confronta com as representações, as visões e divisões presentes na ES e produz um arranjo novo, que cria uma nova realidade.

No segundo capítulo mostro de que forma o mapeamento foi organizado e vivido como experiência cotidiana, oferecendo um olhar mais próximo sobre a pesquisa. A partir de como foi realizado o Mapeamento no estado do Rio de Janeiro mostro como se construir uma pesquisa “participativa” e de que forma o levantamento cria muito mais que dados, cria pessoas solidárias que se percebem como verdadeiros missionários.

No terceiro capítulo trato da criação dos dados como tal, das estatísticas e representações gráficas geradas, analisando as formas como são apresentados e interpretados, me baseando em algumas situações de publicização dos dados, gráficos e mapas gerados pela pesquisa. Vou tratar neste capítulo dos dados como números públicos e da confiança.

Antes de entrar propriamente no texto dos capítulos, apresento a seguir um histórico sobre a construção do Mapeamento. Aqui apresento as informações que são indispensáveis para a compreensão dos meus argumentos nesta parte 2. Consta como Anexo 2 da tese um histórico mais completo e detalhado.

Breve histórico do SIES: uma nova forma de existência da ES

As entidades e organizações que compunham o GT Brasileiro de Economia Solidária do FSM apresentaram, durante o FSM de 2003 um documento chamado “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. Na publicação constava uma série de propostas, entre as quais estava a realização de estudos e pesquisa para “conhecer” a ES.

Logo que foi criado, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária foi organizado em chamados Grupos de Trabalho, os GTs, que eram espaços temáticos, em que também participavam profissionais da Senaes. O “GT Mapeamento e Banco de Dados” foi criado no final de 2003. Nele se pretendia, segundo seus agentes, discutir a produção de pesquisas e estudos de forma articulada e formular uma estratégia para a criação de um “banco de dados” sobre a ES. Por parte do FBES foram indicadas entidades e organizações que já tinham realizado algum tipo de levantamento ou pesquisa, ou seja, que já tinham “experiência” com o tema. Isso incluía algumas ONGs dedicadas à pesquisa, redes universitárias, além de universitários individualmente.

O grupo primeiramente fez uma tentativa de, reunindo as diversas experiências de levantamento, estabelecer semelhanças e encontrar características comuns. Além disso, os esforços também se voltaram para a tentativa de envolver o principal produtor de pesquisas estatísticas oficiais no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estas primeiras estratégias foram consideradas insuficientes. As pesquisas e bancos de dados já existentes e produzidos por entidades do mundo da ES eram bastante distintas, tanto no tipo de dados quanto na metodologia aplicada. No caso das tentativas de se construir um levantamento juntamente ao IBGE, não houve interesse do instituto, cujos profissionais alegaram a impossibilidade de conjugar o conceito de ES com a sua forma de fazer pesquisa. O alto custo dos levantamentos da maneira como são realizados pelo IBGE também foi um argumento para que se abrisse mão da relação próxima com o instituto.

No GT Mapeamento, segundo consta nos documentos das reuniões, reconheceu-se os limites das primeiras pretensões e chegou-se então à conclusão de que deveria ser realizado um Mapeamento nacional, para identificar como funcionavam e onde estavam os empreendimentos de Economia Solidária no Brasil.

Este grupo então passou a se dedicar à tarefa de criar instrumentos e estratégias para realização desta pesquisa. Em 2004 foi elaborado e divulgado um Termo de Referência no qual constavam as bases do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). No documento estavam descritos os conceitos a partir dos quais seria construído o Sistema, sendo que o principal deles era o de Empreendimento Econômico Solidário (EES), objeto da pesquisa que deveria ser realizada. Também estava previsto no termo o levantamento sobre Entidades de Apoio e Fomento (EAF).

Foi criada uma estrutura federativa para realização do Mapeamento, que previa a formação de Equipes Gestoras Estaduais (EGE). Elas deveriam ser compostas por representantes locais do Ministério do Trabalho e Emprego, pelos fóruns estaduais e por universidades. Estas instâncias seriam responsáveis pela gestão do mapeamento no estado respectivo.

Em 2005 cada uma das EGE indicou as entidades que estariam encarregadas do Mapeamento nos estados. Elas foram chamadas de “executoras” e receberiam recursos da para organizar a pesquisa. As entidades executoras eram as responsáveis legais e deveriam cumprir metas estabelecidas em acordo com as EGEs.

O mapeamento consistia em realizar um levantamento de informações sobre Empreendimentos Econômicos Solidários, com a aplicação de um questionário, cujo conteúdo procurava mostrar aquilo que o GT Mapeamento considerou como as principais características que precisavam ser conhecidas. Os questionários deveriam ser preenchidos a partir de entrevistas realizadas por agentes treinados, no local de funcionamento do EES. As chamadas Entidades de Apoio e Fomento também deveriam ser identificadas, mas a elas cabia um questionário muito mais curto, que prescindia da aplicação por parte de um entrevistador.

Neste mesmo ano de 2005 começou o Mapeamento propriamente dito, quando centenas de pessoas no Brasil inteiro estavam mobilizadas para identificar os EES e aplicar os

questionários. As informações constantes nos questionários eram registradas em um sistema informatizado. O conjunto foi agregado para formar um banco de dados nacional. Depois de passarem por um processo que se chamou de “tratamento”, com a identificação e solução de problemas – principalmente aquilo que se identifica como “inconsistências” – as informações puderam ser apresentadas como estatísticas.

A forma que se privilegiou na apresentação dos dados nacionais foi a de mapas. Em 2006 foi lançado o primeiro produto do mapeamento. O *Atlas da Economia Solidária no Brasil* (MTE, 2006) era um conjunto de mapas, gráficos e tabelas que mostrava a Economia Solidária de uma nova maneira. As diversas representações dos dados do mapeamento se proliferaram em trabalhos acadêmicos, em reuniões do movimento e na justificativa de projetos governamentais e de entidades privadas.

No mesmo ano em que o Atlas foi divulgado, uma Portaria Ministerial²⁶ formalizou a existência do SIES e estabeleceu suas formas de gestão e espaços decisórios. A partir de então o GT Mapeamento passou a ser chamado de Comissão Gestora Nacional (CGN) e as EGEs passaram a se chamar Comissões Gestoras Estaduais (CGE). As relações nestes espaços passaram a ser reguladas por meio de “Termos de Cooperação Técnica”.

Em 2007 foi realizado um novo levantamento nacional, com a aplicação do mesmo questionário, cujo objetivo era, segundo a CGN, chegar a áreas em que no primeiro trabalho de campo não teria sido possível identificar um número satisfatório de EES. Mais uma vez foram mobilizadas as equipes em cada estado. Este novo esforço agregou informação de mais alguns milhares de EES, tendo sido “mapeados” cerca de vinte e dois mil nos dois anos.

Em 2008 e 2009 foi desenvolvido um novo questionário para os empreendimentos e foi planejada uma terceira “ida a campo”. Desta vez, o esforço seria o de voltar a todos os

²⁶ A Portaria e seu Anexo 1 constam como Anexo 3 desta tese.

empreendimentos identificados e aplicar o novo questionário além de aumentar o número de mapeados na base de dados.

Para este novo processo também foi planejada a identificação de Políticas Públicas de Economia Solidária, tendo sido formulado um questionário para aplicação junto a governos municipais e estaduais. Um complemento foi criado no questionário para EES, que trata exclusivamente de questões relacionadas ao trabalho das mulheres.

Participei de grande parte deste processo. Na primeira parte da tese mostrei como o a minha incorporação à ES como profissional se deu a partir de trabalho como coordenadora do Mapeamento. Resgato a seguir alguns pontos desta trajetória.

Comecei a participar das reuniões da EGE do Rio de Janeiro no final de 2004 depois de defender a dissertação de mestrado e logo fui incorporada ao grupo como uma representante da universidade. Em 2005 fui convidada pelo Ibase, para ser coordenadora técnica no estado. Durante estes meses de trabalho passei a representar a instituição no GT Mapeamento. Desde a primeira reunião em 2005, participei das reuniões deste grupo.

Quando foi criada a CGN, em 2006, novamente o Ibase foi indicado a participar pelo FBES e segui sendo a representante da instituição. Estive presente em todas as reuniões da CGN. Em 2007 participei da equipe do Ibase que elaborou um estudo para a Senaes sobre os dados do mapeamento.

Na CGN participei ativamente na reformulação do questionário, além de fazer parte de duas Subcomissões – grupos de membros da CGN encarregados de discussões e tarefas específicas. Uma delas discutiu a elaboração do complemento sobre trabalho feminino e a outra formulou o questionário sobre políticas públicas. Continuo sendo membro da CGN.

Durante estes anos escrevi artigos, dei inúmeras entrevistas para jornais impressos, rádios e televisão. Dei aulas em cursos de formação em Economia Solidária. Fui

“facilitadora” em reuniões, encontros e plenárias. Apresentei dados do mapeamento e formulei com um colega sociólogo um estudo a partir dos dados do mapeamento no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Acompanhei de muito perto todo o mapeamento, desde a organização da aplicação dos questionários em 2005, até as decisões estratégicas sobre o sistema e inclusive na formulação de instrumentos de coletas de dados.

O olhar sobre o Mapeamento foi construído através desta participação observante sobre a qual pude refletir na primeira parte da tese. Todas as questões aqui tratadas foram construídas num processo de incorporação à ES, em que minha atuação como profissional e especialista esteve referida à pesquisa sobre empreendimentos.

CAPÍTULO 3

INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE TRANSFORMAÇÃO: QUANTIFICANDO A SOLIDARIEDADE

Introdução

Neste capítulo tratarei daqueles elementos da cadeia de transformação envolvidos na criação do SIES a partir dos objetos e técnicas ligados ao levantamento de informações, desde a formulação do objeto da pesquisa até os instrumentos de “coleta dos dados”. O ponto de partida para isso são os agentes envolvidos na criação destes instrumentos e o espaço em que se deu a formulação de toda a “metodologia” da pesquisa.

A construção do mapeamento colocou em confronto lógicas distintas, trazidas à cena pela atuação de diferentes agentes, para quem estava em jogo não apenas o seu lugar no mundo da ES, mas seu pertencimento a outros universos. É nas fronteiras destes universos - academia, o Estado, e o movimento – que se constitui o mundo da Economia Solidária.

Tratarei aqui da parte do SIES que pretendeu mapear os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Apesar de o processo ter contemplado também a identificação das Entidades de Apoio e Fomento (EAFs), a esta parte do mapeamento nunca foi dada importância equivalente. O questionário para EAFs era muito curto, não precisava ser preenchido através de entrevistas, os dados nunca foram divulgados com destaque. Além disso, quase sempre quando se fala ou se escreve sobre o SIES está se falando dos dados sobre o mapeamento de empreendimentos.

Assim, este capítulo conta com três partes. Na primeira delas tratarei do GT Mapeamento, entendido pelos agentes como o espaço de “parceria” entre Estado e movimento. Darei destaque às trajetórias de alguns especialistas que participaram deste

espaço, mostrando como a circulação entre universos sociais relativamente independentes é uma das características destes agentes e condição para a criação estatística da ES.

Na segunda parte tratarei do conceito “empreendimento econômico solidário”, criado para definir o objeto do mapeamento. Um olhar sobre ele permite perceber de que forma foram negociadas as distintas lógicas em confronto para a construção dos dados. Ele também ajuda a compreender uma série de representação presentes na ES.

Por fim mostrarei, a partir da análise de algumas das perguntas do questionário, o que é considerado relevante, e em que termos, na ES como objeto de quantificação. Ao nos aproximarmos do instrumento que pretendia “coletar dados”, percebemos concepções, visões e divisões em que se baseia o levantamento.

Mostrarei de que forma, em particular o Mapeamento, foi (e é) produzido nas fronteiras entre universos sociais relativamente independentes através da ação de pessoas em particular, cujas propriedades sociais, capitais e trajetórias podem iluminar a compreensão sobre a ES.

3.1. A criação do Mapeamento num espaço de fronteiras

A possibilidade de colocar em confronto diversas lógicas e capitais no esforço de produzir um Sistema de Informações, foi possível através da criação de espaços específicos em que se construiu o mapeamento como pesquisa “participativa” e em “parceria”.

A primeira forma de participação foi o estabelecimento de uma “parceria” entre a Senaes e o FBES. Na apresentação do *Atlas da Economia Solidária no Brasil* lê-se:

O Atlas da Economia Solidária no Brasil, primeira apresentação mais geral das informações colhidas no mapeamento, é a contribuição para a consolidação desta ação feita em parcerias com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, no sentido de fortalecer este segmento

econômico, dando-lhe mais reconhecimento e tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades. (MTE, 2006, p.7)

A palavra “parceria” está relacionada a políticas governamentais e designa uma série de possibilidades de relação entre governos e entidades e organizações, públicas ou privadas com ou sem fins lucrativos. Toda parceria é mediada por instrumentos que regulam aquelas relações e conta com espaços específicos para sua realização. Contratos com empresas privadas ou mesmo convênios entre entidades públicas podem receber este nome.

O primeiro espaço que caracterizava a parceria era o GT Mapeamento. Outros Grupos de Trabalho foram criados em que FBES e Senaes trabalhavam juntos. Pode-se dizer que a forma GT foi escolhida como o *modus operandi* da relação entre as duas instâncias. Os GTs eram temáticos e congregavam pessoas e organizações que se reconheciam e eram reconhecidas como afins aos respectivos temas.

O GT Mapeamento e Banco de Dados foi formado por profissionais da Senaes dedicados à área de estudos e por representantes de entidades e organizações que se considerava terem experiência em pesquisa e produção de dados. Isso significava terem desenvolvido algum tipo de trabalho na produção de informação e levantamento sobre ES.

Em 2006 o GT foi substituído, através da Portaria Ministerial, pela Comissão Gestora Nacional do Sistema, cujas atribuições estavam reguladas por um instrumento formal que exigia o estabelecimento de Termos de Cooperação Técnica entre o Ministério e as organizações e entidades participantes. Com isso houve a recomposição do grupo de gestão, chamado a partir de então de CGN, incluindo todas as entidades executoras do segundo levantamento, que seria concluído em 2007. Houve um acordo entre SENAES e FBES sobre a composição da Comissão, mantendo o espaço como um espaço de parceria.

O GT e a CGN funcionavam através de reuniões periódicas de todo o grupo, a maioria delas realizadas em Brasília, normalmente na sede do Ministério. Houve reuniões em

outras cidades, como Blumenau, São Paulo, Rio de Janeiro. Cada uma delas contava com uma pauta pré-estabelecida que acompanhava a convocatória oficial. As passagens aéreas para os participantes eram financiadas e emitidas quase sempre pelo Ministério. O GT e a CGN realizaram de 1 a 4 reuniões anuais.

Entre as chamadas “diretrizes” do SIES²⁷ estão listadas: “incorporação da economia solidária nos dados oficiais”, “fortalecimento do movimento da economia solidária” e “confiabilidade” em “todo o processo de formulação, implementação e análise das informações”. A composição do GT refletia as diretrizes, estando representadas entidades e organizações que ofereciam, cada uma a partir das características particulares do seu universo de pertencimento, a legitimidade da pesquisa. O GT e a CGN eram espaços onde estes diversos compromissos deveriam ser conjugados na criação de um só mapeamento. Isso significava que a pesquisa deveria servir e ter sentido em universos distintos, fazendo com que a principal característica destes espaços fosse serem de fronteira, ou seja, construídos nos limiares entre a academia, Estado e movimento.

O compromisso explícito do SIES com a “confiabilidade” e “qualidade” dos dados estava ligado à idéia de que a pesquisa deveria contar com um conjunto de noções, técnicas e tecnologias que fossem reconhecidas como eficientes e confiáveis. As técnicas e tecnologias, a metodologia de levantamento e o tratamento de dados deveriam seguir os padrões consagrados pelas ciências sociais e pela estatística como forma de garantir que as informações geradas pelo sistema tivessem credibilidade pública e legitimidade como instrumento de ação do Estado.

Estas técnicas e tecnologias estavam referidas a dois tipos de espaços e agentes. O saber acadêmico, baseado em toda a estrutura de títulos e reconhecimento entre pares e na posse legítima do conhecimento científico era um dos espaços de referência, presente no

²⁷ As “diretrizes” do SIES constam em um documento chamado “Termo de Referência”, que depois serviu de base para a elaboração da Portaria Ministerial, que consta como Anexo 3 da tese.

mapeamento através de organizações ligadas ao mundo universitário, que oferecia sua credibilidade no SIES através também da participação de duas redes no GT: a Rede Unitrabalho e a Rede de ITCPs.

Profissionais de universidades participaram do GT Mapeamento como representantes destas entidades. Pela Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, participava Ioshiaqui Shimbo, que esteve no primeiro grupo que compôs o GT. Ele era professor da Universidade Federal de São Carlos e coordenava a Incubadora da instituição. Outros agentes do mundo acadêmico e pertencentes a Incubadoras que participaram da CGN foram Ana Dubeux e Paulo de Jesus, ambos professores da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Nas universidades as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs – são o principal espaço de produção e formação em Economia Solidária. Elas são programas de extensão universitária multidisciplinares, cujo papel é auxiliar através de assistência especializada à constituição de cooperativas por trabalhadores pobres e, na maioria das vezes, desempregados.

Segundo o relato de João Guerreiro que reproduz o mito de origem da ITCP da Coppe, ela nasce por estímulo de Betinho – o sociólogo Herbert de Souza, fundador do Ibase – que pergunta se a Coppe aceitaria o desafio de fazer incubação voltada para a população pobre, numa reunião Coep (Comitê de Entidades Públicas de Combate à Fome e pela Vida). A idéia teria encontrado ressonância na Universidade e a Incubadora foi criada em 1995. Sem utilizar a expressão “economia solidária”, a primeira incubadora nasce antes da primeira utilização do termo no Brasil.²⁸

Nesta época, a Fundação Oswaldo Cruz enfrentava sérios problemas resultantes da violência presente no vizinho Complexo da Maré, com tiroteios frequentes. A situação era

²⁸ A primeira vez que a expressão foi usada, como citado na introdução da tese, foi no ano de 1996, num artigo escrito por Paul Singer no jornal *Folha da São Paulo*.

tida como tão grave que levou a que fosse considerada a mudança de endereço da instituição. Segundo narram os profissionais que estiveram envolvidos na criação na incubadora, uma das formas de proteger a instituição era estabelecer laços positivos com a comunidade circundante. A idéia de criar uma cooperativa que oferecesse trabalho a moradores da redondeza serviu de mote inicial para incubar a Cooperativa Manguinhos, considerada uma experiência de sucesso pelos agentes envolvidos e marcando o pioneirismo do grupo da UFRJ na incubação de empreendimentos (SINGER *in* SINGER, SOUZA, 2000).

Segundo o discurso comum dos universitários, a Universidade é o lugar adequado para a elaboração de políticas de combate à pobreza e para a criação de empreendimentos, porque contaria com uma grande quantidade de profissionais qualificados que podem trabalhar juntos produzindo, além disso, conhecimento científico. As atividades da universidade não estariam sujeitas às disputas comuns em governos, além de estar garantida uma certa continuidade das ações.

Na universidade - apesar e por causa da diversidade -, temos quadros, gente nova, o caráter interdisciplinar e a busca do conhecimento. A universidade possibilita o crescimento de grupos. (...) É decisivo tudo acontecer na universidade por ser também um espaço que possibilita a neutralidade, embora existam naturalmente correntes políticas e ideológicas que interagem, às vezes, de formas até conflitantes. Mas sua legitimidade social permite uma aproximação muito mais ágil, ao contrário, por exemplo, de quando o contato com as comunidades é feito em nome de governos. (GUIMARÃES *in* SINGER, SOUZA, 2000, p.113)

A Rede Universitária de ITCPs foi criada em 1999. Fazem parte dela hoje 40 Universidades, Centros Universitários e Escolas Técnicas, públicos e privados, em todo país.

As incubadoras contam com um programa de financiamento da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia – desde 1997 que se chama Proninc - Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Com a criação da Senaes o programa foi relançado em 2003 e passou a ser coordenado pela Secretaria. A Finep foi uma das financiadoras da criação da primeira incubadora na Coppe em 1995 e financia a execução do Mapeamento atualmente.

Além da atuação na criação de empreendimentos e na produção acadêmica, as Incubadoras também exercem papel político, fazendo parte de fóruns locais e tendo a Rede de ITCPs sido membro da Coordenação Nacional do FBES desde a sua criação, representando uma importante força política no movimento de ES.

A Unitrabalho também é uma rede universitária mais antiga que a Rede de ITCPs, tendo sido criada em 1996. Realiza ações junto a organizações sociais ligadas ao mundo do trabalho e também possui atuação direta na assessoria, no ensino e na pesquisa. Especificamente na economia solidária, esta rede também desenvolve ações de incubação. Hoje são 92 universidades e instituições de ensino superior associadas. Apesar de atuar em outros temas relacionados ao trabalho, hoje a Economia Solidária é a mais importante linha de atuação da Unitrabalho. Foi esta instituição que assumiu a execução do Mapeamento em sete estados em 2007.

Quanto àqueles que representavam instâncias ligadas ao Estado, destaque-se os próprios profissionais da Senaes. Eles sempre exerceram um papel central no GT, propondo pautas, convocando e organizando a reunião e realizando a relatoria. Eram eles também os maiores detentores de informações tanto sobre o andamento do mapeamento quando já estavam sendo aplicados os questionário, quanto das inúmeras atividades do SIES realizadas através dos convênios e consultorias.

Os membros da Senaes estavam lidando com a própria condição de existência da Secretaria. Se por um lado a ES foi instituída com a própria criação da Secretaria, esta ainda precisava responder ao questionamento interno no governo: “a final, o que é a ES?” e principalmente: “Quanto dinheiro gera? Quantos empregos? Quantas pessoas?”. Desta forma,

para eles a possibilidade de criar estatística estatal era uma forma de justificar a sua própria profissão.

Fora do governo, mas como estrutura estatal, a participação de profissionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada associava o SIES à produção estatística oficial. Estes representavam o segundo grupo ao qual esteve relacionada a confiabilidade técnica. O Ipea esteve ligado, desde a sua criação na década de 1960 à área de planejamento do governo federal, com o papel manifesto de produzir subsídios para formulação de políticas públicas e de estratégias de longo prazo para o país.

Durante o Governo Lula o instituto deixou de estar subordinado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e passou a estar vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão da Presidência da República criado em 2008.

A presença de profissionais ligados a uma instituição pública e prestigiada de produção de estatística do Estado trazia uma vinculação com a pretensão de que o SIES fosse um instrumento legítimo do espaço estatal. A tentativa malograda de estabelecer nas estatísticas produzidas pelo IBGE recortes que pudessem fornecer informações sobre a ES não impediu que o SIES mantivesse a pretensão de produzir dados que pudessem ser confrontados com outras estatísticas oficiais (como mostrarei na terceira parte deste capítulo, sobre o questionário). Muito pelo contrário, serviu como argumento que podia justificar a escolha por uma pesquisa “participativa” e em “parceria”.

Os profissionais do Ipea então trazem consigo um capital particular de especialista profissionais de Estado. A credibilidade da instituição, a capacidade acumulada de seus quadros e a disponibilidade de recursos técnicos permitiu que fosse esta a realizar o tratamento da primeira base de dados do SIES²⁹.

29 O tratamento da segunda base de dados, com a incorporação dos dados produzidos pelo levantamento realizado em 2007, foi feita pela equipe de Luiz Inácio Gaiger, na Unisinos.

O Ipea tem tido um lugar particular nos últimos anos de governo do PT. A mudança de direção ocorrida com Lula fez com que a instituição passasse a ser considerada fortemente identificada com a política do governo. Mudanças internas levaram profissionais de carreira ligados ao chamado “campo popular” a ocupar cargos de chefia. O afastamento de pesquisadores prestigiados e ligados ao PSDB gerou inclusive uma acirrada briga pública, em que o governo foi acusado de interferir politicamente numa instituição científica.³⁰ O que importa aqui é que houve mudanças institucionais, favorecendo o alinhamento à políticas defendidas pelo governo.

Já existia um convênio entre Ipea, Ministério do Trabalho e ANPEC, Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, entes mesmo da criação da Senaes. Foi a partir deste convênio que várias ações do Departamento de Estudos e Divulgação foram financiadas. Esta relação mostra como, notadamente a partir da criação da Secretaria, a ES passa a não ser mais um espaço exclusivo dos economistas que são seus teóricos, como Paul Singer, e começa a ter espaço em instâncias e entidades ligadas a centros dominantes do campo dos economistas. O Mapeamento é um esforço que sugere uma relação com a produção de estatísticas dos economistas ligados a temas e instituições dominantes.

As organizações que participaram do GT e da CGN eram indicadas pelo movimento. Havia entre as organizações indicadas pelos FBES algumas ONGs, entre elas Fase e Ibase. Havia também a Unisol Brasil – Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – que é uma entidade que se pretende de caráter sindical e representativo dos trabalhadores da ES.

Como mostra Luc Boltanski (1982) sobre os *cadres*, um dos indícios de existência dos grupos sociais é a existência de entidades representativa deles. Aqui, esta é umas entre

³⁰ O título de artigo publicado em 15 de novembro de 2007 no jornal Folha de São Paulo pelo o colunista Guilherme Barros era: “Ipea 'expurga' economistas divergentes”. Os subtítulos eram: “Quatro pesquisadores do órgão governamental que não se alinham com pensamento de novos dirigentes são afastados. Ipea, comandado por Pochmann, afirma que eles estavam irregulares; Delfim diz que nem na ditadura instituto sofreu censura.” (BARROS, 2007)

outras entidades que pretendem representar os empreendimentos, mostrando a tentativa de criar este grupo de forma independente de outros atores como as assessorias e os gestores, que participam dos espaços denominados fóruns. Como pude mostrar no final do capítulo 2, a confrontação entre formas distintas de representação dentro do FBES se deram fortemente pela emergência destes novos atores políticos, mostrando a tentativa de criar o grupo “empreendimentos” como uma coletividade autônoma em relação aos outros segmentos da ES.

A Fase foi fundada em 1961 e se auto-denomina “a ONG mais antiga do Brasil”. Conta com programas regionais no Rio de Janeiro, Pará, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco e Mato Grosso. A experiência na criação de conhecimento em ES era atribuída por a entidade ter organizado o Sistema Geração:

O **Sistema Geração** foi concebido e implantado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) contando com centenas de registros de empreendimentos e de entidades de apoio, assessoria e fomento a esses empreendimentos. O sistema continha informações que possibilitavam a caracterização das atividades econômicas de iniciativas coletivas (associativas e cooperativas), familiares e individuais, formais e informais, que possuíam características de Economia Solidária. A intenção era articular essas iniciativas em redes para facilitar processos organizativos, políticos e comerciais. As limitações orçamentárias dificultavam a atualização dos dados e a necessária dinâmica de expansão do Sistema Geração para alcance dos seus objetivos. (BERTUCCI; SCHIOCHET & SILVA, 2009)

O Ibase foi fundado em 1981, por um grupo de ex-exilados que voltavam ao Brasil com a abertura democrática, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Assim como a Fase é multi-temático.

As duas entidades são fundadoras da ABONG – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais. Estão entre as chamadas “King-ONGs”, termo um tanto depreciativo, mas que revela uma distinção feita entre grandes e tradicionais entidades e

outras menores. O acesso diferenciado a financiamento é uma das maiores marcas de distinção neste mundo e supõe-se que estas entidades sejam capazes de obter mais recursos.

Uma das características deste tipo de entidade, é que atraem profissionais de pesquisa que foram formados nas áreas de Economia e Ciências Sociais principalmente, muitos deles pós-graduados e cuja produção dentro das entidades se aproxima da abordagem acadêmica, enquanto alguns são professores universitários ou estudantes. O mundos das ONGs e da academia são muito próximos, sendo que muitos acadêmicos são assíduos debatedores, consultores ou associados às entidades. Os profissionais destas entidades que trabalham com pesquisa possuem algum capital acadêmico, mesmo não sendo profissionais universitários e por outro lado, possuem o capital político de pertencerem a organizações “a serviço do movimento social”.

A participação da Fase e do Ibase estava baseada – e era justificada – pelo fato de estas entidades terem “experiência” em pesquisa sobre ES, mas também porque eram entidades do FBES. Neste caso, as entidades de assessoria ocupam uma fronteira entre a capacidade técnica e a representação política, capitais acionados de diferentes formas em diferentes situações.

Além disso, uma característica importante das entidades de assessoria é que podiam ser executoras do Mapeamento, fato que levou à incorporação de outras duas ONGs à CGN (Cedac, do Rio de Janeiro e Vida Brasil, da Bahia). O pertencimento e expresso compromisso com os valores do movimento reforçavam a possibilidade de realizarem pesquisa com participação, já atuam junto aos movimentos sociais.

Nos últimos anos vemos um enfraquecimento das ONGs em todo Brasil. Os recursos da cooperação internacional, que sustentaram as entidades até fins da década de noventa começaram a minguar. O país já não é considerado como um país atrasado e subdesenvolvido e há uma diminuição das doações nos países ricos (principal fonte de

recursos das entidades de cooperação). Os recursos internacionais estão se dirigindo a diferentes áreas do mundo, principalmente áreas de conflito e a África. Hoje se admite uma “crise das ONGs”, que levou muitas entidades pequenas a desaparecerem e entidades grandes a diminuir suas equipes.

Combinado a isso, no mundo da ES houve mudanças políticas significativas que levaram as entidades de assessoria a ocuparem papel de menor destaque. A emergência de novos atores políticos, organizados como entidades representativas de empreendimentos e trabalhadores colocou em xeque a legitimidade da presença de assessorias na coordenação do FBES, por exemplo. Na IV Plenária Nacional criou-se um critério que excluía entidades prestigiosas do campo da ONGs da coordenação nacional: as entidades deveriam estar, comprovadamente atuando em, pelo menos, sete fóruns estaduais. Assim, Ibase, Fase, Pacs e Cedac não poderiam estar mais na coordenação nacional. A lógica da representação territorial se impôs sobre a lógica que considerava a legitimidade dos “fundadores” do FBES.

Mas serem membros do GT ou da CGN não era a única forma disponível para entidades e organizações se relacionarem com os espaços de formulação do SIES. Entre as reuniões as tarefas eram realizadas por consultores e sub-comissões, cujos membros eram indicados nas reuniões gerais e pela própria equipe da Coordenação de Estudos, que nunca contou com mais de seis profissionais, incluindo dois que cumpriam tarefas de secretaria. Estas sub-comissões tinham tarefas de produção de documentos, análises ou instrumentos de pesquisa que eram postos em discussão na reunião geral.

As consultorias realizadas eram trabalhos remunerados e encomendados a instituições específicas. O Ibase, por exemplo, foi contratado pela SENAES, em 2007, para produzir trabalhos de análises dos dados, propor um questionário sobre políticas públicas e contribuir para a formulação de uma tipologia dos EES. A Unisinos, em particular o grupo de

Gaiger, também realizou trabalhos de consultoria diversos. O lugar que a Unisinos e, mais particularmente Luiz Inácio Gaiger, ocupam é muito particular e tratarei dele mais adiante.

O GT Mapeamento e a CGN não foram os únicos espaços de gestão do Sistema. As EGEs, posteriormente CGEs, eram os espaços estaduais em que deveriam estar presentes três tipos de representação – apontado pelo Termo de Referência e posteriormente regulado pela Portaria. A composição destes espaços, definida pelos documentos do SIES deveriam contemplar a presença do Ministério do Trabalho e Emprego através de sua representação local, universidades e os fóruns de ES. O Estado, a academia e o movimento. No caso das instâncias estaduais todo o arranjo entre especialidade, legitimidade política e peso dos profissionais do Estado se construiu de forma singular em cada local, sendo negociado a partir da forma como a ES se organizava.

No segundo levantamento, em 2007, quando a maior parte da execução da pesquisa ficou a cargo de instituições universitárias, houve necessidade de se restabelecer o pacto entre os fóruns e as entidades, porque houve conflitos entre as coordenações técnicas e as organizações locais em vários estados.

O que houve de certo foi um aumento significativo dos conflitos entre profissionais das entidades executoras e agentes do movimento dentro das instâncias estaduais, o que levou à elaboração de um documento, em 2006, aprovado na primeira reunião da CGN, que estabelecia de forma supostamente mais clara as atribuições das Comissões Técnicas e das Comissões Gestoras.

Com esta composição tripartite – Estado, movimento, academia – em que se reconheciam três diferentes campos de interesses e de saberes, a construção do SIES punha em evidência a pretensão de os dados deveriam ser significativos para os três universos. A possibilidade de ser base para a construção de políticas públicas, a confiabilidade técnica e a mobilização política eram os três objetivos que justificavam a existência destes espaços.

Estava subentendido que cada ator, representando um campo de sentidos e demandando diferentes resultados contribuiria mais fortemente em um dos aspectos. Na CGN esta composição era conferida de alguma particularidade, já que nunca foi explicitada esta certa divisão de tarefas que estava clara no que tangia as instâncias estaduais.

Os universitários zelariam pela a qualidade e confiabilidade técnica dos dados, os funcionários do Estado garantiriam que eles fossem produzidos de maneira que pudessem ser utilizados para as políticas públicas e os representantes do movimento garantiriam que o processo de mapeamento fosse também um processo de mobilização política.

Os espaços de parceria não apenas conjugavam em decisões coletivas estas diferentes lógicas, mas também eram simbolicamente importantes no discurso sobre a participação e sobre a inovação metodológica que construído sobre o SIES. O GT, as EGEs, os seminários e reuniões eram o lugar da confrontação de fato das distintas lógicas que se supunha serem trazidas por agentes de universos distintos, mas lugares-símbolo daquilo que legitimava a quantificação da ES: que ela estava sendo realizada segundo os princípios de democracia e horizontalidade característicos deste mundo.

As pessoas que compuseram o GT e a CGN, para além de serem “representantes” de entidades e organizações, incorporando-as nas suas falas e ações, tinham características singulares. Um olhar sobre suas trajetórias ajuda a compreender as dinâmicas sociais que permitem a criação da ES.

3.1.1. Os Especialistas

As características e trajetórias dos agentes que estiveram envolvidos na formulação dos instrumentos, técnicas e dos mapas e gráfico do mapeamento estão marcadas

pela circulação entre universos sociais distintos. A academia, o movimento, o mundo das ONGs e a Igreja Católica são alguns deles, em cujas fronteiras os especialistas atuam.

No GT Mapeamento, depois CGN, estes agentes eram considerados especialistas, possuidores de conhecimentos especiais que poderiam contribuir para fazer da pesquisa confiável em diversos sentidos, tanto tecnicamente – quer dizer, frente ao Estado e a acadêmicos – quanto publicamente – frente ao movimento e à imprensa.

Dentro destes espaços de gestão, a maioria dos agentes “representava” entidades e organizações. Já pude tratar anteriormente dos sentidos do que se chama “representar” quando tratei na primeira parte da tese sobre como as pessoas são classificadas nos encontros da ES. Quero mostrar aqui algumas trajetórias de agentes particulares, considerados como especialistas, que estiveram presentes na construção do Mapeamento.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária era composta por três Departamentos. Entre eles o Departamento de Estudos e Divulgação (DED) era o responsável pelo Mapeamento. Quando a Senaes foi criada, o titular deste departamento era Valmor Schiochet.

Valmor é doutor em Sociologia Política pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Regional de Blumenau. Ocupou o cargo na SENAES até 2007, tendo sido substituído pelo colega que estava a frente da Coordenação de Estudos, sobre quem escrevo a seguir. Mesmo depois de deixar o cargo o sociólogo continua sendo figura central no desenvolvimento do SIES, prestando consultoria permanente no desenvolvimento das ações da Senaes nesta área, através de um convênio entre a Secretaria e a Furb – Fundação Universidade Regional de Blumenau.

O Coordenador de Estudos, que viria a ser diretamente responsável pelo Mapeamento, era Roberto Marinho Alves da Silva, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que conclui sua tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela

Universidade de Brasília enquanto ocupava o cargo. Substituiu Valmor Schiochet como Diretor de Estudos e Divulgação (DED) da SENAES e ocupa o cargo até hoje.

A legitimidade conferida pelo reconhecimento de competências acadêmicas estava presente na própria na relação estabelecida entre a responsabilidade pela realização de “estudos” e o pertencimento à universidade, através da escolha dos profissionais que ocupariam cargos na Secretaria. A circulação nos dois espaços, a universidade e o governo – é uma trajetória comum entre alguns dos profissionais da Senaes.

Uma particularidade dos universitários é que este pertencimento permite a volta à docência, quando é prevista a possibilidade de “afastamento”. Ser professor no ensino superior, principalmente quando se trata de universidades públicas, permite aos profissionais a segurança de poderem retornar aos seus empregos e salários quando eventualmente deixem seus cargos no governo. Foi o que ocorreu quando Valmor deixou a Secretaria. No caso de Roberto, como funcionário público, está cedido ao Ministério, tendo seu vínculo mantido com a UFRN. Valmor já tinha sido Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico do município de Blumenau na década de 1990.

A trajetória de Paul Singer também é significativa neste sentido. Professor da Universidade de São Paulo, ocupou cargos em governos, sempre retornando a suas atividades na universidade, de onde também vieram alguns dos seus assessores mais próximos na Senaes.

Claramente o pertencimento ao mundo acadêmico não é nem a única nem, talvez, a principal característica dos dois profissionais que atuaram no DED. Valmor chegou a presidir o Partido dos Trabalhadores da cidade de Blumenau. Roberto trabalhou anos na Cáritas Brasileira, organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - que foi um dos principais atores na formação do FBES, estando entre as doze entidades que compunham o GT Brasileiro. Ele é autor, com Ademar Bertucci, do livro *Vinte anos de*

economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS (BERTUCCI & SILVA, 2003). O “engajamento” é uma característica destas trajetórias e o pertencimento a outros espaços de movimento – o partido, a Cáritas – oferece provas aos outros agentes de compromisso político.

Em comum, as trajetórias de Valmor e Roberto têm a passagem por outro espaço. Ambos foram seminaristas, mas não chegaram a ser ordenados padres. Entidades e organizações católicas têm uma presença importante neste mundo, tanto no que diz respeito à composição de GTs e presença na organização dos Fóruns, quanto em muitas das características dos mitos de origem e da forma como são organizados os espaços de criação da ES, como mostrei anteriormente quando falei sobre as “dinâmicas”. Mas são poucas as pessoas cuja experiência com a Igreja passa propriamente pela vida eclesial, sendo a maioria de leigos, militantes das organizações de base.

Sobre os dois profissionais e o sobre outros que também tem uma ligação com organizações católicas se comenta, muitas vezes em tom jocoso, que têm uma disciplina maior que a média dos “militantes”. Sua suposta capacidade de resistir – inclusive fisicamente – a longas reuniões, preservando a serenidade, é associada à disciplina monástica. Considera-se que esta é uma característica que os torna politicamente mais fortes, porque seus adversários “cansam mais rápido”.

Se a partir das trajetórias de Valmor e Roberto percebemos que a circulação entre a universidade, o Estado e a Igreja caracterizam suas trajetórias, a seguir trato de outro especialista na construção do SIES que circula nestes mesmos espaços, mas de forma bastante distinta.

Luiz Inácio Germany Gaiger participou desde o início do GT Mapeamento, primeiramente representando a Rede Unitrabalho, depois tornando-se consultor e sendo contratado para elaboração de diversos instrumentos considerados técnicos.

O “professor Gaiger”, como é conhecido na ES, é formado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem mestrado em Sociologia da Religião e doutorado em Sociologia da Religião e dos Movimentos Sociais, ambos pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica. Coordena a Cátedra UNESCO – Unisinos. Orientou e orienta diversas teses de mestrado e doutorado sobre Economia Solidária. Tem uma produção científica internacional e participa de congressos e eventos no Brasil e no exterior – principalmente na França – com bastante frequência. Compõe hoje o quadro de diretores da Sociedade Brasileira de Sociologia.

Gaiger é o principal participante brasileiro de uma rede internacional de intelectuais que produzem sobre o tema da Economia Solidária e que compartilham a coordenação de grupos acadêmicos e a participação em publicações. Destacam-se neste grupo o francês Jean Louis Laville – professor do Conservatoire National des Arts et Metiers – e o argentino José Luis Coraggio da Universidad Nacional de General Sarmiento.

O Brasil, a Argentina e a França são os principais países de produção de trabalhos acadêmicos sobre economia solidária e também de existência de organizações e redes de caráter político sobre o tema. Cada país tem um perfil particular de produção e de ênfase teórica de cursos e literatura, mas que vem se aproximando nos últimos anos, devido fortemente à atuação dos profissionais citados. A elaboração de um *Dicionário internacional da Outra Economia* (CATTANI et al, 2009), semelhante ao que já tinha sido produzido no Brasil com o livro *A Outra Economia* (CATTANI [org], 2003.) foi a explicitação da tentativa de aproximar as discussões e os termos do debate acadêmico internacional.

Os três citados acima – Gaiger, Laville e Coraggio – são os principais animadores e coordenadores da Red de Investigadores Latinoamericanos de Economia Social y Solidária (Riless), sendo Gaiger e seu colega argentino os dois diretores da revista *Otra Economía*, publicação digital semestral da Rede³¹.

³¹ Endereço eletrônico da revista Outra Economía: <http://www.riless.org/otraeconomia/>

O termo “empreendimento econômico solidário” foi usado por Luiz Inácio Gaiger em vários trabalhos muito antes da existência da SENAES. Embora não haja registros explícitos sobre isso, é claro que o uso do termo no Mapeamento se deve a sua participação e influência como o principal acadêmico envolvido.

Ao mesmo tempo em que o “professor Gaiger” oferecia ao Mapeamento, através da sua participação como membro da universidade e depois como consultor técnico, uma legitimidade frente ao mundo acadêmico o mapeamento ofereceu a ele material para uma extensa produção científica. Seu currículo no Sistema Lattes mostra que, das duas linhas de pesquisa que mantém no momento, uma delas se baseia nos dados do Mapeamento. Com o título *Economia Solidária e as desigualdades*, a descrição do projeto começa da seguinte forma: “O Projeto tem como base empírica principal os dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES, ainda inédita para a comunidade científica.”

Gaiger ocupa um papel singular no Mapeamento. Nas primeiras reuniões do GT ele era o representante da Unitrabalho. Com a criação da CGN a entidade passou a ser representada por outra pessoa, mas o sociólogo seguiu sua participação como “consultor”, estando presente em quase todas as reuniões da Comissão. Se na ES é importante representar uma entidade ou uma organização (ou mesmo um empreendimento), existem pessoas cujo pertencimento prescinde esta posição. O valor que o seu alto capital acadêmico para legitimação do SIES é considerado suficiente para que participe “sem representar”. Note-se, porém que foi membro do GT apenas quando era representante, quando deixou de sê-lo, mudou de *status*, passando a consultor.

Outros acadêmicos estiveram ligados à criação do Mapeamento, como o professor Gabriel Kraychete, da Universidade Católica de Salvador. Kraychete também tem sua produção acadêmica voltada para a ES. Tendo participado como um acadêmico

“independente”, ou seja, não estava representado redes universitárias, ele não seguiu a sua participação por muito tempo.

Os especialistas mobilizados para a criação do SIES não estão todos ligados diretamente à universidade, mas a outras instituições produtoras de conhecimento. Profissionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) também participaram do GT Mapeamento e da Comissão Gestora Nacional. Foram vários os representantes: Herton Araújo, Ademar Sato e Luiz Parreiras.

Um terceiro grupo de especialistas esteve presente na criação do SIES. Eles eram pertencentes a entidades não-universitárias e não-estatais eram agentes ligados a organizações “com experiência” na produção em ES. Profissionais pertencentes a entidades consideradas de assessoria, tinham também a legitimidade de fazerem parte de alguma instância de organização do FBES. No caso da formação da CGN, a indicação direta das entidades foi por parte do Fórum.

O primeiro representante do Ibase no GT Mapeamento, por exemplo, foi João Roberto Lopes Pinto, formado em História pela UFRJ e doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Trabalhou na pesquisa realizada em 2000, cujo material também serviu de base para a sua tese de doutorado. João Roberto é coordenador da área de ES no Ibase desde que foi criada e dá aula em cursos de graduação na Universidade Estácio de Sá e na PUC do Rio de Janeiro.

Todos os profissionais envolvidos na criação e desenvolvimento do SIES, além de emprestarem capitais essenciais para a garantia de reconhecimento da legitimidade e credibilidade das informações, eram difusores e defensores dos processos que eram acordados no GT e depois na CGN, comprometidos que estavam com a sua criação.

Os membros da CGN tinham o papel, como pontuei anteriormente, de aportarem ao sistema seus capitais políticos e acadêmicos, tanto no que diz respeito à efetiva influência

na aplicação concreta de estratégias da pesquisa, como simbolicamente, figurando, com seus nomes estampados nos materiais oficiais e como sujeitos diretos da parceria.

3.2. Um novo “conceito”

Nas primeiras reuniões do GT Mapeamento, a idéia era identificar que pontos comuns havia entre as diversas tentativas de cadastro e sistematização de informações sobre ES. As entidades e organizações que compunham o GT eram responsáveis por experiências deste tipo e foram chamadas a intercambiar impressões, *expertises* e informações.

Pelo que sugerem os documentos e as narrativas sobre a história do SIES, chegou-se à conclusão de que não era possível homogeneizar as informações existentes. Foi feita, inclusive, uma tabela que procurava identificar as diferentes formas de abordagem de cada experiência. Como se pode notar nos relatos das reuniões, cada instituição trabalhava com uma definição diferente e dava pesos distintos a aspectos que consideravam mais ou menos fortes na caracterização do empreendimento de Economia Solidária.

Se as formas de contar, registrar e cadastrar empreendimentos impediam a produção de uma base de dados comum, era preciso criar definições e instrumentos novos. Não havia dúvidas de que a unidade real a ser interrogada para se conhecer a ES era o empreendimento. Todas as tais experiências de pesquisa e cadastro a utilizavam como base. Como mostrei na Parte 1, o empreendimento é uma categoria fundamental neste mundo, que carrega em si tanto a idéia de que é o lugar onde a ES acontece de fato, como a idéia de que daí resulta uma legitimidade política.

Se para os agentes há concordância que a unidade empreendimento representa a concretude das práticas econômicas e, portanto, também da solidariedade, por outro lado, não existia uma definição que permitisse enquadrá-los e quantificá-los. Os empreendimentos eram

aqueles representados pelos seus integrantes em encontros e fóruns. Eram aqueles que eram assim chamados quando objeto de estudo de sociólogos e economias que estudam ES. Definir e quantificar empreendimentos só fazia sentido quando se queria mostrar o quanto um encontro tinha sido bem sucedido: “Havia mais de n empreendimentos presentes!”

A concordância de todos sobre a centralidade, a importância e a concretude dos empreendimentos só era possível porque a convivência entre concepções e definições diversas não só era tolerada, mas era condição de possibilidade para que a expressão ES pudesse congrega a chamada diversidade.

Criar meios de se contar empreendimentos significava então conjugar esta lógica inclusiva e de convivência entre diversas concepções e definições, que é uma das características mais marcantes deste mundo, com a lógica de homogeneização da estatística estatal. Era exatamente isso que estava explícito nos documentos que apontavam para a “necessidade” do mapeamento.

Se a primeira lógica, até ali única, era a das múltiplas possibilidades de definição, da valorização das diversidades dos empreendimentos e das idéias que os definiam como tal, a segunda lógica tinha que ser exclusiva e homogênea, capaz de definir não apenas o que “é” um empreendimento, mas o que “não é” um.

Os debates foram intensos e as lógicas foram confrontadas até que se considerasse o conceito de EES como um conceito “maxi-mini”, segundo a explicação de profissionais da SENAES. Isso significa que o conceito deve dar conta do máximo de experiência possível (maxi) e contemplar o mínimo de características fundamentais sem as quais não pode ser considerado de ES (mini).

Muitos foram os protestos que pude presenciar sobre o conceito definido pelo SIES. A principal crítica era que ela “não dava conta da diversidade” e excluía muitas experiências importantes. Sobre isso notem-se duas questões. A primeira delas é que nunca

ouvi nenhuma crítica sobre o conceito ser amplo demais antes dos dados estarem prontos. Ouvi críticas de alguns agentes do Fórum do Rio de Janeiro neste sentido posteriores à divulgação dos dados, que terei oportunidade de comentar mais adiante. Mesmo assim foram críticas muito localizadas e que não tiveram eco. Ou seja, a parte da definição que mereceu reprovação foi a que não era “maxi” o suficiente. A outra questão é que desde o início, mesmo aqueles que eram muito críticos ou mesmo declaradamente contrários à realização do Mapeamento, admitiam através desta crítica que era um problema que os dados “excluísem” alguns empreendimentos.

A definição de EES, no SIES está descrita da seguinte maneira no Guia de Procedimentos e no Anexo à Portaria Ministerial:

O conceito básico do SIES é o que permite caracterizar a unidade a ser pesquisada, ou seja, a definição de **Empreendimentos Econômicos Solidários - EES** como as organizações:

- Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.
- Permanentes e não práticas eventuais, como, por exemplo, os mutirões. Incluem-se tanto os empreendimentos que se encontram implantados, em atividade, e aqueles que estão em processo de implantação (quando o grupo de participantes já estiver constituído e a atividade econômica do empreendimento definida, embora não em funcionamento efetivo).
- Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.
- Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.
- Singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (MTE, 2005, p.7 - 8)

Cada um dos pontos da caracterização do EES está referido a uma idéia sobre o que define a ES e dialoga com o que chamo de teoria econômica da ES. Como mostrei na Introdução geral da tese, um dos aspectos importantes deste mundo é o de que está baseado em idéias e ideais que estruturam uma forma de compreender a ação humana, a motivação, o lugar do que se entende por economia.

Esta definição revela o esforço de aproximar as representações gerais sobre o que sejam a solidariedade e esta aplicada à economia através de características supostamente concretas e verificáveis.

A definição, como foi mostrado diversas vezes em apresentações (com estas palavras: empreendimento econômico solidário) aponta quais são os aspectos que definem a unidade fundamental da ES. Os pontos que se seguem definem então os três aspectos em características concretas.

A diferença entre as expressões empreendimento “da Economia Solidária” e empreendimento “econômico solidário” revela um dos aspectos da transformação da definição para se criar um objeto de pesquisa estatal. Na primeira, a definição se dá pelo pertencimento a uma realidade maior, a Economia Solidária, esta sim passível de ser definida. Na segunda expressão, a definição se dá pelas características das unidades em si, a que estão referidos os termos “econômico” e “solidário”. A lógica revelada na expressão é que os empreendimentos pertencem a um conjunto que é solidário e a lógica de definição para a contagem é que esta solidariedade (e a economia) devem estar contidos em cada um dos empreendimentos individuais.

O destaque a que as atividades sejam coletivas está relacionada ao fato de que, quando se fala de empreendimentos, trata-se principalmente da solidariedade entre os trabalhadores. Para que haja solidariedade, é preciso que haja um coletivo, entre cujos participantes a solidariedade é exercida.

Note-se que as coletividades que são consideradas famílias não podem ser empreendimentos solidários. Isso se explica pela idéia, presente em vários trabalhos acadêmicos principalmente, de que a família é um arranjo necessariamente hierarquizado e com posições de autoridade bastante fixadas. Isso impediria o exercício de uma democracia verdadeira. Além dessa ouvi outra explicação. Incluir empreendimentos familiares criaria um tipo de concorrência entre com o Ministério de Desenvolvimento

A expressão “gestão coletiva” remete ao conceito de auto-gestão entendido pela quase totalidade dos agentes deste mundo como qualidade fundamental da ES. A autogestão seria definida pela igualdade de poder nas decisões. Ela é considerada como um ideal difícil de ser atingido. Por parte da idéia de um conceito “mini” a autogestão não é exigência para que um empreendimento seja considerado um EES. A “gestão coletiva” aqui é suficiente.

Se reconhece práticas diversas de solidariedade relacionadas a atividades econômicas como os mutirões, citados explicitamente no Guia de Orientações, mas estas não constituem EES. Na Economia Solidária as atividades devem ser explicitamente relacionadas à esfera da economia – entendida como a produção, comercialização de bens e produtos, envolvendo dinheiro – definindo uma coletividade cujos participantes tomam parte de maneira voluntária e consciente.

Os clubes de troca também são considerados EES, mas estas trocas solidárias não podem ser confundidas com trocas consideradas e entendidas como favores, obrigações familiares ou presentes. Nestes clubes um número determinado de sócios coloca a disposição objetos ou serviços para que sejam intercambiados. É comum que os clubes tenham uma “moeda social”, que é um meio cuja finalidade é permitir que a troca não precise ser realizada de forma imediata. Os clubes possuem regras e acordos que impedem a acumulação e obrigam a que os meios de troca circulem sempre. São espaços onde a troca se realiza de

acordo com regras explícitas de equivalência e de circulação de bens e serviços, acordadas entre seus membros.

Convivem na ES duas idéias que não se considera contraditórias no que diz respeito ao (s) mito (s) de origem. A novidade e a antiguidade da ES são igualmente acionadas nos discursos sobre sua origem com caráter positivo. A naturalidade da solidariedade, está relacionada à sua antiguidade e aí estariam raízes imemoriais da ES. Há inclusive referências a que “a natureza é solidária”. A ES hoje seria o resgate de valores originais corrompidos pelo capitalismo. Ao mesmo tempo a ES é apresentada como uma grande novidade que vem desafiar os valores do capitalismo e se mostrar como forma organizada de enfrentamento “por dentro”. As duas idéias não são contraditórias porque representam uma certa hierarquia entre formas mais “primitivas” (antigas, naturais) e outras mais organizadas (atuais, explicitamente econômicas, organizadas em coletivos voltados para a atividade produtiva). Ela fica bastante clara quando se define os empreendimentos também em negação a práticas tradicionais.

De certa forma não considerar nem a família nem práticas eventuais (e tradicionais) como pertencentes à Economia Solidária tem a ver com a idéia de que práticas de solidariedade mais “primitivas” retiram o aspecto econômico do centro daquelas relações. Na definição do SIES não basta que a economia esteja presente nas práticas de um coletivo, mas deve ser “a razão de ser” deste coletivo, para que seja um EES. Considera-se que formas tradicionais de solidariedade vicinal e familiar carregam em si obrigações e hierarquias que impedem o exercício pleno da democracia. O caráter obrigatório de prestação e da retribuição retiraria a aspecto de liberdade e consciência.³²

Para se medir a Economia Solidária os empreendimentos foram aproximados das empresas, no sentido de que constituem uma unidade que tem por fim uma atividade

³² Estas formas consideradas tradicionais de solidariedade são tidas como prova sobre a naturalidade do comportamento humano solidário e por isso são valorizadas e constituem um elemento freqüente nos mitos de origem. Mas este mesmo caráter – sua naturalidade – por outro lado é confrontado pelas representações sobre a liberdade necessária para a construção da democracia e da opinião, que afinal, estão relacionadas à racionalidade e à consciência.

econômica na qual pode ser verificada sua produtividade e a viabilidade econômica. Assim, como sugeriram várias vezes profissionais da Senaes, seria possível saber qual o “PIB da Economia Solidária”.

A associação com a idéia de empresa também se dá no que diz respeito à definição de limites pretensamente precisos da unidade de referência. Os supostos sobre um número definido e limitado – e conhecido – de sócios, um começo determinado de forma razoavelmente precisa no tempo – ano de início – estão presentes no questionário. Além disso, há idéia de que os empreendimentos são lugares de entrada e saída de objetos determinados, quando se determina que se deve informar os “insumos e matérias-primas” e os “produtos”.

Não existe nenhuma regra formal que reconheça um empreendimento de ES como forma singular de organizar a produção. A definição de empreendimento foge às definições jurídicas conhecidas. Assim, admite-se que podem existir empreendimentos registrados legalmente sob diversas formas e que não sejam registrados. A “existência real” é que importa.

Essa é uma idéia importante porque está relacionada à constatada “invisibilidade” da ES que o mapeamento viria a confrontar, segundo o argumento geral de justificativa do SIES. As estatísticas oficiais considerariam as formas jurídicas tomando a definição legal e os registros obrigatórios como fatos e juntaria todo o resto na categoria “informal”, que abriga em si uma variedade enorme de atividades muito distintas.

Uma boa parte dos empreendimentos, se sabia, era “informal”, ou seja, sem registro legal. Mas não se poderia tomar tudo que se considera “informal” como ES, assim com não se poderia deixar de considerar que, mesmo empresas registradas como empresas capitalistas podem ser na realidade empreendimentos da ES.

Existe um esforço grande no mundo da ES, por parte tanto dos próprios empreendedores, mas também de acadêmicos e muito fortemente dos profissionais de

governo, de diferenciar a ES da economia chamada informal. Muitas vezes percebi isso uma referência à carga negativa que a idéia de “informal” carrega. A desorganização, a competição desregulada e o individualismo seriam uma marca de uma economia que é a face mais bárbara de um sistema competitivo e selvagem. Além da necessidade de diferenciar a ES deste universo da desordem, também é preciso diferenciar a ES porque ela não seria o subproduto ou uma forma deturpada como é vista a economia informal, mas uma forma organizada e transformadora.

Esta distinção se dá no plano dos mitos de criação e no discurso. Nos mitos de origem a ES é uma forma superior de organização que não está definida em oposição às empresas pela dicotomia formalidade / informalidade, mas pela divisão capitalismo / solidariedade. A oposição construída em relação à economia informal está relacionada a uma idéia que podemos chamar de consciência. A informalidade seria uma condição a que os trabalhadores são obrigados porque são expulsos do mercado de trabalho formal. A ES é representada sempre como opção, como manifestação de uma vontade consciente de quem já percebeu que é preciso mudar o sistema. Isso permite que se admita que grande parte da ES estava “mascarada” sob a etiqueta da informalidade nas pesquisas estatais.³³

Em relação aos empreendimentos formais, o mapeamento incorpora a idéia de que seu estatuto jurídico não é definidor do seu funcionamento de fato e que é este último que importa conhecer. Exemplo disso é que, mais fortemente até do que a distinção com a economia informal em geral, no mundo da ES é importante se diferenciar das chamadas “coopergatos”. Juridicamente a forma “cooperativa” contempla vários dos princípios da ES, garantindo a propriedade coletiva, a relação “uma cabeça, um voto” e as decisões por

³³ Existem pesquisas estatais sobre o chamado setor informal. O IBGE disponibiliza dados de 2003 sobre as empresas informais da área urbana. É interessante notar que estas informações são classificadas pelo instituto como referentes a dados de “População” e não de “Economia”, sendo que nesta última categoria estão classificadas a “Demografia das empresas” e o “Sistema de Contas Nacionais”, por exemplo. Tendo identificado mais de 10, 5 milhões de empreendimentos informais em 2003, a pesquisa constatou um crescimento significativo neste número em relação aos dados anteriores, de 1997. Para um resumo dos resultados ver: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>

assembléia. Mas na ES todos acreditam que existem muitas cooperativas que são meios de burlar as leis trabalhistas. Elas formalmente são cooperativas, mas funcionariam de fato como empresas exploradoras e desonestas.

Existem também os empreendimentos que são registrados como empresas de capital e podem funcionar dentro dos princípios da ES. É verdade que pouquíssimos casos são identificados desta forma, tanto no Mapeamento quanto em outras situações. Eu nunca vi em encontros, reuniões ou qualquer outro espaço da ES um empreendimento deste tipo.

Isso precisava ser admitido como possibilidade pelo GT Mapeamento por dois motivos. O primeiro está relacionado às considerações que apontei sobre não tomar o registro jurídico como verdade de funcionamento. Se se pode duvidar das cooperativas é preciso duvidar de todas as formas jurídicas, mesmo que seja por uma perspectiva positiva. Outro motivo é que existem experiências identificadas com a ES em outros países, notadamente na Espanha, em que se optou pela forma jurídica de empresa como estratégia. Trabalhadores desempregados e lutando por seus direitos sobre empresas falidas, se associados a uma cooperativa formalmente passariam, juridicamente a ser “proprietários”, o que tirava deles o estatuto de trabalhador. Assim, optou-se por registrar empreendimentos como empresas de sociedade anônima, da qual os trabalhadores poderiam ser acionistas, mas possibilitando que continuassem nas batalhas jurídicas como trabalhadores. Essa forma tem o nome de “sociedades anónimas laborales”.

Existe uma questão no formulário de pesquisa sobre o estatuto jurídico do empreendimento. Nos treinamentos sempre era dito que esta era a única questão em que a preocupação era com o registro formal. Todas as outras deveriam ser preenchidas de acordo com a realidade da prática do EES, independentemente do que estivesse escrito nos seus estatutos ou equivalente. Esta explicação está remetida ao fato de que, por exemplo, as

cooperativas são obrigadas, por lei, a realizar uma assembléia anual. Para o SIES interessava saber “de fato” o que se faz no EES.

Esta é uma distinção que sempre se fez entre o SIES e as outras estatísticas oficiais. Reconhecendo que elas não são capazes de apreender a ES, aprofunda-se a crítica, mostrando que muito do que se mede não existe de verdade. Aprofundarei esta discussão mais adiante, mas o que se vê aqui é a construção de um conhecimento que ao mesmo tempo tenta se aproximar dos critérios e das formas estatísticas consagradas e reconhecidas pelo Estado, mas também as critica, porque seriam incapazes de conhecer a realidade. Isso tanto seria verdade que nunca ninguém tinha reconhecido a ES como forma particular de fazer economia. Deste ponto de vista o que o mapeamento revela é que “na verdade” ela gera milhões de empregos e movimenta muito dinheiro.

Esta definição de EES foi fruto de um trabalho intenso de negociação com três aspectos a que o mapeamento deveria estar referido para construir a sua legitimidade. Um deles é o de poder ser reconhecido pelo maior número possível de agentes do mundo da ES. O segundo aspecto é a possibilidade de oferecer critérios verificáveis e objetivos capazes de definir um objeto de pesquisa. O terceiro aspecto era o diálogo com outras formas de estatística do Estado (formal / informal, por exemplo).³⁴

³⁴ Apesar de a questão sobre o que se chama de “forma de organização” estar explicitamente referida às estatísticas estatais já existentes, existe uma clara diferença entre o que se considera como sendo um “grupo informal” no Mapeamento e a definição do IBGE de “informalidade”. Nos documentos do SIES a informalidade está definida como a falta de registro do empreendimento como uma das formas previstas de organizações econômicas. Segundo o IBGE, o registro legal não é critério para definir a informalidade, já que se admite que existem diferentes tipos de registros. Segundo o relatório *Economia Informal Urbana 2003*: “Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em janeiro de 1993, considerou-se que: (...) - embora útil para propósitos analíticos, a ausência de registros não serve de critério para a definição do informal na medida em que o substrato da informalidade se refere ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas. Havendo vários tipos de registro, esse critério não apresenta uma clara base conceitual; não se presta a comparações históricas e internacionais e pode levantar resistência junto aos informantes; (...)” (IBGE, 2005)

3.3. Para medir a solidariedade

O formulário de pesquisa para EES utilizado no Mapeamento tem onze páginas e setenta e duas questões.³⁵ Este questionário teve várias versões até chegar à que foi efetivamente aplicada. Outro instrumento de pesquisa, complementar a este é o “Guia de Orientações e Procedimentos do SIES Fase II” que trata de questões gerais sobre a pesquisa – como a definição de EES – e da postura que se espera do entrevistador, além da explicação detalhada sobre o preenchimento de cada questão.

O questionário foi o objeto que mediou concretamente a transformação das informações pedidas aos trabalhadores de empreendimentos em dados, oferecendo aos entrevistadores e entrevistados a pauta dos temas relevantes para o SIES, assim como a pauta de respostas possíveis, através das chamadas perguntas “fechadas” – que possuem uma quantidade finita e pré-determinada de respostas possíveis.

Tratarei aqui do questionário chamando atenção para elementos que oferecem possibilidades interpretativas do processo de criação do SIES como um todo. O formulário é um elemento na cadeia de transformações a partir do qual se pode perceber uma série de pressupostos sobre a “realidade concreta” dos empreendimentos e sobre o tipo de dado que se pretende produzir.

Os entrevistadores eram orientados a preencher o questionário entrevistando pelo menos dois membros do empreendimento, sendo pelo menos um da direção ou coordenação do empreendimento. Segundo explicação nos treinamentos, isso evitaria que as respostas fossem uma impressão pessoal de um membro. Admite-se assim, que as perguntas tenham uma dimensão interpretativa e que seria possível, num diálogo entre os respondentes, membros do empreendimento, construir respostas que representassem o grupo.

³⁵ O questionário consta como Anexo 4 na tese.

O formulário está dividido em seis partes, revelando uma visão sobre as diversas dimensões que comporiam um EES e os aspectos que seriam relevantes quando se trata de “conhecer a ES”.

A primeira parte se chama “Identificação, abrangência e características gerais”. Nela estão presentes questões sobre a morfologia do empreendimento, no que diz respeito ao tipo de atividade econômica, número de sócios e quantos são homens ou mulheres.

Existe uma questão, a número 10, em que deve ser informado o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) do empreendimento, caso este seja formalizado. Nesta questão há a seguinte observação: “perguntar no final da entrevista no caso de empreendimentos formalizados”. Uma das preocupações levantadas pelos profissionais envolvidos no SIES era a possível desconfiança que poderia ser gerada por uma pesquisa feita pelo governo e, especialmente, pelo Ministério do Trabalho. Muitos temiam que pudesse haver resistência em responder ao questionário por medo de que as informações pudessem ser usadas como algum tipo de fiscalização que pudessem levar a sanções legais. Por isso o entrevistado deveria perguntar o CNPJ apenas ao final da entrevistas para não “assustar” os entrevistados.

Apesar de ter ouvido este tipo de preocupação em todos os treinamentos do SIES em que participei, em geral principal pergunta dos entrevistados, no que diz respeito a ser uma pesquisa realizada pelo governo, sobre quando e como eles seriam então ajudados após a pesquisa. Na visão dos trabalhadores, segundo inúmeras narrativas de entrevistadores de todo Brasil, o fato de ser um mapeamento realizado pelo governo remetia mais à possibilidade de acesso a políticas públicas do que ao risco de fiscalização ou punição.

A questão número 11 era a seguinte: “O que motivou a criação do empreendimento?”. Note-se que esta questão está no bloco que procura identificar as características básicas do EES. Isso mostra como os motivos para criá-lo fazem parte de sua

morfologia. Esta idéia remete à importância das razões e das intenções no universo de representações que constitui a ES como teoria econômica. Aqui podemos dizer que as motivações para criar o empreendimento estão relacionadas com as idéias mais gerais sobre aquilo que move a ação humana. As opções transitam entre aquelas que remetem à necessidade e aquelas relacionadas com a consciência das virtudes da solidariedade.

A segunda parte do questionário trata da “Tipificação e dimensionamento da atividade econômica”, onde o esforço é medir a produção e, principalmente, identificar os circuitos econômicos onde o EES está inserido.

A primeira questão deste bloco é a número 17: “Principal (is) atividade (s) econômica (s) do empreendimento”. Note-se que aqui a resposta deve depois ser registrada através de um cadastro oficial, a CNAE (Cadastro Nacional de Atividades Econômicas)³⁶. Ou seja, o entrevistador deve registrar a resposta da forma como os entrevistados a forneçam. Posteriormente estas repostas eram transformadas pelos coordenadores estaduais em códigos da CNAE. Vemos aqui mais uma vez a utilização de um cadastro oficial na identificação da atividade econômica dos empreendimentos. Houve muitas reclamações sobre o uso da CNAE, principalmente por que ela supostamente não servia para especificar as atividades da ES.

Além de duas questões que tratavam de mensurar os produtos ou serviços oferecidos e matérias primas e insumos utilizados (unidade, quantidade, valor em Reais), a maioria das questões tratavam da identificação da origem e do destino destes produtos ou serviços. As perguntas eram sobre se os produtos eram vendidos ou trocados, onde eram vendidos e se o empreendimento possui local específico de comercialização.

Nas questões dezoito e dezenove há duas tabelas com quatro colunas cada uma. Na primeira coluna se deveria preencher a descrição do produto ou serviço. A segunda coluna

³⁶ Este cadastro é elaborado pela Concla - Comissão Nacional de Classificação – “que foi criada em 1994 para o monitoramento, definição das normas de utilização e padronização das classificações estatísticas nacionais” (IBGE, página: <http://www.ibge.gov.br/concla/>). Esta Comissão é composta por ministérios e pelo IBGE. A tipologia deste cadastro é utilizada em todas as estatísticas oficiais.

deveria ser preenchida com a unidade e a terceira com a quantidade produzida mensalmente. Na quarta coluna deveria constar o valor de cada item em reais. No Guia de Procedimentos há uma extensa explicação sobre como preencher as duas tabelas – a primeira sobre os três principais produtos ou serviços e a segunda sobre insumos ou matérias-primas – principalmente no que diz respeito a produções sazonais. Há ainda, no final do Guia, uma tabela com as unidades aceitas para o preenchimento e ainda explicações sobre equivalências entre distintas formas de medir.

Fica claro que mesmo as medidas econômicas dos EES resistem à quantificação, principalmente porque, já se sabia, a maioria dos empreendimentos não possui este tipo de registro previamente. Como mostra Florence Weber (2002), as formas ordinárias de cálculo obedecem a outro tipo de lógica, diferente da homogeneização através de medidas das ciências contábeis e da economia formalizada. Nos empreendimentos elas obedecem a uma razão prática que frequentemente difere daquelas que estão presentes nos manuais de administração. A grande quantidade de instruções e o relato dos entrevistadores quanto à dificuldade dos entrevistados darem resposta a esta questão mostra que a entrevista foi um momento de confrontação entre as formas ordinárias de cálculo e as medidas mais universalizantes.

Assim, o questionário, com suas tabelas e regras de registro de quantidades é um verdadeiro manual de quantificação segundo critérios considerados mais objetivos. Como veremos a seguir, para muitos empreendimentos, a entrevista foi a primeira vez que se viram confrontados com este tipo de registro. O questionário ensina através das tabelas como se calculam custos e ganhos, e mostrando quais são as formas de medir. Ele é um instrumento para se ensinar economia aos entrevistadores e entrevistados.

É neste bloco também que está a seguinte pergunta: “O empreendimento tem encontrado dificuldade na comercialização dos produtos ou serviços?”. Note-se que a

pergunta sobre dificuldade é especificamente voltada para a comercialização e não para qualquer outro aspecto. Aqui está implícita a idéia de que os empreendimentos têm de fato “dificuldades na comercialização”. A questão seguinte trata de quais sejam as dificuldades e apresenta dezesseis opções de resposta.

O terceiro bloco do formulário diz respeito a “Investimentos, acesso a crédito e apoios”. Aqui tenta-se identificar quais são as formas e instituições que fornecem subsídios financeiros e não financeiros ao empreendimento. Neste bloco noções como “crédito”, “prazo de carência” e “investimento” remetem ao mundo da economia organizada e oficial. Mas o outro tipo de relação também é considerada: os “apoios”.

Nesta parte do questionário a tentativa é identificar a relação com as chamadas assessorias e com as políticas públicas, mostrando também o que é considerado como apoio. Na questão quarenta e cinco pergunta-se “que tipo de apoio teve o empreendimento?”. Estão listados as atividades que geralmente ocorrem na relação reconhecida como assessoria: “assistência técnica e/ou gerencial”, “qualificação profissional, técnica, gerencial”, “formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)”, “assistência jurídica”, “assessoria em marketing e na comercialização de produtos ou serviços”, “diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica”, “assessoria na constituição formalização ou registro” e ainda “outro. Qual?”.

Nesta parte do questionário pode-se perceber que os apoios são uma questão relevante. As assessorias em geral e as políticas públicas são elementos que figuram como parte da ES quando relacionados diretamente a seu principal elemento, que é o empreendimento.

No bloco seguinte, sobre a “Gestão do empreendimento” constam as perguntas sobre participação e tomada de decisão. Na questão quarenta e sete, a primeira deste bloco, a pergunta “quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento?” levanta a

seguinte observação no guia: “Para todas as alternativas, verificar a existência real (funcionamento) das instâncias e não apenas a previsão formal ou estatutária.” (Guia, p. 34). Esta era, inclusive, uma orientação geral, centrada principalmente nesta parte do questionário.

Aqui vemos levantada uma questão que esteve presente em todo o processo de construção do SIES. Seria necessário registrar o que de fato acontece nos empreendimentos e não aquilo que é apenas um registro formal. Esta idéia está referida principalmente a uma crítica sutil e implícita às estatísticas oficiais, que estariam baseadas em documentos e registros cuja aderência com a realidade seria questionável.

Nesta parte do questionário está a pergunta sobre os ganhos econômicos, formulada da seguinte maneira: “No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:”. Seguem as opções: “Pagar as despesas e ter sobra / excedente”, “Pagar as despesas e não ter nenhum sobra”, “Não deu para pagar as despesas” e “Não se aplica”. Aqui vemos operando algumas categorias importantes, como “despesas”, “sobras” e “excedente”.

Aquele recurso que vem da atividade econômica não se chama “lucro” e sim de “sobra” ou “excedente”. No mundo da ES se considera que o lucro é proveniente de uma atividade necessariamente de exploração (de empregados e / ou consumidores). As sobras ou excedentes são ganhos econômicos que devem ser justos e não são realizados através de mecanismos de dominação e exploração.

Sobre a mesma questão vale destacar que ela está na parte de gestão do empreendimento. Isso se deve a que a divisão justa dos ganhos econômicos é considerada como uma das bases da chamada autogestão, forma particular e diferenciadora de gestão na ES. O ideal presente nas representações sobre a ES é que a divisão seja igualitária. Mas neste questionário nenhuma questão trata disso. O que se deve principalmente pela dificuldade de mensuração do que seja “igualitário”.

A diversidade de tipos de atividades, as diferentes quantidades de tempo dedicadas por cada trabalhador ao empreendimento e outros fatores levam a que a igualdade na apropriação de ganhos econômicos não seja facilmente quantificável. A impossibilidade de identificar as diferenças injustas de ganhos estão relacionadas à própria dificuldade nos empreendimentos de estabelecer critérios de igualdade.

A “situação de trabalho no empreendimento” é o penúltimo bloco e trata das relações entre os trabalhadores e EES. Essa é uma parte que, junto à gestão representaria aquilo que diferencia a ES da economia capitalista das empresas que visam lucro.

A questão número 52 está colocada da seguinte forma: “Existem sócios que trabalham ou atuam diretamente no empreendimento?”. Esta era uma das perguntas que podia retirar o empreendimento, ao qual se dirige o questionário, da categoria EES. Se nenhum dos sócios trabalha no empreendimento, ele não é um EES, porque uns são donos e outros trabalham.

Como descrevi anteriormente, quando os entrevistadores se dirigiam a um empreendimento era apenas suposto que era um EES segundo a definição do SIES. Dependendo das repostas ao questionário era possível a dúvida sobre o pertencimento a esta categoria. Isso mostra que a categoria EES era prévia, para indicar quem seria objeto da aplicação do questionário, mas as repostas é que ofereciam os elementos para que de fato se constatasse este pertencimento, que determinava a inclusão ou não daquele no Banco de Dados. Desta forma, segundo os procedimentos do SIES, um empreendimento só era considerado um EES quando entrava, no sistema informatizado de digitação dos dados para a categoria “confirmado”, que permitia a digitação das respostas marcadas no questionário. Comentarei mais sobre este processo adiante.

A última parte do questionário trata da “Dimensão Sociopolítica e ambiental”. Nela, o pertencimento do empreendimento (ou seus trabalhadores) a movimentos políticos e organizações é apreciado, assim como a relação com a preocupação ambiental.

São três pares de perguntas sobre o pertencimento a “rede ou fórum de articulação”, a “movimentos sociais ou populares” ou a participação em “ação social ou comunitária”. Aqui estão representadas a idéia de que o EES também é um espaço político, que realiza um enfrentamento através de sua prática econômica diferenciada representando um potencial para a ação em outras esferas.

Vemos assim, que o questionário é um objeto interessante na medida em que oferece uma janela de análise para compreender o mundo da ES ao conjugar a representação sobre os empreendimentos, a tentativa de transformar estas representações em dados que possam ser verificáveis e medidos, além de estabelecer conexões com estatísticas oficiais. Além disso, estão implícitas na estruturação do questionário (ordem das perguntas, opções apresentadas) e mais explícitas nas orientações presentes no Guia, uma série de expectativas em relação ao comportamento de entrevistadores e entrevistados. O caráter pedagógico também é marcante, apresentando aos envolvidos na entrevistas também uma verdadeira aula de economia (e de ES)

O entrevistador e os entrevistados estabelecem um diálogo mediado pelo questionário, mas de forma alguma reduzido a ele. Se ele é o objeto que permite a inauguração da conversa, na medida em que seu preenchimento é o produto esperado, o diálogo não se reduz a ele.

Conclusão

Como vários autores mostram³⁷, a construção de estatísticas é um processo social e está longe de ser a transposição de uma realidade dada e objetiva para informações condensadas sobre elas na forma de números. O Mapeamento foi um processo complexo em que estiveram em jogo diferentes lógicas, representações, interesses e capitais que deram sentido à possibilidade de se contar neste mundo.

Em princípio, duas lógicas se confrontam na produção de uma definição de Empreendimento Econômico Solidário. Uma delas é a lógica do chamado “movimento” e a outra é a lógica do Estado aliada à necessidade de legitimidade científica.

A Economia Solidária se constitui nas fronteiras entre universos relativamente autônomos. A permeabilidade destes universos é a condição de possibilidade deste mundo. No Mapeamento da Economia Solidária, a mundo da academia, do movimento e do Estado compuseram um arranjo em que lógicas distintas se confrontaram na criação de instrumentos e técnicas para a produção de dados estatísticos sobre a Economia Solidária.

Estas técnicas e tecnologias foram criadas em espaços específicos e através da prática concreta dos agentes. As características sociais, capitais e trajetórias dos profissionais envolvidos diretamente na criação da estatística, mostram como a construção da legitimidade do mapeamento está relacionada à ação deles. O GT, as equipes e comissões e sua institucionalidade são fundamentais para compreender as condições sociais em que a quantificação da ES foi produzida.

Os espaços de tomada de decisão, suas formas de funcionamento e os instrumentos que os regulam delimitam as possibilidades de ação e de produção de sentido.

³⁷ Ver por exemplo a coletânea organizada por Jean-Louis Besson, *A Ilusão das Estatísticas* (BESSON [org.], 1995) e o livro de Alain Desroisieres sobre as tradições estatísticas de diversos países, *La politique des grandes nombres* (DESROISIÈRES, 1993).

As relações entre os diversos agentes na CGN iam além desta instância, envolvendo consultoria, convênios e contratações.

O saber acadêmico, quando lançamos olhar sobre os agentes que atuaram na formulação direta das estratégias do SIES, é um elemento importante de compreensão. A confiabilidade e credibilidade impressa por estes profissionais universitários não apenas agregou legitimidade ao SIES, como tornou suas informações objeto de trabalhos científicos, oferecendo instrumentos de fortalecimento de universitários dentro da academia.

Outro tipo de especialista esteve presente no GT e na CGN eram profissionais ligados a entidades e organizações produtoras de conhecimento, fora do meio universitário, mas que trazem consigo a legitimidade do pertencimento ao movimento e de estarem a “serviço”. Estes profissionais guardam uma proximidade muito grande com o mundo universitário também, atuando freqüentemente como professores ou realizando estudos em diálogo com intelectuais acadêmicos.

Os agentes, na condição de especialistas agregam ao mapeamento a legitimidade que trazem pelo reconhecimento em outros espaços. Na mesma medida, sua característica de especialista é reforçada.

No início do mapeamento há um confronto em que se adverte sobre a possibilidade de exclusão empreendimentos através de uma definição que não é capaz de reconhecer a diversidade e as múltiplas possibilidades da ES. As falas são feitas antes mesmo de ser apresentada uma proposta de definição. Os temores sobre a quantificação deixam claro que se reconhece que a realidade concreta defendida como diversa e complexa demais para ser contada é incompatível com uma definição que se pretende objetiva.

A tentativa de uma definição única é que se apresenta como ameaça, porque coloca em xeque a convivência entre diferentes definições que preservam os espaços de atuação de diversos agentes individuais e coletivos. O movimento, que existe como tal dentro

de um campo de sentidos em que a ES é uma projeto político se vê como um todo ameaçado ao ver-se desapropriado da sua exclusividade de definição. Por outro lado, a definição pelo Estado tem o poder de fazer existir realidades, e de reconhecer o “direito de ser”. Os agentes da ES se percebem roubados de suas armas de disputa dentro do mundo da ES mas passam a poder lutar em outros espaços, quando através de um dos seus instrumentos mais eficazes de outorgar existência, que é a estatística (supondo no caso o reconhecimento também de definições do que seja a ES), o Estado faz existir a ES publicamente e, da mesma forma, legitima publicamente os seus profissionais fazendo-os existir também.

No texto “Espíritos de Estado. Gênese e estrutura do campo burocrático”, Pierre Bourdieu mostra que o Estado é “o lugar por excelência da concentração e do exercício do poder simbólico” (BOURDIEU, 1996, p.108), sendo a concentração do capital jurídico um de seus aspectos. Podemos aqui ampliar um pouco o entendimento da nomeação para além dos atestados e reconhecer que a formulação de um sistema de informações e todos os seus instrumentos também como atos sucessivos de nomeação, sendo pertinente a sugestão do autor sobre o Estado fazer existir para muitos aquilo que tinha sentido apenas para uns poucos.

Ao enunciar com autoridade que um ser, coisa ou pessoa, existe em verdade (veredito) em sua definição social legítima, isto é, é o que está autorizado a ser, o que direito a ser, o ser social que ele tem o direito de reivindicar, de professorar, de exercer, (por oposição ao exercício ilegal), o Estado exerce um verdadeiro poder *criador*, quase divino (uma série de lutas, aparentemente dirigidas contra ele, reconhece de fato, esse poder ao lhe pedir que autorize uma categoria de agentes determinados – as mulheres, os homossexuais – a ser oficialmente, isto é, publica e universalmente, o que ela é, até então, apenas para si mesma). (BOURDIEU 1996, p.114)

Este conflito, porém, não estabelece antagonismos intransponíveis. A explicitação deles mostra que a construção da legitimidade das estatísticas sobre a ES passa pela

possibilidade de construí-las de forma que possam ser interpretadas e vistas dentro das lógicas distintas a que pretendem servir.

O espaço do GT Mapeamento foi aquele em que as diversas demandas e visões puderam ser confrontadas na produção de um arranjo que pudesse ser reconhecido pelo movimento, pudesse ser defendido enquanto critério para uma pesquisa estatal, e fosse avalizado como tecnicamente confiável pela universidade. Esse processo se deu através da atuação de pessoas específicas, que ocuparam lugar num espaço explicitamente fronteiriço, traduzido pela expressão “parceria”.

Se por um lado o SIES era nutrido pela experiência, pelo saber especializado e pela legitimidade política conferidos pelos membros da instância nacional de gestão, também fornecia um capital social e de informações que aumentavam ainda mais a sua posição de especialistas.

A realidade de ES resistia à quantificação, quando os instrumentos de medida confrontam concepções que garantem a convivência de pessoas e entidades sob a expressão ES. Mas foram estes mesmos atores, foi o próprio movimento que “conquistou” a criação da Senaes.

Desde o início da concepção do SIES a parceria entre Senaes e FBES é incontestável, inclusive porque a própria Secretaria é conquista do movimento. Isso é uma forma de dizer que ela está a serviço, foi criada pelo movimento. Este argumento lembra ao mesmo em tempo que suas ações devem estar submetidas a quem a criou, mas também é o que legitima dentro deste governo a sua existência.

As aparentes contradições que marcaram criação do SIES e a possibilidade de se quantificar a solidariedade mostram que os diversos agentes colocam em jogo seus capitais para negociar os sentidos de quantificação. Os diferentes posicionamentos estão referidos a

universos que tem alguma independência, mas em cujas fronteiras ocorre a criação dos números.

Na definição de EES foram acionadas diversas representações sobre o que seja a ES. Cada uma delas tem maior ou menor importância para agentes e espaços distintos e foram combinadas. O trabalho dos cientistas – acadêmicos e de instituições públicas de pesquisa estatal – dos membros da SENAES e de organizações do FBES gerou uma conceituação que reconhecia o seu caráter negociável, quando foi apresentada como “maxi-mini”. A argumentação dava conta do esforço científico de busca por conhecer a realidade: não havia evidências que permitissem uma definição muito fechada e era preciso não impor uma definição externa dura que pudesse fazer perder dados. Mais do que tudo o caráter negociável da definição permitia afastar o conflito que geraria uma conceituação que não fosse aceita por parte dos agentes da ES.

A legitimidade das estatísticas que seriam criadas dependia de que tivessem diálogo com a lógica das classificações estatais e isso estava explícito no questionário, com questões sobre o estatuto jurídico, com a utilização de Cadastros oficiais como a CNAE e com a pretensão de se conhecer o PIB da ES. Dependia também de que aqueles que o tinham demandado nele se reconhecessem. Isso significou não apenas utilizar as idéias disponíveis sobre ES que existiam, mas garantir que toda a pesquisa fosse um exercício dos valores tidos como fundamentais neste mundo.

Só se pode compreender a construção do SIES se o consideramos ao mesmo tempo como processo de diálogo entre macro-lógicas e espaços autônomos, como Estado, academia e movimento social e como construção negociada e cotidiana de sentidos entre pessoas em particular e a interpretação delas sobre o que fazem.

CAPÍTULO 4

DE PERTO: PARTICIPAÇÃO E A MISSÃO DE MAPEAR

Introdução

Neste capítulo proponho um olhar mais próximo do que foi o mapeamento no cotidiano do levantamento de dados. Aqui tratarei dos agentes que colocaram as definições, instrumentos de coleta e metodologia em cena através da sua participação na equipe técnica e na Equipe Gestora Estadual.

No capítulo anterior mostrei como os especialistas, os profissionais do governo e agentes do movimento se engajaram na produção dos instrumentos de coleta e criaram uma metodologia que pudesse ter sentidos diferentes para cada um dos espaços a que os agentes pertenciam. Aqui mostrarei outro tipo de espaço da criação estatística da ES.

O capítulo está dividido em três partes. Na primeira delas descrevo como foi organizada a pesquisa nos estados, tendo como referência uma experiência particular que foi a do Rio de Janeiro, da qual me aproximo ainda mais na segunda parte, descrevendo como foi planejado e realizado o Mapeamento neste estado. Procuro mostrar mais processos e pessoas envolvidos na cadeia de transformação e, principalmente, de que forma os diversos espaços em que o mapeamento foi criado se conectam criando sentidos distintos sobre a pesquisa para os diversos agentes.

Uma das bases da metodologia criada foi a “participação”. Ela está referida principalmente à parte da pesquisa que envolve a estratégia para identificar os empreendimentos e à organização da aplicação dos questionários, da qual tratarei neste capítulo. Aqui importa compreender quem são as pessoas e como elas “participam”.

A terceira parte deste capítulo está dedicada à forma como o mapeamento transforma os agentes, criando pessoas solidárias e dando sentido às suas vidas. Os pesquisadores que aplicaram o questionário se transformam em verdadeiros missionários que levam e trazem as boas novas de lá: de onde a Economia Solidária acontece “de verdade”.

4.1. Lugares das pessoas e caminhos dos questionários

O levantamento dos dados foi organizado da seguinte forma em 2005. Cada estado da federação tinha uma Equipe Gestora Estadual (EGE). Estas equipes deveriam ser formadas por representante da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), por pessoas representantes de entidades ou organizações indicadas pelo Fórum de Economia Solidária estadual e por representantes de universidades.

Em cada estado o Fórum de ES tinha autonomia para indicar os seus representantes na EGE. Houve grande variedade na composição nos diferentes estados brasileiros, mas em geral os membros indicados pelos Fóruns eram maioria. As EGEs eram instância de consulta e de sugestão. Elas deveriam seguir as orientações gerais dos SIES, mas tinham o que se chamou de “autonomia” para tomarem uma série de decisões.

Foram as EGEs que indicaram, em 2005 as chamadas entidades executoras. Em cada unidade da federação a equipe escolhia, de acordo com alguns critérios gerais estabelecidos pelo SIES, uma organização que seria a responsável por realizar a pesquisa propriamente dita. Esta tinha que ter personalidade jurídica e seguir os critérios gerais de idoneidade e regularidade fiscal, exigidas para a realização de convênio com entidade pública. Além disso, deveria contar com a confiança da EGE e do Fórum e selar o compromisso com os princípios participativos do SIES.

Esta confiança estava relacionada principalmente ao tempo que a entidade ou organização tinha de participação no movimento através de seus representantes. Como a execução do mapeamento envolvia gerenciar recursos financeiros, ela deveria exercer aquilo que se chama de “transparência”. Isso significa, principalmente, tornar pública a forma como o dinheiro é usado. A transparência e a confiança estão ligadas quando se tratam de pessoas coletivas. Mostrar como se gasta o dinheiro é uma forma de provar que não existe uso desonesto.

As executoras eram as responsáveis formais pelo mapeamento em cada estado, respondendo oficialmente quanto ao gasto de recursos e todas as implicações jurídicas do convênio com a Fundação Banco do Brasil. Elas deveriam, por exigência dos contratos formais, mas também das próprias recomendações do SIES, possuir o que se chama na linguagem dos projetos com o governo de “capacidade técnica” para realização de uma pesquisa. Isso significava demonstrar a qualificação de seus profissionais, a experiência – ou seja, já ter realizado algum tipo de trabalho que se considera semelhante – tudo isso comprovado através de diferentes tipos de documentos.

A chamada capacidade técnica e a posse de documentos fiscais e de registro público em geral são condições necessárias a que organizações e entidades tenham acesso a recursos públicos. A posse destas marcas de formalidade e conformidade frente ao Estado qualificam algumas delas e torna necessária a sua intermediação em parte dos fluxos de dinheiro que se destinam a políticas sociais.

As equipes de pesquisa eram compostas por quatro tipos de função: coordenador, supervisor, entrevistador e digitador. Estas eram remuneradas, sendo que as duas primeiras e a última mensalmente e os entrevistadores por questionário aplicado. Havia também recursos para deslocamento, alimentação e hospedagem.

Além de haver diferenças na forma de remunerar – por mês ou por produção – havia também uma diferença nos valores pagos, que acompanhava a hierarquia de responsabilidades e o fluxo de questionários. Diferente do que se espera de um empreendimento que seja solidário, aqui as diferenças de ganhos econômicos existiam e estavam associadas a diferenças de capital educacional e de atribuição de responsabilidades diversas. Mas isso não foi posto em questão. Mesmo que se argumentasse que a pesquisa sobre a ES tinha que funcionar de acordo com seus valores, isso não se aplicava à remuneração, mas sim à participação. A menção a diferenças de remuneração só são aceitas quando dizem respeito aos ganhos nos empreendimentos. Mesmo assim, só se fala deste assunto de maneira pacífica – ou seja, de forma que não seja arma na acusação, usada para dizer que um empreendimento não é solidário – quando não se está falando de empreendimentos específicos.

Num mundo em que o dinheiro é posto em questão de modo explícito, onde pode haver dinheiros variados – que são as moedas sociais –, quando se trata das relações próximas e pessoalizadas, é um tema crítico. O dinheiro é poluidor quando permite colocar em questão as intenções dos agentes – como mostrei na primeira parte da tese – e polui também a palavra, porque falar do dinheiro que pessoas determinadas ganham é em si uma forma de colocá-las em situação de necessária suspeita. Da mesma maneira, a transparência cobrada pela demonstração de planilhas de custo é exigida no discurso quando se trata de generalizar esta atitude como princípio, mas é cercada de constrangimento quando uma entidade específica mostra suas tabelas. Segundo uma certa etiqueta, deve-se dizer que não era necessário mostrar nada tão detalhado e dizer isso significa dizer que há confiança.

O coordenador técnico era responsável por todo o acompanhamento da pesquisa, revisão de cada questionário, acompanhamento da prestação de conta dos supervisores, treinamento da equipe, elaboração de relatórios de andamento dos trabalhos,

acompanhamento do cumprimento das metas de número de EES a serem visitados e apresentação dos dados no final do trabalho de campo.

Os supervisores eram responsáveis por áreas geográficas específicas e, por conseguinte, pelo acompanhamento do trabalho dos entrevistadores daquela região. Eles deveriam agendar as visitas aos empreendimentos, receber os questionários dos entrevistadores, fazer contato com organizações e entidades para identificação de EES a serem visitados e prestar contas do dinheiro gasto com transporte, alimentação e hospedagem.

Os entrevistadores eram responsáveis por realizar a entrevista e preencher o questionário. Além disso, carregavam consigo coisas que deveriam deixar com as pessoas entrevistadas. Entregavam um *folder* explicativo sobre a Senaes e uma carta com a logomarca do Fórum que continha esclarecimentos sobre a utilização dos dados – a confidencialidade e o caráter informativo do seu uso – mas também um convite explícito para que os empreendimentos participassem do desta organização. Além de trazer dos empreendimentos as informações por meio dos questionários, levavam mensagens aos empreendimentos.

Finalmente, os digitadores eram responsáveis por copiar num formulário eletrônico as respostas marcadas no questionário. Como os formulários eletrônicos eram feitos de forma a impedir erros quanto à marcação incorreta ou incoerente de opções nas questões, estes profissionais eram muitas vezes os responsáveis por apontar contradições no preenchimento dos dados. O sistema informatizado tinha um alto caráter de controle no que diz respeito à coerência entre questões criada pelos que formularam o questionário. Os digitadores eram por isso as pessoas que no dia-a-dia do mapeamento eram confrontadas pela violência da quantificação, quando eram impedidos de inserir informações que eram previamente incongruentes, mas que tinham sido recolhidas daquela forma. Através do seu trabalho se criavam os “erros de preenchimento”.

O GT Mapeamento elaborou o questionário e o Guia de Orientações e era responsável por coordenar o trabalho em nível nacional. Especificamente à Senaes cabia fazer o treinamento dos coordenadores estaduais e acompanhar o treinamento em cada estado de supervisores e entrevistadores. Também passou pelo GT Mapeamento a decisão sobre a forma de publicizar os dados nacionais. Era a Senaes responsável, junto a Coordenação de Gestão da Informação – CGI, órgão do Ministério de Trabalho e Emprego – pelo sistema informatizado, que permitia a inserção dos dados, *on-line*, em cada estado. Existia uma orientação, presente no Guia, de que os membros da equipe técnica (coordenador, supervisores, entrevistadores e digitadores) deveriam ter um mínimo de educação formal, mas também era desejável que tivessem conhecimento sobre ES. A contratação destas pessoas ficava a cargo da entidade executora, porém sua indicação deveria ser compartilhada na EGE.

Se acompanharmos o caminho que os questionários fizeram durante o levantamento dos dados, temos uma idéia melhor da estrutura de funcionamento do SIES e de como cada agente participa da cadeia de transformações, que como se nota, não possui fluxos lineares e unidirecionais.

O questionário é elaborado no GT Mapeamento, que conta com especialistas de universidades, profissionais do Departamento de Estudos e Divulgação da SENAES e organizações indicadas pelo FBES que tinham experiência com pesquisas e bancos de dados. É também nesta instância que foi elaborado o Guia de Procedimentos. As EGEs poderiam adicionar outras questões, mais específicas, para serem incluídas nos questionários de seu respectivo estado. Estando elaboradas as questões nacionais e incluídas as questões estaduais, os questionários foram impressos na gráfica do MTE em Brasília e enviados a cada unidade da federação por meio do malote que é enviando a cada DRT.

Em cada unidade da federação chegaram questionários em quantidade suficiente para o número de entrevistas previstas nas metas de cada projeto e mais alguns. Junto aos

questionários foram enviados cópias do Guia para toda a equipe de pesquisa e *folders* explicativos sobre o SIES para serem entregues nos empreendimentos. Todo este arsenal de materiais revela o caráter pedagógico do mapeamento.

O primeiro destino de uma parte dos questionários era servir de base para os treinamentos, chamados em geral de “capacitações”. Em cada estado foi realizado um seminário de capacitação, de dois ou três dias. Nestes seminários os entrevistadores e supervisores tinham explicação sobre como preencher o questionário, sobre os procedimentos de organização da pesquisa, inclusive a prestação de contas dos recursos recebidos para deslocamento e alimentação. Estas primeiras dezenas de questionários foram rabiscados, anotações foram feitas.

No Rio de Janeiro, no fim do seminário de capacitação, os pesquisadores receberam finalmente seu material de trabalho: uma bolsa de pano, prancheta, pasta, lápis, borracha, caneta, um crachá com seu nome e dezenas de questionários. Possuir estes objetos fazia deles entrevistadores e mostravam que estavam “capacitados” para isso.

Cada pesquisador preenchia os questionários em entrevistas que deviam ser realizadas nos locais de funcionamento dos empreendimentos. A partir da conversa com pelo menos dois participantes, deveriam marcar as respostas, dentro dos espaços indicados, com letra de forma, a caneta, sem rasuras. Deveriam também fazer uma revisão antes de deixar o empreendimento, certificando-se de que todas as questões estavam corretamente preenchidas.

Preenchido o questionário ele passava a mão do supervisor, que fazia mais uma revisão. Quando tinha uma certa quantidade de formulários já preenchidos, o supervisor então os entregava ao coordenador. No próximo passo houve variações segundo os estados. Em alguns estados todos os questionários foram analisados por membros da EGE. Em outros o coordenador revia este questionário e o encaminhava a EGE caso houvesse dúvida sobre se aquele empreendimento deveria mesmo, ou não, ser considerado um EES. Caso fosse

aprovado, aí sim, o questionário era remetido aos digitadores, transferiam as marcações no questionário de papel para um formulário eletrônico *on-line*. Depois disso os questionários deveriam ser armazenados nas entidades executoras nos seus locais de funcionamento.

Todos os procedimentos para fazer circular os questionários têm um caráter altamente pedagógico. Primeiramente houve algumas fases de “capacitação”. Trata-se de um treinamento cujo objetivo explícito é o de fazer com que as pessoas apliquem os questionários de maneira adequada. Numa capacitação em Brasília na sede do Ministério os coordenadores técnicos foram treinados e realizou-se em cada estado um seminário de capacitação.

Mas ao mesmo tempo em que os entrevistadores aprendiam a preencher os questionários aprendiam também sobre o que é a ES e o que faz um EES. A forma de organizar o questionário, como pude mostrar no capítulo anterior, revela uma visão particular sobre a ES, aprendida pelas equipes técnicas e por sua vez ensinadas aos empreendimentos.

Bernard Cohn (1987) mostra, sobre os censos na Índia que eles têm papel particular entre os entrevistadores no que diz respeito ao seu caráter pedagógico. Quando propõem uma classificação das castas, as pesquisas colocam em questão para os próprios indianos as classificações que utilizam para reconhecer a si e aos outros. Isso seria especialmente verdade quando se trata dos entrevistadores: “If there was a direct affect of the census on the mass of the Indian population, it was on the enumerators.” (COHN, 1987, p.248).

As diversas pessoas por quem os questionário passavam eram responsáveis por garantir que as informações dados estivessem adequadas à forma proposta pelos formuladores da pesquisa. Tudo que estivesse fora dos padrões estabelecidos era considerado um erro. Marcar as opções com um “x” no quadradinho pertinente, usar caneta em vez de lápis e escrever com caligrafia legível eram objeto da pedagogia do mapeamento e forma de fazer funcionar a quantificação.

A hierarquia da pesquisa era fortemente baseada na responsabilidade pela detecção e correção de erros, cuja confrontação final era por meio de formulários eletrônicos. Estes, ao contrário dos questionários de papel, não se prestavam a certo tipo de desvio quanto aos padrões e eram uma forma de impedir que os erros cometidos no levantamento dos dados contaminassem a base de dados nacionais.

Alguns dos questionários chegavam a mim com muitas coisas escritas fora dos espaços determinados para preenchimento. Nas questões estavam marcadas as opções conforme as orientações, mas havia mais. Eram explicações sobre as respostas, “correções” na redação das opções e até protestos quanto à impertinência de algumas perguntas. Quando perguntei aos entrevistadores o que era aquilo, eles explicaram (isso ocorreu com diferentes entrevistadores) que os entrevistados dos empreendimentos tinham exigido que eles anotassem aquelas frases, se recusando a que as informações levadas dali fossem apenas aquelas que tinham sido impostas pelo questionário. Houve outros entrevistadores que por sua própria conta anotavam informações que sabiam que não seriam “digitadas”, ou seja, não constariam no banco de dados.

Isso mostra duas questões. A primeira é que o questionário não é um objeto imune à relação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. Seu preenchimento é negociado entre os sujeitos da entrevista. Como mostra Jean-Louis Besson (1995) o papel do entrevistador é fundamental. O autor cita uma pesquisa realizada por Jean Paneff da Universidade da Provence, realizada nos anos 1980, justamente sobre os entrevistadores.

O que Paneff mostra? Que o pesquisador não é neutro e não pode sê-lo: estabelecer o contato, suscitar a adesão ao questionamento, afastar as dúvidas, “traduzir” o questionário em língua “indígena”, tudo isto, por um lado, requer uma grande habilidade e, por outro, uma interpretação preliminar do questionário. Longe de “se apegar”, como prescrevem as instruções, o pesquisador é ativo e intervém na forma e no conteúdo do questionário. (BESSON in BESSON [org.], 1995a: 55)

A outra questão é que, ao interpelar os supostos contidos no instrumento de coleta de dados, os entrevistados e até mesmo os entrevistadores resistiam à quantificação, mostrando que nos quadradinhos e linhas fornecidas pelos especialistas não cabia aquilo que eles achavam que era relevante informar.

O formulário eletrônico é uma forma de limpar as informações, de modo que só se tornem “dados” quando livradas de qualquer resistência. As anotações, explicações, setas e desenhos feitos nos questionários são descartados na mudança da base material, de uma que aceita a contestação da quantificação – o papel – para outra que a impede – o formulário eletrônico. Este é um passo na transformação de informações, respostas, negociações e conversas em “dados”.

4.2. Participação

Algumas situações que envolveram a formação da equipe técnica de mapeamento revelam os significados do termo participação quando referido à pesquisa. Como mostrei na parte 1 da tese, esta é uma representação estruturante no mundo da ES. Participar é existir neste mundo. No caso do mapeamento isso se traduziu em dinâmicas particulares.

Como citado anteriormente, fui coordenadora técnica do Mapeamento no estado do Rio de Janeiro em 2005. A seguir mostrarei, a partir de situações etnográficas, algumas questões que envolveram a organização da pesquisa no estado. A partir disso adiciono à descrição das estruturas gerais de funcionamento a vivência da pesquisa enquanto prática cotidiana e os sentidos que ela assume para os agentes responsáveis por ir à “realidade”, “recolher” a informação.

Descrevi na primeira parte da tese a forma como fui convidada a ser coordenadora. Tendo sido decidido que eu cumpriria esta função, comecei a participar de forma diferente das reuniões da EGE.

Precisávamos escolher toda a equipe técnica antes mesmo de a entidade executora ser formalmente contratada. Como parece ser regra para convênios com o governo e com entidades públicas, houve atrasos na assinatura dos contratos em todo Brasil.

Foi anunciado numa reunião do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP-RJ, que é o fórum estadual de ES) que a EGE e o Ibase realizariam a seleção de profissionais para a realização do Mapeamento, informando que todos deveriam ter, pelo menos, o segundo grau completo. Quem deu o “informe” foi João Roberto Lopes Pinto, coordenador do Ibase e quem havia me convidado a coordenar o mapeamento.

Esta informação causou reboliço. Uma senhora, participante assídua do fórum, tanto na presença quanto na quantidade e duração de suas intervenções, classificou a exigência como preconceito inaceitável. Mais uma vez apareceu o argumento de que era uma forma de excluir os empreendimentos em favor das assessorias e das pessoas mais ricas. Repetindo os argumentos que eu já tinha ouvindo em protesto contra a minha escolha como coordenadora técnica, Dona Iraci disse que sempre que vem algum dinheiro se inventa uma forma de que não vá diretamente para os empreendimentos. Ela ficou meses sem falar com João Roberto, acreditando que a determinação vinha dele.

Recebemos no Ibase dezenas de currículos. Selecionamos alguns para realizar entrevistas. Toda a seleção foi realizada por João Roberto, por mim e pelo menos mais dois membros da EGE. Este grupo escolheu as pessoas cujo currículo se aproximava, na nossa opinião, das recomendações gerais. Havia muitas pessoas conhecidas participantes do Fórum entre os candidatos. Isso causou um certo constrangimento, porque estávamos julgando a adequação de pessoas com as quais convivíamos e íamos continuar convivendo. O fato de que

membros do Fórum tenham composto a pequena “banca” que se montou no Ibase para a seleção era uma forma de “participação”.

Entrevistamos cerca de cinqüenta pessoas, selecionando doze entrevistadores, sete supervisores e duas digitadoras. Todos os selecionados já tinham relação forte com o mundo da ES. Havia trabalhadores de empreendimentos, estudantes pertencentes a incubadoras e membros de entidades envolvidas com a ES. Poucos deles tinham experiência neste tipo de pesquisa, mas seguiam o principal critério: eram “da” Economia Solidária.

O que fizemos ao escolher a equipe de pesquisa foi colocar em prática uma interpretação que foi gerada coletivamente sobre quais eram as características desejáveis para um entrevistador do Mapeamento. Se a exigência de que tivessem o ensino médio completo já vinha como determinação da instância nacional, os outros critérios poderiam ser interpretados de muitas maneiras. Uma das preocupações, por exemplo era montar uma equipe que tivesse tanto estudantes quanto trabalhadores de empreendimentos. A atenção para a diversidade de perfis no que diz respeito à cor / raça e a idade eram condições que, era claro para todos como participantes do Fórum, tinha que estar presente.



Foto 7: Parte da equipe técnica e da EGE do Rio de Janeiro, durante seminário de capacitação.

O que mostro aqui é que as determinações e regras definidas no GT Mapeamento ou pela Senaes assumem sentidos diversos de acordo com a história e a composição das organizações locais. Possivelmente nossas preocupações não foram as mesmas que em todas as EGEs. Nesta cadeia de transformações, cada elemento assume sentidos particulares.

Esta configuração das equipes (que teve variações nos estados), serviu como argumento para tratá-la como pesquisa participativa. Além da parceria representada pela participação do FBES no GT Mapeamento, havia as EGEs e até as equipes de campo representavam a ES, através inclusive de seus protagonistas mais prestigiados: os empreendimentos.

Depois de realizado o Mapeamento, a “participação” foi considerada exitosa. Num “Relatório Metodológico” elaborado por uma equipe da Senaes com base em relatórios

similares feitos pelas equipes técnicas nos estados, há uma valiação sobre isso. A conclusão do relatório segue a seguinte linha: houve inúmeras dificuldades e variação regional, mas esta forma de fazer pesquisa se revelou positiva, considerada uma opção metodológica. Lê-se:

Em termos políticos, a opção do Grupo de Trabalho Nacional do Mapeamento (SENAES/MTE e Fórum Brasileiro de Economia Solidária) foi por estimular uma pesquisa de caráter participativo, envolvendo diretamente os atores da ES – e não um processo puramente técnico, executado por pesquisadores externos alheios ao universo pesquisado. Esta opção gerou uma série de dificuldades técnicas e desafios práticos, dos quais a equipe nacional esteve sempre consciente. Contudo, como também era previsto como um dos objetivos do mapeamento, os processos locais para a execução do mapeamento apresentaram outras vantagens, geralmente ausentes nos métodos tradicionais de pesquisa: configuraram espaços reais de disseminação, informação e formação sobre a proposta da ES, fazendo com que muitos empreendimentos econômicos solidários se reconhecessem como tal e envolvendo novos atores, como gestores públicos e organizações sociais e sindicais. (BERTUCCI & CUNHA, 2006, p.48)

E ainda:

Assim, não restam dúvidas de que os efeitos positivos do mapeamento para o fortalecimento do movimento da ES reforçaram a opção pela pesquisa social participativa. (BERTUCCI & CUNHA, 2006, p.49)

O que aqui aparece representado como uma “opção metodológica” acertada é um dos aspectos da construção de uma idéia que encontrou lugar em todas as apresentações e avaliações sobre o recém-realizado mapeamento. A de que o Mapeamento, como processo de levantamento de dados e como pesquisa “participativa”, tinha sido uma empreitada de sucesso. Esta idéia assumiu em muitos momentos uma conotação quase épica quando as falas destacavam o esforço em se realizar uma pesquisa num país “com dimensões continentais”.

Num artigo sobre o Mapeamento, quando trata-se da descrição da metodologia do Mapeamento o título da seção é “Um Mutirão Nacional na Gestão do SIES”. A palavra mutirão remete ao valor da cooperação, noção basilar no mundo da Economia Solidária.

O argumento usado para este tipo de configuração do SIES, envolvendo em todas as instâncias os empreendimentos e suas representações – os Fóruns – foi o de que o SIES não poderia ser contraditório com os princípios daquilo que pretendia conhecer, divulgar e apoiar. Tinha que ser construído de forma participativa, valorizando a experiência da vivência real da ES para produzir conhecimento sobre ela.

Aqui vemos que não existe nenhuma inocência no que diz respeito a uma realidade passiva a ser descoberta. Não seria possível conhecer a ES se ela mesma não se apresentasse, porque a lógica da ES só faz sentido para seus agentes e a construção das estatísticas é uma forma de produzir uma linguagem que pudesse colocar em relação esta lógica com a lógica do Estado e do “mundo das cifras”.

Outro critério que usamos para escolher a equipe foi o de conhecimento da região geográfica em que iam atuar. A EGE elaborou uma divisão do estado do RJ em que agrupou os municípios a em sete conjuntos que foram chamados de “sub-regiões”. Cada supervisor era responsável por uma sub-região e cada entrevistador realizaria as entrevistas numa área determinada do estado.

Era preciso achar os empreendimentos. A lista prévia, feita a partir de cadastros oficiais se revelou praticamente inútil na identificação dos empreendimentos.³⁸ Foi feito um verdadeiro trabalho de investigação em registros oficiais e nas próprias cidades para que encontrássemos os tais empreendimentos.

Aqueles que faziam parte dos Fóruns e participavam de redes conhecidas era mais fácil encontrar. Pedimos listas e cadastros para pessoas de organizações participantes do Fórum ou que integravam a rede de relações dos membros da EGE. Esses empreendimentos

³⁸ Trata-se aqui da chamada “Fase 1” do mapeamento, que está descrita no Histórico do SIES, no Anexo 2 da tese. Consistiu num levantamento preliminar feito em cadastros oficiais de empreendimentos cujas características formais sugeriam proximidade com a ES. Este esforço foi muito criticado por pessoas em todas as EGEs. Além de representar uma quantidade grande de tempo perdido em contatos infrutíferos com cooperativas e empresas que não se encaixavam nos critérios do SIES segundo os agentes envolvidos no mapeamento, sugeria uma adesão entre as características formais e a forma como funcionam de fato os empreendimentos que era considerada contraditória com as diretrizes do SIES.

já eram “da ES” ou estavam próximos a organizações dela. Mas o mapeamento pretendia identificar empreendimentos que faziam ES, mas que não soubessem disso.

Outra estratégia utilizada e que foi aprendida durante o processo de mapeamento foi o de encontrar tipos recorrentes de associação dos empreendimentos. Descobrimos que muitas prefeituras tinham políticas relacionadas a grupos produtivos, por exemplo. Alguns movimentos sociais e sindicatos apoiavam este tipo de coletivo. Mas onde mais encontramos empreendimentos foram junto a igrejas.

Uma grande parte dos EES é fruto de projetos de assistência ligados a governos municipais e igrejas. Como pudemos perceber mais tarde também é das políticas de assistência social que surgem as chamadas políticas públicas de ES. O que também percebemos é que muitos membros de empreendimentos tinham conhecimento sobre grupos que funcionavam de forma parecida. Existia um circuito de relações aos quais os empreendimentos que identificamos estavam conectados.

Ao mesmo tempo em que os empreendimentos eram achados, também recebiam a boa nova. Eram Empreendimentos Econômicos Solidários e faziam parte da ES. Mesmo que não “soubessem” disso.

4.3. A missão e as marcas do mapeamento

A reunião de encerramento do Mapeamento no estado do Rio de Janeiro ocorreu no mesmo lugar que o treinamento dos pesquisadores. Desta vez o clima era completamente diferente de meses antes. Estávamos o mesmo grupo reunido, mas trazíamos em nós a experiência do mapeamento.

O Colégio Assunção, no topo de Santa Teresa, era mais uma vez o cenário de reunião daquele grupo. Mas não éramos os mesmos que meses antes. Trazíamos em nós a

experiência do Mapeamento. O Seminário de Encerramento reuniu toda a equipe técnica e alguns membros da EGE. As falas entre os pesquisadores enquanto iam chegando não tinha outro tema. Todos conversavam, contando casos engraçados, constrangedores ou comoventes sobre as visitas e entrevistas que haviam realizado.

Durante a primeira refeição, Moizelina, uma das digitadoras, mostrou um calombo no pulso direito e disse: “isso é do mapeamento”. Moiza, como era chamada, tinha sido uma pessoa difícil de se lidar durante a pesquisa. Como membro da EGE e tendo por isso um papel que era visto como de formulação e de alguma forma, controle, sentia que o papel de digitadora a diminuía. Era inclusive a função com menor remuneração. Foram várias as vezes em que sua insatisfação foi demonstrada na forma de um desafio à única pessoa que se aproximava de uma função de chefia, que era eu, a coordenadora técnica.

Mas agora Moiza tinha o olhar pacífico e sua postura era pela primeira vez desarmada quando falava comigo. Foi para mim que ela mostrou a marca que o mapeamento deixara no seu corpo. Um calombo na mão que ela tinha sacrificado para digitar os questionários.

Isabela era uma jovem de vinte e poucos anos que pouco sabia sobre a ES quando começou como digitadora. Ao longo da pesquisa trabalhou com dificuldade durante as longas horas na empoeirada e barulhenta sala no térreo da DRT. Foi durante semanas cumprir suas tarefas com a perna engessada por causa de uma torção no tornozelo. Mostrou o pé, com marcas ainda visíveis da lesão.

E me lembraram de como eu também tinha andado por tantas vezes entre o prédio do Ibase e o da DRT depois de também ter torcido o tornozelo e ficado semanas com o pé imobilizado. Apesar de tudo, não tinha deixado de trabalhar e andar. Estávamos marcados. Tínhamos nos corpos as marcas do sacrifício e da dedicação. Não éramos mais os mesmos.

Margareth era uma mulher baixa, de cinquenta e poucos anos. Anda com uma certa dificuldade. Usa os cabelos curtos e nunca perdia a oportunidade de falar da associação de artesãos de que fazia parte em Rio das Ostras, cidade em que morava. Esta mulher carrega um câncer no fígado há anos, coisa que fui descobrir depois deste evento. Ela foi supervisora. Enquanto abraçava as duas jovens estudantes da UFF que tinham sido entrevistadoras na sua região, me chamou e me disse: “Ganhei duas filhas.” Descreveu como por várias vezes as duas “meninas” tinham se hospedado em sua casa durante o trabalho e como tinham se comportado bem.

Estas primeiras conversas me mostraram que para muito além da aplicação de um questionário e de “recolher dados”, tínhamos participado de uma transformação de nós mesmos. Tínhamos nos ferido e resistido. Tínhamos até feito família.

No momento que estávamos finalmente reunidos no salão, o fato de que era o mesmo cenário de quando estávamos sendo “capacitados”, reforçou a atmosfera de mudança que tinha ocorrido em nós. Deveríamos fazer uma avaliação do trabalho, mas o que se seguiram foram verdadeiros depoimentos sobre as aventuras dos últimos meses.

Mônica era uma mulher negra, com seus quarenta e poucos anos, muito bem articulada e faz parte de um grupo de ES que se chama Arteiras. É um grupo de mulheres de várias favelas da Tijuca, Zona Norte do Rio. As Arteiras comportam um grupo que produz caderno, pastas e enfeites com papel reciclado, que é o mais conhecido e outro que produz alimentos. Existe ainda o trabalho com costura.

Ela foi supervisora e disse no seu depoimento: “Não fizemos questionários, fizemos amigos.” Disso também que nunca mais seria a mesma, porque tinha tido a experiência de ver de perto, de estar lá com os empreendimentos.

Regina é uma mulher de mais de sessenta anos. Professora aposentada, mora em São João de Meriti e participa de um empreendimento que produz vassouras a partir da

garrafas PET descartadas. Disse que tinha aprendido muito e que também tinha ensinado. Ela contou as entrevistas tinham ajudado as pessoas a entender melhor sobre sua própria atividade, tendo que refletir sobre o que estavam fazendo.

Rita contou como foi importante ter ensinado um empreendimento de construção civil a calcular o quanto cobravam pelo seu trabalho. Eles nunca tinham feito as contas de quanto gastavam.

Alex estava cursando mestrado em agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Trabalhava como assessor de um grupo ligado à Igreja Católica que produz a multi-mistura – composto feito a base de sobras de alimentos como cascas e caules de legumes e que se usa como complemento alimentar no combate à desnutrição. Ele foi supervisor no sul do estado e contou que mais de uma vez trabalhadores de empreendimentos tinham se dado conta, respondendo ao questionário de que cobravam menos pelos seus produtos do que tinham gasto com matéria prima.

Todos os entrevistadores, sem qualquer exceção falaram de como aquela experiência tinha ensinado a eles e o quanto eles próprios tinham ensinado aos empreendimentos. Ensinar a fazer contas, ensinaram que existem os Fóruns de Economia Solidária. Ensinar também que existe a Senaes.

Meu depoimento, o fiz com a voz embargada, como outros na sala. Disse que tinha aprendido coisas fantásticas trabalhando com aquela equipe e que foi um prazer ter feito aquele trabalho com eles. Disse também que achava que estávamos participando de uma coisa muito importante. Foi apenas a primeira vez que disse isso.

O sentimento geral era de orgulho. Nem chegamos perto de entrevistar os mil e cem empreendimentos previstos na meta do projeto. Mas a conclusão é de que tínhamos feito o máximo com o tempo e recursos que tínhamos. Pencia que foi mais até do que era a nossa obrigação. Os setecentos e vinte e três questionários eram, sem duvida uma vitória.

As falas revelavam que o mapeamento mudara as pessoas que nele trabalharam. Tinha sido uma verdadeira missão. Os entrevistadores e supervisores eram os portadores das notícias que vinham lá de onde a ES acontece de verdade. De lugares difíceis de chegar. Eles voltaram trazendo a amizade dos empreendimentos e os trazendo para a visibilidade. E chegaram contando que foram para levar a boa nova, que significava fazê-los existir como empreendimentos de duas formas. Contando a eles e preenchendo um questionário que ia fazê-los existir para todos.

Uma fala chamou atenção e foi repetida por muitos. Mônica disse que na verdade participar do mapeamento tinha aumentado as responsabilidades de todos ali. Tínhamos tido uma oportunidade de aprender muito. A chance de conversar com as pessoas e conhecer com certo detalhe como funcionam os empreendimentos fazia com que fôssemos portadores de algo especial.

Essa era uma forma de dizer que tinham adquirido um valor nas suas palavras. Elas sabiam coisas que só sabe quem foi ver a realidade. Claramente os entrevistadores começaram a reivindicar para si a autoridade de quem conhece melhor. Vi esse argumento de autoridade sendo usado algumas vezes, sempre de forma sutil, já que ter participado da equipe foi visto como privilégio e despertou, desde o início suspeitas e inveja.

Naquele momento se começou a construir o mapeamento no Rio como uma empreitada de sucesso e também foi formada ali a versão coletiva sobre o que tinha sido a experiência, que tantas vezes depois foi repetida de forma mítica. A construção das pessoas, como pessoas solidárias, parte e missionários deste mundo mostra como o sentido atribuído a “mapear” transcendia o cumprimento de uma tarefa para a qual as pessoas foram contratadas e pagas.

Aqui, as análises de Max Weber (2001) sobre *Beruf* (vocação, profissão) ajudam a compreender como mapear era percebido como uma atividade que envolvia suas emoções e a

perspectiva de que estavam construindo algo maior que suas próprias vidas. Num sentido quase religioso, assim como mostra Weber, preencher questionários e fazer entrevistas tinha a ver com o próprio sentido de suas vidas.

Conclusão

A partir da estrutura de funcionamento que apresentei e do caminho que os questionários faziam, pode-se perceber que em princípio há uma forma piramidal, cujo todo é ocupado pelo GT Mapeamento, seguido pelas EGEs, depois pelas executoras e finalmente pela equipe de pesquisa. Isso é verdade apenas em parte e diz respeito a uma cadeia de orientações gerais e se as instâncias são enxergadas como totalidades fechadas.

O GT Mapeamento é composto por entidades do FBES, em cuja coordenação estavam os Fóruns estaduais, que por sua vez compõem as EGEs. Algumas entidades executoras estavam na coordenação FBES e no fórum estadual. O Ibase estava no GT Mapeamento, era da coordenação do FBES, participava da EGE e foi executor do no Rio de Janeiro. Por outro ângulo percebemos que a formulação do questionário foi feita no GT, mas a palavra final sobre a definição de cada EES é da EGE de cada estado.

O funcionamento da pesquisa mostra que houve a estruturação de fluxos de informações e de certa hierarquia na organização da pesquisa, mas isto não pode ser confundido com um necessário maior poder ao longo desta cadeia desde o GT Mapeamento e a Senaes até os pesquisadores na definição do que viriam a ser os dados. O que podemos perceber é que cada elemento tem fronteiras vazadas e fluidas, formando um arranjo no que diz respeito às práticas que não pode ser representado num organograma.

A participação, como princípio assume diversos sentidos. Um deles é a atualização para a situação singular do mapeamento da representação sobre a participação no

mundo da ES, segundo a qual não é possível estar ali ser ativo, sem fazer parte. A pesquisa sobre a ES – para ser aceita como legítima frente aos diversos agentes - não seria possível se fosse negado um princípio tão central deste mundo. O segundo sentido é a interseção em que se encontram no mapeamento, como pesquisadores e pesquisados. Assim como nos encontros, na prática cotidiana do mapeamento o reconhecimento pelos pares é fundamental na definição de pertencimento à ES.

Olhar este processo como uma confrontação entre Estado e movimento, mediado pela necessidade de criar conhecimento científico faz sentido apenas na medida em que consideramos lógicas diferentes, ou seja, um conjunto de representações que estão relacionadas entre si de uma forma tal que dão sentido à ação das pessoas em determinados espaços. As diferentes lógicas do movimento e do Estado estão referidas aos respectivos universos de possibilidades e espaços. O Estado: a intervenção, a ordenação, o interesse público. O movimento: a reivindicação, a defesa de interesses de um grupo (reivindicados como gerais), a mudança social.

A definição de EES está escrita na Portaria Ministerial. Inscrita através de um instrumento de nomeação do Estado faz reconhecer este tipo de realidade. Ao mesmo tempo, esta definição, quando é posta para funcionar na aplicação do questionário, se torna objeto de negociação e entre num universo de sentidos que permite que se torne uma dádiva dada aos membros de um empreendimento, pelo entrevistador que dá a boa nova: “Vocês são da ES”.

Os dois espaços, os dois circuitos (e tantos outros que fizeram parte do Mapeamento) são parte do mesmo processo. Cada um obtém do outro a possibilidade de existir. O reconhecimento do Estado faz possível o mapeamento que permite que o entrevistador faça a entrevistas, o que permite que o reconhecimento do Estado faça sentido, porque passível de gerar dados e gráficos.

Existe uma relação entre as resoluções do GT Mapeamento e a fala da Mônica, da Rita. Entre os documentos, Portaria, questionários e o calombo no pulso, o pé torcido. Fazem parte de uma mesma cadeia de transformação cuja condição de possibilidade é poder juntar sobre um mesmo objeto, o mapeamento, sentidos diversos, lógicas distintas.

Como mostra Laurent Thévenot (1995):

A cadeia de produção estatística funciona como uma cadeia de transformações. Toda série de intermediários, os codificadores, os pesquisadores e mesmo as pessoas interrogadas efetuam um trabalho de conversão para acomodar a um formato propício ao tratamento industrial e à prova científica informações de outras naturezas, nas quais se apoiam apreciações comuns e que se inscrevem numa memória de casos exemplares. (THÉVENOT in BESSON [ORG.], 1995, p.150)

Através de um olhar sobre as práticas podemos reconhecer o quanto o mundo da ES é construído nas fronteiras de universos relativamente autônomos na sua lógica, mas entre os quais as pessoas circulam. A permeabilidade destas fronteiras é o que permite a construção de novas realidades, como a ES como estatística.

A forma como os agentes que trabalharam na pesquisa falam sobre o que foi a sua experiência mostra que existe um sentido atribuído ao questionário e à entrevista que não estava previsto nas recomendações, guia ou capacitação. Além de criar a ES como uma nova realidade ao transformá-la em números públicos, o mapeamento também criou os “mapeadores”.

Criou as pessoas que se entenderam depois da “experiência” como pessoas diferentes, que tinham mais conhecimento e, mais do que isso, um conhecimento que só aquilo que tinham vivido particularmente com as entrevistas permitia ter. Ao mesmo tempo que haviam cumprido a tarefa de levar as notícias da ES, tinham trazido questionários preenchidos e notícias da realidade, que estava escondida na invisibilidade daqueles que

ignoravam a sua própria condição e que moram longe. Com as notícias e os formulários traziam consigo também a “responsabilidade” de honrar o seu novo papel como missionários.

Essas pessoas, novas pessoas solidárias, dão um sentido transcendente à atividade de mapear. Foram contratados e pagos para fazer entrevistas e preencher questionários, mas o que fizeram foram amigos, família. Levaram notícias aos empreendimentos, ensinaram e voltaram para dizer como é lá, onde a ES acontece.

Só um olhar que considera os diversos agentes e suas práticas é capaz de oferecer elementos para a compreensão do mundo social. O Mapeamento se faz nos gabinetes dos especialistas, na sede do ministério, na entrevista, no corpo dos entrevistadores.

CAPÍTULO 5

OS NÚMEROS PÚBLICOS: NARRATIVAS E CONFIANÇA

Introdução

Neste capítulo tratarei do processo de transformação estatística da ES através da fabricação dos dados como tal, sob a forma de tabelas, gráficos e mapas e de como estes são interpretados e passam a fazer parte da linguagem da ES.

Ao mesmo tempo em que recolhia as informações, o Mapeamento também criava as condições, através de seu caráter pedagógico, para a emergência de uma cultura dos números. No Mapeamento, criar os números significa a transformação de realidades concretas em informações estatísticas, mas também criá-los como algo que faz sentido para se pensar no mundo da ES.

Depois de um longo processo desde a formulação de uma demanda por conhecimento a partir de espaços do movimento, da incorporação pelo governo federal da Economia Solidária como política institucionaliza e do Mapeamento como uma das estratégias desta política e depois do desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa e do trabalho de campo, finalmente havia informações “objetivas” sobre a ES em todo Brasil.

Existentes as informações elas começaram a ser usadas, divulgadas, faladas e estudadas. Iniciou-se, a partir de um conjunto consolidado de dados que haviam sido recolhidos na forma de um Banco de Dados, o que pode ser visto como um segundo momento na produção das estatísticas da Economia Solidária.

Mostrarei neste capítulo como os dados, suas representações gráficas, algumas interpretações e discursos sobre o Mapeamento, através da prática de agentes particulares e em lugares específicos construíram uma nova forma de se falar sobre a ES.

A partir de uma situação em particular, mostrarei os sentidos criados com a representação da ES através de gráficos. Os números que são considerados relevantes revelam as articulações necessárias entre os dados e a pesquisa “participativa” para que o Mapeamento seja considerado como uma forma legítima de se falar da ES.

Em segundo lugar, um olhar a partir do *Atlas da Economia Solidária no Brasil* permite discutir o papel dos dados e principalmente dos mapas na criação de ES como uma nova realidade a partir da quantificação.

Por fim trato de algumas questões a partir das discussões ocorridas depois do levantamento dos dados. Propostas sobre a revisão dos conceitos e dos instrumentos de pesquisa mostram algumas dimensões da criação da ES como estatística. O uso dos dados como arma de luta dentro da ES, a criação de novas demandas de reconhecimento por parte de alguns grupos e a identificação de “defeitos” nos números surgem a partir de um olhar sobre a avaliação que um determinado grupo gera sobre o Mapeamento.

5.1. Os números públicos e a confiança nos dados

A produção de gráficos e tabelas sobre a ES a partir das informações geradas pelo Mapeamento pode ser analisada por diversos ângulos. Aqui tratarei de uma situação particular que foi a construção dos dados em formas gráficas feita por mim como parte da minha função como coordenadora técnica do Mapeamento no estado do Rio de Janeiro.

A apresentação destes dados em cada unidade da federação, reconhecidos como produtos do Mapeamento, fazia parte das obrigações das entidades executoras. A divulgação de informações estava assim vinculada, inclusive formalmente através dos contratos, com a tarefa de aplicação dos questionários.

Deveríamos realizar um seminário de encerramento do mapeamento no estado e para isso era preciso preparar os dados para que pudessem ser apresentados ao público. Isso significava organizar as informações na forma de gráficos e tabelas. Fui a responsável por preparar esta apresentação que seria feita por meio da projeção das imagens numa tela diante do público presente ao seminário. Era um arquivo eletrônico do tipo *Power Point*, formato criado justamente como apoio a exposições públicas e para projeção.³⁹

Mas esta apresentação não serviria apenas para isso. Aqueles gráficos também seriam usados para “divulgar” o Mapeamento para a imprensa. Isso fazia com que a apresentação fosse dirigida tanto aos agentes da ES quanto a um público mais amplo.

Hierarquias e totalidades

Como o banco de dados nacional ainda não tinha passado pelo processo de tratamento devido, as informações foram fornecidas pela Senaes, com a advertência de que deveriam ser divulgados como resultados ainda parciais.

Recebi os dados na forma de um conjunto de tabelas. Cada questão do formulário era representada por uma delas, estando as opções listadas na primeira coluna e o número de EES que haviam optado por ela na segunda coluna. Esta apresentação das informações sugeria a representação gráfica também a partir de cada questão. A coerência sugerida pelo questionário estaria então mantida na apresentação dos gráficos. Obviamente a unidade de referência da pesquisa, os EES também se mantinham na medida em que cada número estava referido à quantidade de empreendimentos que havia optado pela resposta.

A maioria das informações foi representada por meio de gráficos de tipo “pizza”. Este tipo de gráfico é usado quando os números se referem a características mutuamente exclusivas e cuja soma dos elementos correspondentes a cada uma delas representa uma

³⁹ Esta apresentação, de que trato nesta parte do capítulo, consta como Anexo 5 nesta tese.

totalidade. Ou seja, o círculo inteiro representa um universo e as fatias representam a proporção de elementos associados a cada característica, tendo tamanho equivalente a esta proporção.⁴⁰ Num gráfico-pizza o conjunto de características representado pelas fatias deve ser suficiente para que cada elemento esteja associado a uma delas (um conjunto exaustivo) e a apenas uma (categorias exclusivas).

Se os gráficos redondos sugerem antes de tudo um conjunto coerente em si mesmo, os gráficos em barra sugerem hierarquias entre as categorias e os EES. Este tipo de gráfico é apresentado de forma que as barras estejam dispostas de forma decrescente. Assim a categoria a que corresponde maior número de EES é representada pela primeira barra e assim sucessivamente até à categoria com menor número equivalente de EES.⁴¹

O que se vê aqui é que a representação gráfica trás consigo uma série idéias sobre hierarquias, totalidades e proporcionalidades. Dois aspectos se destacam neste sentido. O primeiro deles é o ordenamento que a apresentação dos dados através destas representações cria, por um lado reforçando as hierarquias criadas pelo próprio instrumento de levantamento dos dados – o questionário -, mas também criando outras, dadas a partir das informações recolhidas da “realidade”.

Outro aspecto ligado ao anterior é a pedagogia dos gráficos. A cada um deles correspondia um pequeno texto que servia como explicação daquilo que se considerou o mais relevante em cada um. Desta forma, às pessoas que viam os gráficos, ensinava-se também o que deveria ser visto neles.

Não se pode ignorar aqui que as técnicas de produção dos gráficos – tanto teóricas quanto dos instrumentos tecnológicos, que são os programas de computador – estão associados a um tipo particular de agente. O papel de especialista, de que pude tratar no capítulo anterior, aqui se mostra de forma particular. Na produção dos gráficos o especialista é

⁴⁰ Ver gráficos no Anexo 5

⁴¹ Idem

aquele cujas habilidades permitem criar formas visíveis e hierárquicas de ordenamentos das informações. Ao fazerem isso ensinam o que deve ser visto através das representações gráficas que oferece ao público.

É importante voltar aqui a lembrar que o que aqui aparece de forma objetiva e ordenada não foi visto por mim da mesma maneira quando eu estava fabricando estes dados de que trato agora. A escolha pelo tipo de gráfico, os textos escritos, tudo isso foi feito tendo em mente motivações que estão muito longe dos argumentos analíticos que produzo aqui. Quando estava fazendo os gráficos, meus motivos estavam referidos a usar aquilo que tinha aprendido na disciplina de “Métodos Quantitativos” no curso de graduação em Ciências Sociais para apresentar os dados com a clareza e o rigor esperados de alguém que foi contratada por sua suposta qualificação técnica.

Havia expectativas em relação a estes números por parte daqueles que tinham participado do Mapeamento. Os gráficos eram vistos como o produto final do trabalho realizado. Entrevistadores contaram que foram interrogados sobre como conseguir os dados, quando estariam prontos. Eu mesma fui cobrada várias vezes sobre quando saberíamos afinal, como era a ES no Rio.

Se a maneira como estes dados foram transformados em gráficos – e esta foi uma forma bastante comum de circulação dos dados do Mapeamento – mostra mais um elo da cadeia de transformações em estatística, não se podem ignorar outros elementos presentes nos momentos de divulgação. Neste momento inaugural em particular, mas em muito outros a que pude estar presente, um discurso mítico sobre o levantamento dos dados fazia parte dos rituais de publicização do Mapeamento.

Para a realização do Seminário de Encerramento do Mapeamento, quando os dados deveriam ser apresentados, alugamos um auditório no Sindicato dos Bancários. Contratamos um empreendimento para fornecer um lanche que seria servido ao final da

apresentação do resultado da pesquisa. Este empreendimento pertencia a uma nova categoria, nascida junto aos dados: era um empreendimento “mapeado”. Esta categoria estabelecia uma relação entre o empreendimento, através de seus representantes, com os dados do Mapeamento. Depois pude notar que esta relação também tinha um aspecto de cumplicidade com os dados, como se ter sido “mapeado”, ou seja, ter participado do preenchimento do questionário sobre seu empreendimento, fizesse daquelas pessoas parte dos próprios números.

Estavam presentes neste Seminário quase todos os que haviam trabalhado na pesquisa. Era ao tempo o momento de conhecer publicamente os dados e de reconhecer aqueles que foram buscá-los. A primeira coisa que foi feita quando começou o seminário foi a apresentação de cada um dos entrevistadores, supervisores e digitadoras presentes, a quem foi pedido que se levantassem quando tivessem seu nome citado.

Fiz a minha apresentação seguindo a ordem dos slides que havia preparado. O que era explicitamente esperado era o conjunto de dados sobre os empreendimentos, outros números do Mapeamento foram apresentados primeiro. As primeiras informações eram sobre a quantidade de pessoas envolvidas na pesquisa, número de cidades visitadas. Lia-se:

A equipe de pesquisa foi composta por 15 entrevistadores, 6 supervisores regionais, duas digitadoras, coordenação técnica e pela coordenação geral de pesquisa. Todos os municípios do Rio de Janeiro foram visitados e foram feitas entrevistas em 82 dos 92 municípios do estado.

Foram cinco meses de trabalho de campo (de agosto a novembro de 2005) e mais de 700 empreendimentos visitados em todo estado, atingindo 54.779 trabalhadores sócios e 1.114 trabalhadores não-sócios, num total de 55.893 trabalhadores. Os dados a seguir dizem respeito a 721 empreendimentos entrevistados e apontam as principais características dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Rio de Janeiro.

Não eram apenas os números sobre os empreendimentos que importavam. Importavam também os números que comprovavam o esforço heróico de realização da

pesquisa, de forma similar ao que Jorge Pantaleón mostra em sua tese, sobre censos na Argentina (PANTALEON, 1997).

Estes primeiros números eram a prova de um esforço que tinha feito de seus protagonistas missionários marcados pelo Mapeamento, como descrevi no capítulo anterior. O que mostro aqui é que esta saga passou a fazer parte do conjunto de números que passaram a ser apresentados. Eles eram resultados do Mapeamento, junto a tantos outros. Para os agentes da ES era relevante na confiança que se podia depositar nos números a forma “participativa” como tinham sido produzidos e para isso também havia estatísticas a apresentar.

Os números de empreendimentos e de trabalhadores eram destacados logo no começo da apresentação. Eram 721 empreendimentos no estado do Rio de Janeiro e 55.893 trabalhadores. Eles anunciavam ao mesmo tempo o grande alcance da pesquisa e sugeriam precisão. O número de empreendimentos em todo Brasil também era sempre pronunciado com todos os seus algarismos: quatorze mil novecentos e cinquenta e quatro. Mesmo que este fosse freqüentemente acompanhado da explicação de que “com certeza havia mais”.

Nos comentários da platéia nenhuma pergunta sobre os dados em si, apenas falas exaltando o “nosso” feito e o protesto quanto a uma das informações, sobre a qual tratarei mais adiante. Os entrevistadores, supervisores e digitadoras exibiam posturas orgulhosas e fizeram intervenções sobre as dificuldades enfrentadas e como a experiência havia sido gratificante para eles. Muitas pessoas me perguntaram ao final se poderiam ter cópia da apresentação ou se eu poderia apresentar em tal ou qual lugar os resultados.

Percebi que os dados, para os agentes da ES tinham muitos sentidos particulares. Eram por um lado prova de existência dos empreendimentos, que por isso mostraram durante as entrevistas, a ansiedade em saber quando estariam prontos os gráficos e por outro a declaração pública de existência do Mapeamento como missão.

Mais do que isso, os gráficos mostravam uma coerência entre os empreendimentos, quando os representa na forma de círculos e barras de bordas precisas. A ordem dos dados, os limites precisos e harmoniosos dos desenhos sugeriam uma ordem da realidade. Uma comunidade entre empreendimentos, um pertencimento comum.

Além disso, como mostrei no capítulo anterior, a forma como a pesquisa de campo foi realizada – de forma “participativa” e em “parceria” com o movimento – tem um importante papel na sua legitimação, e isso continua sendo verdade depois que as informações recolhidas são transformadas em gráficos, mapas e tabelas, como mostra a presença de números sobre a aplicação dos questionários. A confiança nos números no mundo da ES passa por que se considere que eles foram produzidos de acordo com os princípios próprios da ES.

Confiança pública

Para um tipo de agente, porém, o sentido atribuído aos gráficos era outro. Eles representavam a existência da ES como um assunto da Economia (com letra maiúscula).

Este conjunto de gráficos e tabelas foi apresentado no Seminário e também como material de divulgação, pela assessoria de imprensa do Ibase, para alguns veículos de informação. Divulgar os dados era um dos objetivos do Mapeamento, entendido como forma de dar “visibilidade” à ES. Fazer existir para todos o que existia apenas para os próprios agentes da ES passa por fazer chegar a boa nova também às pessoas que não fazem parte deste mundo.

Os grandes jornais impressos ocupam um papel particular no mundo das ONGs. Considera-se que são os meios mais privilegiados de se chegar ao público. Ter seus trabalhos comentados na imprensa é ao mesmo tempo prova de que se conseguiu torná-lo relevante a um público maior e também fazer com que isso aconteça. A ambigüidade na relação com

veículos de comunicação de massa – como forma de reconhecer a legitimidade ou como forma de inaugurar a possibilidade de “convencer” marca a relação que as instituições mantêm através das suas “assessorias de imprensa”. Estando presente também a angústia de depender de meios geralmente identificados como também culpados pela situação política que as ONGs pretendem combater.

Em relação à divulgação dos dados do Mapeamento, a estratégia foi entregá-los com exclusividade para uma jornalista do suplemento de Economia do jornal *O Globo*. Em geral a relação de divulgação que envolvem “exclusividade” no fornecimento de informações supõem uma troca entre os envolvidos na qual está subentendido o privilégio de acesso do jornalista e um grande destaque ao assunto.

Para a realização de uma matéria deste tipo, são feitas entrevistas, repassados contatos. Isso envolve telefonemas e trocas de correspondência eletrônica, durante alguns dias. Tudo é feito de forma a que se mantenham as boas relações e para que se preservem os “contatos”. Para o profissional do jornal significa ter acesso a informações novas e a pessoas que podem fornecê-las – seu material de trabalho – e para os profissionais da ONG significa ter canais para o reconhecimento público da legitimidade dos seus temas de trabalho e, por conseguinte, dele mesmo como profissional.

Demos entrevista, eu e João Roberto – coordenador da área de ES do Ibase - e fornecemos contatos de empreendimentos que pudessem oferecer falas para a ilustração da matéria, que fui publicada num domingo, na parte de “Economia”, ocupando meia página. Este é considerado um lugar de destaque na imprensa. O jornal *O Globo* é o mais importante do Rio de Janeiro. A matéria é ilustrada com dois gráficos e cita vários números da pesquisa. O título era: “Economia Solidária multiplica trabalho no Rio”. A primeira divulgação dos dados na imprensa foi considerada por nós bem sucedida.⁴²

42 A reprodução da matéria publicada consta como Anexo 6 desta tese.

Jean-Louis Besson (1995b), tratando justamente dos “modos de usar” as estatísticas, trata dos tipos de gráficos e de suas implicações. Ele faz uma observação justamente sobre os gráficos nos jornais.

As cifras que lemos no nosso jornal ou na nossa revista são, assim, o extremo de toda uma cadeia de interpretação: no começo desta cadeia se acha o questionário que fixou o esquema de observação, depois temos os condicionantes técnicos que limitaram o tratamento da informação bruta, a seleção feita pelo estatístico para a publicação, a propagação dos “principais resultados” e a extração, pelo jornalista, de algumas cifras impactantes. Estas cifras não são escolhidas ao acaso: elas devem “falar” e devem ser entendidas. (BESSON in BESSON, 1995b, p.211)

Em nenhuma outra matéria jornalística a que tive acesso antes desta, o assunto Economia Solidária ocupava as páginas de informação sobre economia. Em geral o que a grande imprensa publicara sobre o assunto eram artigos assinados de agentes do próprio mundo da ES ou tratavam como uma curiosidade ligada ao mundo do “alternativo”.

A existência de estatística parece ter aberto caminho para que a ES se tornasse informação “de verdade”. O “mundo das cifras” finalmente aceitava a ES.

Aqui, como Theodore Porter sugere no livro *Trust in Numbers: The pursuit of objectivity in science and public life* (PORTER, 1995), a quantificação funciona como forma de comunicação para além das fronteiras da localidade e da comunidade. Ou seja, com a apresentação números e estatísticas a ES deixou de ser relevante apenas para sua própria “comunidade” e passou a ser vista como pertencente a um universo de interesse público, mas precisamente ao universo da Economia como interesse público, registrada como seção de um jornal diário.

Outro efeito ligado à divulgação na imprensa dos números do mapeamento foi a da minha própria construção como especialista. Tive uma frase citada que continha o crédito “antropóloga Eugênia Motta, do Ibase”. Assim eu seria apresentada em mais dezenas de entrevistas que viria a dar sobre Economia Solidária sempre autorizada pelo papel que

desempenhei no Mapeamento no Rio. O título acadêmico de antropóloga teve menos a ver com a construção da especialista do que a identificação com os números e gráficos.

5.2. “Agora nós existimos”

O Atlas foi a primeiro material em que foram divulgados os dados nacionais do Mapeamento. Ele foi lançado no ano de 2006, durante um evento promovido pelo governo federal, chamado TEIA de Cultura Educação, Cidadania e Economia Solidária e congrego a I Feira Nacional de Economia Solidária e a I Mostra Nacional de Cultura Popular. Estavam representados os Pontos de Cultura⁴³ e Empreendimentos de Economia Solidária.

A TEIA aconteceu no Pavilhão da Bienal de São Paulo, entre os dias 06 e 09 de abril. Era o primeiro grande evento nacional de Economia Solidária desde a conclusão do trabalho de Mapeamento. O lançamento do Atlas ocorreu no dia 08 de abril, num auditório do complexo cultural do Parque do Ibirapuera. Compunha a mesa o Diretor de Estudos e Divulgação da Senaes, Valmor Schiochet, o Coordenador de Estudos Roberto Marinho Alves, o professor da Unisinos, Luiz Inácio Gaiger. Representando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária estava Paulo Lacerda e mais um representante da Fundação Banco do Brasil, financiadora do Mapeamento. Mais uma vez, os três universos aos quais estavam referidas as “diretrizes” do SIES estava representado na mesa.

Valmor mostrou o Atlas, mostrando numa apresentação de que forma estava organizado e falou de alguns dos dados. Seguiram-se comentários sobre a importância da existência daquele levantamento e sobre seu ineditismo “no mundo”.

⁴³ Os Pontos de Cultura foram criados partir de um Edital do Ministério da Cultura, publicado pela primeira vez em 2004. O projeto consiste em financiar grupos culturais por todo o país e promover a integração entre eles. Faz parte do Programa Cultura Viva.

O representante do FBES começou sua fala dirigindo-se ao público com o Atlas de capa amarela nas mãos levantadas no ar. Disse: “Antes ninguém sabia quem nós éramos. Agora, está aqui. Agora nós existimos”.

O Atlas foi apresentado naquele momento como prova material da existência da Economia Solidária e possibilitou ver concretamente como funcionavam e onde estavam os empreendimentos. Sua tiragem de 2.000 exemplares deveria fazer chegar a todos os estados uma quantidade razoável de material para divulgação. Na TEIA, como havia pessoas de todos os estados do Brasil, cada delegação pôde levar uma caixa com os seus respectivos exemplares.

Quando o representante do FBES diz no lançamento do Atlas que “agora nós existimos” ele estava expressando a concretude que o Mapeamento, através dos seus números, mapas e gráficos dava à ES. Uma concretude que de alguma forma se constituiu como uma realidade em si, com as associações possíveis entre os dados suas interpretações. O sucesso do levantamento de dados, através da construção de um discurso mítico que o tratava como um processo coerente com os princípios da ES, era o elo que estabelecia a relação de verdade entre a realidade do dia-a-dia dos empreendimentos e as estatísticas. O poder de criar realidade foi expresso de maneira inequívoca.



Figura 1: Capa e contracapa do Atlas.

O livro amarelo conta com uma apresentação assinada pelo Ministro do Trabalho onde está presente o caráter épico da empreitada e onde se destaca a utilização pelo Estado:

Nesse processo, foram mobilizados cerca de duzentas entidades. Mais de setecentos entrevistadores das universidades e militantes sociais visitaram quinze mil empreendimentos econômicos solidários buscando informações sobre sua trajetória, sua atividade econômica, sua forma de gestão, suas dificuldades e principais demandas. São informações fundamentais para demonstrar as potencialidades da economia solidária, bem como a necessidade de ampliação da ação do Estado para superar gargalos e dificuldades. (MTE, 2006)

Logo depois, no mesmo texto destaca a utilização dos dados pelos próprios pesquisados:

Mas, fundamentalmente, será um instrumento para que os próprios empreendimentos solidários possam estabelecer entre eles laços econômicos, com a constituição de redes, cadeias produtivas e outras estratégias comuns de acesso ao mercado, insumos, crédito, assistência técnica etc. (MTE, 2006)

A publicação está dividida em três partes. A primeira delas se chama: “Metodologia e conceitos”, onde estão descritos de forma sucinta os conceitos utilizados pelo

SIES e a forma como a pesquisa foi organizada. É destacada, através de uma representação gráfica de um quebra-cabeças, os quatro aspectos que caracterizam a Economia Solidária:

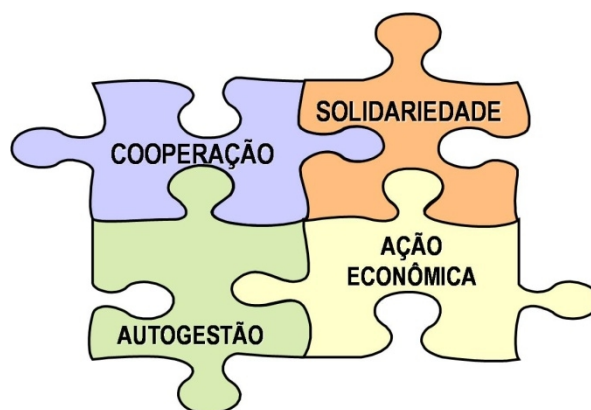


Figura 2 – Diagrama sobre as quatro dimensões da ES, que ilustra o Atlas.

Também está presente a representação do que seria o chamado “Campo da Economia Solidária no Brasil”:



FIGU

Figura 3 –Diagrama que representa o “campo da ES”, que ilustra o Atlas da Economia Solidária.

A principal idéia nesta figura foi construir um diagrama que não sugerisse qualquer tipo de hierarquia, destacando as relações entre os diversos elementos muitas pessoas acharam o diagrama confuso e ele foi mudado na versão atual do Atlas, que inclui os dados de 2007.

Apesar de o Atlas estar dirigido a um público maior que apenas os agentes da ES, o que vemos no diagrama é que ele só pode ser entendido por pessoas que conheçam este mundo. As siglas sem qualquer menção ao seu significado e as expressões que estão presentes apenas no diagrama e não estão explicadas no texto. Dar nome a todas estas organizações só faz sentido para aqueles que fazem parte deste mundo. De fato ninguém que conheça a ES é capaz de entender o diagrama, mas ele está presente para atender a uma exigência que também só faz sentido para os agentes deste mundo: reconhecer o peso e a importância de algumas entidades e mostrar os vínculos entre elas.

De qualquer forma ele é eloquente no que diz respeito a mostrar a preocupação em não apresentar o “campo” como um espaço de subordinação. Além disso, a complexidade visual mostra que as relações no mundo da ES não são organizadas entre elementos discretos e com conexões simples entre instâncias de representação ou mútuos pertencimentos.

O que sim podemos ver é a mistura de diversas formas de classificação da ES, marcadas pela distinção sempre presente entre movimento, Estado e assessorias. Além disso, os empreendimentos aparecem de forma destacada e associados ao FBES. De fato o Mapeamento cria os empreendimentos como algo que pode ser externo ao movimento, o que antes não era possível.

A segunda e maior parte do Atlas está dedicada às informações sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários. O título já sugeria: a apresentação dos dados na publicação se deu principalmente por meio de mapas.

Nos mapas estão marcados os contornos de cada estado. As informações são representadas através do preenchimento com cores das áreas contidas nos perímetros dos municípios. Elas se referem sempre ao número de EES que possui tal característica naquele município. Em alguns deles uma gradação nos tons das cores representa diferentes densidades de EES. Em outros, uma única cor marca os municípios onde existe algum EES com aquela característica.

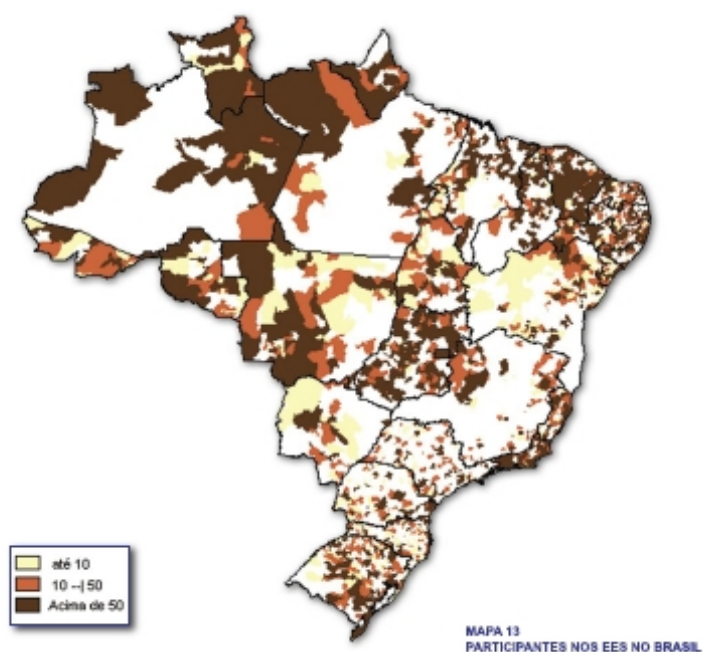


Figura 4 - Exemplo de mapa com gradação de cores.

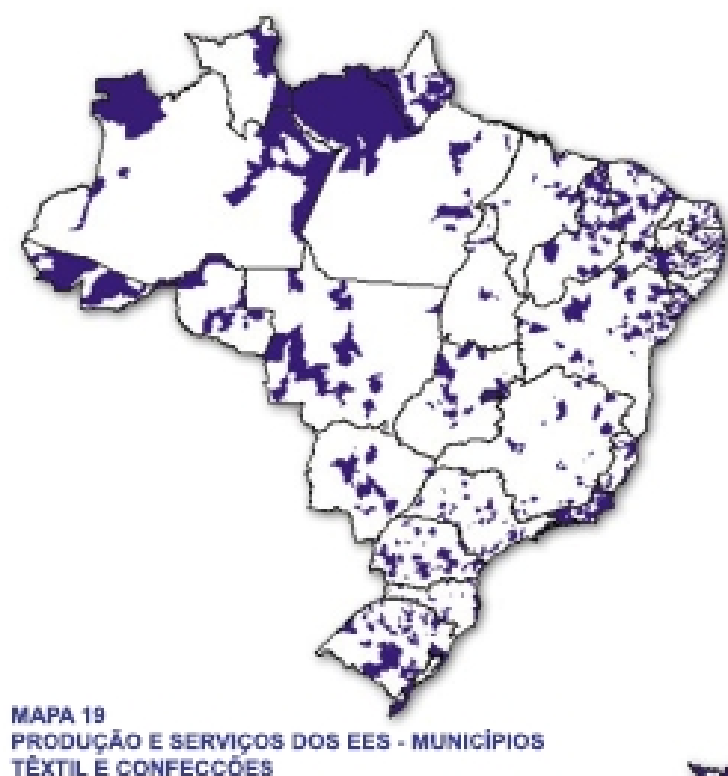


Figura 5 - Exemplo de mapa marcando municípios onde há algum EES com a característica apontada.

São 26 mapas do Brasil e alguns das regiões geográficas do país, seguindo o mesmo padrão de cores marcando os municípios.

Algumas outras informações estão apresentadas na forma de tabelas e gráficos. A maioria deles apresenta os dados por região. Todos os gráficos e mapas são acompanhados por pequenos textos em que se explica cada um deles e onde os percentuais dos gráficos de barra são explicitados.

12. Remuneração

Dos 14.954 empreendimentos 8.870 (59,3%) informaram a remuneração dos sócios. Deste total, 50% apresentam remuneração com valor até meio salário mínimo (SM). Em 26,1%, a remuneração é de meio a um SM, totalizando 76,1%. Este dado deve ser compreendido à luz das motivações que originaram os EES, pois para muitos empreendimentos a razão de sua existência está na possibilidade de complementação de renda dos associados.

Considerando a situação regional, a região Sul apresenta uma participação proporcionalmente menor em relação à média nacional nas faixas inferiores de renda, diferentemente da região Nordeste, onde a participação está acima da média nacional.

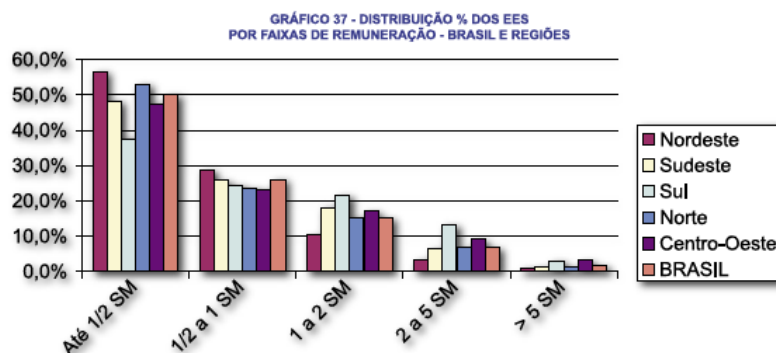


Figura 6 - Exemplo da forma de apresentação dos gráficos com texto explicativo. No gráfico, as informações estão apresentadas por região.

5.3. Desconfiança: visibilidade e invisibilidade das mulheres

Mas, uma informação gerada pelo mapeamento foi posta em dúvida. O número de homens na Economia Solidária era superior ao número de mulheres. Este dado, para muitos, confrontava as evidências empíricas de que dispunham: a participação feminina em encontros, plenárias e reuniões de fóruns. Nos espaços do movimento sempre havia mais mulheres que homens. De fato eu compartilhava essa impressão. Em todos estes anos participando dos eventos da ES nunca estive em algum encontro em que houvesse maioria de homens.

Houve outros números que causaram surpresa, mas dos quais não houve desconfiança. Por exemplo, descobriu-se uma quantidade superior de empreendimentos rurais que urbanos, quando a impressão geral – também gerada pela participação nos espaços do movimento – é que a ES no Brasil era bastante urbana. Mas esta surpresa foi logo explicada

pela concentração dos fóruns nas capitais, pela dificuldade maior de deslocamento destes trabalhadores para os encontros. Aceitou-se então que o mapeamento mostrava algo que em geral não era percebido. Permitiu-se neste caso que os dados estatísticos interpelassem a observação das pessoas.

Mas no caso dos dados sobre as mulheres não foi assim. Na apresentação que fiz dos dados do Rio – que mostravam também que existiam mais homens que mulheres nos EES – uma trabalhadora chegou a dizer sobre o dado: “Tem alguma coisa errada aí. Não é possível. A gente só vê mulher nas reuniões. Tem que ver isso.”

Eu mesma já tinha me surpreendido com o dado quando estava preparando a apresentação e previ que haveria reações. Por isso mesmo já fiz alguns cruzamentos e levantei hipóteses que “explicariam” os dados.

Vale lembrar que em nenhum momento ouvi contestações sobre o Mapeamento no geral e o acaso dos dados sobre as mulheres nunca serviu de argumento para uma desconfiança das estatísticas como um todo.

Existem alguns motivos pelos quais esta informação em particular foi sujeita a contestação. O tema do “gênero”, como é tratada a questão das supostas desigualdades entre homens e mulheres, é muito caro ao mundo da ES. O movimento de mulheres vem logrando inserir sua agenda em vários espaços políticos. Todos os importantes movimentos sociais possuem trabalhos, grupos e / ou textos específicos sobre as mulheres, o que não é diferente no caso da ES. O tema não apenas foi imposto na agenda explícita das organizações populares e progressistas, como tornou-se incontestável a necessidade da explicitação.

Um exemplo é o uso nos textos das variações femininas junto a todas as expressões cuja indeterminação do sujeito ou o plural são, pelas regras gramaticais, leva ao uso do masculino: “trabalhadores e trabalhadoras” e, vez de apenas “trabalhadores”, “os homens e as mulheres” em vez de “o homem” (no sentido referente a humanidade). Os cumprimentos

sempre são: “Bom dia a todos e todas!”. Como mostra a última expressão, a palavra todos deixa de dizer respeito às mulheres por ser no masculino. Esse costume é generalizado no mundo da ES e das ONGs e não deixa de ser objeto de piada. Um agente, num encontro começou sua fala assim: “Todo mundo e toda munda!”, em clara referência a uma certa obsessão por evitar “excluir” as mulheres.

A idéia de que as mulheres são sempre excluídas, inclusive no que diz respeito às próprias regras gramaticais, permite que se coloque sempre em dúvida aquilo que é falado sobre elas. Um dado que tornasse as mulheres invisíveis seria “apenas mais uma” entre outras formas de colocar as mulheres de fora. A legitimidade conquistada pela agenda do movimento de mulheres ao lado da legitimidade do seu discurso sobre a invisibilidade foram questões que permitiram duvidar do dado sobre a maioria masculina.⁴⁴

Além disso, existem muitas representações no mundo da ES sobre a relação entre o resgate da economia como o cuidado da casa com o feminino. Toda a associação das mulheres com o altruísmo ligado à dedicação à família também está presente nas idéias de solidariedade.

Existem trabalhos que mostram que as mulheres, no caso do desemprego são mais propícias a encontrar soluções e desenvolver atividades coletivas. Segundo pesquisadores argentinos que observaram o comportamento dos trabalhadores (e trabalhadoras) depois da chamada crise em 2001, os homens ficam mais suscetíveis a se sentirem inúteis e diminuídos quando estão desempregados, por causa da associação entre a masculinidade e a manutenção da casa. Por seu lado, as mulheres teriam maior senso da urgência em agir – porque são as responsáveis diretas pelo cuidado de crianças, velhos e doentes – além de não se sentirem envergonhadas por não terem emprego. Mais um motivo que aumentaria a propensão das

⁴⁴ Laura Masson mostra como a idéia de “invisibilidade” das mulheres está presente nas representações dos movimentos feministas que estudados por ela (MASSON, 2007, p.93-111).

mulheres a se engajarem em iniciativas alternativas ao emprego é a sua menor mobilidade física em relação aos homens, mais uma vez pela vinculação com a maternidade e o cuidado.

A maioria dos entrevistadores no Rio de Janeiro era de mulheres. Constituindo a maioria dos missionários do Mapeamento, a questão era relevante para elas. Se estes entrevistadores eram os principais porta-vozes do Mapeamento como missão heróica e que estabeleciam a relação entre a realidade e os questionários, a sua contestação estava baseada num argumento de autoridade, por terem sido os responsáveis por recolher os dados que eram agora apresentados.

Uma das hipóteses levantadas era que nos grandes empreendimentos rurais em geral os homens seriam os associados à cooperativa ou associação. Apesar de o trabalho produtivo ser basicamente familiar, as mulheres não são consideradas sócias. Outra hipótese é que existem grandes empreendimentos (geralmente fábricas recuperadas) em que o trabalho exercido é tradicionalmente masculino, de forma que somando-se todos os seus trabalhadores, estes puxariam o número de homens para cima. As informações do Mapeamento pareciam reforçar esta hipótese na medida em que, na maioria dos empreendimentos há maioria de mulheres e cada um dos pequenos contribui com poucas pessoas para o somatório geral. Isso explicaria o maior número de mulheres nos encontros, já que normalmente a participação se dá através de um representante de cada EES.⁴⁵

Se as explicações e hipóteses levantadas foram suficientes para arrefecer os ânimos quanto a esta inconsistência aparente, criou-se sobre o Mapeamento a idéia que existia uma “questão das mulheres”, que precisava ser resolvida. Em todas as apresentações que vi dos dados, a questão era tratada com relevo e, em geral, comentada pela platéia.

Muito do que permitiu a desconfiança em relação aos dados sobre homens e mulheres no Mapeamento também possibilitou que se produzisse explicações aceitáveis, o que significava não colocar em risco a confiança nos dados como um todo. O “erro” não

⁴⁵ Ver na apresentação (Anexo 5) os últimos gráficos e textos.

estava propriamente na contagem, mas na forma como os próprios trabalhadores entendem o que é ser “associado” – no caso dos empreendimentos rurais – e num viés que era devido à representação nos encontros. Estas explicações só podem ser admitidas porque supõem a mesma idéia que permite que a “questão de gênero” seja dificilmente contestada: as mulheres são socialmente invisíveis e isso está presente em todos os lugares (inclusive nos empreendimentos).

Existem duas maneiras de interpretar os números que contestam a realidade (ou o conhecimento empírico que as pessoas julgam ter sobre ela, o que aqui, dá no mesmo). A primeira é a surpresa. Ou seja, os dados mostram que o que se pensava, na verdade não era bem daquele jeito. Surpreender-se com o número significa admitir que a sua força é maior do que a idéia que se tinha. Por exemplo: que a ES esteja mais presente no campo que nas cidades é passível de ser aceito como um dado que contesta as idéias que se tinha antes. É aceitável e é fácil entender porque se pensava errado antes.

A outra forma de interpretar é desconfiar do próprio dado. Quando não cabe a surpresa é porque cabe contestação a uma tal idéia. Os dados é que passam a ser defeituosos. E eles não contaminam toda a estatística porque seus próprios instrumentos são capazes de explicar.

Neste caso as explicações sobre o “erro” se dão a partir do próprio Mapeamento e dos dados. Primeiramente, uma especialista – mulher, o que aumenta o valor dos argumentos – admite que existe uma coisa a ser explicada, um problema e busca as razões. Em segundo lugar, as explicações se dão a partir dos próprios dados do Mapeamento, o que o legitima como um todo.

Foi para responder em parte a “questão da mulheres” que se elaborou, para o novo questionário a ser aplicado em 2009 e 2010 um complemento sobre a participação feminina nos EES.

5.4. O SIES como arena de luta: velho conceito, novas demandas

A proliferação dos dados e sua apropriação em diversos espaços do movimento, da academia e do Estado criaram novas “necessidades” de conhecimento, novas informações e “correção” em outros. Tratarei aqui de algumas modificações realizadas nos instrumentos de pesquisa que mostram sentidos diversos assumidos pelos dados e os “defeitos” admitidos nas informações geradas.⁴⁶

Com a disponibilidade dos resultados do Mapeamento a CGN começou uma revisão, baseada nos debates, críticas e opiniões geradas a partir da publicização dos dados. As estatísticas sobre a ES tinham atingido um grau de aceitação grande, mas ainda havia desconfianças e defeitos.

A Comissão Gestora Nacional foi o lugar em que se empreendeu um verdadeiro balanço dos efeitos de criação de realidade do Mapeamento. Houve reuniões onde se avaliou o SIES, para que se pudesse ajustar as ações seguintes em relação à construção de conhecimento sobre a ES.

A primeira coisa que se colocou em discussão foi o próprio conceito de EES. Ainda havia críticas sobre a violência redutora que significava aquela definição, mas colocada em termos diferentes daqueles de anteriores ao levantamento. Embora não representasse riscos de colocar o Mapeamento como um todo em dúvida, os membros da CGN consideraram que era preciso repensá-lo. O que ocorreu quando se sugeriu reavaliar o conceito era na verdade uma necessidade política de reafirmá-lo, reconhecida principalmente pelos profissionais da Senaes.

Uma das armas usadas numa disputa política que teve como palco a IV Plenária foi a tentativa de contestar os conceitos utilizados pelos SIES como forma de contestar a

⁴⁶ Os novos instrumentos de pesquisa serão utilizados no terceiro levantamento com a aplicação destes questionários junto a todos os EES já “mapeados” e a mais alguns milhares, previstos nas metas de ampliação da base de dados do SIES. Mais detalhes no já citado Anexo 2 da tese: Histórico do SIES.

legitimidade da própria Secretaria. A tentativa era fazer com que o conceito de empreendimento utilizado pelo movimento fosse diferente daquele usado pelo Mapeamento. Isso estabeleceria uma cisão grave na medida em que existiriam duas idéias distintas e concorrentes sobre o elemento central das representações no mundo da ES. Mesmo que isso não tenha ocorrido, os profissionais da Senaes e depois toda a CGN consideraram que deveriam responder à ameaça.

Houve debates sobre as possíveis implicações na exclusão de empreendimentos que não atendiam aos critérios do SIES e também à inclusão de alguns que claramente não pertenciam à ES. A posição da maioria dos membros da CGN esteve bem de acordo com a postura inclusiva que marcou toda a elaboração do SIES: se alguma modificação deveria ser feita, seria para incluir mais empreendimentos, e não excluir. A partir desta idéia a conclusão foi de que seria um erro tornar o conceito ainda mais amplo, já que ele daria conta de quase a totalidade dos tipos existentes e que já era amplo suficiente.

Foi uma decisão explícita e discutida na CGN a manutenção do conceito de EES tal qual fora utilizado até aquele momento e ele deveria ser parâmetro para os levantamentos seguintes. A CGN e a Senaes mostravam desta forma a sua força e respondiam às tentativas de contestação sobre sua capacidade de gerar conceitos e decidir sobre eles.

Mas outras decisões estiveram relacionadas a responder a outro tipo de agente e espaço. A pesquisa participativa implicava que as críticas e sugestões que vinham das pessoas que participaram da aplicação do questionário fossem ouvidas e incorporadas. Elas eram vistas pelos membros da CGN como questões a que se deveria dar atenção e que não incorporá-las poderia trazer riscos para a continuidade do Mapeamento.

Num extenso relatório sobre a aplicação dos questionários – chamado de “relatório metodológico” – havia uma tabela em que estavam todas as sugestões vindas

através dos estados sobre as modificações no questionário. A avaliação geral era de que ele era muito longo. Mas por outro lado a maioria das propostas era de inclusão de mais questões.

Uma boa parte das sugestões estava relacionada à necessidade de inclusão de formas de identificar o trabalho nos empreendimentos a partir de “raça”, “gênero” e “comunidades tradicionais”. Havia críticas nos relatórios estaduais que diziam que o Mapeamento “não tinha dado conta” delas.

A insistência na inclusão deste tipo de questão no instrumento de coleta de dados demonstra como o Mapeamento foi incorporado pelos agentes da ES e como foi considerada uma plataforma de afirmação neste mundo e de divulgação. A sua capacidade de fazer existir estava comprovada em relação aos empreendimentos e era demandada por outros tipos de grupos, como as organizações do movimento feminino e do movimento negro.

O novo questionário conta com um “complemento” que deverá ser aplicado a todos os empreendimentos em que trabalhem mulheres e que trata especificamente do trabalho feminino. Questões sobre a participação feminina nos cargos de coordenação também foram incluídas.

Outras perguntas consideradas como de “identidade dos trabalhadores”, como a identificação do perfil racial / de cor, o pertencimento a grupos indígenas e outras “comunidades tradicionais” fazem parte agora do conjunto de informações sobre os empreendimentos de economia solidária.

Conclusão – “Economia Solidária é jaboticaba”

As apresentação dos dados de Mapeamento revelam a relação entre representações existentes no mundo da ES e a nova realidade criada pela quantificação, pela produção de números públicos e pela objetivação da representação gráfica.

A transformação das informações recolhidas através dos questionários e das entrevistas em dados se dá com a produção de representações gráficas que sugerem a existência da ES como uma totalidade ordenada e o pertencimento dos EES a um universo coerente. As hierarquias presentes no questionário são reforçadas e outras são criadas, a partir das respostas dadas pelos entrevistados. A representação dos resultados na forma de gráficos, mapas e textos afirma princípios de ordenamento já presentes nos instrumentos de coleta e cria outros.

Os números considerados relevantes no Mapeamento não são apenas aqueles que dizem respeito aos empreendimentos. Aqueles que atestam a epopéia heróica de mapear têm relevância na criação de confiança. Mostrei no capítulo anterior como os membros da Equipe técnica passam a se ver como pessoas transformadas depois do Mapeamento. Aqui mostro como os dados tornam esta mudança uma mudança pública. Ao mesmo tempo em que se apresentam os gráficos sobre os empreendimentos, se apresenta os dados sobre a missão de mapear.

A forma como os objetos são produzidos é uma questão importante no mundo da ES. Os objetos carregam em si a história das relações em que foram construídos e usá-los significa entrar ativamente naquela cadeia. Este é um dos princípios do comércio justo e do consumo consciente. Da mesma forma, a história de produção das estatísticas sobre a ES é relevante e legitima os dados. O Mapeamento é um produto da Economia Solidária porque foi feito segundo princípios de horizontalidade e participação. Ele então pode ser “usado”.

O uso das representações de tipo cartográfico está relacionado à própria idéia de identificar no espaço, sugerido pelo termo “mapear”. A forma privilegiada de apresentar as estatísticas é através de mapas do Brasil coloridos considerando-se diversos tipos de fronteiras. A mais significativa é a que contorna a representação do território brasileiro, criando fora dela um vazio que sequer diferencia terra ou mar.

As outras fronteiras são as das regiões. Esta divisão tem uma força simbólica significativa no Brasil, sendo que cada uma das regiões carrega representações e estigmas sobre seu povo, sua economia e sua cultura. Não é diferente no mundo da ES.

Os municípios são as menores unidades reconhecidas nos mapas do SIES, mas são apresentados de maneira indistinta, oferecendo seu território representado como lugar dos empreendimentos. Nenhum nome de cidade aparece no Atlas, sequer qualquer referência a informações neste nível.

A representação cartográfica, porém tem uma história mais antiga no mundo da ES e nem sempre funcionam da mesma maneira. Os mapas-logo, na expressão de Benedict Anderson (2008) estão presentes no mundo iconográfico da ES antes de se falar em Mapeamento. Na capa do documento “Do FSM ao FBES” está representado o contorno do mapa do Brasil formado por pessoas de mãos dadas, que é de uma só fronteira.

Já os mapa-logo da capa do Atlas está recheado de fotografias. Os mapas de dentro mostram a detalhes, cores, matizes dentro e mostram como a ES colore todos os cantos, deste desenho, que parece mostrar o país de cima.

Se existem mapas-logo que representam relações diferentes com o dentro-fora das fronteiras, esta idéia parece estar associada a duas noções distintas sobre a relação com a noção de país. Uma delas estabelece uma identidade a partir da diferenciação com o que está fora e a outra estabelece uma identidade a partir da soma do que está dentro.

No mundo da ES estas duas noções estão associadas respectivamente à expressão “brasileiro / a” e “nacional”, cujo uso está ligado a que tipo de idéia cada uma delas se opõe. Como mostro a seguir, o termo “brasileiro” se opõe a “mundial” e seus equivalentes e o termo “nacional” se opõe a “regional”, “estadual”, “municipal” ou local.

A designação “brasileiro” que marco o grupo (GT) que foi o germe da criação do Fórum (também “Brasileiro”) estava colocada em contraposição à dimensão mundial do FSM,

espaço no qual foi criado e deu seus primeiros passos. A partir do final de 2002 a referência passa a ser o termo “nacional”. Esta mudança está relacionada principalmente às escalas de referência do “movimento” que passa não mais a indicar que era uma parte específica de uma iniciativa global, mas a mostrar que é agregadora de diversas unidades: os estados e municípios.

A mudança de uma referência de pertencimento a uma realidade mais ampla para a identificação como uma instância agregadora está relacionada à relação com o Estado a partir do Governo Lula. A primeira plenária é chamada de “I Plenária Brasileira de Economia Solidária”. A terceira é chamada de “III Plenária Nacional de Economia Solidária”. O termo “nacional” traz consigo a idéia federativa. Nacional não é apenas aquilo que está referido à nação, mas que representa a soma das unidades federativas e está contraposto a “estadual”, “regional” e “municipal”.

A organização a partir das diferentes unidades administrativas está relacionada à forma como se construiu o “movimento” na relação com o Estado. Como mostra Jorge Pantaleón na sua tese de doutorado (PANTALEÓN, 1997), a relação entre diferentes escalas administrativas e sua construção são formas de estabelecer hierarquias e o alcance do poder de certos grupos ou pessoas.

Como Benedict Anderson (ANDERSON, 2008) mostra, os mapas, quando estabelecem fronteiras, permitem que cada unidade delimitada possa ser vista como algo em si mesmo. No caso do Mapeamento permite que unidades possam ser comparadas.

Um dos usos que se fez dos dados do mapeamento foi o de estabelecer o número de delegados por estado que deveriam participar da Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em 2006. Tratava-se de uma reunião convocada pelo governo e, portanto, seguia a lógica da divisão administrativa. A IV Plenária Nacional também usou os dados do SIES como critério para definir quantas pessoas viriam representando a ES de cada estado.

Para a organização desta Plenária se realizou uma “Caravana” que percorreu as regiões brasileiras para organizar a participação na etapa nacional. Utilizou-se um grande tecido onde estava desenhado o contorno do mapa do Brasil com as fronteiras entre as regiões marcadas. Em cada uma que era visitada os participantes eram convidados a inserir informação no mapa, gerando um grande painel multicolorido que representava a preparação para a Plenária.



Foto 8: Mapa produzido durante a Caravana de preparação para a IV Planária. Foto realizada durante a IV Planária Nacional de Economia Solidária.

A profusão de mapas sugere uma forte relação com a noção de país. A referência ao pioneirismo brasileiro em diversas áreas como a incubação, a organização de um fórum de âmbito nacional e o próprio mapeamento sugerem um sentimento de orgulho. A Senaes, uma instância do governo federal, contribui fortemente com a nacionalização e federalização da ES.

Paul Singer disse na Conferência Nacional de Economia Solidária: “Economia Solidária é jaboticaba. É brasileira.” A representação da fruta nativa, da ligação com o solo sugere uma ligação natural entre a ES e o Brasil.

A pesquisa em si – o trabalho de campo de realização das entrevistas e preenchimento dos questionários – passa então a ocupar o papel de legitimação dos dados quando é apresentada como tendo sido capaz de estabelecer relações consideradas verdadeiras entre a realidade e as estatísticas. No caso do Mapeamento, como vimos, isso passou tanto pela presença de especialistas acadêmicos, quanto pela relação com as estatísticas oficiais e, principalmente pela coerência reconhecida entre a forma de fazer a pesquisa e os valores compartilhados no mundo da ES.

Na produção dos dados, o objetivo explícito é conhecer uma realidade concreta. O esforço na criação da estatística é o de estabelecer relações confiáveis e legítimas entre esta realidade concreta, que é suposta, porque ainda não é conhecida, e sua representação estatística. São acionados aí mecanismos e dinâmicas de legitimação da relação entre a realidade concreta e a estatística. Tanto mais estes mecanismos conseguem se apresentar como legítimos para as pessoas, quanto maior é o reconhecimento desta relação (realidade concreta / estatística) como verdadeira. O acordo sobre a verdade desta relação permite que a estatística seja uma forma de falar aceitável, se tornando ela própria um outro tipo de realidade, cujos elementos e a relação entre eles formam um novo conjunto capaz de interpelar inclusive a realidade concreta.

Dinamicamente este conjunto é aceito como língua franca quanto maior é a verdade de sua relação com a realidade concreta suposta e quanto maior ela é, tanto mais independente ela se torna da realidade a ponto de poder confrontá-la.

Se vemos desta forma, abandonamos qualquer possibilidade de interpelar as estatísticas como engano (inocência ou malícia), porque este argumento supõe a existência de

uma realidade imune à interpretação e à representação simbólica. Vista como processo social, a produção das estatísticas só pode ter uma verdade, que é aquela reconhecida pelos agentes sobre a relação entre realidades de diferente natureza, que fazem com que elas – estatísticas – sejam uma forma possível de falar sobre o mundo.

Nas palavras de Thevénot:

O código é feito para corresponder a outros códigos e o registro estatístico deve então ser encarado não como uma codificação da realidade, mas antes como um estabelecimento de relação de um código estatístico com outros tipos de código (THEVÉNOT *in* BESSON [ORG.], 1995, p.153-154)

A estatística é uma linguagem do Estado, como mostram diversos autores. O que o SIES permite compreender é que a estatística também é uma forma de falar no Estado. Entendidas a duplicidade, do Estado como agente e do Estado como espaço de relações e disputas, o que se pode perceber é que estatística é uma forma de se demandar reconhecimento do Estado como agente e de disputar recursos dentro dele.

O que o SIES mostra é que quando olhamos para os processos sociais através da prática dos agentes percebemos que tanto o Estado como o movimento social estão longe de constituírem atores homogêneos, unidades discretas e com fronteiras claras entre elas. As transformações ocorridas com a quantificação foram fruto de disputas e concorrências sobre o sentido da ES. Da mesma forma, a existência das estatísticas criou nova arena de lutas.

CONCLUSÃO

Procurei mostrar nestas páginas de que forma todo um universo de pessoas vive tendo em comum acreditarem que a economia pode ser solidária. A partir de suas práticas é possível compreender como esta crença pode significar coisas diferentes para cada uma delas, o que permite que, por outro lado, compartilhem espaços, vocabulários, formas de agir e pensar.

A Economia Solidária existe de diversas formas. Uma delas é como uma prática definida como econômica, em que se reconhece a existência de relações de cooperação e formas democráticas de tomada de decisão que a tornam diferente da economia capitalista. Estas formas de se relacionar dizem respeito principalmente aos trabalhadores dos empreendimentos, mas também a outras pessoas e no limite à toda a humanidade.

Se reconhece como sujeitos da economia praticada de forma solidária aqueles que são chamados de trabalhadores da ES ou, mais comumente, de empreendimentos. O uso metonímico da palavra para falar de pessoas com uma expressão que designa um lugar oferece pistas para compreender como é pensada a relação entre a economia e a política.

A solidariedade seria uma forma de combater o egoísmo, associado à exploração e à acumulação capitalista. Assim, a ES também é uma causa a ser defendida e para isso se organiza em movimento. Nos espaços deste, como os fóruns, reuniões e encontros, os empreendimentos são considerados os mais legítimos porta-vozes da causa, porque trazem em si os princípios dessa nova economia. E é por isso que a solidariedade que eles praticam deve também ser um valor na política.

A ES também passou a ser um assunto de Estado. Podendo ser vista como uma política social que permite a inclusão dos pobres, ela existe como um conjunto de conhecimentos gerados numa nova linguagem sobre a ES, que é a da estatística.

Este mundo, que não possui fronteiras rígidas e que existe em níveis distintos de realidade, apresenta-se em lugares tão diversos quanto uma cooperativa de costureiras ou o gabinete do Ministério do Trabalho. Ele foi estudado nesta tese de forma que suas próprias dinâmicas fossem condutoras da construção de um olhar sobre ele.

Tratei na primeira parte desta tese de um processo que chamei de incorporação, que foi o que ocorreu durante os anos em que convivi com a ES e em cuja experiência este trabalho está baseado. Desde a primeira vez que me colocaram nas mãos o livro de Paul Singer *Introdução à Economia Solidária* até a escrita desta tese, a Economia Solidária não é mais a mesma e tampouco a estudante que iniciava seu trabalho de campo é hoje a mesma pessoa. Num mundo constantemente em transformação, me deixei levar pelo seu próprio movimento.

Em termos gerais, a incorporação mostra três questões em relação ao lugar a partir de onde construí meu olhar. A primeira delas é que ao mesmo tempo que “entrei” num universo social, este também passou a fazer parte de mim. Esta visão significa romper com qualquer lógica dicotômica que vê o trabalho do antropólogo em termos de eu / eles. As fronteiras neste caso, são antes de tudo onde se dá a interpretação, onde se constrói propriamente o conhecimento e a partir de onde se constrói o antropólogo como parte do mundo que estuda.

Esta situação de fronteiras pôde ser bem tratada quando mostrei como a minha dissertação de mestrado se transformou de um objeto que fazia sentido no universo particular da academia, em outro objeto, cujo sentido dizia respeito a uma troca que me colocou à “serviço do movimento”.

A segunda questão é que aquilo que hoje foi possível construir de forma organizada e clara como texto, foi vivido por mim como cotidiano, sendo que as situações

mais significativas, de que tratei neste trabalho, foram aquelas experimentadas de forma mais surpreendente e inesperada.

A terceira questão trata do lugar da “participação” na ES, que faz com que não exista a possibilidade de um observador de fora. Participar não é opcional. A questão não é que seja difícil ou que tenha implicações negativas para a pesquisa ou qualquer coisa do gênero. Este é um lugar impensável. Quando comecei a ir a encontros em reuniões e também a dançar, dar a minha opinião ou ser relatora, não estava seguindo os conselhos de Malinowski, que recomenda “ao etnógrafo que de vez em quando deixe de lado a máquina fotográfica, lápis e caderno, e participe pessoalmente do que está acontecendo” (MALINOWSKI, 1976, p.35). Aceitar participar foi perceber uma característica fundamental deste mundo. Além disso, só o inteiro “abandono” ao trabalho de campo – como escreve Wacquant (2002, p.28)– permitiu ter acesso às pessoas, ao que pensam e como agem fora de situações – como uma entrevista a um forasteira – em que se colocariam mais da forma como gostariam de ser vistos do que qualquer outra. A ética política da ES, por exemplo, tem grande reprovação aos conflitos abertos, por isso, dificilmente poderia enxergá-los se não estivesse participando de corpo e alma. Refletir sobre o processo de incorporação permitiu pensar meu lugar e possibilitou perceber uma série de características deste mundo, como mostrei na primeira parte da tese.

No primeiro capítulo mostrei a centralidade da classificação das pessoas nos três “segmentos” nos espaços do movimento. As três categorias – empreendimento, assessoria e gestor público – são carregadas simbolicamente e determinam expectativas sobre o comportamento dos agentes, a partir das quais suas práticas são julgadas. Outra noção central é a de “representação”, segundo a qual as pessoas só existem como parte de um coletivo – entidade, grupo, empreendimento – que se considera que fala por meio dela. O caráter

também performático da representação, se revela através das falas e ações das pessoas nos encontros.

Também no capítulo 1 pude mostrar alguns elementos sobre os encontros e reuniões da ES. As dinâmicas de grupo destinam-se a criar coesão e afastar o conflito, ajudam a estabelecer um vocabulário comum e estabelecem de forma ritualizada quais são as diferenças consideradas aceitáveis e quais não são. Elas são técnicas sobre as quais existe uma extensa bibliografia, mas os agentes da ES negam ter qualquer conhecimento sistemático sobre o assunto. Ao que parece esta atitude indica duas questões. Uma delas é negar a posse de conhecimentos especiais e a outra é evitar uma desmágicação destes momentos quase religiosos. A organização dos trabalhos em grupo, com os diversos papéis que o compõem, como o “facilitador” e o “relator”, revelam todo um aparato pedagógico.

No segundo capítulo trato de outro momento da incorporação, que foi o da profissionalização e da transformação em militante. Este processo envolveu uma transformação no sentido da “pesquisa”. Se no início da minha participação o que dava sentido à minhas ações eram as minhas questões acadêmicas, depois me tornei outro tipo de pesquisadora, daquelas que “serve” ao movimento, que não recebe bolsa, mas salário, que pertence a uma organização e não à universidade.

As transformações que ocorreram no meu lugar, desde uma posição considerada pelos agentes como meio ridícula de “anotadora” até ser reconhecida como “militante” mostram os sentidos associados aqui ao dinheiro. Num primeiro momento havia desconhecimento (ou desinteresse) sobre “do que” eu vivia. Quando “viver da ES” passou a envolver a remuneração do meu trabalho, meu pertencimento foi reforçado pelos laços de compromisso (o contrato) dos quais o dinheiro faz parte, mas também colocou a possibilidade de que se considere que é uma relação interessada.

Também neste segundo capítulo do trabalho mostrei como a categoria “militante” está ligada a noções sobre aquilo que se faz por obrigação e aquilo que é demonstração de compromisso, como sacrifício físico e o esforço não remunerado. Fui reconhecida como militante porque provei que tinha em mim (incorporados) os valores da ES.

Na segunda parte da tese tratei da construção estatística da ES, olhando para os mais variados agentes, lugares e objetos envolvidos neste processo. Em cada um dos três capítulos mostrei a partir de perspectivas diferentes os sentidos da produção de números (quantificação) e da objectivação em gráficos e mapas no mundo da ES.

A formação de um GT com a participação de pessoas com características sociais particulares (inclusive o pertencimento a organizações, desde redes universitárias e ONGs a entidade representativas de empreendimentos) permitiu a construção do Mapeamento da Economia Solidária como uma pesquisa participativa ao mesmo tempo que articulava diferentes capitais e lógicas distintas, para a construção de estatísticas que tivessem sentido em diferentes universos. Os saberes acadêmicos, a experiência e o saber-fazer estatal e os valores do movimento se conjugavam, num espaço em que se definiram as bases conceituais e instrumentais para o Sistema de Informações em Economia Solidária.

Mostro no terceiro capítulo como o conceito de “Empreendimento Econômico Solidário” foi construído a partir de representações presentes no mundo da ES, articuladas à necessidade de objetivação para a realização de uma pesquisa nacional. O ele foi construído para que fosse um conceito “maxi-mini” segundo seus formuladores, que ao mesmo tempo oferecesse o mínimo de critérios para definição do objeto e permitisse dar conta do máximo de casos na ES. Com a estrutura das equipes estaduais que envolviam na sua maioria participantes dos fóruns, e eram responsáveis por determinar a partir da leitura do questionário se aquele empreendimento seria ou não incluído na base de dados, manteve-se o principal critério de reconhecimento que já existia na ES, que é o do movimento.

O questionário do Mapeamento por seu lado ofereceu uma forma de ordenamento dos empreendimentos que ao mesmo tempo foi uma tentativa de “traduzir” conceitos difusos da ES em questões de múltipla escolha, mas que também criou uma forma de organizar e dividir em distintas dimensões o empreendimento, sugerida pela organização e formato das perguntas.

Além dos questionários, outros elementos estiveram presentes no que se chamou de “metodologia do SIES”. No quarto capítulo mostrei como estes instrumentos e técnicas do Mapeamento foram postos em cena no cotidiano da pesquisa, começando por mostrar como ele foi construído como um processo “participativo”. Os critérios de escolha da equipe, a possibilidade de discutir remunerações e a exigência de transparência foram as formas de se fazer com que o Mapeamento fosse feito de acordo com os princípios de participação e democracia da ES. Também neste capítulo pude tratar dos questionários como objetos que circularam durante a “execução” do Mapeamento no Rio de Janeiro e de que forma os “caminhos” que percorriam mostravam uma parte da cadeia de transformações da estatística.

O questionário também foi um instrumento da pedagogia do Mapeamento. As equipes técnicas foram “capacitadas” para seu adequado preenchimento e ao mesmo tempo estes agentes eram ensinados sobre contabilidade, administração e também sobre a solidariedade.

É neste último sentido que os entrevistadores, ao realizar as entrevistas nos empreendimentos estão também levando uma boa notícia: vocês fazem parte da Economia Solidária! E esta é uma das dimensões da percepção do trabalho de pesquisa do Mapeamento como uma atividade que envolve ensinar, revelar e se sacrificar (porque os empreendimentos estão longe na maioria das vezes). Os membros da equipe técnica mostram que engajam muito mais do que seus saberes objetivos e o tempo pelo qual são remunerados. Envolvidos também com seus sentimentos, o que está em jogo é o próprio sentido da sua vida dedicada à

solidariedade. O caráter transcendente do que fazem e do que professam faz deles novas pessoas, pessoas solidárias, que cumprem uma missão.

A construção de uma narrativa mítica sobre o levantamento dos dados, apresentada na fala dos entrevistadores, mas também junto aos resultados do Mapeamento estabelece a relação entre a missão da pesquisa e a apresentação dos “resultados” do Mapeamento em forma de gráficos, números e mapas, de que tratei no capítulo 5.

Não apenas existiu um esforço heróico (e, portanto, existem heróis), mas a própria legitimidade dos dados está relacionada a terem sido produzidos segundo os princípios da participação e da democracia. Isso é demonstrado pela presença de números sobre a quantidades de pesquisadores, de municípios visitados e de empreendimentos “mapeados”, que são prova do desbravamento realizado com a aplicação dos questionários.

Os dados considerados como resultados do Mapeamento são apresentados publicamente através de representações como diagramas, tabelas, gráficos e mapas. Os diversos desenhos mostram um ordenamento particular, unidades discretas, hierarquias e totalidades. Mais uma vez a pedagogia estatística se mostra presente.

Os dados criam uma nova realidade que assume diferentes sentidos. Também no capítulo 5 mostro que os mapas fazem existir os empreendimentos, para outros justificam a sua própria posição de profissional no governo ou reforçam seu lugar de especialista na academia. A confiança, fundamental para a existência dos números públicos, é construída sobre diferentes bases: a política do movimento, o rigor das ciências e o poder instituidor do Estado. O uso das informações por um grande jornal do Rio de Janeiro mostra como as estatísticas permitiram que a ES fosse reconhecida como algo de interesse público, tratando-se de um assunto adequado à seção de “Economia”.

Houve dados sobre os quais agentes da ES lançaram dúvida. Eles tratavam do número de mulheres na ES e mostravam que havia mais homens trabalhando nos

empreendimentos. Para muitas pessoas o que sua própria experiência mostrava é que havia maioria feminina. A partir do que passou a ser chamado de “questão das mulheres” foram postas em evidência disputas sobre os números e as formas de construção de confiança.

Concluí a tese mostrando, a partir de avaliações feitas pela Comissão Gestora Nacional do SIES que pude observar sobre a pesquisa, que o mapeamento foi considerado no mundo da ES como um instrumento de reconhecimento dos empreendimentos e levantou a possibilidade de que outro tipo de ator político o reivindicasse como espaço de visibilidade – como o movimento negro e o movimento de mulheres. Além disso, seu principal conceito, o de Empreendimento Econômico Solidário foi desafiado em disputas políticas nas quais se pretendia colocar a legitimidade da própria Senaes em dúvida.

O que este trabalho mostra é que existem muitos sentidos possíveis para o que se considera economia. No mundo de que tratei, ela é um lugar de transformação e de resgate da boa natureza humana. Isso envolve uma ética particular que transborda para a política e a moralidade individual. Esta economia não seria o lugar do cálculo e do individualismo da procura do lucro, mas da cooperação, da democracia e da justiça.

Compreender a ES particularmente chamando atenção para os diferentes níveis de realidade e agentes que dela fazem parte contribui para o entendimento da economia como uma dimensão da vida social inseparável de todas as outras e na qual as motivações estão muito longe do cálculo racional. Além disso, permitindo perceber a construção da ES em diversos espaços, compreende-se a relação complexa entre a produção de teorias douradas, a condução de políticas estatais, a construção de movimentos sociais e as próprias práticas econômicas. A independência destes lugares e processos é apenas relativa e um não se faz sem o outro.

Por fim, o estudo da ES mostra que só a partir das trajetórias das pessoas e das suas práticas é possível compreender o mundo social. Qualquer visão da economia como

lugar do cálculo impessoal é desafiada pelo olhar etnográfico, que permite perceber a relação entre uma tese de doutorado, uma dança, o dinheiro, um anel, um gráfico o amor que se possa ter à própria profissão.

Além de tudo que pude construir como análise que se pretende propriamente antropológica, este trabalho me ensinou que esta disciplina pode ser sim uma profissão de generosidade calcada principalmente na humildade que ela pode ensinar quando permitimos que nossas certezas no pensar e no sentir podem ser desafiadas, não pelas grandes teorias, mas pela convivência com outras pessoas, tão pequenas ou grandiosas, tão egoístas ou altruístas como nós mesmos.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London: Verso, 1991.

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: APPADURAI (org). **The social Life of Things. Commodities incultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

BANKS, David J. From structure to History in Malaya. In: LAWLESS, Robert; SUTLIVE JR., Vinson; ZAMORA, Mario (ed). **Fieldwork: the human experience**. New York : Gordon and Breach, 1983.

BARROS, Guilherme. Ipea 'expurga' economistas divergentes. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 15 de Nov. 2007. Economia

BERTUCCI, Ademar de Andrade, SILVA, Roberto Marinho Alves da(org.). **Vinte anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003

BERTUCCI, Jonas; SCHIOCHET, Valmor; SILVA, Roberto Marinho Alves. **Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES: Visibilidade e fortalecimento da economia solidária no brasil**. Mimeo, 2009

BERTUCCI, Jonas. CUNHA, Gabriela Cavalcanti. **Sistematização e avaliação dos processos do primeiro mapeamento da Economia Solidária no Brasil (Relatório Nacional)**. Brasília: MTE, 2006

BESSON, Jean-Louis. As estatísticas: Verdadeiras ou Falsas?. In: BESSON, Jean-Louis (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995a

_____. A tentação dos modos de usar. In: BESSON, Jean-Louis (org). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995b

BOLTANKI, Luc. **Les cadres: la formation d'un groupe social**. Paris: Edition de Minuits, 1982

_____. & CHIAPELLO, Eve. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996

_____. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997

CATTANI, Antonio David (org). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003

_____.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P.; LAVILLE, J. L. **Dicionário da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009

COHN, Bernard S. **Colonialism and its forms of knowledge: the British in India**. Princeton: Princeton University Press, 1996

_____. The Census, Social Structure and Objectification in South Asia. In: **An Anthropologist among the Historians and Other Essays**. Delhi: Oxford University Press, 1987, pp. 224-254.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta: sociabilidade falas e rituais na construção das organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999

DESROISIÈRES. Alain. **La politique des grandes nombres**. Paris: Éditions Découverte, 1993

DUMONT, Louis. **From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology**. London & Chicago: The University of Chicago Press, 1977

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1974

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Deadly words: witchcraft in the Bocage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

FIRTH, Rymont. **Nós os Tikopias**. Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998

FOUCAULT, Michel et al. **Estruturalismo e teoria da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 1971

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987

GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/FSM. **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, Rio de Janeiro: GTBrasileiro, 2003

GUIMARÃES, Gonçalo. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

_____. Entrevista ao **Jornal da Universidade** (UFRGS) em junho de 2000. Disponível na Internet via: <http://www.ecosol.org.br/Gon%E7alo.doc> Consultado em março de 2003

HIRSCHMAN, Albert O.. **As paixões e os interesses: argumentos para o capitalismo antes de seu triunfo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000

HUGHES, Daniel T. Contrasting Experiences in Fieldwork. In: LAWLESS, Robert; SUTLIVE JR., Vinson; ZAMORA, Mario (ed.). **Fieldwork: the human experience**. New York :Gordon and Breach,1983.

IBASE. **Relatório PRONAF: Resultados da etapa Paraná**. Rio de Janeiro: IBASE, 2006. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/pub_pronaf_final4.pdf. Acessado em dezembro de 2009.

IBGE. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm>. Acessado em dezembro de 2009.

IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. **Como Animar um Grupo: princípios básicos e técnicas**. Petrópolis: Vozes, 2004

KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI (org.). **The social Life of Things. Commodities incultural perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986

KULICK, Don. **Travesti:prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FioCruz, 2008

LANDIM, Leilah (org). **Sem fins lucrativos - as Organizações não Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1988

_____. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/ Museu Nacional/ UFRJ. 1993

_____. (org). **Ações em sociedades: militância, caridade, assistência etc**. Rio de Janeiro: NAU, 1998

LAWLESS, Robert; SUTLIVE JR., Vinson; ZAMORA, Mario (ed.). **Fieldwork: the human experience**. New York : Gordon and Breach, 1983.

LEBOUTTE, Paulo. **Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: ITCP / COPPE, 2003

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Apresentação no II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares - UNICAMP**, em 20/03/2002. Disponível na Internet via <http://www.ecosol.org.br/Noelle.doc> Consultado em julho de 2003

L'ESTOILE, Benoit de, NEIBURG, Federico, SIGAUD, Lygia. Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa. In **Antropologia, Impérios e estados nacionais**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Relume Dumará, 2002

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental :um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976

MASSON, Laura. **Feministas Em Toda Parte: Uma etnografia de espaços e narrativas feministas na Argentina**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2007

MAUSS, Marcel. **A General Theory of Magic**. London and Boston: Routledge & Kegan Paul, 1972

MAYER, Canísio. **Dinâmicas de grupos e textos criativos**. Petrópolis: Vozes, 2009

MINISTÉRIO DE TRABALHO E EMPREGO. **Guia de Procedimentos do SIES**. Brasília: MTE, 2005

_____. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE, 2006

MOTTA, Eugênia. **A 'outra economia': um olhar etnográfico sobre a Economia Solidária**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2004

_____. Economia Solidária e Agricultura Familiar, uma integração necessária. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro: IBASE. n. 35, p 80-84, jun. 2007

_____. **Guia de Orientações e Procedimentos do SIES Fase 2**. Mimeo. 2005

_____. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: MTE, 2006

NEIBURG, Federico, PLOTKIN, Mariano (orgs). **Intelectuales y expertos :la constitución del conocimiento social en la Argentina**. Buenos Aires: Paidós, 2004.

PANTALEÓN, Jorge Fernando. **Uma nação sob medida: estatísticas, economia e planificação na Argentina (1918-1952)**. Rio de Janeiro:UFRJ, 2004.

PINTO, João Roberto Lopes. Economia Solidária: quando o alternativo torna-se estratégico. **Democracia Viva**. Rio de Janeiro: Ibase, n. 15, p 52 - 57, mar./ abr. 2003a

_____. **Nasce um novo Movimento Social**. Disponível na Internet via: www.ibase.br
Consultado em julho de 2003b

PORTER, Theodore. **Trust in numbers: the pursuit of objectivity in science and public life**. Princeton: Princeton University Press, 1995

RABINOW, Paul. **Reflections on fieldwork in Morocco**. Berkeley: University of California Press, 1977.

SIGAUD, Lygia. A Forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, n. 58, 73 – 92, Nov. 2000

_____. As condições de possibilidade das ocupações de terra. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n.1, p. 255 – 280, jun. 2005

_____; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada. **DADOS**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, pp. 107 – 142, 2008

SINGER, Paul. Economia solidária contra o desemprego. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 1996. Opinião

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul, SOUZA, André Ricardo de (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: A Autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000

THEVÉNOT, Laurent. Cifras que falam: medida estatística e juízo comum. In: BESSON, Jean Luc (org.). **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: UNESP, 1995

THOMAS, Nicholas. **Entangled objects: exchange, material culture and colonialism in the Pacific**. Cambridge: Harvard University Press, 1991

ZELIZER, Viviana. **The Social Meaning of Money**. New York: Basic, 1994

_____, **The Purchase of Intimacy**. New York: Princeton University Press, 2005

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WEBER, Florence. Práticas Econômicas e formas ordinárias de cálculo. **Mana**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. n. 8, v. 2, pp. 151-182, 2002

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1970

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2001

ANEXOS

Anexo 1

Carta ao Governo Lula⁴⁷

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Somos um conjunto de organizações que se reúne periodicamente como Grupo de Trabalho Brasileiro da Economia Solidária (GT Brasileiro): ANTEAG, FASE, CÁRITAS BRASILEIRA, IBASE, PACS, Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, Governo do Rio Grande do Sul (1998 a 2002) e Prefeitura de Porto Alegre, entre outras. Algumas dessas organizações estão vinculadas à Rede Brasileira da Sócioeconomia Solidária e promovem as mais diferentes iniciativas de apoio e articulação de uma parte das tão diversificadas práticas da Economia Solidária no país, construindo fóruns e redes locais e estaduais de participação.

Essas organizações de expressão nacional, a partir do I Fórum Social Mundial, constituíram o GT Brasileiro, que vem articulando a participação nos FSMs de dezenas de redes nacionais, continentais e mundial da Economia Solidária.

Animados pela perspectiva anunciada pelo governo eleito, que passa a sinalizar suas ações: a inversão de prioridades, o combate à fome e ao desemprego, a constituição do Conselho nacional de Desenvolvimento Econômico e Social como espaço de construção do tão necessário Pacto Social, parte do GT Brasileiro de Economia Solidária propõe-se a apresentar alguns elementos de contribuição para uma Política Pública Nacional de Economia Solidária.

O desenvolvimento de uma ação governamental da Economia Solidária pode constituir-se numa inovadora política pública de âmbito federal de promoção, apoio e

47 GRUPO DE TRABALHO BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA/FSM . **Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária**, Rio de Janeiro: GTBrasileiro, 2003. pp 65 - 68

fortalecimento de práticas sociais e econômicas, como alternativa ao desemprego e à exclusão provocados pelo mercado e suas políticas neoliberais.

A Economia Solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia e ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população.

Muitos empreendimentos de caráter associativo e autogestionário de homens e mulheres desempregados, aqueles em ocupações precárias e informais, constituem-se com base em relações de cooperação e solidariedade. Diversas experiências, como grupos de produção de alimentos, reciclagem, trabalhadores organizados em prestação de serviços, trabalhadores de indústrias nos diversos setores produtivos e iniciativas de produção rural, são exemplos de práticas autogestionárias, que têm gerado trabalho e renda sustentados em relações cooperativas e solidárias.

Diversas destas experiências já fazem parte de Políticas Públicas de Economia Solidária, em âmbito municipal e estadual, dos governos democráticos populares, a exemplo de iniciativas em outros países, como o caso do Ministério de Economia Solidária na França. Constituir políticas governamentais voltadas à promoção da Economia Solidária tem sido uma resposta às necessidades reais dos trabalhadores e um estímulo à geração de trabalho e distribuição de renda. Além disso, pode proporcionar crescimento da produção e da renda, visto que os objetivos dos empreendimentos solidários não estão centrados na acumulação de capital, mas no reinvestimento e distribuição entre os trabalhadores.

Para além dos aspectos econômicos, a Economia Solidária é portadora também de uma ética e cultura transformadora das relações humanas, comunitárias e sociais, recolocando a centralidade do ser humano e seu bem estar e a sustentabilidade econômica e social, cultural e ambiental das ações por ele desencadeadas.

Propor a constituição de empreendimentos coletivos solidários, em que as pessoas diretamente envolvidas possam visualizar alternativas de autonomia e emancipação e, conseqüentemente, livrar-se da natural dependência, submissão ao paternalismo e ao assistencialismo das entidades públicas e de outros agentes externos, parece-nos bastante oportuno e promissor.

Por outro lado, a Economia Solidária apresenta-se, também, como uma possibilidade de contraposição à lógica de fragmentação e desarticulação na execução das ações de governo, que tem marcado a história do nosso país. O envolvimento das prefeituras, governos estaduais, organizações não-governamentais, igreja, e outras instituições, apresenta-se como uma estratégia que compreende as diferenças econômicas, sociais e culturais que constituem as particularidades regionais do nosso país. Além de estabelecer esta relação vertical com os vários níveis de governo e de articular parcerias com os movimentos sociais e demais entidades da sociedade civil, é fundamental a transversalidade horizontal no âmbito do governo federal, articulando os instrumentos possíveis nos diversos órgãos. Isso fomentará uma nova forma de gerir as políticas, evitando sobreposição de ações e desperdício de recursos públicos.

Uma política pública de Economia Solidária, condizente com esta visão, manifestar-se-á em programas variados de apoio à cooperação e ao associativismo, seja para a produção, a prestação de serviços, seja para a viabilização de crédito, de comercialização e de outros instrumentos de fomento à autogestão e ao desenvolvimento sócio-econômico das comunidades e dos trabalhadores mais afetados pela reestruturação produtiva das últimas décadas.

Dessa forma, para uma Política Pública de Economia Solidária ser viável e sustentável, deveriam ser implementadas diversas ações no âmbito do governo federal, tais como:

- formação, capacitação e assistência técnica adequada às características organizacionais dos empreendimentos da Economia Solidária, como forma de sensibilizar a organização para o trabalho coletivo e proporcionar informações, conhecimentos e tecnologias sobre os aspectos que envolvem um empreendimento ou, ainda, de como geri-lo de forma coletiva e solidária;

- desenvolvimento de tecnologias apropriadas à Economia Solidária, com vistas à agregação de valor aos produtos, melhoria das condições de trabalho, de saúde e da sustentabilidade ambiental;

- reconhecimento das diversas normas associativas dos empreendimentos da Economia Solidária, que vão além dos marcos tradicionais de organização formal;

- desenvolvimento de políticas para garantia de demandas para a Economia Solidária, seja por meio do poder de compra do Estado, de sistemas de intermediação de negócios ou pela integração no mercado. Em particular neste último, é necessário considerar cadeias produtivas, integrando os fluxos de consumo, comércio e produção aos programas de financiamento, de logística de distribuição e de comercialização;

- criação de linhas de financiamento, com condições e exigências diferenciadas e adaptadas às características dos empreendimentos de Economia Solidária;

- fortalecimento de um sistema financeiro, que tem se apresentado de diversas formas, como uma alternativa de financiamento dos empreendimentos da Economia Solidária;

- fortalecimento da organização dos produtores e consumidores, em redes ou outras formas de intercâmbio autônomas dos empreendimentos solidários, nas variadas frentes de atuação (produção, crédito, comércio, trocas, saber, etc.), em nível local, regional, nacional e internacional.

Para realizar tais ações, deverão ser articulados vários instrumentos já existentes e a adaptação ou criação de outros. Dentre os instrumentos já existentes destacamos os Fundos

Públicos para CT&I, BNDES, BB, CEF, FAT, Bancos e Fundos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social enquanto espaço de discussão dessas políticas. Por isso, entendemos como sendo de fundamental importância a integração da Economia Solidária nesse espaço.

Sob o aspecto executivo, trata-se da decisão de constituir um órgão capaz de coordenar a política; integrar o conjunto das ações e instrumentos requeridos; interagir com outros órgãos, políticas e programas de governo e estabelecer interlocução e parcerias com as diferentes organizações e instituições que atuam no campo da Economia Solidária. Para tanto, ousamos propor a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Por fim, de nossa parte, expressamos nossa firme disposição de constituir, no âmbito da sociedade civil e juntamente com outras entidades, um espaço solidário e propositivo para a consolidação e ampliação dessas políticas, continuando, dessa forma, a desejada interlocução com o governo que se inicia, em meio a tantas esperanças.

Anexo 2

A História do SIES

No final do ano de 2002, mesmo antes do segundo turno das eleições presidenciais, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva era tida como certa. Pela primeira vez um partido considerado de esquerda chegava ao mais alto posto da República. O Partido dos Trabalhadores, que nasceu e vivera até ali como oposição, viraria situação.

O Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária do Fórum Social Mundial, chamado de GT Brasileiro, era então um grupo de entidades e organizações que tinham se unido em torno do termo Economia Solidária a partir de uma oficina ocorrida na primeira edição do Fórum Social Mundial em 2001. Estas entidades realizaram no final de 2002, o que chamaram de I Plenária Brasileira de Economia Solidária, que ocorreu na cidade de São Paulo, contando com a presença de cerca de duzentas pessoas.

Nesta ocasião foi aprovado um documento chamado “Carta ao Governo Lula”. Nela as organizações do GT Brasileiro apresentam uma série de propostas para a constituição do que chamam de Política Pública Nacional de Economia Solidária e dizem: “(...) ousamos propor a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária.” (GT BRASILEIRO, 2003, p.68)⁴⁸

A partir da carta organizou-se um grupo ligado ao Partido dos Trabalhadores e à ES que seria responsável por negociar a criação do espaço institucional da nova política. Algumas pessoas ficaram encarregadas de estabelecer diálogo com o grupo que compunha o governo de transição.

⁴⁸ A *Carta ao Governo Lula* consta como Anexo 1 da tese

Era final do mês de janeiro de 2003 em Porto Alegre. No teatro a céu aberto na beira do Guaíba, o “Pôr-do-sol”, uma multidão se aglomerava para ouvir o primeiro presidente da república vindo da classe popular, ex-operário e nordestino. Entre o público de estudantes, militantes de várias causas populares do mundo todo, Lula levantava a bandeira da esperança e era a promessa de mudança. Emocionava a massa de “altermundistas”. Era o III Fórum Social Mundial e a eleição de Lula tinha um significado especial. Para os que ali estavam era uma vitória sobre o neoliberalismo no Brasil e a promessa do novo, quiçá para o mundo.

Foi no dia seguinte ao discurso de Lula que ocorreu a II Plenária de Economia Solidária. O local era um auditório da PUC de Porto Alegre. O encontro era aberto. Foi distribuído um livrinho, brochura, em cuja capa se via o contorno do mapa do Brasil formado por dezenas de figuras humanas de mãos dadas. Cada um dos participantes recebeu um e uma mesa na entrada do auditório deixava livros a disposição para que qualquer um pudesse levar.

O título da publicação era: “Do Fórum Social Mundial ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária”. O índice do livro mostrava seu conteúdo, além da apresentação e da “abertura”: “Carta de Princípios do FSM”, “Plataforma de Políticas Públicas”, “Íntegra da Plenária Brasileira de Economia Solidária” e “Proposta de Pauta para a II Plenária Brasileira de ES”. Além destes textos havia dois anexos: “Carta ao Governo Lula” e “Lista de adesões à Carta ao Governo Lula”.



Capa da publicação distribuída na II Plenária de ES

O auditório estava lotado, quando um senhor entrou no recinto, mal conseguindo andar. Muitas pessoas o abraçavam e pediam para tirar foto ao seu lado. Era o economista Paul Singer, um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores e pioneiro no uso da expressão “Economia Solidária” no Brasil.

Sônia Kruppa, professora da Universidade de São Paulo, onde Singer também dava aula, comandava o microfone. Ela era uma das pessoas que tinha ficado responsável, pelo GT Brasileiro, de negociar com a equipe de transição um lugar para a ES no governo. Foi ela quem anunciou que estavam confirmadas a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e a indicação de Paul Singer como seu titular. O anúncio foi seguido de palmas e algumas lágrimas de emoção. Como Sônia disse e foi repetida por muitos outros em falas de celebração, a criação da Secretaria era “uma vitória do movimento de Economia Solidária” e a reivindicação feita pelo GT Brasileiro havia sido atendida.

Na “Carta ao Governo Lula” estava clara a expectativa de que haveria uma mudança política no país e de que a ES era coerente com este novo momento:

A economia solidária tem a potencialidade de fortalecer o conceito de desenvolvimento, que compreende o crescimento econômico como indissociável de um processo simultâneo de distribuição de renda, garantia de ampliação dos direitos sociais e de cidadania e melhoria da qualidade de vida da população. (GT BRASILEIRO, 2003, p.65)

No mesmo ano de 2003, nos dias 27, 28 e 29 de junho, ocorreu a III Plenária Nacional de Economia Solidária. Ela foi realizada em Brasília, no Minas Tênis Clube, com a presença de cerca de 400 pessoas. Para sua preparação foram organizadas etapas estaduais em todas as unidades da federação, nas quais foram escolhidos delegados presentes à etapa nacional. Um dia antes deste evento realizou-se a posse de Paul Singer na Senaes. Ela aconteceu num pequeno auditório no prédio do Ministério do Trabalho e Emprego, órgão ao qual a Secretaria estaria subordinada.

No “histórico” sobre a Senaes que consta até hoje do *site* do MTE, a primeira frase é: “A Senaes é parte da história de mobilização e articulação do movimento da economia solidária existente no país.”

A Secretaria contaria com a seguinte estrutura. Dois departamentos: Departamento de Fomento à Economia Solidária (DEFES) e Departamento de Estudos e Divulgação (DED). Ao DEFES estão subordinadas a Coordenação Geral de Fomento à Economia Solidária (CGFES) e a Coordenação Geral de Comércio Justo e Crédito (CGCOJ). Ao DED estão subordinadas a Coordenação Geral de Estudos (CGEST) e a Coordenação Geral de Promoção e Divulgação (CGDIV).

Como já anunciava o livro distribuído no FSM, na III Plenária foi criado o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A Senaes e o FBES nascem juntos e passam a ser os principais atores nacionais da ES.

Na síntese presente na publicação *Do FSM ao FBES*, estão presentes as principais linhas que orientavam o discurso e a atuação do fórum que seria criado. O resumo das discussões se remete a cinco temas: “Finanças Solidárias”, “Marco Legal”, “Redes de

produção, comercialização, consumo”, “Democratização do conhecimento e da tecnologia” e “Organização social da Economia Solidária”. Cada um destes temas está dividido em: “Acúmulos”, “Gargalos” e “Propostas”.

Em dois dos cinco temas uma pesquisa sobre a Economia Solidária no Brasil aparece na parte de “propostas”. No ponto “Redes de produção, comercialização, consumo” ela está assim formulada:

Realizar um mapeamento nacional dos empreendimentos de economia solidária, da diversidade e volume de sua produção, seus fluxos de transporte, armazenagem e comercialização, aquisição de insumos e outras demandas. (GT BRASILEIRO, 2003, p.45)

E mais adiante:

Orientar o IBGE para realização de um censo produtivo com dados econômicos e sociais, levantando os dados requeridos ao mapeamento estratégico da economia popular e solidária, além da reconstrução de uma matriz insumo/produto, que permita um diagnóstico efetivo das condições e da potencialidade interna do tecido socioprodutivo brasileiro. Reverter, inclusive, a pesquisa do censo domiciliar para que incorpore perspectivas da economia solidária, possibilitando estatísticas consistentes, com vistas à criação de políticas públicas que respondam a suas demandas. (GT BRASILEIRO, 2003, p.47)

No ponto “Democratização do conhecimento e da tecnologia”, mais uma vez um mapeamento é apresentado no ponto “propostas”:

Realizar pesquisa (mapeamento/censo) para conhecer a realidade da economia solidária no país, com vistas à criação de políticas públicas nas áreas de educação, ciência e tecnologia que respondam a suas demandas. (GT BRASILEIRO, 2003, p.51)

A necessidade de um mapeamento e de “estatísticas consistentes” está presente no nascedouro tanto do FBES como da Senaes. Como mostram as propostas feitas na I Plenária,

este tipo de conhecimento deve servir para melhor estruturar a ES também como base para a formulação de políticas públicas.

Depois da III Planária, em setembro de 2003 a Senaes propõe ao FBES a criação de um GT, com os seguintes objetivos presentes num documento de convocação:

- a) Aprofundamento das experiências e estratégias para o desenvolvimento e articulação de estudos e pesquisas em economia solidária e b) Definir estratégias para criação de bancos de dados de empreendimentos de economia solidária.

A primeira reunião foi realizada em outubro de 2003 chega à conclusão de que é preciso “dar visibilidade aos trabalhadores associados”, criar “critérios técnicos para definir a ES no Brasil” e fortalecer os esforços de mapeamento que já estavam sendo realizados.

Estas entidades participantes convocadas a compor o GT Mapeamento e banco de Dados eram: Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, Unitrabalho, Rede de ITCPs, IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário (órgão vinculado à Central Única dos trabalhadores – CUT). É este grupo que passa a discutir como realizar a “pesquisa”, “censo” ou “mapeamento” para se conhecer a economia solidária no país.

Na primeira composição do GT estavam: O Diretor do Departamento de Estudos e Divulgação, o Coordenador de Estudos – ambos da Senaes, um profissional do Ministério ligado à área de tecnologia, um representante da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (ADS – CUT), representantes das duas redes universitárias ligadas à ES: Unitrabalho e Rede de ITCPs, um professor da Universidade católica de Salvador, dois profissionais do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), uma representante do Fórum Mineiro de ES, representantes de duas entidades de assessoria: Ibase

e Fase e um profissional do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A ADS, a Unitrabalho, a Rede de ITCPs, a Fase e o Ibase faziam parte da Coordenação Nacional do FBES.

No início a idéia que permeava as discussões do GT era a de instrução do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas para realização do levantamento sobre a ES no Brasil. Houve tentativas de diálogo tanto no que dizia respeito a propor ao IBGE a realização do levantamento, quanto sobre a possibilidade de utilizar dados já produzidos pelo instituto. O Instituto oficial de produção de estatísticas no Brasil foi o caminho que pareceu mais natural em princípio.

Mas havia dois obstáculos que se revelaram intransponíveis do ponto de vista do GT Mapeamento. O primeiro deles era o altíssimo custo de realização de um censo com a estrutura do IBGE. O segundo obstáculo era o fato de que as definições até então disponíveis sobre o que fosse a ES não se adequavam à forma como o instituto e seus profissionais estabeleciam as categorias econômicas e sociais. Ou seja, a definição de economia solidária era incompatível com as classificações possíveis. Na reunião realizada em outubro de 2005 é a última vez que o GT Mapeamento trata de esforços de diálogo com o IBGE e com os dados produzidos por este instituto.

Em 2004 o grupo que compunha o GT Mapeamento se ampliou, incorporando ainda o Fórum Mineiro de Economia Solidária – FMES e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. A Senaes elaborou e apresentou ao grupo, em fevereiro de 2004 um Termo de Referência que lançou as bases para como uma pesquisa nacional sobre Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), conceito este criado no âmbito do GT Mapeamento. O mapeamento seria então realizado com a aplicação de um questionário junto a estes empreendimentos, no seu local de funcionamento, devendo ser respondido por pelo menos dois de seus componentes.

O Mapeamento também buscava identificar as Entidades de Apoio e Fomento (EAFs). O esforço de identificação destas entidades, porém, nunca foi considerado de muita importância. Havia também um questionário específico a ser aplicado junto a estas entidades, mas este era muito mais curto e prescindia a realização de entrevista. O questionário para EAFs tinha apenas uma página e era composto de doze perguntas, enquanto o questionário para empreendimentos tinha onze páginas e setenta e duas perguntas. O Mapeamento é chamado freqüentemente de Mapeamento dos empreendimentos.

A execução da pesquisa seria realizada por entidades e organizações indicadas por estruturas estaduais que incluíam os Fóruns de Economia Solidária de cada unidade da federação. Estas estruturas eram as Equipes Gestoras Estaduais (EGEs), que deveriam ser compostas por pessoas que representassem entidades indicadas pelos Fóruns, pela Delegacia Regional do Trabalho (Representação estadual do Ministério do Trabalho) e por representantes de Universidades.

Tendo as EGEs indicado a entidade, em cada estado, que deveria fazer a execução do mapeamento, era formulado um projeto por esta entidade à Fundação Banco do Brasil, que era a financiadora direta do Mapeamento.⁴⁹ Estes projetos seguiram as orientações da do GT Mapeamento, que definiu as estruturas e os recursos destinados a cada um dos estados.

Cada projeto estadual contava com uma meta de quantidades de questionários de EES que deveriam ser preenchidos. Estas metas eram estimativas calculadas a partir dos registros da Fase 1 (descrita abaixo), mas definidas em última instância pela EGE local. A meta nacional do Mapeamento era chegar a vinte mil EES.

A entidade executora deveria, além de assumir as responsabilidades fiscais e legais pela pesquisa no estado respectivo, organizar, com a EGE, todo o mapeamento, incluindo a escolha da equipe de campo – supervisores e entrevistadores. A responsabilidade

⁴⁹Os recursos eram do próprio orçamento da Senaes e eram operados pela Fundação Banco do Brasil

técnica pelas informações era da entidade executora. Mas o que se dizia era que a “gestão política” do mapeamento era responsabilidade da EGE.

Também era responsabilidade da equipe da entidade executora a análise de casos em que houve dúvida sobre a adequação do empreendimento pesquisado aos critérios da pesquisa. Isso significava que a equipe executora, tendo alguma dúvida a partir do questionário de que se tratava ou não de um Empreendimento Econômico Solidário, deveria informar a EGE, que analisaria o questionário, decidindo ou não pela sua inclusão na base de dados.

Outra atribuição das EGEs foi a de elaborar, quando fosse pedido pelo Fórum Estadual respectivo, um complemento ao questionário. Este consistia na inclusão de perguntas extras, impressas apenas nos questionários daquele estado. Muitos estados fizeram complementos ao questionário nacional para EES.

O Mapeamento contemplava duas fases. A Fase 1 era a identificação do empreendimento e o tornava candidato a ser entrevistado. Um sistema informatizado, alocado no site do Ministério do Trabalho e Emprego, permitia a autodeclaração de empreendimentos. Isso significava o preenchimento de um formulário simples, com informações básicas, que o empreendimento figurasse numa lista, que era disponibilizada para as equipes técnicas que posteriormente agendariam a visita e realizariam a entrevista.

Também fazia parte desta fase de identificação de possíveis EES a pesquisa feita pela própria Senaes em base de dados oficiais (RAIS e CAGED), onde figuram formas econômicas formais que podem representar EES.⁵⁰

50 A RAIS – Relação Anual das Informações Sociais é um registro gerado a partir de informações enviadas ao Ministério do Trabalho e Emprego, por todos os estabelecimentos formais, de caráter obrigatório. As informações da RAIS dizem respeito à caracterização do estabelecimento, e à caracterização dos empregados segundo faixa etária, sexo e escolaridade, por exemplo, registro de demissões e contratações, nível salarial e vínculos empregatícios, entre outras. O CAGED é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Todo estabelecimento informa ao MTE as contratações e demissões de empregados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Estas informações atualizam o cadastro do Ministério. (Ministério de Trabalho e Emprego, acesso em Nov. 2009)

A Fase 2 era a aplicação do questionário e inclusão das respostas no sistema informatizado, também disponível para preenchimento através do site do Ministério. Assim, as equipes executoras aplicavam os questionários e os digitavam diretamente num sistema on-line, que alimentava uma Base de Dados nacional.

Durante o ano de 2005, equipes de pesquisadores de todo Brasil foram a campo, procurar onde havia economia solidária. Estiveram envolvidos nas equipes executoras cerca de setecentas pessoas em todo país. Este primeiro levantamento identificou quase quinze mil empreendimentos.

A Base de Dados, com as informações inseridas por cada entidade nos estados foi tratada para identificação de inconsistências e problemas de digitação. Além disso, foi preciso fazer recategorização de respostas a perguntas abertas, conferir a ortografia e estabelecer algumas faixas de valores para questões sobre remuneração, entre outros detalhes. Este trabalho foi realizado pela equipe do Departamento de Estudos e Divulgação e por uma equipe no Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Em 2006, finalmente existia uma Base de Dados sobre EES no Brasil. A forma escolhida para apresentação oficial dos dados foi a do “Atlas da Economia Solidária no Brasil”. A idéia de mapeamento continuou dando forma ao SIES, privilegiando a apresentação de mapas como forma de publicizar dos dados.

Foi no mesmo ano que a Senaes propôs a institucionalização do SIES através de uma Portaria Ministerial. O objetivo seria garantir a existência oficial do Sistema para preservá-lo das possíveis mudanças políticas na sucessão dos governos e também a segurança dos dados.

A portaria data de 20 de março de 2006 e conta com três anexos. O primeiro deles estabelece os conceitos, a forma gestão do SIES e regulamenta o acesso aos dados e está baseado no primeiro documento sobre o funcionamento do SIES, que é um “Termo de

Referência”. Os outros dois anexos são formulários que devem ser preenchidos pelos usuários dos dados, comprometendo-se com o respeito à privacidade das pessoas envolvidas e com os princípios que norteiam o Sistema.

O documento define que o Sistema deve ser atualizado com certa periodicidade com a realização de visitas aos empreendimentos, gerando, inclusive séries históricas. A cada três anos deve-se empreender o levantamento de dados entre os EES com a aplicação de questionário nacional, retornando, obrigatoriamente, aos já constantes da base de dados.

Com a institucionalização do SIES, algumas instâncias foram reorganizadas. O GT Mapeamento foi substituído pela Comissão Gestora Nacional e houve uma recomposição de membros. As EGEs passaram a ser as Comissões Gestoras Estaduais – CGEs. As entidades que antes eram chamadas de “executoras” passaram a ser chamadas de Comissões Técnicas Estaduais (CTEs).

Os membros da CGN e das CGEs passaram a ser obrigados a celebrar Termos de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e Emprego (no caso da CGN) e com as Delegacias Regionais do Trabalho (no caso das CGEs).

A institucionalização não foi uma decisão fácil, nem considerada natural. Houve discussões em que tanto os membros indicados pelo FBES quanto profissionais da Senaes ponderaram quanto às vantagens e desvantagens. O risco de burocratizar o acesso aos dados foi apontado muitas vezes.

O ano de 2006 marcou a publicização dos dados e a oficialização do SIES, representando uma mudança na relação do mundo da ES com a necessidade e disponibilidade de dados. Se desde o início do processo de formulação do mapeamento a homogeneização necessária à produção de dados estatísticos era considerada uma ameaça, a partir da sua existência concretizada em gráficos e mapas, ela deixa de ser um problema. Os dados são

rapidamente incorporados no discurso dos agentes da ES, tanto aqueles profissionais do governo, quanto do movimento.

Já em novembro de 2005, mesmo antes de o Banco de Dados estar pronto, houve a proposta de utilização dos dados do mapeamento para definir a distribuição dos delegados para a I Conferência Nacional de Economia Solidária, o que de fato veio a ocorrer. A Conferência foi realizada em Brasília, do dia 26 ao dia 29 de junho de 2006.⁵¹

Mesmo gozando de legitimidade e os dados estatísticos sendo usados com muita intensidade, em 2006 constatou-se que o Mapeamento teria negligenciado algumas áreas geográficas. Era visível para quem olhasse com calma os mapas, que havia alguns vazios. Era preciso “cobrir todo o mapa”.

Assim, em 2007, utilizando-se o mesmo questionário, realizou-se uma segunda ida a campo, com prioridade para áreas em que poucos empreendimentos tinham sido identificados. Mas uma vez mobilizaram-se equipes em todos os estados. A estrutura utilizada em 2005, com a contratação de uma entidade executora por estado se revelou altamente custosa em termos administrativos. Em 2007 optou-se pela contratação de menos entidades, cada uma responsável pelo mapeamento em mais de um estado. Isso gerou uma mudança no perfil das entidades executoras nos estados.

Além disso, em 2007 quem contratou as entidades foi a Finep- Financiadora de Projetos – órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, ligado principalmente à área de inovação. Os projetos tiveram então que atender aos critérios da financiadora, tendo que incluir a produção de análises e publicações. A cobrança pela titularidade acadêmica dos coordenadores regionais também mudou a forma como o mapeamento vinha sendo executado.

⁵¹As Conferências são eventos convocados por Ministérios com o objetivo de consultar a sociedade sobre diretrizes de políticas públicas. O governo Lula realizou uma quantidade recorde de Conferências. Elas são organizadas de forma a que sejam realizadas etapas municipais e estaduais nas quais são eleitos delegados para a etapa seguinte, culminando com a Conferência Nacional. Esta Conferência criou o Conselho nacional de Economia Solidária, órgão de interlocução entre governo e sociedade de sugestão, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas. Os Conselhos em geral têm caráter consultivo. Isso significa que suas resoluções não têm caráter obrigatório de execução.

Todas as entidades que foram contratadas passaram a compor a CGN, possibilitando maior controle por parte das instâncias nacionais do andamento dos trabalhos.

Com os dados coletados em 2007, o SIES já contava com cerca de vinte e dois mil EES em sua base. Desta vez, o Atlas da Economia Solidária foi elaborado primeiramente em meio eletrônico e possibilita a produção de mapas, tabelas e gráficos de acordo com instruções do usuário.⁵²

Já no ano de 2007, enquanto as equipes técnicas realizavam a aplicação dos questionários, a CGN se ocupava de planejar a etapa seguinte. Considerando que a Portaria Ministerial definia que o Mapeamento deveria ser feito de três em três anos, no ano seguinte, 2008, deveria haver nova pesquisa.

Uma das decisões da CGN foi que seria necessário incorporar ao SIES informações sobre Políticas Públicas. Deveria ser construído um módulo dentro do SIES com informações sobre ações e programas voltados para a ES. Assim, a Senaes contratou o Ibase para realizar um mapeamento piloto e elaborar a partir dele uma proposta de questionário para alimentação do Sistema.

Uma das entidades que compunha a coordenação do FBES era a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Esta rede é uma articulação de profissionais atuantes em governos municipais e estaduais e no governo federal, em instâncias que promovem políticas públicas de Economia Solidária. Foi esta entidade junto a qual o Ibase realizou o trabalho contratado pelo DED.

Outro trabalho realizado pelo Ibase foi de, a partir dos dados sobre EES propor uma “tipologia de EES” capaz de ajudar a compreender melhor as informações e também o de propor análises que contemplassem a idéia de “Redes e Cadeias Produtivas de Economia Solidária”. Sobre as tipologias também estava trabalhando uma equipe da Unisinos, comandada por Luiz Inácio Gaiger, sociólogo, considerado um dos maiores especialistas em

52 O Atlas está disponível no endereço eletrônico: <http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>

ES do país e que representava a Unitrabalho no GT Mapeamento até sua transformação em CGN.

Também em 2007, mas principalmente em 2008, a CGN começou a reformular o questionário sobre EES. A partir de sugestões das CGEs, dos analistas dos dados, dos membros da CGN, dos trabalhos contratados, iniciou-se um intenso processo de reflexão sobre os dados e como melhorá-los.

As principais mudanças propostas diziam respeito a que o mapeamento não identificava especificidades importantes como o trabalho feminino, o perfil de raça e cor e também deixava de lado a possibilidade de identificação de comunidades tradicionais: indígenas, remanescentes de quilombos, ribeirinhos. No que dizia respeito aos dados econômicos, era preciso qualificar melhor o tipo de atividade econômica, os produtos e a forma de gestão. Esteve em discussão o próprio conceito de Empreendimento Econômico Solidário. A Comissão Gestora Nacional do SIES discutiu as possibilidades e acabou por decidir em manter o conceito.

Em 2009 ocorreu a IV Plenária Nacional de Economia Solidária, já citada anteriormente. Uma das discussões da plenária foi a definição, para o movimento, do que é um empreendimento da economia solidária. Os dados do mapeamento serviram como base para o cálculo do número de delegados por estado. Tendo o movimento assumido para si os dados do mapeamento, havia pessoas que consideravam isso uma submissão ao governo.

Discutiu-se se empreendimentos familiares deveriam ser considerados como empreendimentos da ES. Esta questão dialogava fortemente com o SIES, já que uma das condições para um empreendimento ser considerado um EES é que ele seja “suprafamiliar”. A resolução acabou sendo por continuar considerando os empreendimentos familiares fora da classificação. O conceito de EES do SIES continuaria então sendo aceito.

O ano de 2009 marcou a preparação da volta a campo. O questionário novo foi reformulado, incorporando novas questões sobre etnia, cor, raça. A parte econômica do questionário agora está dividida em módulos, cada um dedicado a um tipo de atividade econômica. Um complemento específico sobre o trabalho feminino vai ser aplicado junto a todos os EES em que há trabalhadoras. O questionário de políticas públicas está pronto e será aplicado em todo Brasil. Está sendo concluída a formulação de mais uma pesquisa, desta vez voltada para trabalhadores individuais. O SIES segue.

Anexo 3:

**Portaria Ministerial de Instituição do Sistema Nacional de Informações em Economia
Solidária (SIES) incluindo seu anexo 1 (Termo de Referência)**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 30, DE 20 DE MARÇO DE 2006.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, resolve:

Art. 1º Instituir o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária -SIES com a finalidade de identificação e registro de informações de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária no Brasil.

Art. 2º Aprovar, na forma dos Anexos I, II e III, o Termo de Referência do SIES, o Termo de Compromisso de Instituição Usuária de Informações do SIES e o Cadastro de Instituição Usuária do SIES.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Luiz Marinho

ANEXO I
SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA (SIES)
TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e divulgação da economia solidária.

A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, entre outros, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Esse setor vem se desenvolvendo no Brasil constituindo uma alternativa de trabalho e renda e inclusão social.

No entanto, o desenvolvimento da economia solidária pressupõe uma ação mais efetiva de promoção e fortalecimento. Para isso, é necessário o conhecimento e a divulgação de informações, tornando visível seu perfil, abrangência e potencialidades.

Tal desafio consubstancia-se no âmbito do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento (Plano Plurianual 2004-2007) com o mapeamento da economia solidária no Brasil, permitindo a identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF). Com base nesse mapeamento será implantado o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES).

O presente Termo de Referência tem como finalidades orientar e disciplinar a implantação, estabelecer competências e responsabilidades na gestão e definir as formas e procedimentos de manutenção, atualização e disseminação de informações do SIES.

2. DEFINIÇÕES DO SIES

O SIES é um sistema de identificação e registro de informações dos empreendimentos econômicos solidários e das entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária no Brasil que se orienta pelos seguintes conceitos:

2.1. ECONOMIA SOLIDÁRIA

O conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária.

2.2. EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

No âmbito do SIES, são caracterizadas como Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações:

- a) coletivas - serão consideradas as organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes e centrais etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real; e
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

2.3. ENTIDADES DE APOIO, ASSESSORIA E FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA (EAF)

São aquelas organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, assistência técnica e organizativa e acompanhamento.

3. OBJETIVOS DO SIES

São objetivos do SIES:

- a) constituir uma base nacional de informações em economia solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;
- c) favorecer a visibilidade da economia solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
- d) subsidiar processos públicos de reconhecimento da economia solidária;
- e) subsidiar a formulação de políticas públicas;
- f) subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; e
- g) facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária.

4. DIRETRIZES DO SIES

O SIES será orientado pelas seguintes diretrizes:

- a) formulação e aperfeiçoamento de conceitos técnicos e indicadores que possibilitem verificar a abrangência e potencialidades da economia solidária possibilitando sua incorporação em estudos, pesquisas, censos e levantamentos realizados pelas instituições públicas de pesquisa e informação;
- b) fortalecimento da organização da economia solidária atendendo demandas específicas de identificação e conhecimento da economia solidária nos territórios, o desenvolvimento de catálogos de entidades e produtos, a promoção de redes de intercâmbio etc.;
- c) participação de representações dos principais atores da economia solidária (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento e gestores públicos) no processo de implementação e disseminação do SIES;
- d) progressividade na implementação do SIES, com possibilidade de ampliação da base de informações para atender demandas territoriais e novas variáveis identificados posteriormente à implementação do Sistema;

- e) confiabilidade das informações, que deverá orientar todo o processo de formulação dos instrumentos de pesquisa, de coleta, análise e disseminação de informações;
- f) publicização adequada e fidedigna dos resultados do SIES como direito da sociedade ao acesso às informações e como obrigação dos órgãos públicos que realizam estudos, pesquisas e diagnósticos, proporcionando a visibilidade da economia solidária e a transparência necessária do processo realizado de seu mapeamento; e
- g) segurança no uso autorizado das informações, impedindo qualquer constrangimento aos informantes, nos termos do art. 5º, incisos X e XII, da Constituição.

5. GESTÃO DO SIES

A gestão do SIES cabe à Comissão Gestora Nacional e às Comissões Gestoras Estaduais, instâncias de organização e participação.

5.1 COMISSÃO GESTORA NACIONAL (CGN)

Instância nacional de natureza consultiva e propositiva, com as seguintes finalidades:

- a) propor objetivos, diretrizes, metodologia e gestão do Sistema;
- b) subsidiar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos de coleta de informações;
- c) acompanhar a análise de resultados e disseminação das informações; e
- d) propor procedimentos e periodicidade para a continuidade da coleta de informações do SIES.

A Comissão Gestora Nacional será composta por representações do Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária e do Observatório do Mercado de Trabalho e por representações do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. O MTE poderá convidar outros órgãos ou entidades governamentais que atuam com pesquisas e estatísticas para compor a CGN.

A participação desses órgãos ou entidades e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária dar-se-á mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, desde que não haja repasse de recursos públicos.

A função de membro da Comissão Gestora Nacional não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

5.2 COMISSÕES GESTORAS ESTADUAIS (CGE)

Instâncias estaduais de natureza consultiva e propositiva, com as seguintes finalidades:

- a) acompanhar a implantação dos Sistemas de Informações da Economia Solidária nos Estados;
- b) apoiar a alimentação e manutenção da base de dados do SIES;
- c) propor entidades para celebrar convênios de cooperação técnica e financeira na implementação e manutenção de Sistemas de Informações da Economia Solidária nos estados;
- d) subsidiar a elaboração de diretrizes e de regimento para implantação de sistemas territoriais de informações em Economia Solidária nos respectivos estados, incluindo os procedimentos de acesso aos microdados estaduais, conforme estabelecido na alínea “e” do item “7.3” do Termo de Referência;

- e) sugerir à SENAES/MTE os usuários estaduais com acesso ao SIES para cadastro e atualização de informações referentes aos EES e EAF nos respectivos estados. O usuário assume inteira e total responsabilidade quanto ao uso do SIES.
- f) apoiar a realização de eventos para divulgação pública dos resultados do SIES;
- g) subsidiar a elaboração e divulgação de relatórios, catálogos e outros produtos do SIES; e
- h) apoiar a atualização periódica das bases de dados do SIES, conforme a alínea “F” do item 6.2.

As CGEs serão compostas por representações do Ministério do Trabalho e Emprego por meio das Delegacias Regionais do Trabalho e, mediante convite do MTE, por instituições de pesquisa e ensino superior, representações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio, assessoria e fomento à economia solidária vinculadas aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária e seus similares.

O MTE poderá convidar outros órgãos governamentais federais, estaduais e municipais que atuam com economia solidária nos respectivos Estados para compor as CGEs.

A participação desses órgãos ou entidades governamentais e dos entes da iniciativa privada dar-se-á mediante a assinatura de termo de cooperação técnica, desde que não haja repasse de recursos públicos.

A função de membro da CGE não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

5.3 SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (SENAES/MTE)

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), por intermédio do seu Departamento de Estudos e Divulgação, assume as seguintes atribuições de gestão estratégica do sistema:

- a) acompanhar e monitorar a implementação do SIES;
- b) celebrar convênios de cooperação técnica e financeira para implementação do SIES nos estados;
- c) zelar pela adequada utilização das informações cadastradas no SIES, de acordo com os seus objetivos;
- d) cadastrar e autorizar o acesso ao sistema através de senhas de usuários indicados pelas Equipes Gestoras Estaduais, para cadastro e atualização de informações;
- e) disponibilizar acesso público, as informações e análises do SIES que sejam pertinentes, de acordo com o presente Termo de Referência;
- f) disponibilizar às Comissões Gestoras Estaduais as cópias das bases de dados estaduais para a implementação de Sistemas Territoriais e Especiais de Informações em Economia Solidária, de acordo com a solicitação formalizada (Anexo II);
- g) disponibilizar cópias de microdados do SIES com base em instrumento próprio de cessão de informações;
- h) apoiar, acompanhar e orientar as Comissões Gestoras Estaduais na implementação dos Sistemas Territoriais de Informações de Economia Solidária, garantindo a integração dos mesmos ao sistema nacional informatizado;
- i) acionar os órgãos competentes na averiguação e punição de casos de uso indevido das informações do SIES, ou seja, naqueles casos de uso fora dos objetivos previstos no TR; e
- j) dirimir dúvidas e esclarecer procedimentos não previstos no presente TR, no que se refere ao uso e divulgação das informações do SIES.

5.4 COORDENAÇÃO GERAL DE INFORMÁTICA (CGI/MTE)

A Coordenação Geral de Informática do Ministério do Trabalho e Emprego (CGI/MTE), responsável pelo desenvolvimento e manutenção eletrônica do SIES e sua base de dados, assumirá as seguintes atribuições:

- a) desenvolvimento e aperfeiçoamento do SIES;
- b) disponibilizar o acesso e funcionamento do SIES na página do Ministério do Trabalho e Emprego, através de endereço específico www.sies.mte.gov.br;
- c) disponibilizar relatórios atualizados para acesso público, de acordo com as diretrizes e procedimentos do presente TR; e
- d) disponibilizar as cópias de bases de dados estaduais e de microdados do Sistema, de acordo com autorização expressa da SENAES/MTE.

6. ALIMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DO SIES

A implantação do SIES ocorrerá com a identificação e listagem de EES e EAF e, posteriormente, com a coleta de informações utilizando questionários específicos juntos aos empreendimentos econômicos solidários.

6.1 IDENTIFICAÇÃO E LISTAGEM

Esta atividade constará dos seguintes procedimentos:

- a) identificação de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento em bases de dados já existentes nos estados que são disponibilizadas por órgãos públicos e de entidades de apoio, assessoria e fomento que atuam com economia solidária;
- b) identificação territorial de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento em eventos e reuniões estaduais com os diversos atores que atuam com economia solidária: Fóruns Estaduais de Economia Solidária, órgãos governamentais, incubadoras etc. Nos eventos com participação de empreendimentos e entidades de apoio e fomento deverão ser disponibilizados instrumentos e pessoal para coleta de informações; e
- c) divulgação e disponibilização de formulários na internet para autodeclaração de empreendimentos de economia solidária e de entidades de apoio e fomento. A Comissão Gestora Estadual do SIES deverá fazer uma crítica preliminar da listagem obtida, considerando as definições descritas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3.

6.2 COLETA DE INFORMAÇÕES

A base de informações do SIES será complementada com a coleta de informações que possibilitem a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários, conforme os seguintes procedimentos:

- a) elaboração de formulário nacional para coleta de informações, que poderão ser suplementados pelas Comissões Gestoras Estaduais;
- b) formação das equipes estaduais de pesquisa e realização de capacitações para coleta de informações nos trabalhos de campo; e

- c) visitas aos empreendimentos por entrevistadores(as). As questões deverão ser respondidas por dirigentes e demais membros da organização e, quando houver necessidade, consultando documentação pertinente no local.

A digitalização dos formulários ficará sob a responsabilidade da Comissão Gestora Estadual.

A coleta nacional de informações para atualização dos SIES terá a periodicidade trienal com a obrigatoriedade de retorno de pesquisadores(as) aos EES já cadastrados no Sistema e com visitas a novos EES, conforme as listagens elaboradas pelas Comissões Gestoras Estaduais.

7. DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIES

A disseminação e utilização de informações do SIES deverão considerar a legislação que regula a prestação de informações por entidades de direito público, os objetivos e as diretrizes do SIES.

7.1 RECOMENDAÇÕES GERAIS NA DISSEMINAÇÃO

As informações a serem disseminadas ao público deverão passar por tratamento estatístico, evitando a divulgação pública de informações que possam tornar identificável cada um dos EES e EAF individualmente, para que não ocorra qualquer tipo de constrangimento aos mesmos. Recomenda-se que essas informações devem ser preferencialmente agregadas, considerando as abrangências geográficas (município, microrregião, estado, região e país), além de outras formas de agregação que poderão ser utilizadas.

Para atender ao objetivo de “fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e através de catálogos de produtos e serviços, a fim de facilitar processos de comercialização”, poderão ser divulgadas as seguintes informações específicas do EES: identificação, localização, produtos/serviços e matérias-primas/insumos. Ressalte-se que estas informações deverão estar obrigatoriamente desvinculadas dos demais dados que constam sobre o EES no SIES. Em todos os casos de uso das informações do SIES deverá ser citada a seguinte fonte de referência: SIES/MTE.

7.2 FORMAS DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO SIES

A disseminação de informações do SIES ocorrerá nas seguintes modalidades:

- a) divulgação na internet - após a coleta de informações e alimentação da base de dados do SIES, serão disponibilizadas informações na internet para consulta pública no endereço www.sies.mte.gov.br;
- b) publicações e materiais gráficos - poderão ser elaborados e publicados relatórios nacionais e outros materiais impressos com resultados nacionais do SIES. As Comissões Gestoras Estaduais do SIES poderão, da mesma forma, produzir e publicar materiais gráficos (relatórios, catálogos de produtos e serviços etc.);
- c) cessão da cópia de microdados do SIES - será possível o acesso aos microdados do SIES dentro das finalidades e abrangências estabelecidas no item 7.3.

7.3 USUÁRIOS E PROCEDIMENTOS DE ACESSO AOS MICRODADOS DO SIES

Os usuários do SIES são as organizações públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam nas áreas de interesse da economia solidária: órgãos públicos governamentais, organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa, redes e fóruns de economia solidária etc.

Os usuários são classificados nas seguintes categorias, considerando as finalidades de acesso aos microdados do SIES:

- a) para estudos e pesquisas - terão acesso as entidades que atuam com estudos, pesquisas, diagnósticos e levantamentos socioeconômicos nas áreas de interesse da economia solidária;
- b) para produção de catálogos impressos e eletrônicos de produtos, serviços, insumos e matérias-primas dos EES - terão acesso as organizações que atuam comprovadamente com o apoio, assessoria, articulação e fomento à economia solidária. Os Usuários deverão considerar as recomendações da alínea “b” do item 7.1 do presente TR; e
- c) para implantação de Sistema Territorial ou Especial de Informações em Economia Solidária - terão acesso as organizações que atuam comprovadamente com o apoio, assessoria, articulação e fomento à economia solidária e que implantarão sistemas de abrangência territorial ou especial de informações em economia solidária, conforme as orientações estabelecidas no item “8” do presente Termo de Referência.

Os usuários são classificados nas seguintes categorias considerando a amplitude ou abrangência do acesso aos microdados do SIES:

- a) abrangência regional e nacional - mediante solicitação escrita à Coordenação Geral de Estudos da SENAES e aceitação de Termo de Compromisso de Usuário das informações (Anexos II e III);
- b) abrangência municipal, microrregional e estadual – mediante solicitação escrita à respectiva Comissão Gestora Estadual e aceitação de Termo de Compromisso de Usuário formulado para cada Sistema Estadual de Informações em Economia Solidária, conforme a alínea “e” do item 5.2 do presente Termo de Referência.

A entidade solicitante assumirá total responsabilidade pelo uso das informações de acordo com o presente Termo de Referência, estando sujeitas às penalidades previstas em razão do descumprimento das mesmas.

Na inexistência do Sistema Estadual de Informações, a solicitação poderá ser feita diretamente à SENAES/MTE.

8. SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Os Sistemas Territoriais e Especiais de Informações em Economia Solidária são correspondentes ou similares do SIES Nacional, desenvolvidos a partir de cópias de suas bases de dados.

8.1 DEFINIÇÃO E NATUREZA DOS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS

Os sistemas territoriais de informações em economia solidária são aqueles desenvolvidos por fóruns e redes de economia solidária com abrangência territorial definida. O caráter territorial deverá ser um facilitador de acesso e funcionamento do sistema visando a proximidade entre EES e as EAF. Entre esses sistemas territoriais, destacam-se os Sistemas Estaduais de Informações em Economia Solidária geridos pelas Comissões Gestoras Estaduais do SIES, citadas no item “5.2” do presente Termo de Referência.

Os sistemas especiais de informações em economia solidária são aqueles desenvolvidos por fóruns, redes e organizações temáticas ou setoriais de economia solidária que não possuem uma abrangência territorial previamente estabelecida. Esses sistemas deverão facilitar a articulação,

cooperação, divulgação e atividades de troca e comercialização de segmentos econômicos específicos (cadeias e arranjos produtivos, redes temáticas, complexos cooperativos etc.).

Os sistemas territoriais e especiais poderão ampliar os seus respectivos conteúdos com base em questionários suplementares, sem modificar as informações originais da base de dados do SIES. Nesses casos, as informações suplementares constarão apenas nos sistemas territoriais ou especiais e serão de responsabilidade da entidade gestora do respectivo sistema.

Os sistemas territoriais e especiais poderão diversificar as suas ferramentas de funcionamento, de acordo com os objetivos nacionais do SIES. Recomenda-se, nesses casos, uma maior dinamização do uso de sistemas informatizados para atender demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários no que se refere à divulgação de seus produtos e serviços, de suas demandas por insumos e matérias-primas, das possibilidades de articulação de redes e segmentos produtivos etc.

8.2 DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DOS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES

O desenvolvimento do Sistema Territorial e Especial de Informações em Economia Solidária deverá ser comunicado à SENAES/MTE e ou a Comissão Gestora Estadual, a partir da solicitação da cópia da respectiva base de dados do SIES, conforme o item “7.3” do presente Termo de Referência. A gestão do Sistema Territorial e Especial deverá ser feita por Comissões Gestoras que contemplem a composição e as atribuições similares às Comissões Gestoras Estaduais do SIES, conforme o item “5.2” do presente Termo de Referência.

A gestão do Sistema Territorial ou Especial deverá ser condizente com as recomendações referentes ao acesso e disseminação das informações do SIES.

A Comissão Gestora do Sistema Territorial ou Especial deverá designar uma entidade jurídica para, em seu nome, desenvolver, hospedar e fazer a adequada manutenção do Sistema Territorial ou Especial de Informações em Economia Solidária.

8.3 PARÂMETROS DE INTERFACE ENTRE O SIES E OS SISTEMAS TERRITORIAIS E ESPECIAIS DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

O SIES utiliza tecnologia WEB, com acesso via internet. Seu banco de dados é SQL Server, versão 2000, e nas pontas ASP. Possui compatibilidade com diversas ferramentas de manipulação de dados disponíveis no mercado. Possui recursos de gerar planilhas em Excel e HTML.

A interface de cada sistema territorial ou especial com o SIES será definida de modo a viabilizar a troca de informações entre os dois sistemas.

Para confiabilidade das informações e a interface adequada dos sistemas, a base de dados territorial ou especial deverá ser desenvolvida considerando o dicionário de banco de dados e as demais ferramentas de sistema disponibilizadas na página do SIES.

Anexo 4:**Questionário do SIES para Empreendimentos****Econômicos Solidários (EES) – 2005 / 2007**



MINISTÉRIO
DO TRABALHO
E EMPREGO

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação - DED
Esplanada dos Ministérios - Bloco F - sala 331
Cep: 70.059-900 - Brasília - Distrito Federal
Tel.: 61 3317 6533 - E-mail: mapeamento.senaes@mte.gov.br



Formulário para Empreendimentos Econômicos Solidários

IDENTIFICAÇÃO:

Número do formulário:	Empreendimento:
Estado:	Município:

CONTROLE DO FORMULÁRIO:

Nome do(a) entrevistador(a):	Data da entrevista: _____/_____/_____
Nome do(a) supervisor(a):	Data da aprovação: _____/_____/_____
Crítica ou observação do(a) supervisor(a):	

COMENTÁRIOS DO(A) ENTREVISTADOR(A):

IDENTIFICAÇÃO, ABRANGÊNCIA E CARACTERÍSTICAS GERAIS:

1. Nome do empreendimento:	_____
2. Nome de fantasia/sigla:	_____
3. Endereço:	_____ Nº: _____
Bairro:	_____ CEP: _____ --
4. Município:	_____ UF: _____
5. Telefone:	_____ Fax: _____
6. E-mail:	_____
7. Pessoa para contato:	_____
8. Ano de início do empreendimento:	_____



Apoio:
FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

09. Forma de Organização:

- 1 ☐ Grupo informal
2 ☐ Associação
3 ☐ Cooperativa
4 ☐ Sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada
5 ☐ Sociedade mercantil em nome coletivo
6 ☐ Sociedade mercantil de capital e indústria
7 ☐ Outra: _____

10. CNPJ: _____ / _____ - _____
(perguntar no final da entrevista no caso de empreendimentos formalizados).

11. O que motivou a criação do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Uma alternativa ao desemprego
2 ☐ Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo
3 ☐ Uma fonte complementar de renda para os(as) associados(as)
4 ☐ Desenvolvimento de uma atividade onde todos(as) são donos(as)
5 ☐ Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios
6 ☐ Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu ou em processo falimentar
7 ☐ Motivação social, filantrópica ou religiosa
8 ☐ Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades
9 ☐ Alternativa organizativa e de qualificação
10 ☐ Outro. Qual? _____

12. Área de atuação do empreendimento:

- 1 ☐ Rural 2 ☐ Urbana; 3 ☐ Rural e urbana

13. Situação atual do empreendimento:

- 1 ☐ Em funcionamento / operando 2 ☐ Em implantação

14. Número de participantes sócios(as): (preencha a alternativa mais conveniente)

- 1 ☐ Pessoas físicas associadas N°: _____ Homens N°: _____ Mulheres N°: _____
2 ☐ Pessoas jurídicas associadas ou empreendimentos articulados/em rede: _____ N°: _____

15. Nos últimos 12 meses o número de sócios(as):

- 1 ☐ Aumentou 2 ☐ Diminuiu 3 ☐ Permaneceu igual

16. Indique o que é realizado de forma coletiva pelos(as) sócios(as) do empreendimento: (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Produção
2 ☐ Prestação do serviço ou trabalho
3 ☐ Comercialização – venda
4 ☐ Troca de produtos ou serviços
5 ☐ Uso de equipamento(s) (máquinas, ferramentas etc.)
6 ☐ Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas etc.)
7 ☐ Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos
8 ☐ Poupança ou crédito
9 ☐ Obtenção de clientes ou serviços para os(as) sócios(as)
10 ☐ Outra. Qual? _____

17. Principal(is) atividade(s) econômica(s) do empreendimento: (citar até 03)

1)
2)
3)

(codificação posterior pela Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE)

18. Cite os três principais produtos e/ou serviços do empreendimento especificando a quantidade e o valor da produção mensal: (referência do mês imediatamente anterior à aplicação deste questionário ou, no caso de atividade sazonal, considerar a produção mensal obtida no período de safra/produção imediatamente anterior.)

Produto e/ou serviço	Unidade	Quantidade produzida mensalmente	Valor da produção mensal (R\$)
1)			
2)			
3)			

19. Cite os três principais insumos/matérias-primas consumidos pelo empreendimento especificando a quantidade e o valor mensal: (citar até 03)

Insumo ou matéria-prima	Unidade	Quantidade consumida mensalmente	Valor mensal (R\$)
1)			
2)			
3)			

20. Origem da matéria-prima ou do insumo: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Aquisição de outros empreendimentos de ES
- 2 ☐ Aquisição de empresa privada
- 3 ☐ Associados(as)
- 4 ☐ Aquisição de produtores(as) não sócios(as)
- 5 ☐ Doação
- 6 ☐ Coleta (materiais recicláveis ou matéria-prima para artesanato)
- 7 ☐ Outra. Qual? _____
- 8 ☐ Não se aplica

21. Situação da sede ou local de funcionamento do empreendimento:

- 1 ☐ Própria
- 2 ☐ Alugada
- 3 ☐ Ocupada
- 4 ☐ Cedida ou emprestada
- 5 ☐ Arrendada
- 6 ☐ Não possui sede
- 7 ☐ Outra: _____

22. Os equipamentos do empreendimento são: (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Próprios
- 2 ☐ Arrendados
- 3 ☐ Cedidos ou emprestados
- 4 ☐ Alugados

5 ☐ Não se aplica

23. Qual o destino dos produtos e/ou serviços? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ São vendidos
2 ☐ São trocados
3 ☐ Parte é vendida ou trocada e parte é destinada ao autoconsumo de sócios(as)
4 ☐ Os produtos e serviços são exclusivamente destinados ao autoconsumo de sócios(as)
5 ☐ Não se aplica

(Aceitam-se múltiplas respostas apenas para os itens 1 e 2. Se a resposta for o item 4 ou 5, passe para a questão 27)

24. Como é feita a comercialização de produtos e/ou serviços do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Venda direta ao consumidor
2 ☐ Venda a revendedores/atacadistas
3 ☐ Venda a órgão governamental
4 ☐ Troca com outros empreendimentos solidários
5 ☐ Venda a outros empreendimentos de ES
6 ☐ Outra. Qual? _____
7 ☐ Não se aplica

25. A venda e/ou troca de produtos e serviços destina-se principalmente: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Comércio local ou comunitário
2 ☐ Mercado/comércio municipal
3 ☐ Mercado/comércio microrregional
4 ☐ Mercado/comércio estadual
5 ☐ Mercado/comércio nacional
6 ☐ Exportação para outros países
7 ☐ Não se aplica

26. Quais os principais espaços de comercialização de produtos e/ou serviços: (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Lojas ou espaços próprios
2 ☐ Espaços de venda coletivos (centrais de comercialização, CEASA)
3 ☐ Feiras livres
4 ☐ Feiras e exposições eventuais/especiais
5 ☐ Entrega direta a clientes
6 ☐ Outro. Qual? _____
7 ☐ Não se aplica

27. O empreendimento tem encontrado alguma dificuldade na comercialização de produtos e/ou serviços? (considerar tanto os empreendimentos que já estão comercializando quanto os que tentam ou pretendem comercializar seus produtos e serviços)

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 3 ☐ Não se aplica **(Se a resposta for “não” ou “não se aplica”, passe para a questão 29)**

28. Quais as principais dificuldades na comercialização dos produtos e/ou serviços? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ O empreendimento tentou, mas não conseguiu encontrar quantidade suficiente de clientes
- 2 ☐ Ninguém do empreendimento quer cuidar das vendas
- 3 ☐ Ninguém do empreendimento sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação etc.)
- 4 ☐ O empreendimento já sofreu muitos calotes e não sabe como evitar
- 5 ☐ Os preços praticados pelo empreendimento são muito altos
- 6 ☐ Os clientes exigem um prazo para o pagamento
- 7 ☐ Os compradores só compram em grande quantidade
- 8 ☐ Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento
- 9 ☐ Falta de capital de giro para vendas a prazo
- 10 ☐ Falta de registro legal para a comercialização (emitir nota fiscal etc.)
- 11 ☐ Agentes do mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)
- 12 ☐ Transporte / estradas
- 13 ☐ Preço inadequado dos produtos (baixo, desvalorizados)
- 14 ☐ Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc.)
- 15 ☐ Outra dificuldade: _____
- 16 ☐ Não se aplica.

29. O empreendimento utiliza algum tipo de divulgação de seus produtos e/ou serviços?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (Se a resposta for "não", passe para a questão 31)

30. Quais os meios de divulgação do empreendimento (produtos, serviços, atividades)? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Cartazes, catálogos, folders e panfletos
- 2 ☐ Jornais e revistas
- 3 ☐ Rádios comerciais e educativas
- 4 ☐ Rádios comunitárias
- 5 ☐ TVs (mídia televisiva)
- 6 ☐ Feiras e exposições eventuais
- 7 ☐ Divulgação "boca a boca"
- 8 ☐ Outro. Qual? _____

INVESTIMENTOS, ACESSO A CRÉDITO E APOIOS

31. Qual a origem dos recursos para iniciar as atividades do empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Dos próprios sócios (capitalização ou cotas)
- 2 ☐ Empréstimo(s) e/ou financiamento(s)
- 3 ☐ Doação(ões)
- 4 ☐ A atividade não exigiu aplicação inicial de recursos
- 5 ☐ Outra. Qual? _____

32. Foram realizados investimentos no empreendimento nos últimos 12 meses?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (Se a resposta for "não", passe para a questão 35)

33. Qual o tipo de investimento realizado no empreendimento nos últimos 12 meses? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Infra-estrutura física (prédios, construções etc).
- 2 ☐ Equipamentos (aquisição, renovação).
- 3 ☐ Ampliação de estoque de matérias-primas
- 4 ☐ Abertura de filiais
- 5 ☐ Abertura de lojas/espços de comercialização
- 6 ☐ Capacitação de mão-de-obra
- 7 ☐ Outro. Qual? _____

34. Qual o valor do investimento realizado no empreendimento nos últimos 12 meses?

R\$ _____

35. O empreendimento teve acesso a crédito ou financiamento nos últimos 12 meses? (considerar apenas o acesso ao crédito para o empreendimento coletivo e não para os/as sócios/as individualmente)

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 3 ☐ Não buscou crédito

(Se a resposta for Não ou Não buscou crédito, passe para a questão 40)

36. Qual a finalidade do crédito?

- 1 ☐ Custeio ou capital de giro 2 ☐ Investimento 3 ☐ Custeio ou capital de giro e investimento (itens 1 + 2)

37. Qual a fonte do crédito ou financiamento? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Banco público. Qual? _____
- 2 ☐ Banco privado. Qual? _____
- 3 ☐ Banco do Povo ou similar. Qual? _____
- 4 ☐ Cooperativa de crédito. Qual? _____
- 5 ☐ Outra instituição financeira privada. Qual? _____
- 6 ☐ ONG ou OSCIP com Fundo de Crédito ou Fundo Rotativo. Qual? _____
- 7 ☐ Outra. Qual? _____

38. Qual o valor total do crédito ao qual o empreendimento teve acesso nos últimos 12 meses?

R\$ _____

39. Qual a situação atual do pagamento ou devolução do crédito?

- 1 ☐ Está no prazo de carência
- 2 ☐ Pagamento concluído
- 3 ☐ Pagamento em dia
- 4 ☐ Pagamento em atraso
- 5 ☐ Outra situação. Qual? _____

40. No momento, existe necessidade de financiamento/crédito?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não **(Se a resposta for “não”, passe para a questão 42)**

41. Qual a finalidade do financiamento/crédito?

- 1 ☐ Custeio ou capital de giro 2 ☐ Investimento 3 ☐ Custeio ou capital de giro e investimento (itens 1 + 2)

42. O empreendimento enfrenta ou enfrentou dificuldade para obtenção de financiamento/crédito?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não **(Se a resposta for “não”, passe para a questão 44)**

43. Qual(ais) dificuldade(s) enfrenta ou enfrentou? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ O empreendimento não possui a documentação exigida pelo agente financeiro
- 2 ☐ Taxas de juros elevadas ou incompatíveis com a capacidade do empreendimento
- 3 ☐ Prazos de carência inadequados
- 4 ☐ Falta de aval ou garantia
- 5 ☐ Falta de apoio para elaborar projeto
- 6 ☐ Burocracia dos agentes financeiros
- 7 ☐ Falta de linha de crédito
- 8 ☐ Outra. Qual? _____

44. O empreendimento teve acesso a algum tipo de apoio, assessoria, assistência ou capacitação?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (Se a resposta for “não”, passe para a questão 47)

45. Que tipo de apoio teve o empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3)

- 1 ☐ Assistência técnica e/ou gerencial
- 2 ☐ Qualificação profissional, técnica, gerencial
- 3 ☐ Formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária)
- 4 ☐ Assistência jurídica
- 5 ☐ Assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços
- 6 ☐ Diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica
- 7 ☐ Assessoria na constituição, formalização ou registro
- 8 ☐ Outro. Qual? _____

46. Quem forneceu o apoio ao empreendimento? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ ONGs, OSCIPs, Igrejas, associações e conselhos comunitários, etc. Qual? _____
- 2 ☐ Órgãos governamentais. Qual? _____
- 3 ☐ Universidades, incubadoras, Unirtrabalho. Qual? _____
- 4 ☐ Sistema “S” (Sebrae, SESCOOP, etc). Qual? _____
- 5 ☐ Cooperativas de técnicos(as). Qual? _____
- 6 ☐ Movimento Sindical (Central, Sindicato, Federação). Qual? _____
- 7 ☐ Outra. Qual? _____

GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

47. Quais as instâncias de direção e coordenação do empreendimento? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Assembléia de sócios(as) ou reunião do coletivo de sócios(as)
- 2 ☐ Diretoria/Conselho Diretor/Coordenação
- 3 ☐ Conselho Consultivo
- 4 ☐ Conselho Administrativo
- 5 ☐ Conselho Fiscal
- 6 ☐ Comissão ou Conselho de Ética
- 7 ☐ Grupos de Trabalho, Comissões ou Núcleos
- 8 ☐ Outra. Qual? _____

48. Quais as formas de participação dos(as) sócios(as) nas decisões (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Acesso a registros e informações do empreendimento
- 2 ☐ Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)
- 3 ☐ Eleição da diretoria em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)
- 4 ☐ Prestação de contas aos(as) sócios(as) em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)
- 5 ☐ Contratações e remunerações definidas em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)
- 6 ☐ Plano de trabalho definido em assembleia geral/ reunião do coletivo de sócios(as)
- 7 ☐ Participação nas decisões cotidianas do empreendimento
- 8 ☐ Não existem mecanismos de participação

49. Qual a periodicidade da assembleia geral/reunião do coletivo de sócios(as) do empreendimento?

- 1 ☐ Anual ou + de 1 ano
- 2 ☐ Semestral
- 3 ☐ Bimestral ou trimestral
- 4 ☐ Mensal
- 5 ☐ Semanal ou quinzenal
- 6 ☐ Não realiza assembleia geral/reunião coletiva de sócios(as).
- 7 ☐ Outra: _____

50. No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:

- 1 ☐ Pagar as despesas e ter uma sobra/excedente
- 2 ☐ Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra
- 3 ☐ Não deu para pagar as despesas
- 4 ☐ Não se aplica (para empreendimentos que não visam esse tipo de resultado coletivo)

(Se a resposta for 2, 3 ou 4, passe para a questão 52)

51. Se houve sobra/excedente (resposta 1 da questão anterior), qual o destino? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Fundo de investimento
- 2 ☐ Fundo de reserva
- 3 ☐ Fundo de assistência técnica e educacional
- 4 ☐ Fundo de solidariedade
- 5 ☐ Integralização de capital
- 6 ☐ Distribuição entre sócios(as)
- 7 ☐ Outro. Qual? _____

SITUAÇÃO DE TRABALHO NO EMPREENDIMENTO

52. Existem sócios(as) que trabalham ou atuam diretamente no empreendimento?

- 1 ☐ Sim
- 2 ☐ Não **(Se a resposta for "não", passe para a questão 57)**

53. Número de sócios(as) que trabalham no empreendimento:

_____ Homens _____ Mulheres _____ Total

54. Tipo de remuneração dos(as) sócios(as) que trabalham no empreendimento (múltiplas respostas):

- 1 ☐ Remuneração fixa
- 2 ☐ Remuneração por produto ou produtividade
- 3 ☐ Remuneração por horas trabalhadas
- 4 ☐ Não está conseguindo remunerar (Se for essa a resposta, passe para a questão 56)
- 5 ☐ Não há remuneração (autoconsumo ou trabalho voluntário)
- 6 ☐ Outro tipo. Qual? _____

55. Se está conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham no empreendimento, qual a remuneração média mensal?

R\$ _____

56. Quais os benefícios, garantias e direitos para sócios(as) que trabalham no empreendimento (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Gratificação natalina
- 2 ☐ Férias remuneradas
- 3 ☐ Descanso semanal remunerado
- 4 ☐ Qualificação social e profissional
- 5 ☐ Equipamentos de segurança
- 6 ☐ Comissão de prevenção de acidentes no trabalho
- 7 ☐ Outro. Qual? _____
- 8 ☐ Não existem

57. Possui trabalhadores(as) não sócios(as) no empreendimento?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 63)*

58. Quantos não sócios(as) trabalham no empreendimento?

_____ Homens _____ Mulheres _____ Total

59. Qual a periodicidade de contratação dos(as) trabalhadores(as) não sócios(as)?

- 2 ☐ Permanente 4 ☐ Temporária 6 ☐ Ambos os casos

60. Qual o tipo de trabalho do(as) trabalhadores(as) não sócios(as) no empreendimento? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Gerência, assessoria, consultoria
- 2 ☐ Administração, secretaria, contabilidade, finanças
- 3 ☐ Manutenção e serviços gerais
- 4 ☐ Representação comercial, vendas, comunicação
- 5 ☐ Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços)
- 6 ☐ Outro. Qual? _____

61. Qual o tipo de vínculo do(as) trabalhadores(as) não sócios(as) (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Contratação formal - assalariado(a)
- 2 ☐ Prestação de serviços remunerada
- 3 ☐ Estagiário(a) ou aprendiz remunerado
- 4 ☐ Trabalhador(a) não remunerado(a)
- 5 ☐ Outro tipo. Qual? _____

62. Qual a remuneração média mensal paga a trabalhadores(as) não sócios(as), considerando o tipo de trabalho executado no empreendimento?

- 1 ☐ Gerência, assessoria, consultoria: R\$ _____
- 2 ☐ Administração, secretaria, contabilidade, finanças: R\$ _____
- 3 ☐ Manutenção e serviços gerais: R\$ _____
- 4 ☐ Representação comercial, vendas, comunicação: R\$ _____
- 5 ☐ Produção (trabalho na produção ou prestação de serviços): R\$ _____
- 6 ☐ Outro tipo de trabalho: R\$ _____

63. O empreendimento participa de alguma rede ou fórum de articulação?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 65)*

64. Se a resposta for SIM especifique de que tipo de rede ou fórum de articulação o empreendimento participa: (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Redes de produção/comercialização. Qual? _____
 2 ☐ Complexos cooperativos. Qual? _____
 3 ☐ Federações de cooperativas. Qual? _____
 4 ☐ Outras articulações ou redes. Qual? _____
 5 ☐ Fórum ou Rede de Economia Solidária. Qual? _____
 6 ☐ Centrais de comercialização. Qual? _____
 7 ☐ Movimento social ou sindical. Qual? _____
 8 ☐ Conselhos de gestão e fóruns de participação em políticas (DLIS, desenvolvimento rural etc.). Quais? _____
 9 ☐ ONG, Igrejas, Pastorais, Fundações etc. Quais? _____
 10 ☐ Outro. Qual? _____

65. O empreendimento tem alguma relação ou participa de movimentos sociais e populares?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 67)*

66. Se a resposta for SIM, que tipo de movimento? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Movimento de luta pela terra e agricultura familiar
 2 ☐ Movimento sindical urbano ou rural
 3 ☐ Movimento comunitário
 4 ☐ Movimento de luta por moradia
 5 ☐ Movimento pela igualdade racial
 6 ☐ Movimento de ameaçados ou atingidos por barragens
 7 ☐ Movimento ambientalista
 8 ☐ Mulheres / Gênero
 9 ☐ Religioso ou Pastoral
 10 ☐ Outro movimento. Qual? _____

67. O empreendimento participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?

- 1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 69)*

68. Se a resposta for SIM, em qual área: (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Educação
 2 ☐ Saúde
 3 ☐ Moradia
 4 ☐ Trabalho
 5 ☐ Redução da violência
 6 ☐ Meio ambiente
 7 ☐ Lazer/ Esporte/ Cultura/ Religião
 8 ☐ Alimentação / Doações / instituições / Assistência social
 9 ☐ Outra. Qual? _____

69. O empreendimento tem alguma iniciativa com vistas à qualidade de vida dos(as) consumidores(as) de seus produtos e/ou serviços?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 71)*

70. Que iniciativas do empreendimento visaram a qualidade de vida dos(as) consumidores(as) de seus produtos e/ou serviços? (múltiplas respostas)

- 1 ☐ Oferta de produtos orgânicos ou livres de agrotóxicos
2 ☐ Incentivo ou promoção do consumo ético e do comércio justo
3 ☐ Informações dos produtos e/ou serviços aos(as) consumidores(as)
4 ☐ Preço dos produtos e/ou serviços facilita o acesso aos(as) consumidores(as)
5 ☐ Qualificação e qualidade do produto ou serviço
6 ☐ Outra. Qual? _____

71. O empreendimento gera algum tipo de resíduo (lixo ou sobra de materiais) a partir da atividade produtiva ou da prestação de serviços?

1 ☐ Sim 2 ☐ Não *(Se a resposta for “não”, passe para a questão 10)*

72. Se a resposta for SIM, qual o tratamento e/ou destino dado aos resíduos gerados no empreendimento? (numerar em ordem de importância de 1 a 3).

- 1 ☐ Coleta de lixo normal
2 ☐ Coleta de lixo especial
3 ☐ Realização de algum tipo de tratamento dos resíduos antes de eliminar
4 ☐ Reaproveitamento dos resíduos no empreendimento
5 ☐ Despejo em esgotos sem tratamento
6 ☐ Despejo em rios, riachos ou córregos sem tratamento
7 ☐ Venda dos resíduos
8 ☐ Acúmulo no local do empreendimento
9 ☐ Queima ou incineração
10 ☐ Outro. Qual? _____

Obs.: Voltar à questão 10, após encerrar ou aplicar o Suplemento Estadual.

DADOS DAS PESSOAS ENTREVISTADAS:

Nome	Cargo no empreendimento	Telefone de contato

Observação: As informações pessoais acima não serão inseridas no Sistema.

O empreendimento autoriza seu cadastro no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) para futuros contatos, de acordo com os objetivos do mapeamento.

Rubrica: _____

Anexo 5:**Apresentação dos dados do Mapeamento -****Rio de Janeiro**

MAPEAMENTO DOS EMPREENDEIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Rio de Janeiro - 2005



DRT - RJ

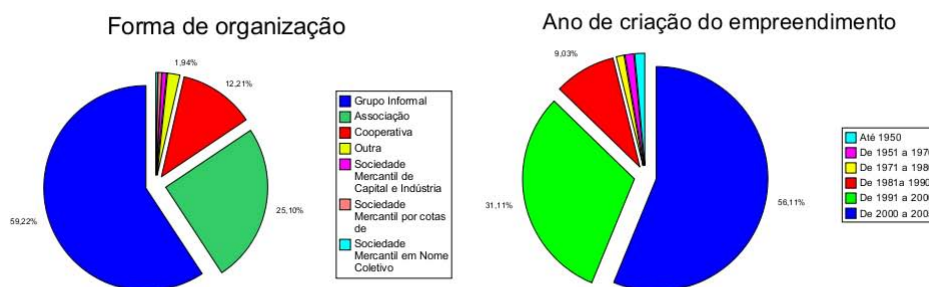
O Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários é uma iniciativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). A pesquisa é um levantamento nacional sobre as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Os objetivos do Mapeamento são produzir conhecimento que sirva de subsídio para pesquisas futuras, divulgar a Economia Solidária, subsidiar políticas públicas para o segmento e gerar instrumentos que propiciem a organização e articulação do movimento da Economia Solidária no Brasil.

No estado do Rio de Janeiro a Equipe Gestora Estadual foi responsável pela pesquisa. A EGE é composta pelo Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP - RJ) e pela Delegacia Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (DRT - RJ). Para a execução da segunda fase do mapeamento (aplicação dos questionários) foi escolhido pela EGE o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase.

A equipe de pesquisa foi composta por 15 entrevistadores, 6 supervisores regionais, duas digitadoras, coordenação técnica e pela coordenação geral de pesquisa. Todos os municípios do Rio de Janeiro foram visitados e foram feitas entrevistas em 82 dos 92 municípios do estado.

Foram cinco meses de trabalho de campo (de agosto a novembro de 2005) e mais de 700 empreendimentos visitados em todo estado, atingindo 54.779 trabalhadores sócios e 1.114 trabalhadores não-sócios, num total de 55.893 trabalhadores.

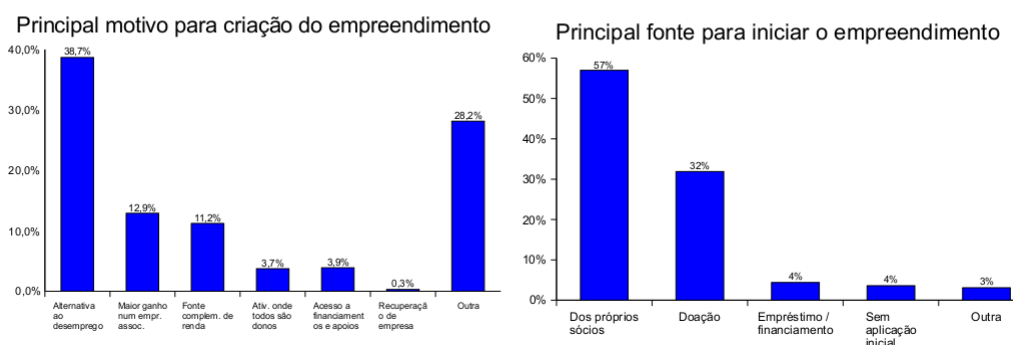
Os dados a seguir dizem respeito a 721 empreendimentos entrevistados e apontam as principais características dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Rio de Janeiro.



- Podemos observar que os empreendimentos econômicos solidários visitados são majoritariamente informais. O número de associações é o dobro do número de cooperativas.

- Ao observar os dados sobre o ano de criação dos empreendimentos o que se conclui é que a grande maioria foi criada a partir da década de 1990 (87,22%). Este dado, isoladamente, pode significar duas coisas: um grande crescimento dos EES nestas últimas décadas, mas também a pequena sobrevivência dos empreendimentos.

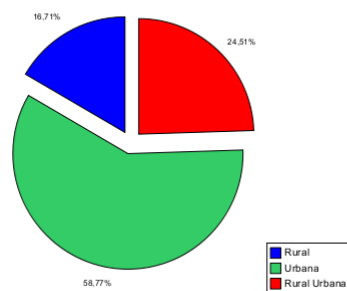
MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005



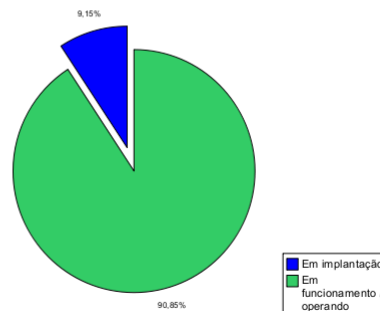
- Os dados mostrados nos gráficos acima demonstram que uma das características principais da ES no nosso estado é a auto-organização para fazer frente ao desemprego. A auto-organização é demonstrada pelo fato de que a principal fonte de recursos para iniciar os EES é dos próprios sócios.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Área de atuação do empreendimento



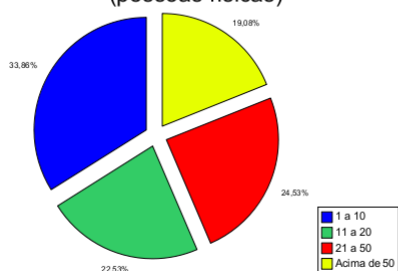
Situação do empreendimento



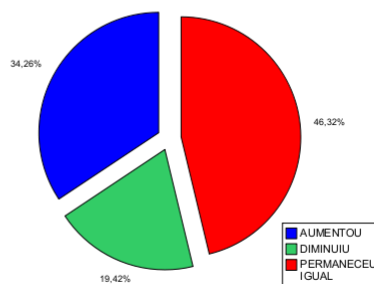
- Podemos perceber, a partir destes gráficos, que os empreendimentos estão concentrados em áreas urbanas. Apenas 16 % são empreendimentos rurais. Mas considerando que os EES que se declararam atuantes em áreas rural e urbana são principalmente empreendimentos que produzem na área rural (como hortaliças, laticínios etc) e comercializam em área urbana, pode-se concluir que a presença de EES em áreas rurais chega a cerca de 40%.
- Ainda sobre o crescimento da Economia Solidária, podemos perceber um percentual não desprezível de empreendimentos que estão em fase de implantação.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Tamanho dos empreendimentos por número de sócios (pessoas físicas)



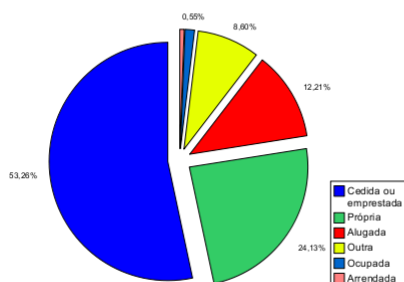
Número de sócios no último ano



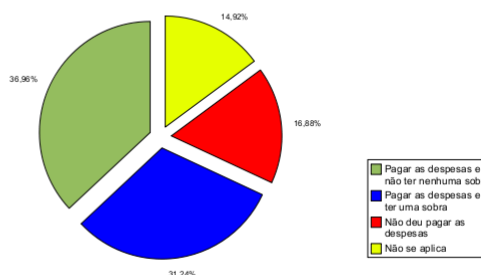
- Os dados sobre o tamanho dos empreendimentos são muito significativos. Podemos observar que a maioria é de empreendimentos com até 10 sócios e quase 80% dos empreendimentos tem até 50.
- Apesar de a maioria dos EES serem pequenos no que diz respeito ao número de sócios, segundo os dados acima, o número de sócios foi estável para a maioria deles, sendo que em uma grande parte dos empreendimentos o número de sócios aumentou no último ano. Em apenas 20% dos empreendimentos houve diminuição no número de sócios.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Situação da sede do empreendimento



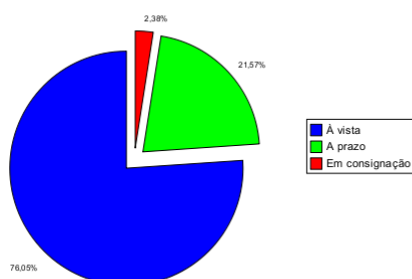
Resultado da atividade econômica (ano anterior)



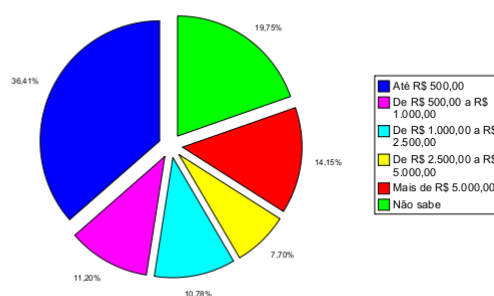
- Os dados acima são bastante interessantes na medida em que dão algumas indicações sobre a situação econômica dos EES entrevistados. A grande maioria funciona em locais emprestados ou cedidos, o que pode significar por um lado uma certa precariedade, mas por outro a presença de laços não econômicos com a comunidade, por exemplo.
- Os dados sobre o resultado da atividade econômica mostram que a maioria dos empreendimentos funciona gerando sobras ou se mantendo sem dívidas, representando uma relativa vitalidade econômica.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Principal forma de venda*



Renda bruta no último mês*

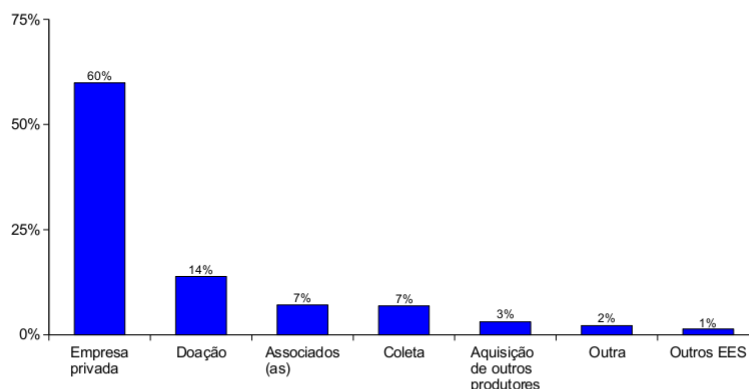


- Predomina nos empreendimentos a venda à vista. Provavelmente este fato está ligado ao de que a maioria dos empreendimentos é informal.
- A renda bruta na maioria dos empreendimentos fica abaixo dos R\$ 500,00. O que surpreende porém no gráfico é a grande quantidade de empreendimentos que não têm conhecimento de seus ganhos. Como veremos a seguir a falta de conhecimento sobre a movimentação financeira nos empreendimentos é uma constante.

* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

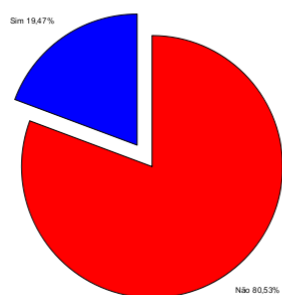
Principal fonte de matéria-prima / insumo



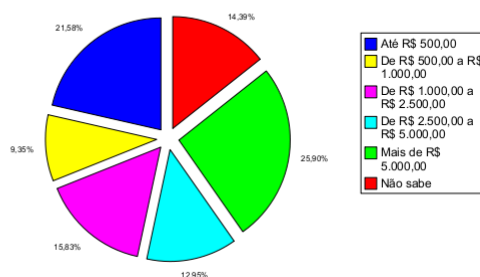
- O gráfico acima mostra que os EES ainda dependem das relações econômicas com empresas privadas. Apenas 1% dos empreendimentos visitados tem como principal fonte de matéria-prima e insumos outros EES. O dado demonstra a incipiência das cadeias produtivas solidárias.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

O empreendimento tem alguma dívida?*



Valor total da dívida (se existe)*

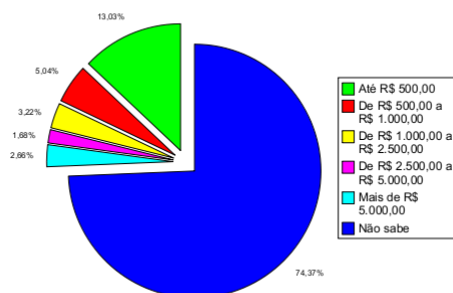


- Apesar de a maioria dos empreendimentos não ter qualquer dívida, os dados são preocupantes na medida que a maioria dos empreendimentos estão com dívidas maiores que R\$ 5.000,00. Outro fato que chama atenção é que em uma parte dos empreendimentos existe dívida, mas não se sabe o valor.

* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Reserva de dinheiro (capital de giro)*

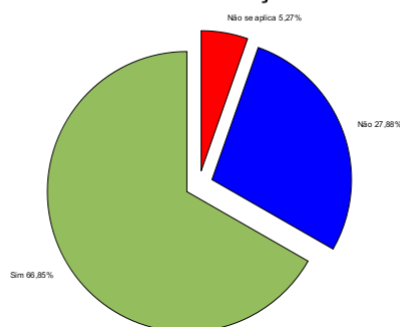


-O que mais chama atenção no gráfico sobre reserva de dinheiro é que a grande maioria dos empreendimentos não sabe quanto têm de capital de giro. Mais uma vez está demonstrada a fragilidade em relação à gestão.

* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

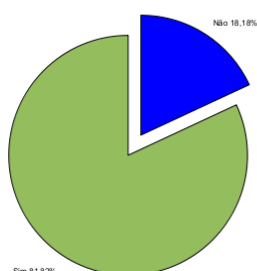
O grupo tem dificuldade na comercialização?



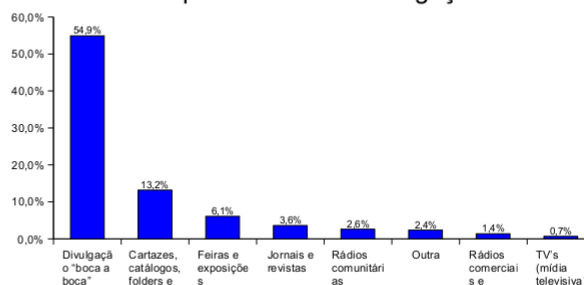
- A maioria dos EES tem encontrado dificuldade na comercialização de seus produtos. Se relacionarmos este dado com os dados anteriores sobre a obtenção de matéria-prima e insumos, fica reforçada a idéia de que existe um certo isolamento econômico dos empreendimentos. Isso chama atenção sobre a necessidade e possibilidade de construção de cadeias produtivas.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

O empreendimento faz algum tipo de divulgação?



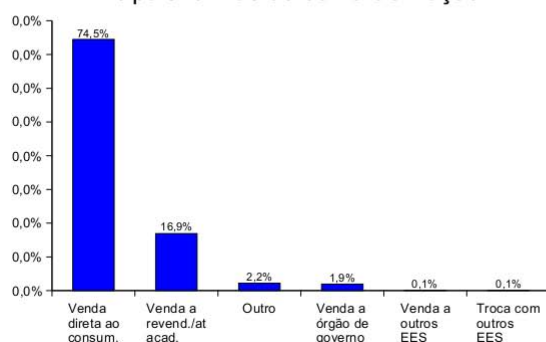
Principais formas de divulgação



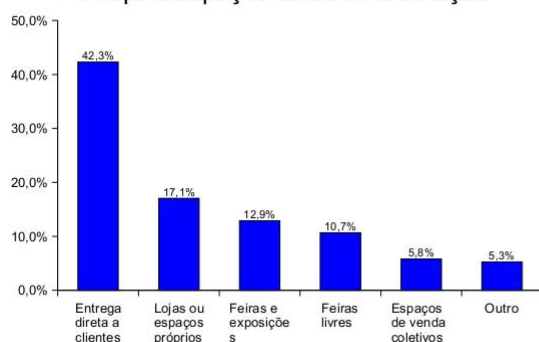
- Os gráficos mostram que na maioria dos empreendimentos existe um esforço de divulgação dos produtos e serviços. Podemos ver também que os meios mais utilizados são aqueles que dependem apenas dos empreendedores, não havendo tanto acesso a meios de comunicação de maior alcance. Como o principal meio de divulgação dos empreendimentos é a propaganda "boca-a-boca", fica reforçada a ideia da dependência dos laços comunitários.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Principais formas de comercialização



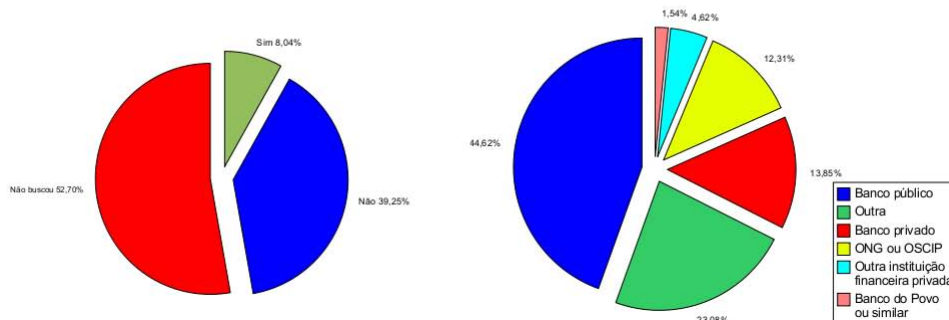
Principais espaços de comercialização



- A maior parte dos empreendimentos tem como comprador o consumidor final de seus produtos. Destaca-se em segundo lugar a venda a atacadistas, que muitas vezes significa o chamado "atravessador". Estes atravessadores muitas vezes pagam um preço baixíssimo se valendo da dependência dos pequenos produtores para o escoamento da sua produção.

- Os espaços próprios de venda só estão presentes em 17% dos empreendimentos. Sendo que a maioria trabalha com entrega direta aos clientes.

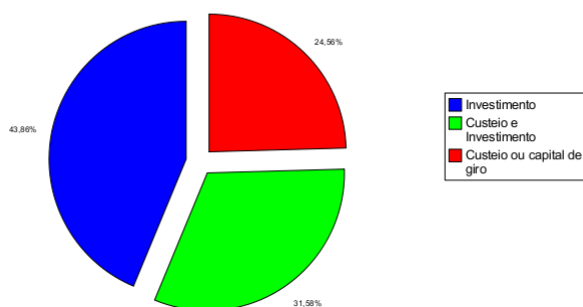
O empreendimento teve acesso a crédito nos últimos 12 meses? Fontes de crédito ou financiamento



- O primeiro gráfico mostra que a grande maioria dos empreendimentos que buscou crédito não conseguiu obtê-lo.
- O segundo gráfico mostra que os financiamento e crédito foram obtidos principalmente em bancos e que o setor de bancos públicos foi o que mais ofereceu crédito aos EES.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

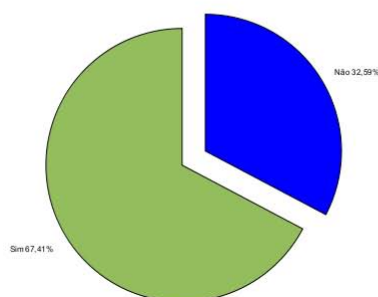
Finalidade do crédito adquirido



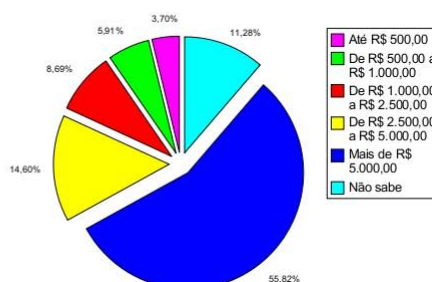
- A maior parte do crédito tomado pelos empreendimentos foi usado para investimento. Mais uma vez os dados sobre investimento mostram a disposição nos empreendimentos de crescer e incrementar a atividade econômica a despeito mesmo das dificuldades financeiras.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Existe necessidade de crédito?



Valor do crédito necessário*

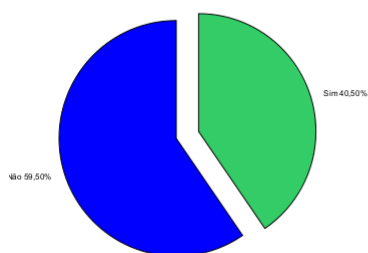


- O primeiro gráfico mostra que existe necessidade de crédito na maioria dos EES.
- O segundo gráfico, além de mostrar que em uma parte dos empreendimentos não se tem idéia sobre o montante do crédito necessário, mostra que a maioria dos EES necessita de crédito acima dos R\$ 5.000,00

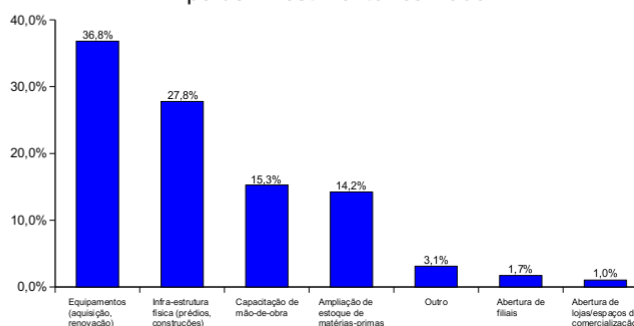
* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado por FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Investimento nos últimos 12 meses

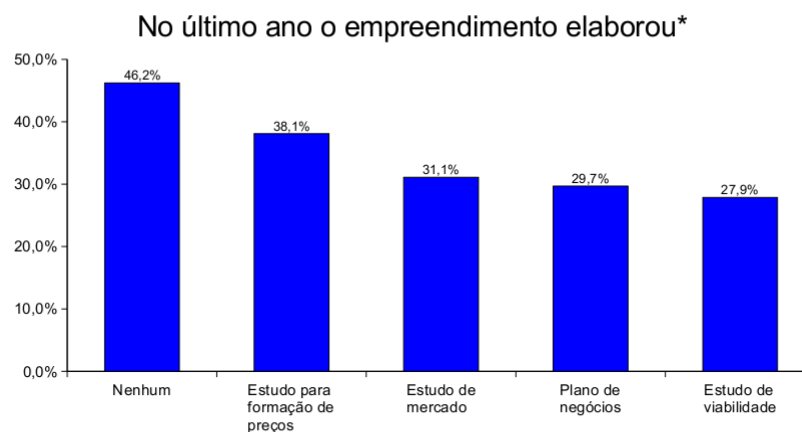


Tipo de investimento realizado



- Apesar de alguns dados demonstrarem certa fragilidade econômica dos empreendimentos, podemos constatar que houve investimentos em grande parte deles, mais de 41%.
- O mais significativo é que, comparando com o gráfico sobre acesso a crédito, vemos que os investimentos não tiveram relação direta com o crédito.
- A maior parte dos empreendimentos investiu em equipamentos e infraestrutura.

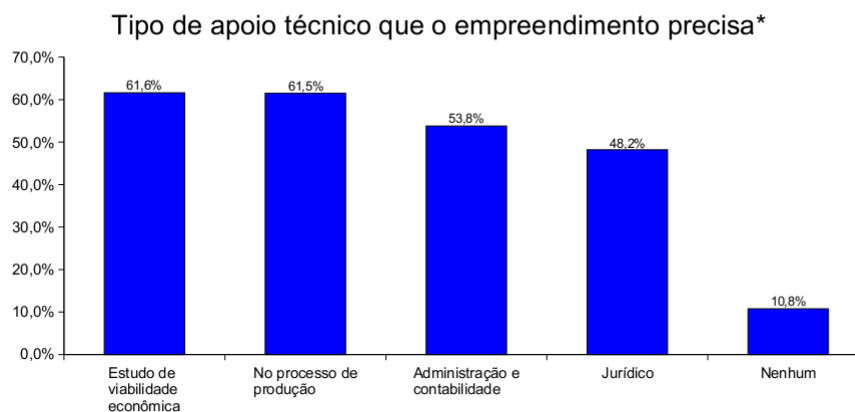
MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005



- O gráfico acima mostra que na maior parte dos EES não houve estudos para planejamento econômico. Relacionando este dado com alguns números mostrados anteriormente, o que vemos é uma grande fragilidade em relação ao gerenciamento econômico dos empreendimentos.

* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

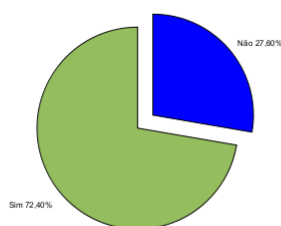


- Este gráfico mostra que, apesar de grande parte dos EES não terem realizado estudos para planejamento econômico, a maioria reconhece a necessidade, estando em primeiro lugar a necessidade de apoio para realização de estudos de viabilidade econômica.

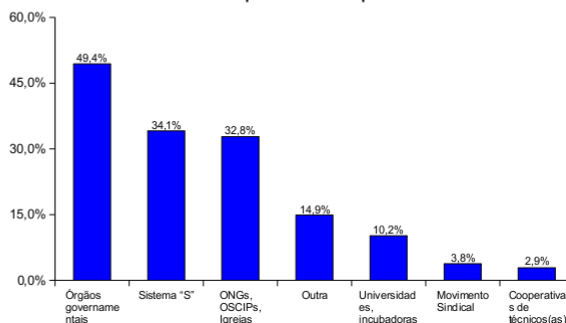
* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

O empreendimento teve acesso a apoio, assessoria ou capacitação?



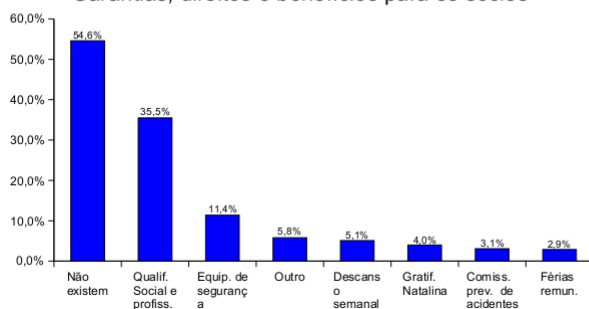
Quem forneceu apoio ao empreendimento?



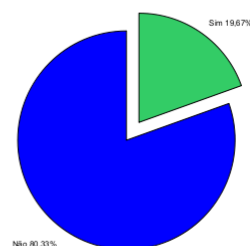
- Os números mostram que a maioria dos empreendimentos teve algum apoio e este apoio veio principalmente de órgãos governamentais. Vale ressaltar que apesar de uma boa parte dos EES terem tido apoio de órgãos de governo, estas ações são pulverizadas, não representando políticas e programas específicos para a Economia Solidária.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Garantias, direitos e benefícios para os sócios



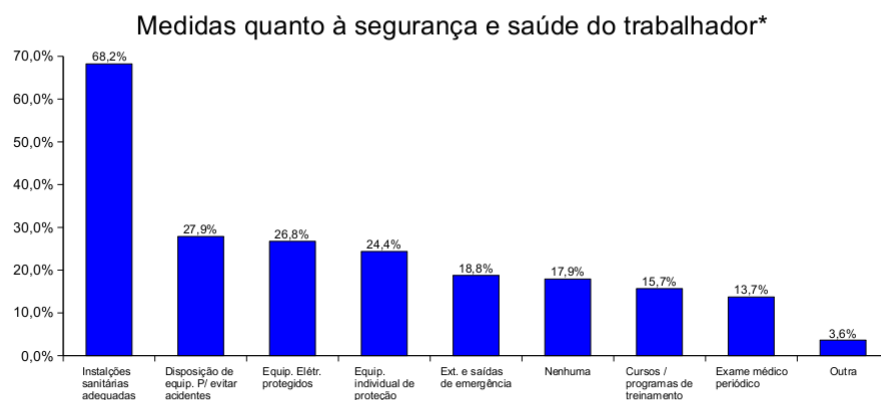
Existência de trabalhadores não sócios



- Os dados sobre a situação de trabalho nos EES mostram que a maioria não oferece garantias e benefícios aos seus trabalhadores. Provavelmente este fato está relacionado com a situação econômica dos empreendimentos.

- Uma parte significativa dos empreendimentos utiliza trabalho de não-sócios. Estão incluídos trabalhadores permanentes e eventuais (quando, por exemplo, a produção tem que aumentar e é preciso mais gente para produzir).

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

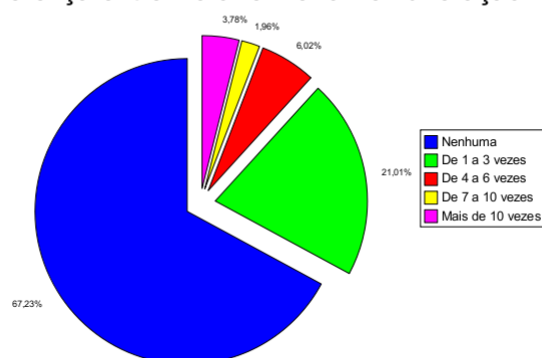


- Como podemos notar pelos números acima, em grande parte dos empreendimentos existem medidas de segurança e saúde. Mas se destaca que em 18% dos empreendimentos não existe qualquer medida neste sentido.

* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Diferença entre maior e menor remuneração*

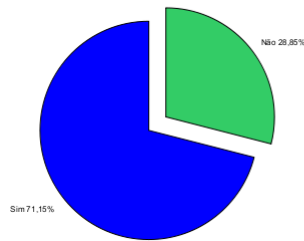


- Como demonstra o gráfico acima, na maioria dos empreendimentos não existe diferença de remuneração. Em 21% a diferença é de até três vezes. Apenas 12% dos empreendimentos a diferença entre maior e menor remuneração é maior que três vezes.

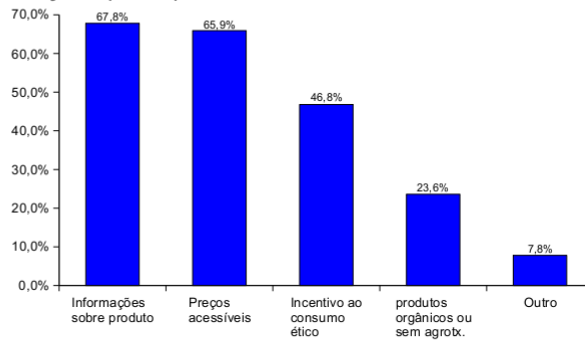
* Dados do suplemento estadual (parte do questionário elaborado pelo FCP - RJ)

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Ação para qualidade de vida dos consumidores



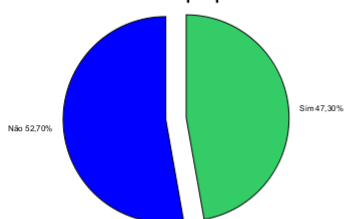
Ações para qualidade de vida dos consumidores



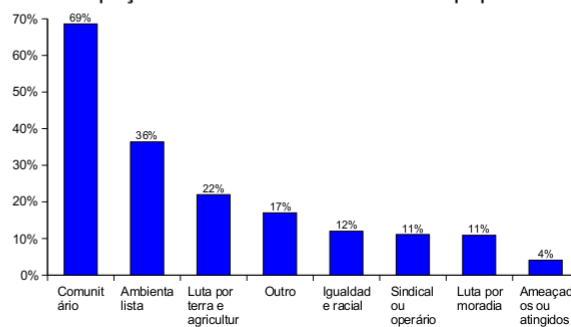
- A preocupação em relação à qualidade de vida dos consumidores está presente na maior parte dos empreendimentos, principalmente no que diz respeito ao produtos, seja através de informação ou do oferecimento de preços mais convidativos.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Participação em movimento social ou popular



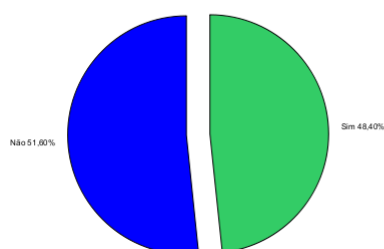
Participação em movimentos sociais ou populares



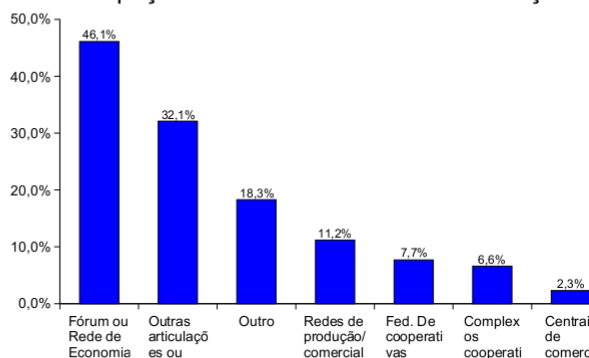
- A participação em movimentos sociais está presente em quase metade dos empreendimentos. Destaca-se a participação em movimentos ambientalistas e comunitários. Este dado demonstra que a preocupação com o entorno, tanto social como ambiental é bastante acentuado entre os EES.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Participação em rede ou fórum de articulação



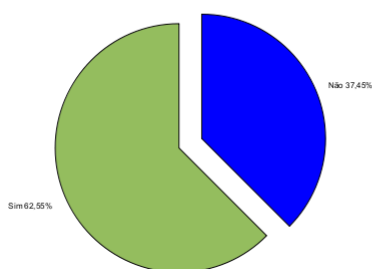
Participação em rede ou fórum de articulação



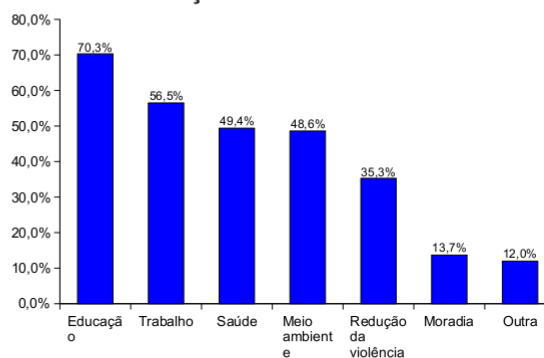
- Os dados acima demonstram a potencialidade de organização dos EES. Metade participa de redes ou fóruns de articulação. Destes, 46% participam de Fórum de Economia Solidária. Contudo, grande parte dos EES ainda não está articulada o que reforça a idéia de relativo isolamento, demonstrada em outros dados.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Ação social ou comunitária



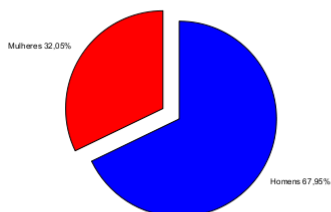
Área de ação social ou comunitária



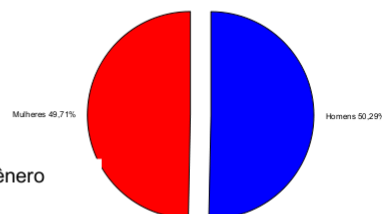
- Os dados acima, comparados com os outros dados sobre participação mostram que existe uma tendência mais forte entre os EES em estarem mobilizados em nível local. E mais uma vez mostram que a relação com o entorno, desta vez através de ações mais diretas é uma característica importante dos EES.

MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

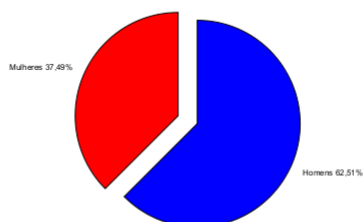
Trabalhadores sócios por gênero



Trabalhadores não sócios, por gênero



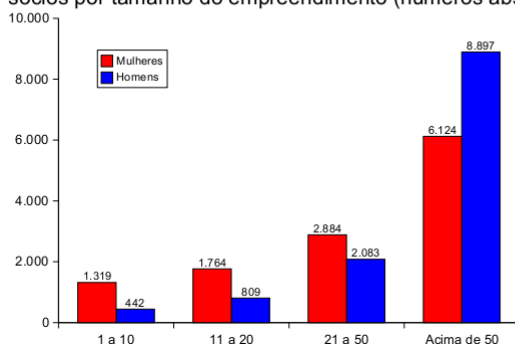
Total de trabalhadores, por gênero



- O que os dados acima mostram é que entre os trabalhadores sócios, os homens são maioria e entre os não-sócios existe uma divisão quase igualitária entre homens e mulheres, o que faz com que no total de trabalhadores predominem os do sexo masculino.

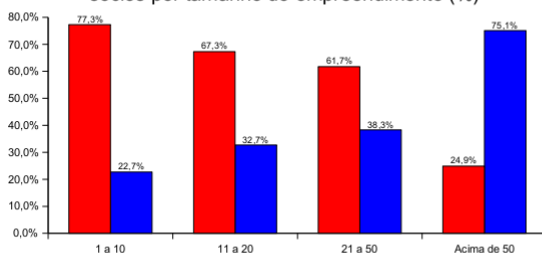
MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Distribuição por gênero considerando total de sócios por tamanho do empreendimento (números absolutos) Os dados dos gráficos ao lado são



essenciais para compreender a divisão dos trabalhadores por gênero (homens e mulheres). O que podemos observar a partir dos dois gráficos ao lado é que as mulheres predominam largamente nos empreendimentos com menos de 50 sócios e os homens nos EES com mais de 50. O que faz com que no total haja mais homens que mulheres. Mas considerando que a maioria dos empreendimentos tem menos de 50 sócios, podemos afirmar que na maioria dos empreendimentos predominam as mulheres.

Distribuição por gênero considerando total de sócios por tamanho do empreendimento (%)



MAPEAMENTO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS - RIO DE JANEIRO - 2005

Anexo 6:

Matéria do jornal O Globo sobre os dados do Mapeamento no Rio de Janeiro

Economia solidária multiplica trabalho no Rio

Setor é alternativa de emprego para 44 mil pessoas no estado, que atuam em cooperativas e associações

Mariza Louven

• Para mais de 44 mil trabalhadores, no Rio, a solidariedade é mais do que uma palavra que dá o clima do Natal. Virou alternativa ao desemprego, à insuficiência de renda e à marginalidade, segundo pesquisa inédita realizada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Foram analisados 617 empreendimentos, em 92 municípios, cujas atividades contribuem para o sustento de pelo menos 160 mil pessoas — grupo equivalente à população de Angra dos Reis ou Cabo Frio.

— Começamos como catadores de materiais descartados, em 1973, por necessidade total. Agora, somos 18 pessoas, cinco da minha família, a ganhar a vida transformando lixo em coisas úteis — afirma Luiza Rodrigues Teixeira, de 50 anos. Luiza está entre os 40% dos entrevistados que disseram ter optado pela economia solidária como alternativa ao desemprego. Na Arte Reciclagem, que funciona em Vilar dos Teles, cada participante consegue tirar cerca de R\$ 450 mensais.

Maioria dos negócios surgiu a partir da década de 90

É o caso, também, dos 22 operários da Cooperativa de Produtores de Parafusos (Coparf), criada em 1996 após a falência da Fábrica de Parafusos Águia, de Duque de Caxias. — As pessoas já tinham uma certa idade e dificilmente conseguiriam trabalho no mercado — diz Antonio Barbosa, hoje com 57 anos.

O Mapeamento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do Rio faz parte de estudo que está sendo realizado em todo o Brasil por iniciativa de Paul Singer, secretário Nacional

de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho, em conjunto com o Fórum Nacional de Economia Solidária. No Rio, a entidade escolhida para executá-lo foi o Ibase, em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT). O foco foram os empreendimentos solidários cuja principal característica é a autogestão: todos produzem, tomam decisões em conjunto e dividem o resultado.

— Cerca de 87% dos negócios analisados surgiram dos anos 90 para cá, em decorrência da estagnação da economia e do desemprego — diz o cientista político João Roberto Lopes, coordenador geral da pesquisa.

De acordo com o economista Marcio Pochmann, da Universidade de Campinas (Unicamp), o levantamento vai mostrar em que medida essas experiências de resistência ao desemprego se consolidaram como um novo padrão de trabalho e devem ser alvo de políticas públicas.

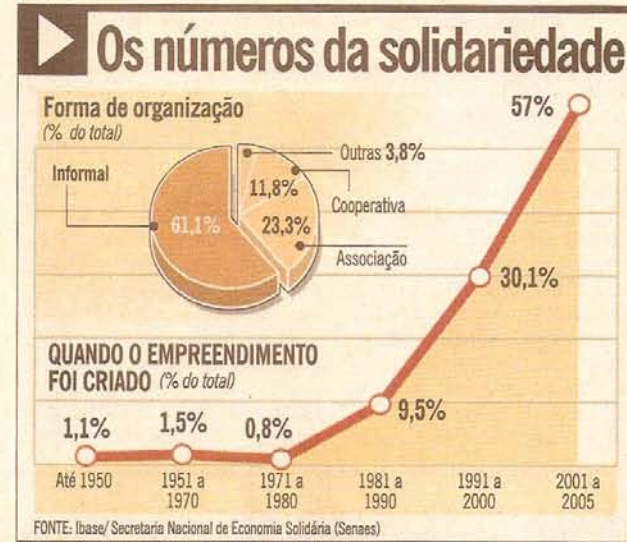
— A economia solidária é um fato. Tem função econômica e cumpre um papel social. A pesquisa mostrou que 63% dos trabalhadores envolvidos fazem ações comunitárias e cada vez mais se articulam em redes — acrescenta a antropóloga Eugênia Motta, do Ibase.

Mas, segundo ela, falta o estado reconhecer essa forma de trabalho.

— A economia solidária está à margem da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) e de todo o processo econômico tradicional, mas é legítima — opina a delegada regional do Trabalho Lívia Aroeira.

Há cooperativas usadas para burlar a legislação trabalhista, mas também as que são uma resposta da sociedade a questões que a economia formal não resolve, acrescenta.

Um dos objetivos do tra-



ho é criar a categoria de empreendimento econômico solidário para fins de políticas públicas. A ideia se espelha na experiência da agricultura familiar, definida pela Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), das Nações Unidas, e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 1995. Isso possibilitou a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), lembrou Lopes.

Cooperativas têm pouco acesso a empréstimos

Não existe estatuto legal adequado ao empreendimento solidário, acrescenta Lopes, coordenador da pesquisa no Rio. O mais próximo é o das cooperativas e associações, ainda assim ultrapassado.

Por isso, a maioria dos negócios funciona precariamente: 61% estão na informalidade; 54%, em instalações cedidas ou emprestadas; e 45% só conseguiram gerar renda suficiente para pagar as despesas.

— Com o CNPJ, nós pelo menos existimos — afirma Sandra Maria de Souza, da Kit Frutas, organizada sob a forma de associação, situação de 23% dos empreendimentos pesquisados.

Só 7% da amostra já tiveram acesso a crédito e 67% têm dificuldade de comercialização. A Kit Frutas, montada em 2003 para produzir frutas desidratadas em máquinas artesanais doadas pelo Lar Fabiano de Cristo, faz vendas diretas (é o caso de 44% deles) ou em feiras e exposições (como em 26% do total).

— Foi possível identificar os empreendimentos, a maioria na informalidade, porque partimos de contatos de grupos articulados em torno de movimentos sociais e da DRT — explicou Eugênia.

As Arteiras, da Tijuca, reúnem 17 mulheres que, além de produzir cadernos e outros produtos a partir de papel reciclado, participam ativamente da vida da comunidade e de movimentos sociais. ■



SANDRA MARIA, da Kit Frutas, organizada sob a forma de associação

CORPO A CORPO

PAUL SINGER

Opção não só para pobres

O GLOBO: Qual é a importância do mapeamento?

PAUL SINGER: A economia solidária cresceu muito e rapidamente no Brasil. Por isso vem despertando o interesse do mundo científico. Há algumas teses sobre um ou outro empreendimento. Esta é a primeira tentativa de ter um retrato de corpo inteiro.

• **O que está levando a este crescimento?**

SINGER: O desemprego em massa e a falta de oportunidade de inserção na economia formal.

• **A solidariedade muda a atividade econômica?**

SINGER: Entre os mais pobres, ela é uma questão de

sobrevivência. As famílias se ajudam, cotizando-se para comemorar e para enfrentar dificuldades. A economia solidária formaliza isso. O substrato é o mesmo.

• **É uma opção só para os pobres?**

SINGER: Principalmente, mas não só. Já há mais de 30 incubadoras organizadas por professores e alunos de pós-graduação, em universidades, para acompanhar e dar apoio legal, contábil etc. a esses empreendimentos. A partir desse trabalho, vêm surgindo grupos formados por ex-alunos. A da USP gerou as cooperativas Verso, de psicólogos, e Integra, de engenheiros. (Mariza Louven)